



ISABEL CRISTINA FERREIRA NEVES BALTAZAR

O REI E O PODER RÉGIO - 1820-1823 -



Lisboa
1994

42401

O REI E O PODER RÉGIO
- 1820-1823 -



Fotografia de D. João VI (1767-1826): Pintura de DOMINGOS ANTÓNIO DE SEQUEIRA, Palácio de S. Bento, Lisboa, in JOSÉ MATTOSO (Dir.), História de Portugal, p. 44, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

FOTO: Arquivo Círculo de Leitores

**Dissertação de Mestrado em História
Cultural e Política apresentada à
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas da Universidade Nova de
Lisboa.**

**À Professora
Zília Osório de Castro
com Amizade**

NOTA PRÉVIA

No presente trabalho pretende-se apresentar a imagem do Rei no processo revolucionário de 1820-1823, e estuda o poder régio no vintismo. É resultado de uma investigação que procura encontrar a imagem de D. João VI como Rei a partir das proclamações, e outros textos revolucionários e, ver como essa imagem se reflecte em termos de poder. Ou seja, detectar num discurso em que o Rei é constante e unanimemente exaltado, os conteúdos diferentes que coexistem em tensão em termos de imagem e de poder.

É um estudo resultante do processo iniciado no curso de Mestrado em História Cultural e Política da Universidade Nova de Lisboa, que considero decisivo para a minha formação académica.

Lembro reconhecida o Professor Doutor José Esteves Pereira, professor do seminário de História Cultural e Política de Portugal. O seu magistério ofereceu-me ocasiões únicas para pensar o vintismo e, escolher o tema desta dissertação.

Umas palavras de agradecimento à Professora Doutora Zília Osório de Castro, orientadora científica desta investigação. Lembro com gratidão e reconhecimento, todos os momentos em que encontrou uma saída para o labirinto, em que, muitas vezes, me encontrei; as palavras de encorajamento nos momentos de desânimo; e as orientações recebidas em pontos fulcrais da minha investigação, sem as quais, este trabalho não teria sido possível. A gratidão que lhe devo está para além de quaisquer agradecimentos.

Quero, também, agradecer a todas as pessoas que me apoiaram durante todo o percurso deste trabalho, dando provas de sincera e leal amizade. Grata aos meus pais, irmãos, familiares e amigos, que, das

mais diversas formas, nunca deixaram de manifestar, o seu apoio e ajuda.
Ao Manel pela sua presença constante, um agradecimento muito especial.

Por último, não quero deixar de agradecer à D. Idalina e ao Senhor Francisco Gama o seu empenhamento no processamento cuidadoso do texto.

Coimbra, 25 de Dezembro de 1994

I PARTE

A IMAGEM DO REI NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DE 1820-1823

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO DO PORTO E A CONSAGRAÇÃO DE D. JOÃO VI

O desencadear da Revolução liberal surge a partir do movimento regenerador de 1820, movimento que provoca uma ruptura com a situação que se tinha instalado em Portugal. Como salientam as proclamações, esta revolução tem como objectivo acabar com os males que afectam o país, e, instalar uma nova ordem que desse resposta aos problemas Económico, Social e Político que afectavam Portugal.⁽¹⁾

Deve situar-se esta regeneração no contexto geral da História Europeia. Várias potências da Europa sofreram, também, mudanças radicais, mudanças estas que levaram normalmente a uma alteração do regime político. Lembre-se, por exemplo, a Revolução Francesa, que provocou a primeira ruptura política na Europa. Na raiz destas rupturas, há uma efervescência de novas ideias - neste caso, ideias liberais - que motivam a ruptura com a situação vigente no momento. Esta onda de novas ideias circulou de inúmeras maneiras, entre as quais podemos destacar a imprensa periódica, os livros e os opúsculos estrangeiros que chegaram a Portugal. E, as ideias importadas serviam umas vezes de modelo, outras de inspiração para novas ideias, para pôr em prática e fazer renascer o país de uma grave situação a todos os níveis. Estas ideias originaram uma ruptura com a situação e com a estrutura política da sociedade.

(1) Vid. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, p. 5.

Refira-se, brevemente, alguns aspectos já estudados da Revolução de 1820⁽²⁾, mas que importa sintetizar para enquadrar melhor a consagração de D. João VI no movimento do Porto, objectivo deste capítulo.

A Revolução de 1820 originou a ruptura com o regime absolutista: o sucesso político ocorrido no Porto a 24 de Agosto de 1820, inaugurou uma nova era na História de Portugal - o estabelecimento do sistema liberal, representativo e constitucional. Este sucesso teve vários antecedentes, que o prepararam e viabilizaram. Refira-se, a título de exemplos, a conspiração de Gomes Freire, que embora sem êxito, já preparava as condições para uma vitória futura das ideias liberais, e, a consequente queda do absolutismo. Os clubes revolucionários também prosseguiram os seus programas políticos. Finalmente, instala-se em 22 de Janeiro de 1818 no Porto o Sinédrio, iniciativa de Manuel Fernandes Tomás e Silva Carvalho, com o acordo de José Ferreira Borges. Esta última associação secreta, teve, como se sabe, apesar do reduzido número de apoiantes (iniciou as suas actividades com quatro e atingiu o máximo de treze elementos), importância fundamental para o movimento do Porto. Silva Carvalho e Manuel Fernandes Tomás, tomando como exemplo a situação espanhola, onde vigorava o governo absolutista de Fernando VII, que teria necessariamente o seu fim numa reforma, tiveram a ideia de constituir uma sociedade de homens que controlassem uma situação idêntica em Portugal. Assim, surgiu o Sinédrio, sociedade constituída por homens que fossem capazes de dirigir uma revolução em Portugal. Daí que esta fosse preparada desde 1818 - data da fundação do Sinédrio - por esta

(2) Sobre a Revolução do Porto veja-se por ex. ISABEL NOBRE VARGUES "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820", in JOSÉ MATTOSO (dir.) *História de Portugal*, T. V, p. 45-64; JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, "História Política, Diplomática e Militar", in *História de Portugal*, T. VII, p. 345-427; DAMIÃO PERES, "A Revolução de 1820 e os seus antecedentes", in *História de Portugal*, T. VII, p. 9-73.

associação que procurava preparar um pronunciamento sem os males da anarquia e os tumultos populares.⁽³⁾ De facto, o Sinédrio embora sendo uma associação secreta, não deixou, contudo, de influenciar o pensamento político de muitos indivíduos da época, procurando chegar a pessoas influentes na sociedade. As suas ideias chegaram à magistratura, ao estado eclesiástico, ao exército, ao comércio, até às classes populares.

Por outro lado, sublinhe-se, também, a importância decisiva do que, anos antes, em 1812, sucedera em Espanha. Os acontecimentos de Cádiz motivavam os portugueses do movimento revolucionário a prosseguirem os seus objectivos. O êxito das Cortes de Cádiz foi preponderante para, à sua semelhança, os defensores em Portugal das ideias liberais proclamarem a defesa da idêntica causa.

O clima era animado, e, nessa euforia, a corporação militar do Porto prosseguiu os seus objectivos revolucionários. Tal como acontecera em Cádiz, o movimento do Porto de 24 de Agosto de 1820, proclamou o fim do absolutismo e o início de uma nova era na História de Portugal- a era da Monarquia Representativa: é o fim do tempo do rei Absoluto e o princípio da História de um rei Constitucional.

(3) Sobre este assunto, veja-se a obra de MARIA JOÃO MOGARRO, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, p. 57 e seg.

1. INCIDÊNCIAS POLÍTICO-MILITARES

Proclamações militares-revolucionárias

A concretização das ideias do movimento do Porto inicia-se na casa de Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, coronel do regimento de infantaria nº 18. Aí se realizou pelas 21 horas a reunião de 23 de Agosto de 1820. Estavam presentes, além do próprio, o decisivo Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira (coronel de artilharia nº 4), José Ferreira Borges (advogado), Domingos Figueiredo Sarmento (coronel do regimento de infantaria nº 6), José Pereira da Silva Leite Berredo (comandante da polícia), José de Sousa Pimentel e Faria (major do regimento do porto), Tiburcio Joaquim Barreto Feio (ajudante do Regimento da Maia), mais tarde substituído pelo major desse regimento, José Pedro Cardoso da Silva.

Estando tudo preparado, resolveu-se dar início ao pronunciamento. E assim na madrugada de 24 de Agosto, ficou assente a saída das tropas dos quartéis em direcção ao campo de Santo Ovidio. Foi aqui, que, perante os corpos reunidos, se leram as primeiras Proclamações, uma por Cabreira e a outra por Sepúlveda. Outras se seguiram resultantes dos diversos apoios ao movimento revolucionário. Constituem, por isso, elementos importantes para a sua compreensão. No caso específico da Imagem do Rei, a análise do conteúdo de cada uma, revela-se adequada, como um elemento entre outros, para a traçar no âmbito das várias sensibilidades presentes.

Como se referiu, coube ao coronel Cabreira ler a primeira proclamação no início do movimento. Fê-lo em nome do conselho militar, proferindo as seguintes palavras:

"Soldados! - Uma só vontade nos una - Caminhemos à salvação da pátria. Não há males que Portugal não sofra. Não há sofrimento que nos portugueses não esteja apurado. Os portugueses, sem segurança em suas pessoas e bens, pedem o nosso auxilio; eles querem a liberdade regrada pela lei. Vós mesmos, vítimas dos males comuns, tendes perdido a consideração que vosso brio e vossas virtudes mereciam. É necessário uma reforma, mas esta reforma deve guiar-se pela razão e pela justiça, não pela licença. Coadjuvai a ordem; coibi os tumultos, abafai a anarquia. Criemos um governo provisório, em quem confiemos. Ele chame as cortes, que sejam o órgão da nação, e elas preparem uma constituição, que assegure nossos direitos. O nosso rei, o Senhor D. João VI, como bom, como benigno e como amant de um povo que o idolatra, há-de abençoar nossas fadigas. Viva o nosso bom rei! Vivam as cortes e por elas a constituição!"⁽⁴⁾.

Estão aqui enunciadas ideias fundamentais que se pretendem ver concretizadas. Desejava-se salvar a pátria. Criam-se nos portugueses a esperança num país novo, regenerado dos males que o haviam levado a uma situação limite. Proclamava-se o início de uma nova época centralizada à volta da ideia de LIBERDADE. Uma liberdade que promovesse o brio, as virtudes, a felicidade dos portugueses. Por isso mesmo, *uma liberdade regrada pela lei*. Esta lei, reguladora da liberdade, é condição dessa mesma liberdade. Lei que terá como pedra lapidar a Constituição, lei fundamental do país. Todo este movimento do Porto tem como pedra angular a ideia inovadora de Constituição, e, como ideia de

(4) *Primeira proclamação do conselho militar do Porto à tropa da mesma cidade, 24 de Agosto de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob.cit.*, p. 6.

continuidade, o reconhecimento do Rei, o "senhor D. João VI".⁽⁵⁾ A figura de D. João VI é fundamental para haver Liberdade e Ordem: o Rei é o garante desses valores; torna-os possíveis. Desde o início há uma fidelidade a D. João VI, reconhecendo-se a sua "bondade e amor ao povo".⁽⁶⁾ Há o convencimento de que o próprio Rei aceita e abençoa a revolução agora nascente. Daí a vontade decisiva de mudança, concretizada na política activa do movimento do Porto, cheio de auto-confiança na acção política e no sucesso dos seus ideais. Formalizados em medidas concretas de acção e centralizam-se em três grandes linhas de orientação: fidelidade ao rei D. João VI; convocação de cortes; elaboração de uma constituição.

O mesmo conselho militar do Porto, na pessoa de Sepulveda dirigiu à tropa da mesma cidade, a segunda proclamação:

"Soldados! Acabou-se o sofrimento! A pátria em ferros, a vossa consideração perdida, nossos sacrifícios baldados, um soldado português próximo a mendigar uma esmola! ... Soldados, o momento é este; Voemos à nossa salvação própria. Camaradas, vinde comigo. Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provisional, que chame as cortes a fazerem a constituição, cuja falta é a origem de todos os males. É desnecessário o desenvolvê-lo, porque cada um de vós o sente. É em nome e conservado o nosso augusto soberano o senhor D. João VI, que há-de governar-se. A nossa santa religião será guardada. Assim como nossos esforços são puros e virtuosos, assim Deus os há-de abençoar. Os soldados que compõem o bravo exército português hão-de correr a abraçar a nossa causa, porque é igualmente a sua. Soldados, a força é nossa; nos devemos portanto não consentir os tumultos. Se a cada um de nós deve a pátria a salvação, deve a cada um de nós a nação a sua segurança e tranquilidade. Tende confiança num chefe que nunca soube ensinar-vos senão a

(5) *Idem, ibidem.*

(6) *Idem, ibidem.*

caminho da honra. Soldados, não deveis medir a grandeza da causa pela singeleza dos meus discursos. Os homens sábios têm de desenvolver um dia este feito maior que mil vitórias.

Santifiquemos este dia; e seja desde hoje o grito do nosso coração:

Viva el-rei o senhor D. João VI, viva o exército português, vivam as cortes e por elas a constituição nacional.⁽⁷⁾

Veja-se como a segunda proclamação tem como ideias fundamentais a salvação da pátria e "a nossa salvação própria"⁽⁸⁾, através da organização de "um governo provisional, que chame as cortes a fazerem a constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males".⁽⁹⁾ Mais uma vez é enunciada a fidelidade a D. João VI. "é em nome e conservado o nosso augusto soberano o senhor D. João VI, que há-de governar-se".⁽¹⁰⁾

O tom convicto das duas primeiras proclamações do conselho militar do Porto, em 24 de Agosto de 1820 foi decisivo para o triunfo da revolução; são discursos muito pragmáticos, claros e cheios de esperança e determinação na edificação de um país novo, despido de todos os males. Desde o início, a pessoa do Rei é lembrada aos portugueses como alguém de inviolável e sagrado, e, por isso, intocável. Não são atribuídas ao Rei quaisquer responsabilidades pelo estado caótico da Nação, e qualquer acção indirecta da sua parte é atribuída a pessoas que agem indevidamente em seu nome. A consagração de D. João VI é indiscutível. As proclamações terminam com as vivas a el-rei o senhor D. João VI. É em seu nome, conservando o seu augusto soberano que há-de governar-se.

(7) *Segunda proclamação do conselho militar do Porto à tropa da mesma cidade - 24 de Agosto de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob.cit.*, p. 6. Sublinhados nossos.

(8) *Idem, ibidem.*

(9) *Idem, ibidem.*

(10) *Idem, ibidem.*

A terceira proclamação, de 25 de Agosto, é uma proclamação diferente das duas primeiras, na medida em que passa de uma declaração de intenções a uma situação de facto, em que são concretizadas algumas das ideias das anteriores:

"Portugueses: - Raiou, enfim, o dia da glória e independência nacional. Está instalado um governo da escolha da nação, e em breve as mesmas cortes ... vão fazer-nos ... uma constituição ..."(11)

Esta proclamação foi lida pelo tenente general governador, Filipe de Sousa Canavarro, dizendo aos portugueses que já estava instalado um governo provisório, e que, e se iam reunir as cortes para fazer a constituição. Veja-se como nesta proclamação a ideia fundamental é a de dizer que o governo é de "escolha da nação"(12) e que, por isso, se deve confiar no "governo que a nação escolheu".(13)

Sepulveda dirige aos Portugueses a quarta proclamação, em 26 de Agosto, no Porto, destacando as ideias de Segurança e Liberdade. "Eis aqui cumpridos os vossos votos; eis aqui franqueada a vereda que erriçavam os gumes atropeladores da vossa liberdade!"(14) Pede a todos que mantenham as suas "obrigações"(15), os seus "deveres para com a soberania e vassalagem"(16), ou seja, a Ordem na Nação: "vigiai cuidadosos vossos interesses, vossa segurança. Tais devem ser os vossos e tais são os meus sinceros votos. Eu d'esta glória só fico contente, que a minha pátria amei, e a minha gente".(17)

(11) 3ª proclamação do tenente general Filippe de Sousa Canavarro aos portugueses - 25 de Agosto de 1820 - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob.cit.*, p. 11.

(12) *Idem, ibidem.*

(13) *Idem, ibidem.*

(14) 4ª proclamação do coronel Bernardo Correia de Castro e Sepulveda aos portugueses - 25 de Agosto de 1820 - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob.cit.*, p. 12.

(15) *Idem, ibidem.*

(16) *Idem, ibidem.*

(17) *Idem, ibidem.*

Saliente-se que, desde o início, as proclamações se dirigem a todos os portugueses e que os seus fautores agem em nome da Nação. É claro que apesar da recorrência a valores tradicionais as proclamações citadas contêm ideias revolucionárias. Assim o entenderam desde logo alguns. Foram estes que, ao manifestarem o seu descontentamento, assumiram as primeiras reações contra-revolucionárias.

Proclamações contra-revolucionárias

O conde de Amarante, governador da província de Trás-os-Montes, não aderiu ao movimento do Porto. E, no mesmo dia 26 de Agosto de 1820 disse, em Chaves, as seguintes palavras:

"Transmontanos valorosos e fiéis: É a terceira vez que as circunstâncias me fazem convocar-vos às armas, e sempre tive a satisfação de vos ver correr a defender os sagrados direitos do nosso augusto soberano o senhor D. João VI, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves; em 1808 fostes vós quem rompeu o cativeiro, que os exércitos de um pérfido invasor nos tinha lançado; mas desgraçadamente nada temos feito: pois se não temos inimigos exteriores temos entre nós homens ambiciosos, loucos e perdidos, que, infelizmente com o nome de portugueses, querem mudar de governo, e com especiosos e falsos motivos nos querem induzir a ser traidores ao rei e perjuros ao sagrado juramento que lhe demos, e semeando a anarquia na nação, nos prometem grandes bens com tais mudanças; mas lembrai-vos de quais foram os que os franceses revolucionários causaram à França, onde só se viram mortes, incêndios e roubos, e por fim uma destruidora guerra: mas a vossa fidelidade é tão conhecida, que não é necessário despertá-la com razões. Eu estou decidido pelos princípios da honra, do dever e da religião a sacrificar até à última gota do meu

sangue em defesa dos sagrados direitos de el-rei nosso senhor: estou certo que estes sentimentos serão os de vós todos. É um crime reconhecer o governo revolucionário do Porto: as câmaras, magistrados e todas as autoridades, assim militares como civis, o deverão repelir, e não reconhecer tal governo.

Transmontanos, conservemos a nossa fidelidade, e seja o nosso grito geral: Viva el-rei e vivam os portugueses honrados que lhe forem fiéis".(18)

Como se vê, é também em nome do rei que o conde de Amarante pede fidelidade aos transmontanos, fidelidade que consiste em não aderir à revolução do Porto. Invoca a grandeza dos feitos históricos desta província, para lhe pedir que não fracassem agora com inimigos do próprio país, semeadores da anarquia e traidores do Rei.

Idêntica posição anunciou o governador da província da Beira, António Marcelino da Victória. Hostil ao pronuncionamento do Porto, advertiu os corpos do exército sobre as suas ordens de revolta.

"Tendo pleno conhecimento de que toda a tropa desta província, e mesmo os habitantes dela, temem a Deus todo poderoso e amam, como devem, ao seu rei, estou certo que cumprirão estes dois sagrados preceitos, que são indispensáveis para o sossego público e particular.

Só lhes devo trazer à memória aquelas proclamações ou palanfrórios, com que Bonaparte nos prometia todo o bem, porém causava-nos todo o mal. Todos são testemunhas destes enganos, e por isso é que eu peço se não deixem iludir e enganar com tais papéis, que todos são cavilhosos.

Viva el-rei nosso senhor, viva el-rei nosso senhor, viva el-rei nosso senhor".(19)

(18) *Proclamação do Conde de Amarante, general governador das armas da província de Trás-os-Montes, recomendando aos seus subordinados que se conservem fiéis às antigas instituições - 26 de Agosto de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob.cit.*, p. 12-13. Sublinhados nossos.

Comparem-se as anteriores proclamações com a proclamação do Conde de Amarante e do governo militar da Beira, e repare-se como as primeiras mantêm a fidelidade a D. João VI, e como, esta mesma fidelidade está presente nas duas últimas. No entanto, embora em ambos se jure fidelidade ao Rei, a grande diferença está no tipo de Rei a quem se promete e pede fidelidade. Assim, enquanto o movimento revolucionário precisa da figura do Rei para garantir o triunfo dos novos valores, o movimento contra-revolucionário é fiel aos antigos valores, e, conseqüentemente, à tradicional figura do Rei. Pelo contrário, o movimento revolucionário precisa do Rei, mas não do antigo Rei: pretende edificar uma monarquia com funções diferentes, cujo poder régio tem que se equilibrar com o poder das cortes.

Assiste-se, assim, a um confronto entre a tentativa do conde de Amarante e de António Marcelino da Victória em manter uma permanência, e a luta pela mudança por parte do movimento do Porto. Ambos, mantêm a imagem tradicional do Rei, mas, atribuem-lhe coisas completamente diferentes: um, o contra-revolucionário, mantêm a imagem do Rei antigo; o outro, o revolucionário, relaciona o Rei com as Cortes e com a Constituição, logo, traça uma nova imagem de Rei. Ou seja, por trás da imagem tradicional há uma nova imagem de Rei. Daí, as tensões entre a permanência e a mudança na imagem do Rei, de tal forma que se perfilam numa única pessoa duas imagens: o Rei absoluto e o novo Rei constitucional.

De facto, quando os revolucionários invocam a fidelidade ao Rei, mascarando-a de uma permanência da tradição, é apenas uma maneira

(19) *Proclamação do tenente general António Marcelino da Victória, encarregado do governo das armas da provincia da Beira, contra as ideias liberais, 29 de Agosto de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS. *ob. cit.*, p. 17. Sublinhados nossos.

subtil de fazerem passar uma imagem necessária à edificação de um novo sistema político. A Monarquia mantém-se. Mas, é outra forma de Monarquia: uma Monarquia Constitucional. Por isso, a permanência ou tradição na invocação do Rei, não é tanto como se pensa ... Antes, ligava-se o Rei à ideia de poder soberano. Agora, são proclamados novos valores: a liberdade e a ordem garantidas através das leis, da iniciativa das Cortes e consignadas pela Constituição.

Por isso, o Conde da Amarante e o general Victória, apresentam uma imagem tradicionalista do Rei, com um conteúdo totalmente diferente da nova imagem dos revolucionários, o que significa que, embora possam dizer o mesmo, o conteúdo das suas afirmações é divergente. Os seus vivas são, de facto, vivas a um diferente Rei. Pode concluir-se que não há uma mas, sim, duas imagens do Rei, concretamente de D. João VI, sempre em tensão. Estão em causa valores que garantem fidelidade ao Rei, que, sendo a mesma pessoa, tem, no entanto, duas imagens: a imagem antiga e a nova imagem. Por isso, em rigor, deve falar-se não da imagem do Rei, mas, da dupla imagem do Rei, que coexiste em tensão entre o movimento revolucionário e o movimento contra-revolucionário.

2. INCIDÊNCIAS POLÍTICO-GOVERNATIVAS

Programa de acção da Junta Provisional do Porto

A governação do reino iniciou-se com a constituição da Junta Provisional que nesse mesmo dia 24 de Agosto iniciou os seus trabalhos. Presidida por António da Silveira Pinto da Fonseca, dirigiu-se aos portugueses no mesmo tom das anteriores proclamações. Há no entanto, uma referência nova à pessoa do Rei. Atribuindo as desgraças do reino à ausência do soberano, glorifica-se o seu nome acreditando que nada de mal teria acontecido se este tivesse permanecido em Lisboa.

"... e para cúmulo da desventura deixou de viver entre nós o nosso adorável soberano. Portugueses! Desde esse dia fatal contamos nossas desgraças pelos momentos que tem durado a nossa orfandade".⁽²⁰⁾

Sem o Rei na metrópole, Portugal passou a viver na incerteza e na desorientação. A junta provisional consagra definitivamente D. João VI, quando afirma que o movimento não tem qualquer sintoma de revolta contra o soberano, querendo mesmo reatar os laços de união entre os portugueses e D. João VI, não atacando as partes fundamentais da monarquia.

A pedra angular deste movimento é a convocação de cortes que elaborem uma constituição. Embora seja uma ideia liberal, portanto inovadora, aparece justificada por comparação com as antigas leis e cortes de Portugal.

(20) *Manifesto da junta provisional aos portugueses - 24 de Agosto de 1820* -, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 9.

"Tenhamos, pois, essa constituição, e tornaremos a ser venturosos. O senhor D. João VI, nosso adorado monarca, tem deixado de a dar, porque ignora nossos desejos, nem é já tempo de pedir-lha, porque os males que sofreremos, e mais ainda os que devemos rezear, exigem um prontíssimo remédio.

Imitando nossos maiores, convoquemos as cortes, e esperemos da sua sabedoria e firmeza as medidas que só podem salvar-nos da perdição e segurar nossa existência política. Eis o voto da nação, e o exército que o anunciou por este modo, não fez senão facilitar os meios de seu cumprimento, retardado já em demasia pela timidez ou pela desunião dos amantes da pátria".⁽²¹⁾

Embora não possamos (porque anacrónico) falar num programa político, podemos, através da análise das proclamações que se seguiram a 24 de Agosto de 1820, constatar que as duas primeiras tiveram um efeito de bola de neve em todo o país, levando-o a apoiar o movimento do Porto ou a contestar esta insurreição. E assim surgem os que estão a favor e os que estão contra este processo revolucionário, iniciado com a proclamação de 24 de Agosto. Formam-se grupos de adesão e grupos reacionários, tendo sempre um pequeno número que dão nome e assinam as proclamações que se seguiram. Neste processo revolucionário, a junta provisional do governo supremo do reino é a "sede" de todas as manifestações, ou seja, supervisiona no Porto tudo aquilo que se vai passando no país, sempre pronta a intervir se os movimentos locais assim o exigirem ou por dificuldade de acção, no caso de resistência local, ou para felicitarem os êxitos das províncias. A junta provisional funciona como um autêntico governo provisório que detém o poder central da revolução, e, nas províncias, cabe aos poderes locais conseguirem ali as mudanças das ideias políticas, usando a capacidade de argumentar e os

(21) *Idem, ibidem.*

dons de oratória que convençam a nação de que a mudança de regime é indispensável.

No intuito de interessar os habitantes de Lisboa no movimento revolucionário, a junta do Porto, dirigiu-lhes uma proclamação, a 28 de Agosto de 1820, dia em que teve conhecimento das mensagens da capital portuguesa.

Mais uma vez os revolucionários justificam o movimento pela situação política, social e económica da nação, nação com rei mas que vive como se não o tivesse, dada a sua ausência da metrópole.

"Habitantes de Lisboa! Voltai agora o quadro e vêde o que somos. Não temos senão quem nos faça males. De mais de mil léguas de distância nos aparecem decretos feitos em nome do soberano. Mas este soberano é bom, é justo, quer a nossa felicidade, e eles só nos trazem a desgraça e a miséria. Esses decretos portanto não são obra dele.

Assim vedes bem que existe a monarquia enquanto o trono parece vago. os horrores da anarquia acabariam de nos convencer desta desgraçada verdade, se o brioso exército das províncias não se deliberasse a sustentar os nossos direitos estabelecendo esta junta para governar a nação até à reunião das cortes". (22)

Saliente-se a forma hábil da Junta Provisional em desculpar a acção governativa do reino que pertencia por direito ao Rei, enaltecendo a sua figura e dizendo que ele próprio se encontraria instisfeito com os governadores do reino, por um lado, e desinformado do estado do reino por outro. Afirmavam mesmo que os decretos que se diziam da sua autoria não passavam de falsificações e usurpações em seu nome. A Junta

(22) *Proclamação da junta provisional do Porto aos habitantes de Lisboa*, 28 de Agosto, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 14. Sublinhados nossos.

Provisional do Governo Supremo do Reino intitula-se salvadora da nação, e, faz crer aos portugueses que o próprio rei acharia bem tal mudança. O movimento revolucionário não actua contra o soberano, mas pelo próprio soberano, consagrando o nome de D. João VI, bom, justo e que deseja a felicidade do seu povo. Esta felicidade é agora prometida pela Junta Provisional que se proclama governadora da nação até à reunião de cortes. Serão as cortes a seguir convocadas que ditarão as regras para o governo da Nação. Estas cortes serão formadas, segundo a promessa desta proclamação, pelos homens verdadeiramente portugueses que farão parte da representação nacional. Representação de todos os homens do país eleitos deputados para as Cortes da Nação. Por fim, após a apresentação do seu "programa político", a Junta Provisional termina a mensagem com uma exortação aos habitantes de Lisboa. Pede-lhes que imitem os habitantes do Porto e participem na grande obra da regeneração.

Simultaneamente, o coronel Cabreira, reforça esta posição da junta. Dirigindo-se aos portugueses, para lhes agradecer "com a maior energia o modo por que tomaste calor tão prontamente, associando-se aos sentimentos do exército..."⁽²³⁾, manifesta novamente a fidelidade ao rei. Justifica o movimento e a sua legitimidade com a vontade do próprio Rei em guardar os foros e direitos da Nação, vontade não respeitada por quem o rodeia, nomeadamente os governadores do reino. Não se trata, pois, de uma insurreição contra o rei, mas de uma defesa dos princípios fundamentais da Nação, em nada contraditórios à fidelidade a D. João VI e à sua augusta dinastia.

"São os homens que o cercam e não o senhor D. João VI, que têm consumado a nossa desgraça, porque sua magestade no acto da sua aclamação provou com o seu juramento a bondade do seu

(23) *Proclamação do coronel Sebastião Cabreira aos portugueses*, 28 de Agosto, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 15-16.

coração, prometendo à Nação de guardar-lhe seus foros e direitos; sem foros e direitos são a representação nacional devicemente congregada em cortes, donde unicamente nos podem vir os bens de que tão injustamente fomos esbulhados.⁽²⁴⁾

Mais uma vez é evidente a política de inserção do rei no processo revolucionário.

Programa de acção dos governadores do reino

Face ao afirmar e alastrar do movimento, os governadores do reino, considerando-se os únicos depositários da legítima autoridade, não podiam ficar indiferentes. Procuram a todo o custo impedir a onda revolucionária que se espalha pelo país. Também estes falam em nome do Rei D. João VI, certos da aprovação da sua conduta. Reagem violentamente contra os revolucionários que praticam "o horrendo crime de rebelião contra o poder e autoridade legítima do nosso augusto soberano, el-rei nosso senhor, acabe de ser cometido na cidade do Porto".⁽²⁵⁾

Dizem que foi quebrada a fidelidade a D. João VI, e que o governo supremo do reino é uma conspiração contra a Nação. Os Portugueses são confrontados com uma exortação contrária à anterior, desta vez dirigida contra os revolucionários e pedindo fidelidade e obediência ao governo legitimamente estabelecido pelo rei D. João VI. Em duas posições antagónicas, uma que exige a mudança de regime e a outra

(24) *Proclamação do coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira aos portugueses, 28 de Agosto*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.* p. 15.

(25) *Proclamação dos governadores do reino constituídos em Lisboa aos portugueses, contra os factos revolucionários ocorridos no Porto*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.* p. 16.

que defende o absolutismo, é comum a consagração do Rei. A última intitula-se a única autoridade do reino na medida em que juraram e cumprem amor e fidelidade ao seu monarca. Monarca que nunca deixou, na sua opinião, de responder às solicitações dos seus governadores, desde que justas, para o bem e prosperidade dos seus vassallos.

A nota dominante desta proclamação é a certeza da legitimidade do governo da regência, e com ela a defesa intransigente do absolutismo. Os vassallos podem levar as suas petições aos governadores do reino, e estas serão levadas à presença régia. O rei, todo-poderoso, não será abalado por nada, e tudo, como sempre dependerá do seu poder absoluto. Esta proclamação assinada pelo senhor Cardeal Patriarca, tem como objectivo fundamental conservar intacta a obediência ao Rei, e, com ela, o antigo regime. Daí o pedido a todos os portugueses de conservarem a tranquilidade pública, e esperarem que os responsáveis pela insurreição se arrependam da desordem causada e voltem a obedecer ao seu soberano.

A sua intervenção não se reduz, porém, a uma exortação. Procuram passar à acção de modo a travar a revolução. E assim, comunicam a todos os portugueses que, em nome de D. João VI, resolveram convocar cortes, para evitar a anarquia, a guerra civil e mesmo, a dissolução eminente da monarquia. Esta proclamação é assinada pelo Cardeal Patriarca, Marquês de Borba, Conde de Peniche, Conde da Feira e António Gomes Ribeiro, todos contra o movimento revolucionário. Dizem:

"Portugueses! Os governadores do reino, persuadidos do perigo iminente que corre a nação e a monarquia se se prolongar a crise produzida pela sublevação da cidade do Porto, e usando das faculdades extraordinárias que pelas suas instruções lhes são concedidas em casos urgentes, depois de ouvirem o parecer de grande número de pessoas do conselho de sua magestade, e conspicuas entre as diversas classes da nação, resolveram, em

nome de el-rei nosso senhor, convocar cortes, nomeando imediatamente uma comissão destinada a proceder aos trabalhos necessários para a pronta reunião das mesmas cortes.

Esperam os governadores do reino que uma medida que tão decididamente prova a determinação de se atender às queixas e ouvir os votos da nação inteira, e que todas as classes ce que a mesma se compõe reconhecerão a necessidade de uma tal união para evitar os males iminentes da anarquia, da guerra civil e talvez da dissolução da monarquia".(26)

Como se vê, os governadores do reino, considerando a situação irreversível, resolvem disputar com os revolucionários o governo da nação. Os primeiros, governam por legitimidade mas perdem, pouco a pouco, o domínio da Nação, as forças militares partidárias do movimento de 24 de Agosto, estão bem organizadas, coesas e orientadas pela Junta Provisional que também reclama o governo da nação. Neste confronto, os governadores do reino adoptam como estratégia política a convocação de cortes. Estamos agora perante um facto novo: se antes, ambos os grupos consagravam D. João VI, agora, também, ambos os grupos decidem convocar cortes. Nesta aparente política comum, há, no entanto, uma diferença fundamental: os governadores apenas querem temperar a Monarquia Absoluta, enquanto os revolucionários querem instaurar uma monarquia representativa. Então, se a consagração do Rei é atitude comum, esta consagração tem nos primeiros a fidelidade à tradição, e nos segundos, a manutenção da Imagem e da Pessoa do Rei, mas, a ruptura com o seu tradicional poder absoluto.

A consagração tem, por isso, formas e objectivos políticos completamente diferentes, que, não aparecem expressos nas proclamações, mas se devem ler nas entrelinhas. A reacção dos contra-revolucionários à

(26) *Proclamação dos governadores do reino aos portugueses, declarando-lhes que, em nome de el-rei D. João VI, iam convocar a cortes os três estados - 1 de Setembro* - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 19.

acção político-militar dos revolucionários é de temor e de recusa. Postos, porém, perante situações consumadas, são obrigados a agir, fazendo "concessões políticas" não preparadas mas circunstanciais. O peso das circunstâncias leva-os a proclamarem a convocação de cortes à semelhança dos revolucionários; a perdoarem todos os que se revoltaram e voltem à ordem; finalmente, confiam na lealdade à autoridade de sua magestade, obedecendo ao governo legítimo.⁽²⁷⁾

Dizem os governadores do reino:

"Habitantes da cidade do Porto e mais portugueses que, a seu exemplo, vos deixastes iludir! Os governadores do reino, unicos depositários legítimos da autoridade régia, na ausência do nosso amado soberano, acabam de dar à nação inteira a prova mais evidente dos paternais sentimentos do mesmo senhor, adoptando, em seu real nome, a resolução de convocar as cortes, na persuasão de que esta medida encherá de satisfação a todas as províncias do reino, e sobretudo aquelas que fundaram nesse desejo o extravio a que foram arrastadas (...)

Portugueses que fostes iludidos!... lembrai-vos de que o primeiro dever, o primeiro voto de todo o bom português, é o de manter independente a monarquia, assim como indissolúvel a sua unidade.

Os governadores do reino afiançam solenemente, em nome de sua magestade, inteira amnistia a todos aqueles que de pronto entrarem nos seus deverem e se submeterem ao legítimo governo... [Os governadores] estão determinados a fazer reconhecer por todo o reino a autoridade de sua magestade".⁽²⁸⁾

Contrapõem, os membros da junta provisional:

(27) *Neste confronto de governos, veja-se a proclamação dos governadores do reino aos habitantes do Porto e a proclamação da junta provisional aos portugueses, ambas de 2 de Setembro de 1820, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, ob. cit., p. 22-23.*

(28) *Proclamação dos governadores do reino aos habitantes do Porto, 2 de setembro de 1820, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, ob. cit., p. 22.*

"Os que foram governadores do reino têm proclamado que poucos soldados e poucos homens mudaram na vossa cidade a ordem antigas das coisas, e que por isso ninguém deve obedecer-nos.(...) Portuenses! Temos forças, temos meios de sustentar a nossa causa. Ela é justa, é também a causa de nossos vizinhos os espanhóis, e por isso, tropas deles ocupam já nossas fronteiras na Galiza, aonde se acham prontas a auxiliar a nossa independência.(...) Portuenses! Nada temais; Deus é por nós".⁽²⁹⁾

(29) *Proclamação da junta procisional aos portuenses, 2 de Setembro de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 22-23.

3. INCIDÊNCIAS REFLEXAS

As respostas dos militares do Porto às proclamações contra-revolucionárias

Face aos ataques contra-revolucionários, os revolucionários respondem, também, pela palavra e pela acção. Uma está presente em numerosas proclamações, outra no avanço das tropas sobre Lisboa, e na instalação aqui do governo interino.

Com a finalidade de convencer a província de Trás-os-Montes, o Porto convida os transmontanos a virem ao Porto sentirem a felicidade e a consagração do rei que os portuenses lhe fazem. Aos habitantes do Alto Douro, é aconselhado o descrédito ao conde de Amarante, em troca de um governo activo, enérgico e patriótico que fará a sua felicidade. A todos os exércitos do país, na proclamação de 2 de Setembro, o corpo militar do Porto afirma solenemente a consagração do senhor D. João VI, incitando-os a colaborarem nesta obra tão grande. Aos habitantes da Beira, o Porto critica o general Victória, arrastado pela ambição e baixeza, promotor de interesses pessoais em nome de uma suposta fidelidade ao monarca. E num discurso crítico, volta a homenagear a monarquia e a autoridade de D. João VI.

"A Junta do Supremo Governo, que sabiamente nos rege, não pretende, como já tem protestado, destruir a monarquia nem derrogar a autoridade do nosso augustíssimo monarca o senhor D. João VI. Ela quer, pelo contrário, sustentar e firmar o trono da sereníssima casa de Bragança pela restauração das antigas e saudáveis instituições que em idades mais felizes o ilustraram; ela quer instaurar as cortes da Nação, que desde o glorioso reinado do

primeiro Afonso, formaram o conselho dos monarcas portugueses, mantiveram os sagrados direitos da sua coroa e dos povos, e prepararam grandes feitos que farão sempre ilustre o nome português".⁽³⁰⁾

Idêntico teor transparece da proclamação dos portuenses aos soldados de Trás-os-Montes, da proclamação dos portuenses aos habitantes do Alto Douro e da Proclamação a todos os exércitos. O processo revolucionário continua e, em 4 de Setembro, uma nova proclamação à Beira tenta persuadi-la a aderir; aos transmontanos é mesmo anunciado um confronto, e, desta vez, pela força da ameaça se declara guerra aos que não aderiram à revolta: os oficiais e os soldados serão castigados, e, as terras perderão os seus forais e privilégios.

Inicialmente o reino divide-se. A pouco e pouco todas as províncias dissidentes foram aderindo à causa constitucional. Face à crescente aderência ao movimento do Porto, o governo legítimo dá conhecimento ao rei desta situação e, acha por bem, não usar da força militar para sustentar a revolta, pois, poderia ocasionar uma guerra civil, tumultos e anarquia. Estas as razões para a rápida convocação das cortes.⁽³¹⁾

Por seu lado, o governo do Porto numa carta aos governadores do reino, faz-lhes sentir o estado lastimável a que chegara o país nos últimos tempos do regimen absoluto. Justifica, assim, a resolução tomada de constituir o seu movimento político. Saliente-se que, embora culpando os governadores do reino da situação em que se encontra o país, salvaguardam, sempre, o nome do rei.

(30) *Proclamação dos portuenses aos habitantes da Beira, 2 de Setembro de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 21.

(31) Cfr. *Carta dos governadores do reino a el-rei D. João VI, relatando-lhe os acontecimentos revolucionários e as providências tomadas - 2 de Setembro de 1820* - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 23.

"Iam engrossando em Portugal, nessa própria cidade, na pátria de honra e da lealdade, três diversos e opostos partidos que, com o aparente intuito de salvar a nação, mas em realidade para conservarem ou promoverem seus particulares interesses, urdiam o indigno projecto, ou de nos entregarem a uma nação estranha, ou de nos manterem debaixo da vergonhosa tutela de outra, ou de derrubarem do trono o nosso adorado soberano, para lhe substituírem o chefe de uma ilustre casa portuguesa, cuja lealdade contudo se recusaria, sem dúvida, a tão intempestiva honra.(...)

V. ex^{as}, a quem o nosso adorado soberano confiou o governo destes reinos, a felicidade dos portugueses, e a segurança do seu trono e soberania, não têm tido energia ou poder nem para adoçar aqueles males, nem para dissipar estes projectos. Nós não ousamos supor a vil prevaricação em ânimos nobres e portugueses.

Que restava, pois, a uma nação sempre honrada, generosa e cheia de brio? Nenhum outro recurso, senão o de empregar em seu benefício os meios extremos a que recorre e tem direito de recorrer qualquer simples indivíduo que vê atacada a sua própria existência ou estancadas todas as fontes da sua prosperidade.⁽³²⁾

Veja-se a estratégia utilizada pelos revolucionários para conseguirem os seus objectivos políticos: era necessário manter, a todo o custo, a imagem de respeito ao rei; por outro lado, era necessário que o rei tomasse consciência da situação que se estava a criar na metrópole, e percebesse que a única solução que lhe restava era a de "aceitar" a revolta e as suas consequências na vida política portuguesa.

"A nossa resolução está definitiva e irrevogavelmente tomada; nós sustentaremos, à custa das próprias vidas, a santa causa que havemos empreendido, e um milhão de portugueses que a seguem

(32) *Carta da junta provisional aos governadores do reino, fazendo-lhes sentir o estado lastimável a que chegara o país nos últimos tempos do regimen absoluto - 3 de Setembro de 1820* - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 28-29. Sublinhados nossos.

não retrocederão facilmente na carreira que começaram, muito mais quando esta carreira é a da honra, e quando ao fim dela se lhes apresenta a imortalidade".⁽³³⁾

É neste ambiente que se efectuava o pronunciamento em Lisboa.

As intervenções da Junta e dos governadores

O pronunciamento em Lisboa a favor das ideias liberais, ocorreu no dia 15 de Setembro de 1820, e, nesse dia, foram nomeadas as pessoas que deviam formar o governo interino. A vitória do movimento liberal foi fruto de meios repressivos⁽³⁴⁾ para com os governadores do reino. Apesar de todas as tentativas dos últimos em resistirem, utilizando como principal arma a consagração de el-rei D. João VI, a quem obedeciam fielmente, também os revolucionários usavam a mesma arma, conseguindo que as realizasse em Lisboa, um movimento revolucionário paralelo ao de 24 de Agosto: é a vitória da revolução.

E será o dia 1 de Outubro de 1820 o dia memorável para os revolucionários, dia em que a Junta Provisional do Porto, partindo de Alcobaça e parando em Sacavém, chegou a Lisboa. Tinha definitivamente vencido as resistências dos contra-revolucionários, sendo acolhida por toda a tropa de guarnição, e, no palácio do Rossio, foram recebidos pelo governo interino e aí se efectuou a junção dos seus membros, de acordo com o estabelecido politicamente.

(33) *Idem, ibidem.*

(34) Cfr. 1. *Ofício de José Ferreira Borges, secretário da junta provisional, ao marechal de campo Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas, exigindo-lhe as credenciais - 16 de Setembro de 1820, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, ob. cit., p. 49.* 2. *Ofício de José Ferreira Borges ao marechal Álvaro Póvias, ordenando-lhe que saia de Coimbra - 16 de Setembro de 1820, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, ob. cit., p. 50.*

"O governo interino, no feliz momento em que vai fraternalmente unir-se à junta provisória do supremo governo do reino, faltaria aos seus sentimentos e ao seu mau grato dever, se não expressasse à tropa e a todas as classes do generoso povo de Lisboa quanto corresponde à sua expectativa o sossego e a tranquilidade que tem inalteravelmente reinado desde o memorável acontecimento do dia 15 de Setembro(...)

É chegado o instante em que o governo interino acaba, não por terminar a sua existência, mas para reunir-se em um só corpo com os primeiros que levantaram o glorioso estandarte da regeneração. No governo supremo do reino considerai os membros do governo interino, dirigindo de comum acordo com os varões ilustres, a quem tocaram os primeiros passos na estrada da felicidade, os negócios que vos respeitam e a todo o reino.

A manhã do 1º de Outubro fará época memorável na história portuguesa, por ser aquela em que se efectuou a reunião mais cordial, toda encaminhada ao bem público desta nação (...)

Portugueses, a obra em que vos empenhastes é grande; ela não está acabada; nos diversos períodos que se seguirem conservai a tranquilidade que tem respirado em vossos movimentos; pondo a vossa inteira confiança no supremo governo do reino; respeitai a subordinação e a ordem; tudo será, felizmente, ultimado e vós alcançareis o mais brilhante prémio da vossa resolução e patriotismo.

Viva a religião, viva el-rei, viva a constituição".⁽³⁵⁾

Esta proclamação é um discurso de agradecimento à tropa e a todas as classes do povo de Lisboa, pelo seu bom comportamento em todo o processo revolucionário. O governo interino expressa o seu júbilo por, finalmente, se unir à junta provisória do supremo governo do reino. Recorda o "memorável acontecimento do dia 15 de Setembro"⁽³⁶⁾, que

(35) *Proclamação do governo interino à tropa e povo de Lisboa, agradecendo-lhe o seu comportamento - 1 de Outubro 1820* - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 59-60.

(36) *Idem, ibidem.*

decorreu na mais absoluta serenidade. Durante todo o "decidido e enérgico movimento para a liberdade"⁽³⁷⁾, chegou o instante em que o governo interino se reúne num só corpo com os primeiros que levantaram o "estandarte da regeneração".⁽³⁸⁾ Recorda também a manhã de 1 de Outubro, dia memorável na história portuguesa, por ser o dia em que se deu a união dos movimentos regeneradores da nação.

(37) *Idem, ibidem.*

(38) *Idem, ibidem.*

CAPÍTULO II

A "FIDELIDADE" DA JUNTA PROVISIONAL DO SUPREMO GOVERNO DO REINO

Desde o início da consolidação do movimento do Porto, houve sempre a preocupação em dignificar a imagem do rei, principalmente por razões de estratégia política. Esta consideração pelo Rei, como já salientamos no capítulo anterior, existiu desde a primeira Proclamação de 24 de Agosto de 1820. Nesse ponto procurámos decodificar nas proclamações do movimento do Porto, sinais dessa consagração a D. João VI. Tratou-se de uma consagração do rei perante toda a Nação: em qualquer parte do país, os revolucionários aclamavam o Rei com os tradicionais VIVAS a El-Rei D. João VI. Tratava-se neste caso de uma acção política do movimento de 24 de Agosto, que, tinha consciência da necessidade da figura do rei para o êxito do movimento. Foi uma consagração toda voltada para a Nação, para os opositores e resistentes à mudança, para a aceitação e popularidade dos revolucionários, ou seja, uma estratégia política virada para o exterior, com a finalidade de fazer passar as ideias liberais, usando como garantia da bondade do movimento, a imagem e a consagração de D. João VI.

Interessa-nos agora problematizar o tratamento dado ao rei pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino. Agora, já não pesam as razões da necessidade dessa consagração por motivos políticos. É um tratamento que se passa no silêncio de uma carta, e não na agitação das proclamações. É outra forma de consagração. Consagração que não acontece nas praças públicas, mas, no cuidado em informar o rei daquilo que se passa em Portugal. Poderemos perguntar as razões desta fidelidade

ao monarca. É isto que procuraremos responder lendo as cartas dirigidas a D. João VI.

A junta provisional do supremo Governo do Reino, designada "Governo interino de Lisboa", julgou ser seu dever informar o rei de todas as ocorrências no Reino⁽¹⁾. Logo após o pronunciamento de Lisboa, de 15 de Setembro, o governo interino dirige-se ao Rei para lhe comunicar tais acontecimentos. Contudo, a sua versão do movimento prende-se com a tentativa de manter a tradição. Saliente-se o facto da Junta não considerar o movimento de 15 de Setembro em Lisboa, uma clara ruptura com o regime, mas, pelo contrário, a continuidade do tradicionalismo monárquico. Tradição que consistia em comemorar todos os anos, a 15 de Setembro, o aniversário da Restauração. Tradição que a Junta Provisional entendia querer continuar, contrariando, no entanto, a vontade dos governadores do reino.

Podemos ler nas entrelinhas, a habilidade política dos revolucionários, ao aproveitarem em todas as dimensões a vida normal da Nação. E, fazendo parte da vida da Nação, a comemoração da restauração, o movimento de Lisboa, teria à partida um êxito garantido, pois, correspondia às expectativas dos lisboetas. Ou seja, o pronunciamento de Lisboa conseguia conciliar dois aspectos fundamentais:

1. Convencer Lisboa a aderir às ideias liberais;
2. Mostrar ao rei a atitude "conservadora" deste movimento e, a sua consequente lealdade a D. João VI.

(1) Refira-se que a Carta (1ª) do governo interino de Lisboa a El-Rei D. João VI é de 26 de Setembro de 1820, seguiram-se as outras duas em 1 de Outubro e em 6 de Outubro desse ano. Isto mostra a regularidade com que o rei foi sendo "informado".

Estas duas metas foram de facto alcançadas, como veremos adiante. Na 1ª Carta ao monarca, a Junta explica-lhe este acontecimento em Lisboa como algo de natural. Tão natural que

"uma multidão imensa do povo, que concorreu ao mesmo tempo aquela praça, rompeu o silêncio, proclamando altamente a liberdade e pedindo outro governo, cortes e constituição"⁽²⁾.

Note-se o artificialismo de tal carta, que a partir de uma explicação tão simples para o acontecimento, aproveita para pôr na vontade do povo, os ideais de liberdade. Ideais liberais que mais não eram, em Lisboa, senão a continuação do movimento de 24 de Agosto, mas justificados na carta ao rei de uma forma tão subtil, que faz crer que nada de anormal se teria passado em Lisboa, a não ser a vontade de uns em comemorar a Restauração, contra a vontade dos governadores do reino. É comunicado ao Rei que a tropa não entendia a vontade dos últimos. e, por isso, tinha marchado para o Rossio. Assim, é justificado este movimento que, não concordando com a regência, resolvera, ele próprio, seguir o exemplo do exército do Porto. Este exemplo que consistiu na proclamação dos princípios liberais do Norte, centrados à volta da ideia de Liberdade. A liberdade permitia a instauração de um outro governo, a convocação de cortes e a realização de uma constituição. A novidade do movimento centralizava-se na ideia de constituição. O governo e as Cortes faziam parte da tradição da Monarquia Absoluta, mas, a Constituição escrita era algo de completamente desadequado como regime, e com toda a história anterior de Portugal.

É pela 1ª Carta que o Rei toma conhecimento do alcance dos acontecimentos ocorridos no seu reino, e terá, concerteza, consciência do

(2) *Carta (1ª) do governo interino de Lisboa a El-Rei D. João VI - 26 de Setembro de 1820*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 64 Sublinhados nossos

perigo que corre o seu governo. A Junta Provisional apresenta-lhe nesta carta a consumação dos factos: nada lhe resta senão aceitar a situação instaurada.

A Fidelidade ao Rei

Se a ideia de constituição é inovadora em Portugal, a ideia da fidelidade ao Rei é tão velha como a história de Portugal. É uma atitude típica de qualquer sistema monárquico, e segue bem de perto a tradição de fidelidade do povo em relação ao seu soberano. Como temos vindo a acentuar é esta ideia que acompanha sempre de perto as ideias de ruptura com o sistema; a fidelidade ao Rei era fundamental para o êxito da ideia de constituição.

A Junta Provisional escreve também a comunicar ao Rei que a fidelidade à sua pessoa, é não só do povo, mas também da própria Junta

"Os membros de que se compõe este governo interino beijam a real mão de vossa magestade com o mais profundo respeito, jubilo e satisfação, não só pela interessantíssima e preciosa saúde de vossa magestade e mais pessoas reais de que houve conhecimento pelo correio marítimo Infante D. Sebastião, chegado a este porto no dia 15 do corrente, mas também por poderem segurar a vossa magestade que nem os acontecimentos do Porto no dia 24 de Agosto, nem os de Lisboa no dia 15 do corrente ulteriores alteraram os naturais e indelévels sentimentos de amor e lealdade que a nação portuguesa consagra à pessoa de vossa magestade e real dinastia"⁽³⁾.

Dando ao rei a palavra de lealdade para com a sua pessoa, a Junta provisional informa-o da vontade da Nação em mudar a situação do reino. Vontade que se iniciou no Porto, mas que acabou por singrar também em Lisboa, de que resultou a união destes dois movimentos. Esta

(3) *Idem, ibidem*, p. 65

é a versão dos acontecimentos comunicados ao Rei. Nada resultou em guerras ou anarquia, mas sim, num acordo entre Lisboa e Porto, que evitou a subversão da ordem social e a queda de sua magestade.

A Junta Provisional, agora governo interino, faz saber ao Rei que vela por dois grandes interesses:

- a) Os interesses do Rei;
- b) O interesse da Nação.

E para dar voz à Nação, decidiu, por isso, promover a elaboração de uma constituição por intermédio dos seus representantes e reunidas Cortes. Para mostrar a sua fidelidade a D. João VI, é-lhe garantido na 1ª Carta que as bases dessa constituição mantêm a mesma dinastia reinante, considerando sagrada a pessoa do Rei, e o respeito à religião.

Confronto com a Carta dos Governadores do Reino

Muito antes da 1ª Carta da Junta Provisional, o Rei D. João VI já tomara conhecimento dos acontecimentos no Porto. Os governadores do reino haviam-lhe relatado os acontecimentos revolucionários de 24 de Agosto e as providências tomadas a 2 de Setembro⁽⁴⁾. Esta medida mostra também a sua fidelidade ao Rei. Há, no entanto, uma diferença fundamental nesta carta. Se nas missivas da Junta Provisional, o Rei é apenas informado das decisões da mesma, no caso dos governadores do Reino, há um apelo directo à acção do soberano. Este apelo é sinal da desorientação da regência perante o movimento do Porto, e a consciência

(4) *Carta dos governadores do reino a el-rei D. João VI, relatando-lhe os acontecimentos revolucionários e as providências tomadas, in 2 de Setembro de 1820*, CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 23

de que os pronunciamentos se seguirão, como aconteceu, caso não haja uma acção directa de D. João VI. Mas é também a expressão de submissão do governo à autoridade soberana do monarca. A regência pede auxílio ao Rei, e, ao mesmo tempo, informa-o do perigo que corre a soberania Régia.

"Tendo feito a vossa magestade uma fiel narração de tudo quanto se tem passado (...), lhe houvesse mos de suplicar com a maior instância, e como uma medida sem a qual seria impraticável, não só o poder conservar estes reinos na conveniente prosperidade e necessário sossego, mas também o tirar-se da convocação das cortes, uma vez que ele fosse adoptada, aqueles resultados podem vir a ser de maior e mais decidido interesse para a felicidade dos mesmos reinos e segurança dos sagrados e inalienáveis direitos da real coroa e soberania de vossa magestade, que se efectuasse quanto antes a restituição da real pessoa da vossa magestade ou de algum dos membros da sua augusta familia ..."(5)

A regência deseja o regresso do Rei pois, percebe que, se o movimento do Porto tomar o poder, vai mudar o sistema vigente, inaugurando na História de Portugal um sistema constitucional. A Carta ao Rei é como uma súplica em favor do absolutismo régio, que os sucessivos movimentos põem em causa.

O Desejo do Regresso do Rei

Ao lermos as memórias do Marquês da Fronteira, sentimos essa fidelidade absoluta ao rei. Todos desejam o seu regresso.

(5) *Idem, ibidem*

"As ideias de revolução eram gerais. Rapazes e velhos, frades e seculares, todos a desejavam. Uns, que conheciam as vantagens do governo representativo, queriam este governo; e todos queriam a Corte em Lisboa, porque odiavam a ideia de serem colónia duma colónia"(6)

O Marquês da Fronteira retrata bem a situação da época. Época agitada, em que se cruzam os sinais de continuidade com a fidelidade de D. João VI, e os sinais de ruptura com a ideia de um rei absoluto. As palavras do Marquês fazem sentir o ambiente vintista, e mostram como o movimento do Porto apanhou desprevenida a regência que não contava com os gritos da Revolução e os Vivas à Constituição. A regência não tinha meios para calar tais gritos; estava completamente abandonada, excepto por Lisboa, mesmo esta pouco firme, na opinião do Marquês.(7)

Nas duas cartas que a Junta provisional dirigiu ao Rei, o movimento do Porto transmite-lhe a ideia de que a sua acção politica é uma atitude salvadora dos males do reino, e não uma atitude com objectivos de ruptura com o antigo sistema político. Curiosamente, não assumem o desejo de mudança justificando a sua acção pelos anseios do Povo. O Povo proclamou em Lisboa o desejo de Liberdade concretizada num novo governo, cortes e Constituição. Dão a entender que Lisboa imitou o movimento do Porto por mera casualidade de festejar a restauração, e não seguindo um plano político de fases sucessivas de proclamação dos novos ideais liberais.(8)

Para a Junta o movimento de Lisboa não fazia parte do "programa" político do Porto. Foram acontecimentos motivados por razões diferentes, mas com princípios comuns, já que Lisboa adoptou as ideias

(6) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, Parte II, p. 195

(7) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, Parte II, p. 199

(8) Veja-se a 1ª Carta do Governo interino de Lisboa a el-Rei D. João VI, 26 de Setembro de 1820, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 64

liberais do Porto. A Junta explica ainda ao Rei que Lisboa decidira comunicar com o Porto a fim de evitarem a disparidade de movimentos. Repare-se na habilidade dos revolucionários em fazerem crer ao Rei que o diálogo do Porto com Lisboa foi meramente conjuntural e não a sequência de um movimento que não daria frutos políticos se ficasse, circunscrito à cidade do Porto ou a algumas províncias. O movimento de 24 de Agosto tinha objectivos Nacionais e não locais, pois, desde o princípio as proclamações destinavam-se à NAÇÃO e não somente ao Porto. Tratou-se do início da 1ª fase do liberalismo Português, que, pouco a pouco, e sem confusões, procurou conquistar a Nação. A adesão de Lisboa é a sequência do movimento do Porto, embora o governo de Lisboa explique na 1ª Carta ao Rei uma visão muito deturpada da realidade.

Lisboa aderira aos princípios proclamados no Porto para conservar a integridade do reino e a independência nacional. Para isso era necessário concentrar o Poder executivo a fim de evitar os males da divisão e a anarquia. Por outro lado, só a união dos movimentos militares evitariam a subversão da ordem social e, repare-se na defesa da legitimidade do Rei, zelariam pela manutenção do trono real.

Os revolucionários expressam ao Rei a sua preocupação em conservar a Monarquia. Garantem a D. João VI a fidelidade à sua pessoa.⁽⁹⁾ Na 2ª Carta datada do 1º de Outubro, repetindo os mesmos princípios enunciados na 1ª Carta, mostram ao rei a necessidade da adesão de Lisboa ao movimento do Porto, a fim de assegurarem o trono do próprio D. João VI. Mostram, portanto, que zelam acima de tudo pela pessoa do rei, que justifica todos os esforços de união de forças.

"Era então o primeiro cuidado do governo interino, como exposemos a vossa magestade, procurar a conservação da integridade do reino e

(9) Veja-se a repetição destas ideias na 1ª e na 2ª Carta do governo interino do Rei

independência nacional, prevenir os males da anarquia e assegurar o trono de Vossa magestade contra o perigo de que o ameaçava a existência dos dois governos e a decisão dos ânimos, visto que a maior parte da nação havia reconhecido a junta provisional do supremo governo do reino exigido no Porto, e que em consequência havia o governo interino de Lisboa aberto uma comunicação franca e leal com aquele governo. Agora temos a incomparável satisfação de comunicar a vossa magestade o feliz resultado daquela negociação, porque, achando-se os sentimentos dos membros daquele governo perfeitamente de acordo com os nossos, conseguimos que cessasse a divisão e se concentrasse o poder executivo provisional".⁽¹⁰⁾

A Fidelidade do Novo Governo do Reino a D. João VI

O novo governo o Reino escreve uma Carta ao soberano para lhe expressar também a fidelidade absoluta à sua pessoa. Quer fazer-lhe crer que lutam pela continuidade da tradição que sempre deu testemunho ao rei da sua majestade. Salienta o valor insubstituível da monarquia, glorificando as "soberanas virtudes do coroação de sua magestade", e enaltecendo a grandeza e a glória da Monarquia. A forma do governo - Monarquia - e a pessoa do rei são, desde início, conservadas. Veja-se a expressão da carta ao considerar as virtudes soberanas do Rei, ou seja, de uma forma tão subtil, deixam de falar do poder soberano do rei para falarem na Soberania da dinastia de Bragança.

"Um dos primeiros e principais sentimentos que animam os leais corações do povo português, é sem dúvida o amor que professem à sagrada pessoa de Vossa magestade e à soberania da sua augusta casa" ⁽¹¹⁾

(10) *CARTA (2ª) do governo interino de Lisboa a D. João VI*, 1 de Out de 1820, p 68. Sublinhados nossos.

(11) *2ª CARTA ao Rei, ibidem*.

Este amor à pessoa do rei, serve à Junta Provisional para, à semelhança do que aconteceu com o governo do reino, pedir a D. João VI o seu regresso a Portugal. Faz também sentir-lhe a sua falta, para o próprio D. João VI constatar a situação precária do seu reino, e por isso, anuir aos princípios liberais dos defensores da mudança. explicam-lhe as razões das suas atitudes, invocando a necessidade de uma nova ordem no reino por dois motivos igualmente nobres:

1. Salvar a Nação dos males públicos.
2. Dar uma nova imagem política de Nação perante as Nações Estrangeiras.

Estes os motivos do movimentos do Porto, "amigo do trono" e que, por isso mesmo, zelaram por restituir a sua majestade uma nova ordem na Nação. Ordem assente no princípio da liberdade que deseja ser leal ao seu Rei, convocar cortes (seguindo o modelo das luzes da Europa) que hão-de fazer as leis fundamentais da Monarquia, dando ao Rei e ao Reino uma Constituição.

CAPÍTULO III

O RESPEITO DAS CORTES

Instalação das cortes e juramento dos deputados

Após uma sessão preparatória a 24 de Janeiro de 1821, no Palácio das Necessidades, presidido por D. Fr. Vicente de Soledade, arcebispo da Baía, as Cortes instalam-se a 26 de Janeiro, reunindo todos os deputados eleitos no continente. A abertura é celebrada com a missa solene do Espírito Santo, onde os deputados das cortes gerais, extraordinárias e constituintes da Nação Portuguesa, fazem o seguinte juramento:

"Juro cumprir fielmente, em execução dos poderes que me foram dados, as obrigações de deputados das cortes extraordinárias que vão fazer a constituição da monarquia portuguesa, e as reformas e melhoramentos que elas julgarem necessários para bem e prosperidade da Nação, mantida a religião católica apostólica romana, mantido o trono do senhor D. João VI, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, conservando a dinastia da serenissima casa de Bragança".⁽¹⁾

Após o juramento, o Padre Vicente de Santa Rita Lisboa, no templo da Sé, discursa sobre a Nação, a Religião e o Rei, aceitando sem reservas o novo sistema político agora estabelecido. Elogia a liberdade, que possibilitou o nascimento do sistema constitucional, que as Cortes agora reunidas irão dar à Nação. É relevante a posição da Igreja na abertura das cortes.

(1) *Instalação das Cortes e juramento dos deputados*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 133

Alegra-se com uma nova ordem política, fazendo crer que um regime de amargura, dá agora lugar a um regime de liberdade.

"Quem nos diria a nós, ó portugueses, que depois de tantos anos de amargura quando até um suspiro era um crime, chegaria tempo em que todo o cidadão português entrasse na posse de seus direitos e pudesse dar um ai de LIBERDADE".⁽²⁾

A instalação das cortes é, sem dúvida, o resultado dessa ideia nascente no vintismo. Sobre ela se elaboraram as bases de um novo regime, e foi possível a elaboração e a aprovação da constituição. Saliente-se que a própria Igreja, pela voz do Padre Vicente de Santa Rita Lisboa, proclama esta liberdade. Liberdade que permite a aclamação da religião, do rei, do Governo supremo do reino, das cortes e da Constituição. Todas estas mudanças são consequências dessa liberdade, ideia chave dos ideais liberais, e tema de inspiração para tantas obras musicais, literárias, artísticas, programas políticos e todas as ideias que fizeram uma ruptura com o sistema absoluto. Lembremo-nos, por exemplo, do deputado Almeida Garrett, que escreveu a seguinte ode à liberdade:

A LIBERDADE

Em Vinte e Quatro d'Agosto

Os ferros ... os grilhões? ... E as mãos já livres?
E os descarnados pulsos
Desalgemados, soltos! ... Nós escravos
Já miseros não somos?
A pátria é pátria já, nós somos homens!
Homem! Tal nome é dado

(2) *Discurso do Padre Vicente de Santa Rita Lisboa, 26 de Janeiro de 1821, quando os deputados ali prestaram juramento*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 135.

Proferir sem vergonha! - Os santos foros,
O eterno jus sagrado
Que, da origem do ser, nos soprou n'alma
A natureza augusta,
Já não são crimes! Já não sorve o abysmo
De esqualidas masmorras
Ao que intrepido ousou clamar por eles
E com livres acentos
Aos homens disse: - Erguei-vos, que sois homens!
Oh prodigio, oh ventura!
Oh nobre arrôjo de esforçados peitos!
Tu, doce liberdade,
Solta dos torpes laços da ignorância,
Tu desprendeste o vôo,
E em nossos corações, na voz, nos lábios,
Oh suspirado há tanto!
Vieste enfim pousar, vives e animas
C'o almo bafejo os Lusos.
Tu do nosso horizonte as densas trevas.
O enviusado manto
Da hypocrisia vil, do fanatismo,
Da Tirania acossas;
Tu nos franqueias da existência o gozo;
E as ferrolhadas portas,
Que o sacrário das leis da natureza
Arduas téqui fechavam,
Tu nos abres em par - homens já somos!⁽³⁾

Porto, Agosto, 1820

A Primeira sessão Ordinária das Cortes Constituintes

Nesse mesmo dia (26 de Janeiro de 1821), realiza-se a primeira sessão das Cortes. Assistem os membros da Junta provisional do

(3) ALMEIDA GARRETT, *Lirica Completa*, Lisboa, Arcádia, 1971.

governo supremo do reino e da Junta preparatória das cortes, o corpo diplomático e consular.

É neste enquadramento que o presidente do governo, Conde de Sampaio, recita o seu discurso aos ilustres representantes da nação portuguesa. Logo neste 1º discurso há uma referência ao monarca, o senhor D. João VI, o que mostra o respeito destas pelo soberano.

"Gravados estão nos ânimos e corações de todos os portugueses e altamente proclamados à face do mundo inteiro, os dois fundamentais princípios sobre que deve repousar a felicidade pública, e que todos jurámos manter: obediência e fidelidade a el-rei o senhor D. João VI e à sua augusta dinastia, profissão pura e sincera da santa religião dos nossos pais"⁽⁴⁾

É profundo o respeito ao Rei nestas palavras. Respeito que deriva do lugar do soberano na História de Portugal, e da sua Imagem no reino, passado de geração em geração. A Imagem do Rei é preservada de tal forma, que o conde de Sampaio encontra no Rei uma função paternal: o Rei oferece SEGURANÇA, APOIO e PADRÕES de CONDUTA ou VIRTUDES FUNDAMENTAIS. Por isso, a Constituição deve salvaguardar na base os principais fundamentos das virtudes régias e da religião. Assim será uma lei que impede o arbítrio, o despotismo, a licença e a escravidão. E, que promoverá a lei, o poder, a liberdade e a obediência. Por isso mesmo, uma tão grande obra como é a CONSTITUIÇÃO, contemplando a Imagem sagrada do Rei e da Religião,

⁽⁴⁾ *Discurso do Conde de Sampaio, presidente do Governo, perante as Cortes - 26 de Janeiro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 138 Sublinhados nossos.

será sabiamente desenvolvida e executada. São estas as ideias fundamentais presentes no discurso do presidente do governo perante as Cortes. O conde de Sampaio deixa às Cortes o seu testemunho político fundamentado nos dois grandes alicerces - O REI e a RELIGIÃO - dando a sua confiança política ao trabalho das Cortes que irá ser iniciado. Deixa-lhes a esperança na sabedoria das suas deliberações, no seu zelo, prudência e virtudes, de modo a imitarem os exemplos dados pelo Rei e pela Religião. Com o fim das funções deste governo, agora cessante, cabe às Cortes prosseguir os ideais proclamados.

Neste texto o respeito pelo Rei é sentido em cada palavra, e o desejo de que o monarca regresse rapidamente a Portugal é expresso calorosamente.

"Que o nosso adorado monarca, anuindo aos votos públicos e sancionando com o seu real assenso a obra da sabedoria Nacional, venha ocupar o trono de amor, lealdade e gratidão que lhe está preparado nos corações dos seus povos; e que nós todos, unidos em fraternal concórdia, e ligados reciprocamente pelos sagrados vínculos do amor da pátria, possamos um dia aplaudir a nossa ditosa sorte, abençoar a época da nossa feliz regeneração e dar dignos exemplos de virtude à nossa mais remota posteridade.⁽⁵⁾

Com este discurso termina a vigência do governo do Conde de Sampaio, que dá lugar ao novo governo. Ao Conde de Sampaio respondeu o presidente interino do congresso, declarando abertas as cortes gerais, extraordinárias e constituintes da Nação Portuguesa. É interessante, o pormenor bem significativo da anuência ao RESPEITO ao soberano: o retrato de D. João VI é exibido nas cortes como sinal de concordância à

(5) *Carta do Conde de Sampaio*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 139.

manutenção e respeito das Cortes pela sua Imagem.⁽⁶⁾ Será a regência a nomear pelas cortes que, em nome de D. João VI, exercerá o poder executivo. Esta regência será composta pelo Marquês de Castello Melhor, Conde de Sampaio, Fr. Francisco de S. Luiz, José da Silva Carvalho e João da Cunha Sotto Maior. Substituirá, portanto, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que a partir da sessão de 30 ficará extinta. No seu juramento, também a regência jurou respeitar o trono de D. João VI, e conservar a dinastia de Bragança.

Carta ao Rei a Comunicar a instalação das Cortes

A carta mais significativa das Cortes a D. João VI data de 15 de Fevereiro de 1821, relatando-lhe a instalação das cortes e mais assuntos relacionados com o sistema representativo.⁽⁷⁾ As Cortes lembram ao Rei os acontecimentos de 24 de Agosto e 15 de Setembro como responsáveis pela presente situação relatam-lhe os actos que precederam a sua instalação, referindo o aspecto crucial do sistema representativo: a eleição dos deputados. Eleições que não foram feitas como inicialmente estava previsto, optando pela imitação das eleições segundo o método da Constituição de Cádiz, tendo-se concluído em finais de Dezembro de 1820.⁽⁸⁾

(6) Saliente-se o facto de que com a instalação das Cortes devem cessar as atribuições da Junta Provisional. Tal não aconteceu pelo decreto das cortes que determina o exercício das suas funções até à nomeação de um novo Governo

(7) Veja-se também a Carta (2ª) das Cortes a el-Rei D. João VI, *participando-lhe a chegada dos deputados de provincia da Madeira e aludindo aos sucessos ali ocorridos - 19 de Fevereiro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 160.

(8) Cfr. *Instruções para regular as eleições de deputados das Cortes Extraordinárias e Constituintes - 31 de outubro*, in *Idem, ob. cit.*, p. 84

É interessante problematizar a atitude das Cortes para com D. João VI. Por um lado, a sua pessoa é respeitada, ou pelo menos, não esquecida pelas Cortes, comunicando-lhe, estas a sua abertura. Por outro lado, trata-se de um respeito meramente POLÍTICO, já que, o REI só fica conhecedor das decisões das Cortes sem sequer ser ouvido e nem o papel de conselheiro lhe ter sido atribuído. Tudo lhe é apresentado como já decidido; nada lhe é perguntado, nem interessa saber se ele concorda com o procedimento das mesmas. Trata-se, pois, de um respeito meramente formal, e, diríamos mais, um respeito de conveniência. Tudo lhe é apresentado, contando antecipadamente com a sua concordância! O Rei é posto perante um diploma de um novo regime, um sistema novo a que ele pertence mas não é ouvido.

No entanto, é indiscutível o respeito das Cortes pela figura do rei, Rei ausente no Brasil, mas presente nas Cortes na lembrança e na imagem de um quadro. Uma coisa é certa: na instalação das Cortes houve uma alusão de respeito à pessoa de D. João VI, e, posteriormente, a carta ao Rei a comunicar-lhe a instalação, é outro sinal, de que o Rei não foi esquecido como pessoa soberana da Nação.

"O momento de instalação das Cortes foi solenizado e honrado com a manifestação do retrato de vossa magestade, que se acha colocado sobre o Trono, e por todo o salão e galerias das Cortes ressoaram com o mais sincero entusiasmo repetidos vivas à religião católico apostólico romano, a vossa magestade e toda a Real família, à augusta dinastia da serenissima casa de Bragança, à Nação portuguesa, às Cortes e à Constituição que elas fizeram"(9).

(9) *Carta (1ª) dirigida pelas Cortes a El-Rei D. João VI, relatando-lhe a instalação das mesmas Cortes e mais actos concernentes ao sistema representativo - 15 de Fevereiro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 156

É-lhe ainda comunicado que pela instalação das Cortes terminavam as funções da Junta provisional do governo supremo do reino, com a posterior criação da regência a quem compete exercer o Poder Executivo em nome do soberano.

Outro assunto, de especial interesse, que lhe foi participado diz respeito à elaboração das Bases da Constituição então já em curso. Repare-se na prontidão com que as Cortes iniciaram este processo, rapidez tão justificada quanto a própria instalação das Cortes, pois, a razão de ser das Cortes Constituintes era exactamente a elaboração da Constituição, peça fundamental do novo sistema constitucional. As Cortes prometem a D. João VI enviar-lhe as ditas Bases, sobre as quais há-de assentar, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Note-se mais uma vez, o respeito meramente formal da Assembleia para com o Rei: a carta que lhe dirigem não fala da vontade régia na organização das Bases. Nada lhe é perguntado, nem lhe é pedido um parecer.

Há, no entanto, uma garantia de respeito ao Rei, quando declara que na elaboração da Constituição política de monarquia, serão vínculos sagrados a religião católica e o trono de sua majestade, assim como, a conservação da sua augusta dinastia de Bragança. A Constituição - obra fundamental das Cortes - assegurará expressamente o respeito devido ao Rei, que se traduz no seguinte:

- 1º Fidelidade ao Rei - mantendo o depósito iniolável que a Nação lhe confia -;
- 2º Respeito pela sua Pessoa;
- 3º Consagração na Constituição das atribuições inerentes ao Poder Régio;

Finalmente, há também uma expressão de reconhecimento da pessoa do Rei, quando as Cortes reconhecem o amor e fidelidade que os Portugueses dedicam ao soberano. Prometem por isso, em nome da Nação, levar todo o seu trabalho à real presença até ao dia em que D. João VI toma conhecimento de toda a gloriosa obra agora em marcha.

As relações das Cortes com o Rei

A chegada do rei e a deputação que o vai cumprimentar

Instaladas, as Cortes estabeleceram uma ligação com o Rei. As primeiras relações pessoais estabelecidas foram à chegada do Rei. A deputação vai cumprimentá-lo, e, o Marquês da Fronteira recorda alguns dos episódios por ele presenciados:

"Os membros da Regência e a deputação da Câmara dos Deputados, destinados para acompanharem El-Rei, durante as vinte e quatro horas, embarcaram em vários escaleres do Arsenal, na Ribeira das Naus, depois duma pequena conferência com o meu General que ali tinha estabelecido o seu quartel.

Um bando de patriotas invadiu o Arsenal, dando vivas à Deputação e ao Governo, esquecendo o primeiro personagem da festa, que era o soberano que chegara. Entre os membros da deputação iam os mais exaltados deputados da Câmara, entre eles, o bem, honrado e excelente Desembargador Borges Carneiro, chefe do partido exaltado, o qual, apesar da sua honradez, tinha as ideias mais perigosas e absurdas em política.

Chegando o bordo, as deputações, apesar das instruções que levavam e do firme propósito em que iam de não beijar a mão a El-Rei, foi tal a impressão que lhes fez a sua presença e a da Corte, que, em lugar de porem um joelho em terra e beijarem simplesmente a mão,

segundo a etiqueta, prostraram-se diante do soberano, como faria um leigo capucho na presença do seu Provincial".(10)

Esta descrição do comportamento da Deputação quando vai cumprimentar o rei à sua chegada, mostra-nos como há dois planos na relação da Deputação com o Rei: por um lado, a Deputação vai receber o Rei em missão oficial, e, deve, por isso, respeitar as decisões das Cortes - impôr respeito e distância ao soberano, não seguindo os tradicionais cumprimentos; por outro lado, o comportamento das pessoas que compõem a deputação, que não conseguem esconder a sua emoção, e deixam transbordar a alegria que sentem ao ver D. João VI, alegria manifestada, até, de forma exagerada. São as contradições entre a razão e o coração, que, nesta cerimónia afloraram, vencendo o segundo, apesar das instruções e das convicções em contrário. Isto serve para mostrar a dignidade e majestade de D. João VI, que apesar do novo regime constitucional, continua a representar a soberania para muitos, que ainda não se adaptaram às mudanças por eles próprios realizadas ou defendidas.

Veja-se, também, a ovação desmedida à Deputação e ao Governo, por parte dos "patriotas". Esta atitude, para além da sua espontaneidade, ao festejar uma recepção nova ao Rei - é a primeira vez que ele chega como Rei constitucional - retira-lhe o papel de soberano da Nação. Por isso, escapa, com intencionalidade ou sem ela, na manifestação da sua chegada a exultação, não do Rei, mas da própria Deputação.

O arcebispo da Bahia, presidente da referida Deputação pronunciou o seu discurso numa linguagem constitucional, convidando o Rei a cooperar com as Cortes na Regeneração Política.

"Tais são, senhor, as ricas insignias de que vossa magestade, apresentando-se hoje adereçado, anuncia a toda a nação portuguesa,

(10) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Mémoires*, Parte II, p. 238-239

a mais sólida felicidade. Em uma mão a constituição, na outra a firme balança da justiça, eis aqui os brilhantes caracteres com que vossa magestade apaga hoje a nossa constante saudade e merece de todos nós os mais firmes sentimentos de respeito e amor à sua sagrada pessoa".⁽¹¹⁾

Discurso que fala ao próprio Rei, respeitando a sua pessoa e evocando as novas ideias políticas, essas architectadas pelos revolucionários e adoptadas pelo Rei que tudo aceita sem questionar.

É curiosa a doutrina deste discurso que explica a D. João VI as principais ideias políticas do novo sistema constitucional, indicando qual o papel do Rei constitucional: segurar numa mão a constituição e na outra a justiça. Note-se, contudo, o respeito manifestado pela pessoa do Rei, desde o início, considerado sagrado e inviolável. Pessoa que sendo a pessoa soberana, serve de modelo a todas as outras, e a sua adesão ao constitucionalismo mostra que "o Rei o quer", logo, ele é digno de governar. O Rei jura a constituição porque reconhece os direitos dos cidadãos, e porque ficam, também assegurados os direitos da monarquia. Neste discurso, cheio de dogmas, parece ter sido, finalmente, encontrado o sistema político perfeito.

O Rei ouviu e consentiu todo o discurso, garantindo "que da sua parte nenhuma falta haveria em se cumprir tudo o que pelas cortes fosse determinado". É a aceitação plena do papel que ele saberia que lhe pertenceria, e que não ousa questionar. Curiosa é também a aceitação da rainha, já que, como veremos, será contestatária do novo sistema constitucional. A Rainha aceitou, com muito agrado, um exemplar das Bases da Constituição, oferecido pela deputação. Este facto, leva-nos a pensar em todo o processo que se seguiu à chegada do Rei. Processo que terá levado a Rainha a tornar-se uma dissidente do sistema constitucional e

(11) *Discurso do presidente das Deputações das Cortes à chegada do Rei*, CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 206

em oposição ao próprio Rei D. João VI. Oposição justificada, talvez, pela falta de posição e de pulso do Rei, ao ver-se confrontado com uma situação em que ele não tem vontade política, e, o seu poder é totalmente esvaziado. Rei que se submete às regras dos revolucionários que chegam a mandar na sua própria pessoa, e a rejeitar os seus próprios discursos. Serão, talvez, algumas destas as razões do desencanto e mudança de atitude da rainha.

A Deputação no juramento da Constituição

Após a chegada, o próprio Rei foi tomando consciência da manipulação da sua pessoa, de pouca consideração das Cortes, dos interesses com fins meramente políticos, que os defensores do sistema constitucional lhe impunham. Imposições que lhe terão causado desagrado, mas que não pôde, ou não teve coragem para contestar. A pouca euforia do Rei pela constituição foi notada pelo Marquês da Fronteira nas suas memórias:

"Pretenderam depois fazer uma nova festa nacional, mandando encadernar uma bela edição da constituição e mandando a Assembleia uma numerosa Deputação para ir apresentá-la a El-Rei em Queluz. A deputação foi em coches da Casa Real, acompanhada de um grande número de patriotas de carruagem e parte a cavalo, e por uma força de cavalaria. Durante o trajecto, mostrou bem o público o quanto reprovava aquele acto. O General Sepulveda achava-se no Palácio de Queluz, para prevenir todos os acontecimentos e eu tive ocasião para observar o frio acolhimento que El-Rei fez à deputação.⁽¹²⁾

Passado mais de um ano, a 26 de Setembro de 1822, as cortes enviaram novamente uma deputação ao Rei. Foi-lhe participar a cerimónia

(12) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, p. 268

do juramento da constituição. Manuel Fernandes Tomás foi o orador da deputação que se deslocou a Queluz. Confrontando o seu relatório às Cortes com as memórias do Marquês da Fronteira do mesmo dia, vemos como as impressões são quase opostas. Estas contradições de opiniões, em que o Marquês nos relata a reprovação do povo e o frio acolhimento do Rei, enquanto, Fernandes Tomás relata uma imagem totalmente oposta da situação - a alegria do povo e o bom acolhimento do rei - mostram a paixão posta nos relatos, prejudicial à isenção necessária de um relatório. Mostra, também, como os radicais deturpavam os factos ocorridos, dando sempre a sua versão dos acontecimentos, o que se compreende como estratégia política. Eram ouvidos nas cortes por moderados e conservadores necessitando, por isso, de fazer um relato à sua maneira, vitorioso, e não, um relato fiel dos acontecimentos.

O discurso de Fernandes Tomás, por paradoxo que pareça, deixa ao Rei a liberdade de aceitar ou não o novo sistema político ... *"vossa magestade é livre, e da sua vontade unicamente depende aceitar o novo pacto social"*. Mas, logo, a seguir, este deputado afirma que o pacto já foi sancionado pelas cortes, o que mostra como algo que dependia da vontade conjunta do Rei e das Cortes, fora decidido pelas últimas, evidenciando de novo o esvaziamento do poder régio. A deputação das Cortes vai apresentar a D. João VI a constituição, considerando-a uma lei aceite pelas Cortes e, conseqüentemente, a aceitar e jurar pelo Rei, colocado numa situação decidida. Por isso, as Deputações das Cortes dirigem-se ao Rei apenas para lhe comunicar factos consumados; o respeito que têm pelo Rei é um respeito por conveniência e etiqueta social, por um lado, e para darem a imagem à Nação de que o Rei continua a ser a pessoa soberana da Nação. Perante as Cortes, os deputados ouvindo o relatório fazem crer, à Nação e aos conservadores, que o Rei foi ouvido e

as decisões da Nação, dependem da vontade das Cortes e do Rei em conjunto.

"Aceitando, como nós esperamos que vossa magestade aceite, a constituição, vossa magestade vai dar a toda a nação, à Europa e ao mundo inteiro o testemunho mais autêntico da lealdade de suas promessas, da fidelidade de seus juramentos e do desempenho da sua real palavra (...) Nenhum monarca, senhor, ainda gozou tanto da confiança de alguma nação; nenhum foi mais respeitado do que vossa magestade; nenhum mais adorado ...⁽¹³⁾

Saliente-se o respeito da deputação por D. João VI, invocando a importância da pessoa do Rei perante a Nação, a Europa e o mundo inteiro; a deputação sabe que precisa, a nível interno, e a nível de política internacional, da adesão e da PESSOA DO REI no coroar do sistema constitucional.

Encerramento das Cortes Constituintes e das Cortes Ordinárias

No dia 4 de Novembro de 1822 foi a última sessão das cortes constituintes. A elas assistiu o Rei. D. João VI fez o discurso de encerramento, congratulando-se com os trabalhos realizados nesta legislatura, salientando a obra principal destas cortes constituintes - A CONSTITUIÇÃO. O Presidente, deputado Trigoso, responde-lhe pondo, também, ênfase nas potencialidades da Constituição, obra que dará a felicidade à Nação. Agradece ao Rei, todo o seu empenho e aceitação plena do que as cortes decidiram, afirmando o seu respeito e obediência a D. João VI, concluindo o discurso com vivas a D. João VI, à casa de

(13) *Relatório de Manuel Fernandes Tomás, da apresentação a el-rei D. João VI do autógrafo da constituição - 26 de Setembro 1822*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 403 e seguintes

Bragança, à religião e à Nação, a que o Rei respondeu, dando VIVAS ao Soberano Congresso.

"As cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação Portuguesa fecham as suas sessões hoje, 4 de Novembro de 1822"⁽¹⁴⁾

As sessões preparatórias da legislatura das cortes ordinárias abrem a 15 de Novembro, pela voz de Braancamp do Sobral. A deputação dirigiu-se à residência do Rei a 22 desse mês, realizando o mesmo cerimonial do costume, informando D. João VI de que as cortes ordinárias se encontravam instaladas. O Rei volta a assegurar a sua confiança no trabalho das Cortes, e, expressa o desejo de ver consolidada a grande obra da REGENERAÇÃO POLÍTICA.⁽¹⁵⁾

Por sua vez, Roque Castello Branco, como orador da deputação incumbida pelas cortes de participar a D. João VI, o dia do encerramento das cortes ordinárias, dirigiu-se à casa real a 23 de março de 1823. Convida o Rei a estar presente no momento do encerramento, a 31 desse mês e enaltece a majestade da sua pessoa.

A resposta do Rei, evidencia a sua total aderência ao processo revolucionário, mas uma aderência ditada pelas circunstâncias, pois, mais uma vez, o Rei aceita a sua total passividade na vida da Nação, limitando-se a concordar com tudo.

"Contemplo, senhores, com muito agrado o objecto da vossa mensagem. Fico inteirado do dia destinado para a conclusão das cortes ordinárias. A firmeza com que elas têm defendido a causa da liberdade, apenas ameaçada e ofendida em parte de uma provincia [Trás-os-Montes]; a confiança, adesão e amor que têm manifestado à

(14) Veja-se o *Discurso de D. João VI perante as Cortes no dia do encerramento e a resposta do presidente*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 479-480.

(15) Vejam-se os *Discursos do orador da deputação - Trigo - e a resposta do Rei em 22 de Novembro de 1822*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 488-489.

minha pessoa, tornam dobradamente preciosa a faculdade que me concede a constituição de concorrer ao seio da representação nacional.

Dizei pois, senhores, às cortes, que com a melhor vontade assistirei a esse acto nacional, e que em tudo que respeita ao interesse e glória da nação me mostrarei sempre fiel ao juramento que prestei à constituição, coerente com os meus próprios sentimentos e digno de confiança e amor dos portugueses".⁽¹⁶⁾

(16) *Discurso do Rei no dia em que a Deputação lhe comunicou o dia do encerramento das cortes ordinárias*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit*, p 664.

CAPÍTULO IV

A CHEGADA DO REI E O JURAMENTO DAS BASES.

REGOZIJOS E TENSÕES

A 3 de Julho de 1821, vindo do Brasil, D. João VI chega a Lisboa. Ausente durante 14 anos, muita coisa tinha mudado no seu reino: defronta-se perante um cenário novo, com um outro sistema político. Por isso, quase tudo lhe era estranho! Apesar de ele ser a PESSOA SOBERANA, é-o contudo, apenas de nome, pois, no exercício da sua soberania real absoluta nada lhe restava. Agora, em que a soberania residia na Nação, a soberania do Rei era meramente uma miragem. Continua a ser Rei mas com um poder totalmente diferente do tradicional poder real. A regência e o governo não foram nomeados por si. Governam em seu nome, mas sem serem mandados pela sua pessoa. O seu mando é agora ilusório.

Tão ilusório é o seu poder que ao chegar foi sujeito a um tratamento humilhante. O conde de Sampaio ficou a bordo do navio que o trouxera do Brasil onde fora para comunicar as ordens transmitidas pelas Cortes. Os seus amigos e conselheiros ficariam retidos no navio até novas resoluções que passavam pela saída longe da capital, por razões de segurança pública. De facto o Rei vinha acompanhado de pessoas conotadas como autores das desgraças da Pátria. O seu desembarque seria perigoso, pois poderiam perturbar o regozijo com que o Rei era esperado pelo Povo Português.

Quanto ao Rei, a sua saída do navio era estudada com extremo cuidado. O ambiente político não era seguro, e as Cortes temiam qualquer agitação contra o próprio regime constitucional. Dai o decreto de 3 de Julho, mandando punir quem, durante o desembarque e passagem

pela cidade, perturbasse a ordem com outras manifestações que não fossem de júbilo à Religião, Cortes, Constituição, Rei Constitucional e sua Real Família. Estes decretos mostram a consciência dos constitucionalistas na oposição franca ou latente ao regime. Temem as consequências da chegada do Rei. Tudo pode acontecer, já que a própria adesão do monarca ao novo regime, é, como os revolucionários bem sabem, fruto de pressões e da aceitação por parte do Rei de facto consumados.

Ambiente de Lisboa antes da chegada do Rei

Para compreendermos a precaução das Cortes devemos observar como sentia a capital a vinda do seu soberano D. João VI. A chegada de el-rei, era, com toda a certeza o acontecimento mais importante desde 1807, altura em que a Família Real partira para o Brasil. Todos sentiam a sua falta e o seu regresso significava para o povo, uma nova vida, uma nova esperança, um país novo. Chegava o soberano da Nação, mas o povo não tinha, talvez, consciência das consequências das mudanças, entretanto operadas no país. Os acontecimentos políticos, ocorridos ainda não tinham tido tempo para serem compreendidos. O povo conhecia os factos, mas não se podia compreender a nova ordem estabelecida. Ouvia falar da constituição mas não sabia o que era nem a ruptura, que ela trazia, com o sistema absoluto. Sabia que as Cortes estavam instaladas mas não era conhecedor dos seus trabalhos e determinações. A única coisa que sabia é que o D. João VI estava a chegar, e, este facto, ultrapassava todos os outros assuntos. A capital vibrava de alegria com a chegada do seu Rei.

As Memórias do Marquês de Fronteira descrevem com muita vivacidade o quadro que estamos a traçar.

"A população de Lisboa embarcou em peso para ir felicitar El-Rei pelo seu regresso. O Governo procisorio e as Cortes tiveram a triste ideia de colocar escaleres do Arsenal junto à esquadra para a tornar incomunicável. Nenhum Rei recebeu uma afronta menos merecida e nenhum Rei se esqueceu dele com mais generosidade, porque teve ocasião em que podia mostrar o seu ressentimento. Sempre tive pena de que a arte da pintura estivesse tão atrasada no nosso país e que não houvesse um talento transcendente para fazer um quadro do belo espectáculo que eu presenciei e com saudade descrevo.⁽¹⁾

Antecedentes da chegada do Rei

A 29 de Março de 1821, já se tinha celebrado o juramento das Bases da Constituição pelos deputados, pela regência, autoridades civis, militares, judiciais e eclesiásticas. Foi uma sessão solene no Templo de S. Domingos, em Lisboa, com missa solene e TE DEUM. Todos tinham jurado aos Santos Evangelhos observar as bases da constituição portuguesa decretadas pelas cortes gerais, extraordinárias e constituintes.

Contudo, um acontecimento importante tinha acontecido nesse dia: o Cardeal patriarca (D. Carlos da Cunha) fizera expedir um aviso em que ele só prestaria esse juramento mais tarde. O problema, com consequências graves, é que o próprio Cardeal não jurou as Bases pessoalmente, e passando procuração a Estevão Telles da Silva para o fazer em seu nome, não aceitava, no entanto, dois artigos, um sobre a liberdade em matérias religiosas e o outro sobre a consagração da religião católica, o que não foi aceite pelas Cortes⁽²⁾.

(1) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, Parte II, P. 235

(2) Artigos 10º e 17º das Bases da Constituição, D.C., T. 1. nº 30, 9 de Março de 1821, p. 233 "Quando porém aquele abuso, que se pode fazer desta liberdade em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados

A recusa do Cardeal em jurar as Bases da Constituição é significativa para compreendermos como o juramento das Bases antes da própria chegada do Rei, não é um acontecimento pacífico. As Cortes deram por concluídas as bases após a discussão do seu projecto. Nessa discussão foram ouvidas vozes discordantes quanto ao radicalismo de certos princípios. Tudo mostra que o processo revolucionário foi um processo cheio de tensões. Tensões na aderência aos movimentos de 24 de Agosto e de 15 de Setembro; tensões na aceitação do projecto de Bases discutido em Cortes; e, agora, tensão no seu juramento: de entre todos os convocados para este juramento, todos, à excepção do cardeal, as juraram cumprir. Certamente, nem todos sentiram convicção neste juramento ... contudo, ou por falta de coragem na recusa, ou por falta de alternativas, ou por sentirem uma coacção, subtil mas severa, por parte dos revolucionários, todos as juraram, à excepção do Cardeal. Por isso, esta excepção é um sinal da tensão vivida neste período. O Cardeal protagoniza a discordância com o novo regime, e, assume corajosamente, os seus ideias políticos conservadores. E, não poderia dar melhor prova da sua oposição às novas ideias liberais, mesmo recusando, explicitamente, apenas dois artigos, sobre matérias religiosas, do que pôr um novo problema às Cortes, que não tendo previsto tal situação, recusam peremptoriamente, o juramento parcial das Bases da Constituição.

Disputas e tensões

O que fazer agora com esta primeira contestação assumida aos trabalhos parlamentares? Após a vitória do movimento liberal, e a

sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos bispos para serem castigados os culpados" e "a sua religião é a Católica Apostólica Romana"

consequente instalação das Cortes, continuavam a sentir-se vivas as tensões políticas. Face à proposta liberal, há quem lute, o mais possível, pela permanência das tradições, defendendo o efectivo poder régio, e há quem oscile, entre as ideias inovadoras e as ideias tradicionalistas, mantendo um certo equilíbrio entre ambas. As sessões das Cortes mostram grande riqueza de discursos, cheios de disputas entre radicais e moderados.

Mas, agora, põe-se uma questão que exige uma tomada de posição que não deixe dúvidas a eventuais casos futuros semelhantes. Não jurar as Bases da Constituição é o mesmo que negar o sistema representativo e constitucional. Por isso, o caso do Cardeal exigiu uma reunião imediata da regência, logo a seguir à solenidade da igreja de S. Domingos. Ficou determinado que o Cardeal teria de sair imediatamente do patriarcado, recolhendo-se no convento do Buçaco. Saliente-se, no entanto, a falta de uniformidade nas posições dos seus membros, o que impediu uma decisão ainda mais drástica, para a atitude mais grave, até ao momento, de recusa do constitucionalismo.

Na sequência de longas discussões, as Cortes decidiram, em 2 de Abril, que toda a autoridade ou indivíduo que se recusasse a jurar as Bases da Constituição, deixaria de ser cidadão português, e deveria, portanto, sair do reino⁽³⁾.

"As Cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa, considerando que só é membro da sociedade aquele que quer submeter-se à lei fundamental da mesma sociedade, declaram que todo o português que recusa jurar simplesmente e sem restrição alguma a constituição da nação, ou as suas bases,

(3) Vejam-se as *discussões de 31 de março e de 2 de Abril de 1821*, D C , T I, p 381-387, 388-422

deixa de ser cidadão e deve sair imediatamente do território português"⁽⁴⁾.

A medida atrás descrita teve repercussões no seio da Igreja, que, não obstante ver o seu poder diminuído, continuava a opôr-se ao regime. Na sessão das Cortes de 12 de Maio, o deputado Borges Carneiro volta a referir um novo caso de oposição à constituição: o bispo de Olba, D. Vasco José Lobo, de Vila Viçosa, não só não jurara na íntegra as Bases, como ainda, espalhara que o próprio D. João VI não aderiria à causa liberal logo que voltasse ao reino. Segundo julgavam, a sua adesão e juramento antecipado do regime constitucional tinha sido apenas uma estratégia política para poder regressar ao reino com a consagração das Cortes e do novo governo. Estratégia que o levaria, logo que chegasse, a desfazer tudo o que as Cortes tinham feito. Na sequência desta ocorrência, também o bispo sofreu as consequências da sua atitude aplicando-se-lhe o decreto atrás referido, e as penas devidas aos perturbadores da ordem.

• Notícia da Adesão do Rei à Causa Liberal

Na sessão de 28 de Abril de 1821, dá-se um acontecimento, que após as disputas anteriores, põe as Cortes num clima de serenidade, já que todos os deputados tinham, pelo menos, uma vontade comum: a fidelidade e a consagração a D. João VI. Assim, todas as notícias do Rei, seriam, certamente bem-vindas, e, a notícia a que aludimos, daria uma certa tranquilidade às tensões vividas no reino. Neste dia, o congresso

(4) Portaria da regência, mandando cumprir o *decreto das Cortes em que se declara a pena imposta a qualquer português quando se recusa a jurar a Constituição ou as suas Bases - 5 de Abril de 1821* - in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 181.

recebeu a notícia da adesão de D. João VI à causa liberal. O presidente das Cortes comunicou ao congresso a chegada de uma fragata de guerra vinda do Rio de Janeiro, que anunciava a adesão do Rei à causa de LIBERDADE, e, desta vez, sem restrições nenhuma, dado que a notícia dizia também que o Rei jurara manter e abraçar a constituição que as Cortes de Portugal fizessem⁽⁵⁾.

Dia após dia o regime constitucional estava a ganhar seguras bases de apoio, e por mais tensões que se sentissem, nada fazia agora calar a voz da liberdade. Com esta notícia havia razões mais do que suficientes para gritar os vivas a EL-REI, às CORTES e à CONSTITUIÇÃO. Estas proclamações de glória tinham de ser ouvidas, até pelos opositores ao regime, já que, como haviam estes de contestar, se até o seu adorado Rei D. João VI anunciava que aderiria à Constituição, e, conseqüentemente a aceitar ser Rei Constitucional.

Esta notícia merecia ser bem festejada: o Rei merecia todas as glórias! Por isso, mais uma vez, é patenteado o retrato de sua majestade, pois, agora, há grandes razões para enaltecer a sua figura. Por isso, ao descobrir-se o retrato do Rei, o presidente das Cortes ergue VIVAS a El-Rei, à Constituição, ao reino unido de Portugal, Brasil, Algarves. Vivas que foram correspondidos pelos deputados, ao seu Rei, e, conseqüentemente, deveriam aplaudir os seus actos políticos. Vivas ouvidos também nas vozes do povo aglomerado nas galerias, que face a tão grande festa, deitavam flores e corôas pelo palácio onde estavam instaladas as Cortes. E, para coroar a imensa alegria partilhada, todos os deputados se dirigiam à Igreja das Necessidades onde assistiram a um TE DEUM, para dar graças por tão importante acontecimento.

(5) Cfr. *Modo como o congresso recebeu a notícia da aderência de el-rei D. João VI à causa liberal*, CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 188

Voltando à sala das sessões foram ouvidas, ditas pelo secretário dos negócios da marinha, as seguintes palavras:

"Completo-se a grande obra! O Supremo Architeto do Universo coroou os vossos trabalhos! Sua magestade acaba de aceder à nossa causa, o que manifesta o ofício que tenho a honra de apresentar"(6).

Com tão boas notícias, as Cortes, em agradecimento ao Rei, resolvem escrever-lhe para lhe dizer como fora bem acolhida a notícia por toda a Nação. Note-se, contudo, a atitude crítica das Cortes, que, consagrando, por um lado, D. João VI, por outro, examina até ao último pormenor todos os seus decretos, para censurar todos os vestígios do poder tradicional. São retiradas e emendadas todas as palavras que não soem a constitucionais, e que, portanto devem ser substituídas. Esta atitude de censura, em relação ao próprio Rei, ocorreu logo na sessão de 30 de Abril, em que se votou, por unanimidade, uma declaração de protesto contra as palavras aprovar, sancionar, vassalos e el-rei nosso senhor, palavras estas, contidas no decreto de 24 de Fevereiro e no auto de juramento de 26 de Fevereiro, vindos do Brasil. Eram palavras contrárias às Bases da Constituição, a todos os princípios constitucionais, e contra a principal ideia de soberania emergente do sistema constitucional - a SOBERANIA da NAÇÃO.(7)

Mais uma vez, as CORTES ao criticarem tais expressões, não criticam explicitamente o Rei, mas o anacronismo do seu vocabulário em

(6) *Ofício de 28 de Fevereiro de 1821, p. 163. Refere-se ao ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros na Corte do Rio de Janeiro, ao governo do reino de Portugal, participando-lhe o próximo regresso de el-rei e outras pessoas da família real para Lisboa.*

(7) *Referimo-nos ao decreto aprovando a constituição tal qual a fizeram as Cortes reunidas em Lisboa - 24 de Fevereiro de 1821, e ao auto do juramento de el-rei D. João VI, príncipe D. Pedro, infante D. Miguel, povo e tropa do Rio de Janeiro à aludida constituição, em 26 de Fevereiro de 1821.*

relação ao novo sistema constitucional, compreensível, face à distância física e de ideias que o Rei tem da nova ordem estabelecida em Portugal. As Cortes, muito cuidadosas em nunca criticar directamente a conduta do Rei, justificam de todas as maneiras, as suas lacunas em relação à nova linguagem constitucional. E será depois de tão grande alegria em Portugal, que lhe serão enviadas as Bases da Constituição Política, que já tinham sido aprovadas pelas Cortes, e decidido o procedimento a tomar com eventuais contestatários; Enfim, tudo tinha sido decidido sem esperar por qualquer parecer do Rei, como acima se referiu, o envio das Bases ao Rei, através da CARTA (3ª) que as Cortes lhe dirigem, é de certo modo, apenas um acto formal, e, talvez, uma mostra de consideração, respeito e apreço pelas anteriores atitudes de D. João VI no Brasil, em relação à causa constitucional. Esta carta de 9 de Maio de 1821, de facto, não terá outras razões políticas de peso, já que, as bases agora enviadas, não servem para o Rei as estudar e, eventualmente, dar um parecer. Nada lhe é pedido: Tudo lhe é enviado apenas como uma participação de factos consumados!⁽⁸⁾ Por aqui se vê que as Cortes é que estabelecem as bases fundamentais do novo regime, sem ouvirem o Rei. Até aqui, no Antigo Regime a ordem era estabelecida, de direito pelo Rei, agora, é estabelecida, de direito pelas Cortes; o Rei de soberano, torna-se "súbdito".

As medidas das cortes à chegada do Rei

Quando D. João VI chega a Lisboa, as Cortes funcionam em sessões secretas, e o governo está reunido permanentemente. A conhecida Associação Patriótica também se reúne, assim como prosseguem os

(8) *Vêja-se a CARTA (3ª) das Cortes a el-rei D. João VI, enviando-lhe as bases da constituição política que foram juradas - 9 de Maio de 1821 - CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, p. 189 a 192*

trabalhos ocultos das sociedades secretas, conhecida a sua influência nas Cortes, e a comum adversidade ao absolutismo. São, por isso, conjecturadas todas as medidas, tendentes, para submeter o Rei às decisões das Cortes.

A primeira decisão prendeu-se com o já referido desembarque do Rei, vinte e quatro horas depois da chegada, e, acompanhado por alguns membros da regência e por uma deputação da Câmara dos Deputados. Um desembarque cheio de cautelas, que mostra o cuidado das Cortes em evitar qualquer perturbação da ordem instaurada, ordem que, podia, ser posta em causa pelos opositores ao novo regime, que, tinham agora o trunfo maior para a defesa do absolutismo: a chegada do Rei D. João VI. Rei, que era o símbolo da Nação e que era a esperança dos mais conservadores. Rei, que era a pessoa soberana do constitucionalismo, e, por isso devia ser completamente vigiado e conduzido segundo a nova ordem, cujas manifestações práticas ele próprio desconhecia. Tinha saído do reino Rei absoluto, e, agora, entrava Rei constitucional. Isto implicava um comportamento diferente, que as Cortes se encarregavam de ditar. Eram tomadas medidas que, com toda a razão, ofuscavam a realeza, como reconhecia o próprio General Sepulveda, segundo nos conta o Marquês de Fronteira:

"São quatro horas da tarde, disse ele, olhando o relógio, se eu não receasse comprometer a ordem pública, durante a recepção de Sua Magestade pela noite, El-Rei desembarcaria hoje, apesar de todas as diligências patrióticas, ou eu embanharia a minha espada. Hei-de explicar-me com El-Rei, para que ele se não persuada de que sou cúmplice nas indignidades que se estão praticando.

O mais extraordinário é que todas as embarcações da esquadra estavam comunicáveis, menos aquela em que vinha El-Rei, e, por isso, todos os indivíduos que tinham parentes que vinham naquele navio, não lhes podendo falar, estavam em botes, a certa distância,

onde soltavam entusiásticos vivas a El-Rei, o que muito incomodava os patriotas".⁽⁹⁾

Repare-se nas incongruências do novo sistema constitucional. Durante todo o processo revolucionário, a consagração de D. João VI e a fidelidade da Junta Provisional foram evidentes, e cheias de manifestações de regozijo ao REI, aclamando entusiasticamente pela Nação. Com o Rei ausente a sua imagem é enaltecida e em todos os movimentos se ouvem os VIVAS a el-Rei. Agora, com o Rei presente, há uma mudança de atitude, e os entusiásticos vivas a El-Rei são ouvidos pelos patriotas com desgosto. São as contradições próprias de um sistema novo, que, sem tradições, precisa de realçar traços tradicionais, para cuidadosamente instaurar a ruptura. Com a chegada do Rei, os revolucionários querem marcar, agora, uma posição política que já não ofereça dúvidas. E os adeptos da tradição têm agora a visão da morte do rei como titular do poder e do nascimento desse mesmo Rei, convertido em Rei Constitucional.

O Desembarque do Rei

Ficou determinado pelas Cortes que o Rei desembarcaria a 4 de Julho, pelas treze horas, no Terreiro do paço, acompanhado pelo infante D. Miguel e pelos camaristas, dirigindo-se para o Palácio das Cortes, a fim de prestes juramento às Bases da Constituição.⁽¹⁰⁾

É interessante observar o comportamento dos "chefes" da revolução, destacando a personalidade do General Sepulveda. Este tomava medidas de segurança, colocando o maior cuidado na guarda dos

(9) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, p. 239-240.

(10) *A Rainha D. Carlota e as Princesas D. Maria Teresa e D. Maria Benedita, e as Senhoras infantas desembarcaram no cais de Belém. Toda a Família Real ficou a residir no Palácio de Queluz*

precursores do Rossio e do Terreiro do Paço, onde o povo, na sua agitação, poderia não saber que comportamento adoptar, uma vez, que se tratava da primeira aclamação de um Rei constitucional. Mas, por outro lado, o mesmo general, sentia grande emoção nesta chegada, entrando em conflito consigo próprio - a razão e o sentimento - já que lhe afloraram os mais monárquicos sentimentos ao ir a bordo da nau, e, beijando a mão de D. João VI. São as contradições próprias dos defensores de um regime que ainda dá os primeiros passos, e que ainda não racionalizara a forma como receber um Rei constitucional. Como tão bem descreve o Marquês da Fronteira,

"O homem honrado, bem educado e que tem coração, quando a consciência o acusa duma ingratidão, não está tranquilo e mostra na fisionomia que os remorsos lhe mordem. O dia 24 de Agosto atormentava, por certo, o meu General.

Entrando na tolda da nau, presenciei um novo quadro que tenho bem impresso na memória, apesar de terem já passado quarenta e um anos. El-Rei estava rodeado de toda a Real Família, exceptuando a Princesa D. Maria Benedicta que estava a bordo doutra embarcação. Todos os primeiros empregados da Corte e os altos funcionários de Estado, que seguiam El-Rei, estavam com Sua Magestade, ainda que nem todos tinham vindo na nau D. João VI (...)

O General fez diligências para se aproximar da câmara da ré e eu e o meu camarada pouco nos pudémos adiantar e ficámos junto ao portaló, d'onde pudémos observar El-Rei D. João VI, cujo porte e fisionomia me surpreenderam pela sua pouca elegância e fealdade, vestido com o uniforme mais bordado que até ali tinha visto, condecorado com numerosas Ordens, tanto nacionais como estrangeiras, com o chapéu de galão na cabeça, mãos atrás das costas, com uma bengala de castão, em que, de vez em quando, se apoiava, dando alguns passos para um e outro lado.⁽¹¹⁾

(11) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, *ob. cit.*, p. 241

A citação anterior é o documento mais vivo que encontramos da chegada do Rei e das impressões ditadas pelo Marquês de Fronteira. Descrições que fazem um retrato quase dinâmico, porque cheio de vida, da recepção ao Rei, e do retrato físico e psicológico do próprio monarca. Memórias que salientam, mais uma vez, a agitação sentida em Lisboa à chegada de D. João VI. Chegada cheia de significados: se, por um lado, é uma festa, e ninguém ficou impassível ao seu regresso (veja-se a própria atitude descrita nas memórias do "chefe" da revolta de Agosto), por outro lado, sente-se um grande clima de tensões. Tensões na recepção, tudo com muito pouca naturalidade, tensões nos interiores - fisionomias carregadas - e tensões no ambiente - todos querem aproximar-se do "seu" Rei, mas quase nada lhes é permitido. Por seu lado, o Rei também está despersonalizado: porte e fisionomia pouco próprias de um Rei até agora absoluto; Rei que se sente pouco à vontade, Rei que desconhece o seu papel constitucional, e se limita, agora a cumprir ordens.

A chegada do Rei, que seria, normalmente, um acontecimento cheio de calor humano, foi, desta vez, um acontecimento muito artificial, em que se soltam vivas de emoção, cumprimentos sentidos, à mistura com cumprimentos formais, apenas para cumprir um ritual. Cumprimentos formais também da parte do Rei, que recebeu o General Sepulveda com firmeza, sem palavras. Atitude que poderá significar a pouca convicção do Rei em se assumir, agora, como Rei constitucional, mas que, face aos acontecimentos revolucionários, não encontrara outra saída política. Cumprindo agora por obrigação os seus deveres políticos, mostra, por isso, pouca vontade e determinação em cumprir ordens, contrariando o seu antigo prestígio e poder. D. João VI não celebra com felicidade aquilo que seria um grande acontecimento histórico - cumpre o papel político que as circunstâncias lhe exigem.

A entrada solene do Rei na capital

A 4 de Julho, pelas doze horas, desembarca, finalmente, D. João VI, e depois de todas as medidas de segurança pública que levaram a colocar alas, desde o Terreiro do Paço até ao Palácio das Cortes, realizou-se o desfile solene. A notícia do desfile que já tinha sido tornado público, e a forma como este tinha sido anunciado, chocara, certamente, a população.

"A entrada solene d'el-rei para o dia seguinte já constava no público e tinha produzido um terrível efeito na grande maioria da população de capital, porque via no procedimento do Congresso e do Governo Executivo uma falta de consideração com a Família Real, obrigando-a a ficar a bordo por mais vinte e quatro horas, depois de tão longa viagem (...) Foi sempre, para mim, fora de duvida que o que, naquela época, concorreu para desconcertuar o sistema constitucional e facilitar a restauração do absolutismo, foi a conduta absurda dos patriotas para com El-Rei, no dia da sua chegada, dia, para todo o pais, de verdadeira festa nacional, mas em que eles julgaram dever obrigar o Soberano a humilhações que custam a acreditar a quem não as presenciou."⁽¹²⁾

As ruas estavam completamente guarnecidas com a força de infantaria, o que mostra bem a cuidadosa preparação para fazer face a alguma eventualidade, que pusesse em causa o sistema constitucional.⁽¹³⁾

E, neste cenário, saiu de nau D. João VI para estar no cais ao meio-dia conforme o programa previsto. Entrou no coche que o esperava, assistindo à recepção preparada pelas Cortes, com forte representação das sociedades secretas, contrastando com a recepção calorosa e sincera das massas, estas sim, felizes com a chegada do seu Monarca. Faziam

(12) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias, ob. cit.*, pp 244-245 Sublinhados nossos

(13) Destas forças militares constavam agora Generais que, em Agosto de 1820, eram opositores à revolução. São os precursores pouco lineares da vida política

transbordar essa felicidade em calorosos Vivas a D. João VI, que assustavam os patriotas, que impedidos pelas emoções negativas provocadas pela sinceridade da festa ao Rei, apenas soltavam fracos VIVAS, acompanhados por absurdos MORRAS. Revolucionários que aproveitaram o silêncio, finalmente conseguido, para executarem o seu programa, programa que omitiu os vivas a el-rei, substituindo-os pela PROCLAMAÇÃO À LIBERDADE.⁽¹⁴⁾

Neste ode à Liberdade, própria do sistema constitucional, houve o esquecimento circunstancial ou propositado do Rei. Sentia-se o confronto de ideias, por parte dos próprios revolucionários, que estavam divididos nestas ovações. Saliente-se a título de exemplo, o caso do General Sepulveda, que, indignado, gritou aos soldados:

"VIVA El-Rei D. João VI, Rei Constitucional!"⁽¹⁵⁾

No meio deste contraste de manifestações, chegou D. João VI - enternecido com a população, pensativo com os sinais constitucionalistas vividos - ao Palácio das Necessidades. Dirigiu-se de imediato à livraria do Convento dos Nerys, onde se situava a sala das Cortes. Entrou na sala, e todos os deputados se levantaram. Junto ao trono, encontrava-se o Presidente da Assembleia, Francisco Trigoso. O Rei, acompanhado dos seus ministros, subiu, com dificuldade e evidenciando cansaço, os degraus do trono. Estava física e emocionalmente cansado. As emoções eram tantas e tão opostas, resultantes de uma situação inédita para si como Rei, e, inédita, também, na História de Portugal: ser Rei constitucional exigia uma mudança de valores políticos, e uma mudança de mentalidades, que só o tempo, talvez, o habituasse.

(14) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias, ob. cit.*, p. 247

(15) *Idem, ibidem.*

Aí, em plena sala das sessões das Cortes, as reacções foram semelhantes às da rua: das galerias, ouviam-se os VIVAS a el-Rei, ouviam-se, também os VIVAS À LIBERDADE sem Rei.

O Juramento das Bases

Pelas cinco horas, dá-se, finalmente, o tão esperado juramento das Bases da Constituição. Foi apresentado a D. João VI, o Livro dos Santos Evangelhos, sobre o qual, pondo o monarca a mão, proferiu o seguinte juramento:

"Eu D. João VI, pela graça de Deus, e pela Constituição Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, juro aos santos Evangelhos manter a Religião Católica Apostólica Romana, observar, e fazer observar as Bases da Constituição decretadas pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, e a Constituição que elas fizerem, e ser em tudo fiel à mesma Nação".⁽¹⁶⁾

Em seguida, o Senhor Presidente leu o seu discurso de que destacamos as partes mais significativas:

"Os Representantes da Nação Portuguesa rodeando o Trono do seu Rei, constituindo, e firmando a lei fundamental da Monarquia seguem hoje grandes exemplos, renovam épocas brilhantes da sua história, e apertam de um modo indissolúvel aquele vínculo político, que deve unir os povos aos reus, e os reis aos povos (...)

Males passados, sobre que é hoje necessário correr o mais espesso véu; bens e prosperidade futuras, com que é hoje permitido recuar a nossa imaginação; a urgência de remedear aqueles males, e a ideia de realizar estes bens, nos trouxe este dia

(16) *Diário das Cortes*, II Volume, Sessão de 4 de Julho, p. 1434.

feliz, em que uma lei justa e igual de todos conhecida, e jurada por todos, preserva o governo político do Estado, daqueles inconvenientes a que é igualmente sujeito, quando está nas mãos de todos, ou quando está nas mãos de um só. Em iguais distâncias de um, e de outro extremo se equilibre, Senhor, o Governo Constitucional Representativo, apoiado na liberdade da imprensa, e na independência dos juizes, que são as duas pedras angulares deste tão nobre edifício".⁽¹⁷⁾

O presidente da Assembleia elogia as características tão sublimes do Governo Constitucional e Representativo, e da carta política decretada pelas cortes. Finalmente, a Nação Portuguesa seguirá os povos mais civilizados e florescentes da história; reunirá todos os anos Assembleias Legislativas, elegerá livremente os seus membros, as leis serão públicas, haverá responsabilidades do poder executivo, liberdade de pensamento, equilíbrio entre as receitas e despesas do Estado: haverá FELICIDADE PÚBLICA. A Felicidade Pública da Nação reside na conservação do equilíbrio do PODER POLÍTICO, que os cidadãos delegaram nos seus representantes, e que se encontra separado entre as Cortes e o Rei.

A resposta do Rei

Após os repetidos vivas ao discurso das Cortes, D. João VI saiu da sala, deixando a sua resposta. Silvestre Pinheiro Ferreira leu, em seu nome, o discurso, que foi acusado de pouco constitucional, e por isso, entregue a uma comissão para ser analisado, discutido e modificado. Estamos perante um caso único na história até 1821, em que um Rei deixa de ser reconhecido como absoluto também naquilo que diz. Desde a própria ausência do Rei, à falta de respeito pela posição que apresenta,

(17) FERREIRA DE MOURA, D.C., Tomo II, 4 de Julho, pp. 1434, 1435

tudo é permitido, desde que não ponha em causa os princípios constitucionais. Falta, portanto, uma sintonia de ideias políticas, ou de convicções assumidas no vintismo, que leva ao desrespeito pela própria pessoa do Rei, que, na opinião dos deputados, deve conformar-se e emendar o discurso. Discurso que se afasta, em questões de princípios, do que estava determinado nas Bases quanto à separação dos poderes.

Poderemos perguntar qual o sentido do juramento régio das Bases, já que não será de afastar a hipótese de que o Rei absoluto, não se converteu, no coração, em Rei constitucional. De facto, estão em confronto duas propostas: uma estudada e aprovada pelas Cortes; outra, a do Rei, que vem com uma outra proposta que contempla um regime diferente e que ele não podia propôr constitucionalmente. O Rei queria interferir no estabelecimento do novo sistema, queria ter interferência no poder legislativo, como é comprovado pelo discurso lido por Silvestre Pinheiro Ferreira.

CAPÍTULO V

O REI PERANTE A QUESTÃO BRASILEIRA

O Procedimento das Cortes Constituintes

Para traçarmos a imagem do rei na sua globalidade, temos necessariamente de analisar o processo político do Brasil, já que intrinsecamente ligado a D. João VI - REI de Portugal, Brasil e Algarves -. Com a preparação da saída do Rei para Portugal, fica por resolver a questão brasileira. Assim, enquanto as cortes de Portugal preparam a chegada do rei, prometendo a sua consagração e jurando-lhe fidelidade, a corte do Rio de Janeiro, resolve a questão da saída do seu Rei. Questão que implica também o conhecimento da situação em Portugal, que leva D. João VI a elaborar dois decretos, em 18 e 23 de Fevereiro de 1821. Estes decretos mostram da parte do Rei uma certa precaução política na sua saída; duas questões precisam de ser resolvidas:

- 1 - Conhecimento verdadeiro da situação em Portugal;
- 2 - Assegurar a estabilidade política do Brasil.

D. João VI, apesar das comunicações recebidas e dos pedidos da Nação para que regresse a Lisboa, tomou, no entanto, as medidas convenientes para saber se o seu regresso seria, de facto, pacífico. Por outro lado, perante as notícias de um processo revolucionário em marcha, D. João VI reconhece a necessidade urgente do envio de alguém da família Real que, por um lado, observe os acontecimentos, e, por outro, seja símbolo presente da Monarquia no país, e, por isso, garanta a paz e a

tranquilidade públicas. Para alcançar estes objectivos, é decidido, pelo primeiro decreto, que D. PEDRO vá a Portugal com a autoridade e instruções necessárias, para tomar as medidas indicadas pelo REI, a saber: restabelecer a tranquilidade, ouvir as representações dos povos, estabelecer reformas e fazer as leis julgadas convenientes a incluir na constituição Portuguesa. D. Pedro fica, ainda, responsável por dar conhecimento ao Rei da dita constituição, a fim de ser por ele aprovada. D. João VI decide ainda, que a constituição não poderá servir para o Brasil, devendo pois ser adaptada por um grupo de procuradores. Por isso, o segundo decreto decide o modo do Brasil conhecer as leis constitucionais das Cortes de Lisboa, e melhorá-las em caso de lhe serem úteis⁽¹⁾.

Veja-se as atitudes verdadeiramente políticas de D. João VI, agindo como um Rei absoluto, usando o seu poder régio, em confronto com a situação política em Portugal, que, em breve, ele conhecerá ao ver-se transformado num Rei constitucional.

Cedo, porém, ter-se-á apercebido da situação real que o espera em Portugal, e tomado consciência de que D. PEDRO não poderia cumprir as suas ordens régias, pois, a ruptura política era algo que não pensara nem suspeitara ao receber as comunicações cheias de retórica e de respeito pela sua pessoa (não pelo seu poder régio) vindas das Cortes de Lisboa. Só com a chegada ao Brasil do conde de Palmela, a Corte terá conhecido a verdadeira situação política Portuguesa. Situação irreversível que terá levado D. PEDRO, a 26 de Fevereiro, a jurar a constituição que as Cortes reunidas em Lisboa iriam fazer em seu nome e em nome de D. João VI, (juramento também feito por D. Miguel). Dias mais tarde, a 28 de Fevereiro, Silvestre Pinheiro Ferreira enviou um ofício ao governo do reino

(1) *Vejam-se os Decretos de 18 e 23 de Fevereiro de 1821*, CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, p. 161 e 162.

de Portugal, anunciando o regresso a Lisboa do próprio Rei D. João VI e a sua real família.

O Procedimento de D. João VI no Brasil face à actuação das Cortes vintistas

As ideias liberais do movimento revolucionário português tiveram aceitação nalgumas províncias do Brasil e, também nelas se gerou um arrastamento da agitação política de Portugal. Gerou-se, assim, um confronto, tal como em Portugal, entre os que aderiam ao movimento revolucionário e às suas ideias liberais, salientando-se a ideia de um *Rei constitucional*, e os que reagiam a este movimento, provocando uma acção contra-revolucionária fundamentada na ideia de *Rei absoluto*.

E, é nesta tensão entre as duas imagens de Rei que compreenderemos, de seguida, a problemática em questão e a atitude do Rei nesta situação.

"O movimento de 24 de Agosto de 1820 prova que os liberais estavam dispostos a correr o risco da desagregação política do império: se, para uma história retrospectiva, de tipo determinista, a aceitação da constituição pelo Rei e o seu regresso a Portugal são o resultado natural e inevitável da revolução, na história real, pelo contrário, essa era apenas uma das sequências possíveis de factos, e nem sequer poderia ter-se como a mais provável, já que nenhum indício apontar para uma posição concludora da parte da Corte no Rio. Aliás, ainda antes da eclosão do movimento liberal o *Padre Amaro* (jornal subsidiado pela embaixada portuguesa em Londres) dava como certa a oposição do Rei a qualquer

tentativa revolucionária que perversamente ocorresse em Portugal⁽²⁾; e tanto o *Padre Amaro* como o *Correio Brasiliense* consideravam possível uma intervenção inglesa em apoio do governo do Rio".⁽³⁾ Mesmo a imprensa periódica publicada em Portugal é bastante tranquilizante, pondo de parte a possibilidade de uma acção brasileira (ou Inglesa) contra Portugal.⁽⁴⁾ O mesmo não se passava em Portugal, onde o movimento liberal não excluía a hipótese de confronto com a corte do Rio⁽⁵⁾. E, as cortes Portuguesas vão-se preparando para uma possível hostilidade do Rio contra as medidas, que entretanto as Cortes de Lisboa preparavam.

As províncias brasileiras provocam sucessivas revoluções a favor da constituição, e, a 26 de Fevereiro de 1821, também o Rio de Janeiro aderiu ao movimento pró-constitucional, contra todas as expectativas dos liberais.

Por seu lado, D. João VI, observando a reacção do Brasil ao conhecimento do movimento revolucionário português, convocou a junta de procuradores do reino, e nomeou os membros da comissão preparatória, sob a presidência do Marquês de Alegrete. D. João VI pretendia controlar as manifestações revolucionárias, que tinham tido origem no Porto, mas, que iam arrastando consigo não só uma parte de Portugal, como também já faziam eco em algumas províncias do Brasil.

D. João VI pretendia acalmar os movimentos revolucionários com o Decreto de 23 de Fevereiro de 1821, onde promete a ida para Portugal do seu filho D. Pedro:

(2) O Padre Amaro, nº 7, Julho de 1820, vol. 2, p. 47

(3) Valentim Alexandre "O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política" in *O Liberalismo na Península Ibérica na 1ª metade do Século XIX*, p. 293

(4) Veja-se por ex. *A Abelha Portuguesa*, nº 2, Janeiro de 1820

(5) Veja-se por ex. *Amigo do Povo*, nº 2 (1820), *Português Constitucional*, nºs 7, 8, 29, 30 de Setembro de 1820; *Liberal*, nº 12, 20 Dez. de 1820; *Astro da Lusitânia*, nº 39, 4 De Janeiro de 1820

"munido da autoridade e instruções necessárias, para pôr logo em execução as medidas e providências que julgo convenientes, a fim de restabelecer a tranquilidade geral daquele reino, para ouvir as representações e queixas dos povos, e para estabelecer as reformas e melhoramentos, e as leis que possam consolidar a constituição Portuguesa; e tendo por base a justiça e o bem da monarquia, procurar a estabilidade e prosperidade do reino unido devendo ser-me transmitida pelo belo príncipe-real a mesma constituição, a fim de receber, sendo por mim aprovado, a minha real sanção".⁽⁶⁾

Com este decreto o Rei descontentou todos. Por um lado, ofendia os brasileiros porque equiparava o Brasil, onde residia a Corte, aos domínios ultramarinos, e tudo o que lhe prometia eram vagas reformas. Por outro lado, descontentava os portugueses que não desejavam o envio de D. Pedro, mas sim, o regresso do próprio Rei D. João VI, e respectiva Corte, a Portugal⁽⁷⁾.

No Brasil eclodiam, movimentos constitucionalistas, nas províncias do Pará e da Baía, como reacção ao silêncio do governo do Brasil em relação à revolução portuguesa. Face a estes acontecimentos, as Cortes Portuguesas inverteram a sua política em relação ao Brasil, pelo *Decreto de 18 de Abril de 1821* que vem legitimar os governos revolucionários a alcançarem a "regeneração" de Portugal, através da eleição de deputados nessas zonas. Envia, também, uma expedição à Baía para defender os revolucionários de possíveis retaliações do governo brasileiro de D. João VI.

(6) D. João VI, *Decreto de 23 de fevereiro de 1821*, in CLEMENTE JOSE DOS SANTOS, *ob. cit*

(7) A este propósito, Veja-se por exemplo o artigo de JOAQUIM DE CARVALHO "Irradiação do movimento revolucionário", in DIR DAMIÃO PERES, *História de Portugal*, p 74-96.

Em 26 de Fevereiro de 1821 dera-se a Insurreição no Rio, levando D. João VI a ceder às imposições da tropa e do povo; desde esse dia, desenrolara-se o processo de emancipação política do Brasil, preparado pela residência da Corte e pelo exemplo das colónias espanholas. Dera-se início a um período novo nas relações da Coroa com a revolução vintista.

A Política vintista face à questão brasileira

Desde Agosto de 1820 a Abril de 1821, a política dos vintistas em relação ao Brasil foi pautada pela articulação da ideia de defesa do novo regime, com a ideia de considerar a questão brasileira. A defesa do novo regime é feita de uma forma conciliadora: o novo regime proclamado inclui a *Figura do Rei*⁽⁸⁾. Desde o início do movimento revolucionário, com as primeiras proclamações, há uma posição de fidelidade ao rei, abandonando-se a ideia de que poderia sequer pensar-se numa ruptura com a dinastia reinante. E, por isso, os liberais tinham, por consequência, de ter em conta a autoridade real quanto ao Brasil, quer no domínio político quer no económico.

Na sessão de 3 de Fevereiro de 1821 foi discutida em Cortes a questão do envolvimento ou não envolvimento brasileiro na revolução. A título de exemplo, o deputado Pereira do Carmo, apresentou um projecto de decreto, segundo o qual seriam nomeados deputados do Brasil que residissem em Portugal, enquanto não fossem nomeados os efectivos.⁽⁹⁾

(8) Veja-se o Cap. I deste trabalho "O movimento de 1820 e a consagração de D. João VI"

(9) Cfr. *Diário das Cortes, sessões de 30 de Janeiro e de 3 de Fevereiro de 1821*, vol. 1, pp. 9-10 e 23, 26, respectivamente

Esta proposta não foi aprovada: era demasiado arriscado estender os princípios liberais ao Brasil. Risco que poderia levar à independência, como mais tarde se veio a verificar. De facto, uma constituição liberal aplicada no Brasil teria consequência demasiado arriscadas para Portugal, e, por isso, a solução mais razoável era manter o território brasileiro sob a dependência do Rei.

"E quando por quaisquer meios se pudesse conseguir que o Brasil (...) se decidisse livremente por uma constituição liberal, poderá algum de não afirmar qual seria o seu destino, ou que vereda seguiria? Unir-se-ia a Portugal para formar com ele o mesmo império, ou seguindo-se o exemplo de América Setentrional, estabeleceria uma Confederação? (...) Portanto, o meio mais seguro que temos para fixar o destino do Brasil relativamente a nós é fazer por meios conciliadores que ele dependa de El-Rei, o qual, como um centro de união, o dirija".⁽¹⁰⁾

E 15 de Fevereiro, as Cortes dirigiram ao Rei, uma CARTA, onde diziam qual a sua principal tarefa política: "guiar toda a dispersa família portuguesa até ao recinto comum deste mesmo edifício".⁽¹¹⁾

O Regresso do Rei a Portugal e a questão do Brasil

Em Abril de 1821 é recebida em Lisboa a notícia da adesão do Rei ao sistema constitucional. A 4 de Julho, D. João VI regressa a Lisboa deixando D. Pedro como regente do Brasil. Regência estranha aos ideais do sistema constitucional que leva as Cortes a enviarem, por isso, uma expedição militar ao Brasil a 9 de Julho de 1821, para vigiar a acção política de D. Pedro, e preparar o regresso do Príncipe a Portugal.

⁽¹⁰⁾ CASTELO BRANCO, 3 de Fevereiro de 1821, D.C. V I, p. 25

⁽¹¹⁾ CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, T. I, p. 159.

extinguindo a regência. Expedição que o obriga a jurar as bases de constituição e a modificar a acção política do seu governo. As Cortes através dos decretos de 29 de Setembro e 1 de Outubro de 1821, pretendem controlar a política brasileira, através de juntas com atribuições limitadas, e eleições regulares.

Contudo, embora o governo esteja sob controle das Cortes portuguesas, os movimentos revolucionários das províncias sucedem-se, o que leva as Cortes a passarem de uma política de força a uma política de pragmatismo, adoptando medidas concretas que agradam aos Portugueses. No entanto, as províncias do Sul do Brasil continuavam a acção de contestação ao governo português, procurando dissuadir D. Pedro de regressar a Portugal, o que se verificou, mostrando a caducidade dos esforços das Cortes. Havia forças em tensão no interior das próprias Cortes, uma conciliatória com os interesses brasileiros, outra radical, pretendendo a sujeição do Brasil, ou a separação definitiva de Portugal.

Sobre a questão da independência do Brasil, os deputados desejam conservar a integridade de Portugal, e não a sua separação, a Nação deveria permanecer unida, como se encontrava no início das Cortes vintista. No entanto, só os mais moderados aceitavam uma solução de compromisso com D. PEDRO, para evitar a desunião.

Neste quadro político, D. Pedro ou aceitava submeter-se, ou afastava-se do sistema liberal português, perdendo, assim, o direito à coroa.

O Processo da Independência do Brasil

Ao retirar-se para Portugal, D. João VI, deixa como regente do novo reino D. Pedro, com a convicção de que a antiga colónia do Brasil

não tardaria a desligar-se de Portugal, e neste caso, para o Rei a melhor solução seria ficar nas mãos de D. Pedro. De facto, a separação foi uma solução inevitável, para o que muito contribuíram as atitudes dos deputados das cortes constituintes face aos brasileiros. No seio das cortes geraram-se vários grupos composições diferentes em relação à questão brasileira. Para os mais moderados, deveria encontrar-se uma solução harmoniosa entre os interesses Portugueses e Brasileiros. Mas, os Patriotas radicais defendiam uma actuação anti-brasileira das Cortes, que originasse a desunião do Brasil. Queriam a todo o custo anular os benefícios concedidos ao Brasil por D. João VI. Pretendiam subordinar as tropas brasileiras a chefes militares nomeados em Lisboa e, finalmente, retirar-lhes o príncipe regente D. Pedro, com o pretexto deste vir a concluir a sua educação na Europa.

Os Brasileiros sentiam-se confrontados com grandes perdas políticas, desde a saída da corte e o regresso a Portugal de D. João VI, e, mais tarde também, o pedido do regresso de D. Pedro. Este último pedido gerou um confronto de forças, levando José Bonifácio de Andrade e Silva, a fazer, em S. Paulo, uma exortação, no sentido de pedir a permanência do príncipe regente. Este último, decidiria desobedecer à ordem das Cortes Constituintes, e ficar no Brasil; José Bonifácio, ministro do Reino orienta a independência brasileira, e, de Janeiro a Setembro de 1822 foi decidido que nenhuma lei promulgada pelas Cortes teria vigência no Brasil sem a concordância de D. Pedro, aclamado defensor do Brasil.

O processo da separação e independência do Brasil, conheceu, apesar de tudo, algumas tentativas de conciliação com Portugal. A tentativa mais relevante foi apresentada pela comissão encarregada de redigir os artigos adicionais à Constituição Portuguesa, referentes ao Brasil. Esta Comissão apresentou às Cortes, a 15 de Junho de 1822, um Parecer onde propõe a existência de dois congressos, um no Brasil, outro

em Portugal, e a existência de umas Cortes Gerais em Lisboa, compostas por 50 Deputados, 25 Portugueses e 25 do Brasil.

O regente do Brasil sancionaria as respectivas leis, com carácter provisório, constituindo-se uma espécie de federação entre Portugal e o Brasil, constituída pela parte relativa ao Poder Legislativo, de competência das Cortes Gerais, e uma parte relativa ao Poder Executivo delegado no sucessor da Coroa. Este parecer foi discutido na sessão das Cortes de 26 de Junho de 1822, mas não foi aprovado.⁽¹²⁾

O Processo da separação e independência do Brasil teve o seu desenlace a 12 de Outubro de 1822, com a aclamação de D. Pedro como imperador do novo Estado Independente. D. João VI não queria esta separação e envida todos os esforços para a mesma não se consumir.

Na carta de 13 de Maio de 1825, o Rei declarou que tomava e estabelecia para si e seus sucessores:

"o Título e a dignidade de Imperador do Brasil e Rei de Portugal e Algarves (...). E por a sucessão das duas coroas, imperial e real, directamente pertencer a meu sobre todos muito amado e prezado filho, o Príncipe D. Pedro, nele, por este mesmo acto e carta patente, cedo e transiro já, de minha livre vontade, o pleno exercicio da soberania do Brasil ...".⁽¹³⁾

Finalmente, a 29 de Agosto de 1825, deu-se o reconhecimento da independência do Brasil, ratificada a 15 de Novembro de 1825, por D. João VI, que, escreve, agora, uma carta em termos diferentes da de 13 de Maio:

(12) Veja-se o artº de JOAQUIM DE CARVALHO "A obra legislativa das Cortes", in *História de Barcelos*, cap. IV, p. 97-117.

(13) *Carta de D. João VI a D. Pedro, 13 de Maio de 1825*

"Sua Magestade Fidelíssima reconhece o Brasil na categoria de império independente e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro por imperador, cedendo e transferindo da sua livre vontade a soberania do dito império ao mesmo seu filho e seus legítimos sucessores. Sua Magestade Fidelíssima tomo somente a reserva para a sua pessoa o mesmo título".⁽¹⁴⁾

Correspondência de D. Pedro a D. João VI

Durante este processo foram enviadas ao Rei, seguindo a sua expressa vontade, cartas de D. Pedro de Alcântara, regente do Brasil, informando D. João VI dos assuntos políticos da monarquia.

Nas cartas são expressos os problemas do Brasil, agora que o Rei saiu e ficou príncipe regente D. Pedro. O mais interessante desta correspondência será analisarmos os problemas, que, entretanto se verificam no Brasil, resultantes de duas situações fulcrais:

1ª Saída do Rei para Lisboa;

2ª Reflexo da situação política portuguesa no Brasil

Repare-se na situação, o grosso modo, invertida nas relações entre Portugal e Brasil: o Rei estava no Brasil, e, deixara uma regência em Portugal, o que, permitira, ou, pelo menos, facilitara toda a agitação do processo revolucionário, que, D. João VI foi forçado, pela conjuntura instalada na sua ausência, a aceitar. Agora, a situação inverte-se - D. João VI deixa no Brasil uma regência (o príncipe regente D. Pedro) e regressa a Portugal -, e torna-se propícia, também, (como em Portugal) às contestações e ao desejo de mudança. O caminho é facilitado para a

(14) *Carta de D. João VI a D. Pedro, 29 de Agosto de 1825.*

irreverência daqueles que não vêem em D. Pedro a autoridade política, pois, só o Rei é soberano, inviolável e merece absoluto respeito. Assim, os brasileiros sentem, agora, a ausência do Rei, e encontram nela o momento oportuno para se manifestarem. Por outro lado, o conhecimento do processo revolucionário português, leva-os a quererem prosseguir as mudanças por eles planeados e em plena concretização, contrariando, os planos políticos do Rei e do seu príncipe regente para o Brasil, e não, simplesmente, copiá-la. Processo cheio de interesse que evidencia, por um lado, o clima que se instala com a saída do Rei, e por outro, as influências políticas de um processo revolucionário em pleno andamento em Portugal, que dá força, também, aos defensores da mudança política no Brasil.

A Carta nº 1, de 8 de Junho de 1821, relata a D. João VI aquilo que problematizámos anteriormente. D. Pedro comunica ao Rei que:

"Tenho eu procurado satisfazer aos vassallos de vossa Magestade naturais deste pais (...), só não pude alcançar de alguns oficiais de nº 3, que se têm portado muito mal, assentando que a constituição é e deve ser proclamada à força armada. Estes são João Crisóstomo, Peixoto, o capitão Sá, o Garcez e José Maria do 11, a ponto de peitarem os soldados para fazerem jurar as bases constitucionais portuguesas, ou por bem ou por mal, não tendo eu nada contra isso, mas só por fazerem o acto seu, o que as Cortes seguramente reprovarão, porque eu ia caminhando, como se prova dos papeis todos feitos para antecipar os bens da constituição, muito mais tendo dito as Cortes que as bases não regeriam no Brasil, sem pelos seus deputados ser expressa a sua vontade, que seguramente será a mesma (15)

(15) *CARTA (nº 1) do príncipe D. Pedro a el-Rei D. João VI, participando-lhe os sucessos do Rio de Janeiro acerca do juramento da Constituição e da insubordinada tropa auxiliar, 8 de Junho de 1821, in CLEMENTE JOSE DOS SANTOS, ob. cit., pp. 231-232*

Podemos, pois, concluir que um movimento militar pretende proclamar as Bases de Constituição Portuguesa no Brasil, tal como lhe forem enviadas, opondo-se à vontade política das cortes e da regência, que, desejam que este processo seja calmo, reflectido seguro e sem precipitações são os primeiros indícios de insubordinação no Brasil, começada, também (como em Portugal) por um pequeno grupo de militares. Insubordinação que fará D. João VI, compreendendo a situação iniciada no Brasil, a decretar na CARTA de Lei de 29 de Setembro de 1821, que o Príncipe Real regresse quanto antes a Portugal, e, vá viajar incógnito às cortes e reinos de Espanha, França e Inglaterra, acompanhado de pessoas que aderem ao sistema constitucional.

"As cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa, havendo decretado, em data de hoje, a forma de governo e administração pública das províncias do Brasil, de maneira que a continuação da residência do príncipe real no Rio de Janeiro se torne não só desnecessária, mas até indecorosa à sua alta hierarquia" (16)

Como se vê por esta carta D. João VI, executa a anterior decisão das cortes, e, corresponde à vontade expressa de D. Pedro em regressar a Portugal (Carta nº 3). O príncipe relata ao Rei que a província do Maranhão se encontra num "triste e lamentável estado", e lhe pede ordens e instruções para se "poder desembrulhar da rede" em que se vê envolvido. Saliente-se, que os problemas políticos vêm, precisamente, da província onde fora a sede da monarquia, e, agora, contestatária da causa nacional, a que todas as outras províncias aderiram.

D. Pedro referira na sua carta, os graves problemas económicos do Reino, e, a falta de respeito pela sua pessoa, circunstâncias

(16) *CARTA de Lei ordenando que o príncipe Real saia do Brasil para viajar por algumas cortes da Europa - 1 de Outubro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 243

sociais, políticas e económicas tão graves, que o levam a pedir ao Rei que o liberte deste cargo, em que, ele já não tem qualquer poder nem direcção nos acontecimentos.

"Peço a vossa magestade, por tudo quanto há de mais sagrado, que me queira dispensar deste emprego, que seguramente me matará, pelos continuos e horrorosos papéis que tenho, uns já à vista e outros muito piores para o futuro ..." (17)

O Processo Revolucionário no Brasil

Nas cartas seguintes relata-se o processo revolucionário do Brasil, em que o forte desejo de independência não olha a meios para conseguir essa independência do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Movimento contra o príncipe regente D. Pedro, este último símbolo da dependência do Brasil em relação a Portugal, e, por isso, o alvo principal a agredir, através da força militar. Note-se que sendo D. Pedro, príncipe regente do Rei D. João VI, os brasileiros procuram que o primeiro não obedeça às ordens vindas de Portugal, mostrando, assim, a sua adesão à causa brasileira. Movimento que pressiona D. Pedro a tomar partido pela independência do Brasil, aliciando-o à Rebeldia política, e, prometendo-lhe, em troca, a sua aclamação como imperador do Brasil.

A questão brasileira coloca D. Pedro numa situação política tão grave, que o leva a comunicar ao Rei todos os passos do processo revolucionário da independência, mostrando que não tem possibilidade

(17) *Carta (nº 3) de D. Pedro ao Rei, queixando-se das circunstâncias pecuniárias do Rio de Janeiro, e pedindo prontas providências, 21 de Setembro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 255-256

para fazer frente a um tal movimento, estando ele próprio, numa situação de conflito:

- 1º Desejo de lealdade para com o Rei;
- 2º Ter jurado ser sempre fiel a sua magestade, à nação e à constituição;
- 3º Perceber que a única saída para não trair o Rei é sair do Brasil.

"Queriam-me, e dizem que me querem aclamar imperador; protesto a vossa magestade que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso, e que eles farão essa loucura, mas será depois de eu e todos os portugueses estarem feitos em postas; é o que juro a Vossa magestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: "Juro sempre ser fiel a vossa magestade, à nação e à constituição portuguesa".(18)

A Contestação do Brasil à Constituição Portuguesa

Em toda a regência de D. Pedro, no Brasil vão ocorrendo movimentos de contestação e de não adesão à causa constitucional portuguesa. Estes anti-constitucionais perturbam a ordem pública, e D. Pedro como regente deseja-os pôr fora do Brasil, para que o número de simpatizantes com independência, e, conseqüentemente, com a não adesão à constituição portuguesa, não se torne impossível de controlar. E, se por um lado, a província do Maranhão mantém a ordem pública (fruto de medidas de retaliação de D. Pedro), contudo, a serenidade do reino do Brasil está longe de conseguir ser alcançada, pois, outras províncias tomaram conta da causa anti-constitucional. Na carta (nº 9) de 9 de

(18) *CARTA (nº 4) de D. Pedro referindo o boato de o quererem aclamar imperador do Brasil. 4 de Outubro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 256-257.

Novembro, D. Pedro escreve ao Rei, para lhe pedir respostas às suas cartas, na esperança de receber ordens que sirvam para travar a onda de anarquia, agora instalada na província de Pernambuco, onde os Portugueses "só por fora são constitucionais". Volta a garantir a sua fidelidade ao Rei e às Cortes, e a pronta execução do sistema constitucional no Brasil. D. João VI responde a D. Pedro dando-lhe as ordens e decretos necessários para pôr em marcha no Brasil as decisões tomadas em Portugal pelas Cortes contudo, e apesar de D. Pedro conseguir, de uma forma geral, a obediência das tropas, garantindo a paz pública, esta paz começa a ser conseguida apenas à força. É, por isso bastante artificial, já que o interior a população, começa a ferver de indignação e de revolta, pelos decretos que chegam de Portugal e parecem pouco benéficos para o Brasil.

Na carta (nº 11) D. Pedro comunica tal facto a D. João VI:

"Dou parte a vossa magestade que a publicação dos decretos fez um choque muito grande nos brasileiros e em muitos europeus aqui estabelecidos, a ponto de dizerem pelas ruas: 'Se a constituição é fazer-nos mal, leve o diabo tal coisa, havemos fazer um termo para o príncipe não sair, sob pena de ficar responsável pela perda do Brasil para Portugal, e queremos ficar responsáveis por ele não cumprir os dois decretos publicados; havemos fazer representações juntos com S. Paulo e Minas, e todas as outras que se puderem juntar dentro do prazo às cortes, e sem isso não há-de ir' Veja vossa magestade a que se eu me expuz pela Nação e por vossa magestade". (19)

O Brasil está inquieto com as ordens vindas de Portugal, e, desta vez, esta inquietação é sentida pelos brasileiros em geral, e não, por pequenos grupos de oposição à constituição. O Decreto sobre a saída de

(19) *CARTA (nº 11) sobre a má impressão causada pelo decreto relativo à sua saída do Brasil - 14 Dezembro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 272-273.

D. Pedro do Brasil, é um decreto que decepçiona, é uma decisão de Lisboa que se prende directamente com o futuro do Brasil, e que, pela primeira vez faz ouvir em uníssono este descontentamento em relação à constituição, considerada a lei responsável pelo estado de coisas que vão acontecendo, e, que causam sérias desconfianças no Brasil em relação ao sistema constitucional de Portugal.

Manifesto Contra a Saída de D. Pedro do Brasil

Está-se neste momento a assistir a uma medida de retaliação para Portugal: é opinião pública e comum de que a saída de D. Pedro implicará a perda do Brasil para Portugal. E os brasileiros querem, agora, impedir D. Pedro de cumprir os decretos vindo das cortes Portuguesas, assumindo as consequências de tal acto. Assiste-se a uma medida de chantagem, com a qual os brasileiros põem D. Pedro numa situação difícil de decidir: ou não presta fidelidade ao Rei e à Constituição, ou Portugal perderá o Brasil. São duas alternativas tão penosas que levam D. Pedro a comunicá-las a D. João VI, mostrando-lhe a situação delicada em que se encontra, transcrevendo-lhe o mote popular:

"Ou vai, nós nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do congresso; e demais, tanto os ingleses europeus como os americanos ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir sua alteza". (20)

(20) *CARTA (Nº 12) informando o Rei que as provincias do Brasil pretendem representar contra a sua saída, ou declarar independente aquele reino - 15 de Dezembro de 1821*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 273

Após as últimas cartas, foi nomeada uma Comissão que examinasse a situação política do Brasil, e tomasse as providências que julgasse necessárias. É uma tentativa de inverter o evoluir dos acontecimentos, tentando convencer o Brasil da injustiça da sua decisão, invocando razões da bondade da constituição, querendo fazer-lhes crer que havia uma situação de perfeita igualdade para os povos de Portugal e do Brasil, admitindo, no entanto, a justiça da exigência dos brasileiros em terem consigo D. Pedro, sendo parecer da comissão, pedir às Cortes que o príncipe real não abandone o Rio de Janeiro, enquanto se não fizer a organização geral do governo do Brasil.⁽²¹⁾

Em 2 de Janeiro de 1822, D. Pedro envia a D. João VI um ofício que lhe dá conhecimento das firmes intenções dos paulistas e brasileiros em geral em não inverter a marcha. Pede-lhe, ainda, que dele dê conhecimento às Cortes, e comunica-lhe que as representações já aludidas anteriormente, vão ter início a 9 desse mês. Declara-lhe, agora, a sua total impossibilidade em cumprir os decretos já citados (nºs 124 e 125). O ofício em causa, dirigido a D. Pedro, é uma declaração da total indignação do Brasil face aos decretos das Cortes Portuguesas. Neles vêem, acerca do organismo dos governos prouvinciais do Brasil, o caminho para a anarquia e a escravidão, e sobre o regresso de D. Pedro a Portugal, uma autêntica desfeita e um horror para os brasileiros. Mostram, portanto, a sua total reprovação por tais decisões, onde podemos ver em embrião, as razões fundamentais do desencanto do sistema constitucional português para os brasileiros, e a conseqüente independência do Brasil.

"Se pelo artigo 21º das bases da constituição, que aprovámos e jurámos por serem princípios de direito público universal, os deputados de Portugal se viram obrigados a determinar que a constituição que se

(21) Veja-se o *Parecer da Comissão especial dos negócios políticos do Brasil de 18 de Março de 1822*, p. 273 a 276

fizesse em Lisboa só obrigaria por ora aos Portugueses residentes naquele reino, e quanto aos que residem nas outras três partes do mundo ela somente e lhes tornaria comum quando seus legítimos representantes declarassem ser esta a sua vontade: como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província de um reino inteiro? (22)

O descontentamento dos brasileiros manifesto no ofício anterior, não conseguiu ser abafado, apesar das tentativas de resistência de D. Pedro, que, entretanto, foi transmitindo a situação insustentável do reino. D. Pedro apesar de todas as medidas repressivas que foi tomando, teve consciência da crescente fragilidade da união entre Brasil e Portugal, que as suas forças não conseguem travar. As manifestações anti-constitucionais sucediam-se, até que uma deputação de Minas Gerais exige a permanência de D. Pedro e a mesma forma de governo de S. Paulo, e as representações do Brasil se sucedem, exigindo de D. Pedro uma atitude política, que resultou na criação de um conselho de Estado, na sua permanência no Brasil, e na criação das Cortes Gerais do Brasil para fazerem as suas leis municipais, esta última, expressa na Carta (nº 25) de 28 de Abril de 1822.

"Peço a vossa magestade que mande apresentar esta [carta] às cortes gerais, para que elas saibam que a opinião brasileira e a de todo o homem sensato, que deseja a segurança e integridade da monarquia, é que haja aqui cortes gerais do Brasil e particulares relativamente ao reino unido para fazerem as nossas leis municipais.

Vossa magestade ... recomendou-me ... que tratasse os brasileiros como filhos; eu não só os trato como tais, mas também como amigos;

(22) *Ofício do governo de província de S. Paulo ao príncipe real, mostrando o descontentamento dos brasileiros pelos decretos das cortes de 29 de Setembro de 1821, a que se refere a carta nº 14*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, 24 de Dezembro de 1821.

tratando-os como filhos sou pai ...; assim qualquer destas duas razões me obrigam a fazer-lhes vontades razoáveis. Esta (de quererem cortes) não só é razoável, mas útil a ambos os hemisférios.(23)

A Imagem de D. Pedro em Portugal

Em Portugal, segundo descreve o Marquês de Fronteira:

"discutia-se um negócio que dizia respeito ao Brasil e havia quem acusasse os brasileiros, e mesmo o príncipe Real, de ideias de independência, e quem o defendesse, mostrando a inconveniência de tais discursos. Fernandes Tomás tomou a palavra, fez um longo discurso e concluiu assim: 'se o Príncipe quer ser brasileiro e se os brasileiros não querem ser Portugueses, adeus Senhor Príncipe, adeus Senhor Brasil, passem por lá muito bem, que não nos fazem falta? E for de dúvida que estas poucas palavras, pronunciadas pelo chefe do movimento, muito irritaram o Príncipe e os Brasileiros"(24)

Nas Cortes Portuguesas, as discussões sobre a questão brasileira eram cheias de animação, vivacidade e paixão. Era um tema candente, e os próprios deputados brasileiros discutiam com os portugueses, tudo o que se ia passando. O Brasil estava bem representando em Portugal, onde, além dos deputados, residiam muitos outros empregados do Governo, magistrados, lentes da universidade e da Academia da Marinha. Todos apresentavam publicamente as suas ideias da separação do Brasil.

Por seu lado, os deputados portugueses, mostravam as mais profundas dúvidas sobre a regência de D. Pedro, pois, achavam a sua

(23) *CARTA (nº 25) do príncipe D. Pedro e D. João VI, mostrando a necessidade de haver Cortes Gerais no Brasil - 28 de Abril de 1822*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 349-350

(24) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, Parte II, p. 253

conduta muito suspeita, e defensora dos interesses brasileiros. Os próprios portugueses no Brasil dela tinham consciência; refira-se, por exemplo o caso do Comandante da guarnição portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, que, desde sempre, teve problemas de estratégia política com D. Pedro, já que este último tomava sempre o partido dos brasileiros quando havia questões no relacionamento dos brasileiros com a dita guarnição.

Todas as notícias, quer vindas da parte de D. Pedro, quer de Portugueses residentes no Brasil, faziam crer às Cortes Constituintes que os projectos políticos de D. Pedro dariam a vitória aos brasileiros. Os deputados Portugueses expressavam todas as suas maiores preocupações sobre a questão brasileira, em confronto com os deputados brasileiros, que, pelo contrário, defendiam sempre a conduta do príncipe D. Pedro e, por isso, criticavam a má vontade dos deputados em relação ao Brasil.

Portugal defendia à distância, e como podia, os seus interesses brasileiros, fazendo frente às representações das Províncias do Brasil, reforçando as guarnições militares. O espírito público em algumas províncias por exemplo na Bahia e em Pernambuco era mesmo hostil à dependência portuguesa. No Rio de Janeiro, a situação era, também difícil. Ali, além dos confrontos entre Brasileiros e a Guarnição Portuguesa, chefiada pelo General Avelaz, havia também falta de consonância de esforços entre este último e o próprio D. Pedro (o que levou o General a abandonar o Rio de Janeiro). Sinais que mostram a conduta do Príncipe D. Pedro, que ocultando o mais possível, e dando uma imagem de grande defensor dos interesses das Cortes Constituintes, tinha, no entanto, ideias de independência, fruto, talvez das circunstâncias adversas em que governava, e das pressões brasileiras que sentia a cada instante, e o levavam a abdicar das funções que devia manter e dar provas da sua obediência a D. João VI.

"O Príncipe D. Pedro, para ocultar as suas ideias de independência, organizava forças brasileiras e estrangeiras, debaixo do comando dum tal General Labatour, a pretexto de castigar a insubordinação do Exército Português para com ele, na qualidade de Regente em nome do seu país, estratégia que se denunciou desde logo e provocou na Assembleia Constituinte debates dos mais acalorados que tem havido no Parlamento Português.(25)

A chegada a Portugal do General Avillez foi mais um facto que alertou as Cortes Constituintes para o verdadeiro procedimento de D. Pedro. Muitos deputados só agora viam a verdadeira estratégia seguida pelo príncipe, que lhes custara a acreditar, pois significava um facto inédito na história de Portugal: um herdeiro do Trono a não aceitar a dependência do Brasil em relação a Portugal, e a aceitação da sua independência.

D. João VI também foi tomando consciência de conduta de D. Pedro, e, em 3 de Agosto de 1822, dirige-lhe uma carta, mostrando-lhe a responsabilidade política dos seus actos:

"Não tenho respondido às tuas cartas por se terem demorado as ordens das cortes; agora receberás os seus decretos, e te recomendo a sua observância e obediência às ordens que recibes, porque assim ganharás a estimação dos portugueses que um dia hás-de governar, e é necessário que lhes dês decididas provas de amor pela Nação

Quando escreveres lembra-te que és um príncipe e que os teus escritos são vistos por todo o mundo, e deves ter cautela, não só no que dizes, mas também no modo de te explicares"(26)

(25) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, Parte II, p. 265

(26) *Carta de D. João VI a D. Pedro, pedindo-lhe um maior cuidado na defesa de Portugal*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 523

O Procedimento Político de D. Pedro

Em resposta à carta anterior, D. Pedro, (pela primeira vez em trinta e uma cartas), reprovava o sistema constitucional instaurado em Portugal, e também ele, traça a imagem de Rei, agora constitucional, em que D. João VI, totalmente esvaziado de poder, é conduzido pelas Cortes sem uma vontade política expressa, a não ser o poder de executar as ordens por elas emanadas. Lamenta o estado de coacção em que se encontra o Rei, acusando de despóticas as próprias Cortes: executivas, legislativas e judiciárias. D. Pedro compreende, claramente, que a crítica às suas cartas é uma crítica das Cortes, e só em segunda via do próprio Rei.

O Príncipe recusa o despotismo das Cortes Constituintes, e, condena o procedimento destas para com o Rei, que considera preso, e não lhe dão a ele qualquer vontade de servir. Vemos como a Imagem do Rei no Brasil veio trazer todas as constantes desconfianças pelo novo governo constitucional, e dando aos brasileiros a razão mais forte que podia haver para não respeitar um governo que também não respeitara o seu Rei.

Se por seu lado, os brasileiros vêem aquela imagem de Rei sem o tradicional poder régio, e reagem pelas representações das províncias, agora, nesta CARTA (nº 31) D. Pedro também acusa as Cortes Constituintes do tratamento dado ao Rei, e tendo nessa imagem de Rei, a justificação para o seu próprio procedimento rebelde.

"E como eu agora, mais bem informado, sei que vossa magestade está positivamente preso, escrevo esta última carta, sobre questões já decididas pelos brasileiros, do mesmo modo por que com perfeito conhecimento de causa, estou capacitado que o estado de coacção a que vossa magestade se acha reduzido é que faz obrar, bem

contrariamente ao seu liberal génio. Deus nos livrasse se outra coisa pensássemos!"(27)

D. Pedro contesta todas as críticas atrás referidas, considerando-se um perfeito herdeiro da coroa, mas livre da coacção das cortes, cujo procedimento condena, e, por isso, se pôs ao lado da legítima revolta dos brasileiros, que, ao contrário dos revolucionários portugueses, respeitam o seu príncipe regente e as autoridades estabelecidas, procurando constituir-se a seu lado e não contra elas. Conclui as suas relações com as cortes portuguesas, firme nos seus princípios e declarando que:

"eu príncipe regente do reino do Brasil e seu defensor perpétuo, hei por bem declarar todos os decretos pretéritos dessas facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas cortes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizerem para o Brasil, nulos, irritos e inexecutáveis, e como tais com um veto absoluto que é sustentado pelos brasileiros todos, que, unidos a mim, me ajudam a dizer: 'De Portugal nada, não queremos nada'. Se esta declaração tão franca irritar os ânimos desses luso-espanhóis, que mandem tropa aguerrida e ensinada na guerra civil, que lhe faremos ver qual é o valor brasileiro".(28)

A Aclamação de D. Pedro I

Em 12 de Outubro de 1820, dá-se o desfecho final da questão brasileira, já que os assuntos brasileiros deixam de pertencer às cortes constituintes. Realidade comunidade na carta de 23 de Outubro a D. João VI, em que D. Pedro lhe comunica a sua aclamação como IMPERADOR

(27) CARTA (nº 31) resposta à que o Rei lhe dirigisse em 3 de Agosto de 1822, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 573

(28) CARTA nº 31, *ibidem*.

CONSTITUCIONAL DO BRASIL. Brasil que declarou, com o consentimento e a defesa de D. Pedro, a sua emancipação política, sendo a partir desta data uma nação livre e independente.(29)

No entanto, a questão brasileira, agora, regressa numa outra versão: de um reino de Portugal, o Brasil passa a ser uma nação em discórdia com Portugal. Discórdias que levam D. João VI a escrever a D. Pedro I, pedindo-lhe para este pôr termo, em 23 de Julho de 1823. Processo que continuará até 15 de Novembro de 1825, com a publicação na Gazeta de Lisboa(30) da CARTA de LEI, em que D. João VI pretende uma aliança com o Brasil, aliança fundamentada na história comum, cedendo e transmitindo a D. Pedro os seus direitos sobre aquele país, criando e reconhecendo a sua independência com o título de Império, reservando para si o título de imperador do Brasil. Celebrou-se, assim, o tratado de Amizade e Aliança, assinado no Rio de Janeiro a 29 de Agosto de 1825 e ratificado a 15 de Novembro, ficando D. Pedro reconhecido como Príncipe Real de Portugal e Algarves, além de ser, também, imperador do Brasil e pertencendo-lhe o exercício da soberania neste império.

Podemos interrogar-nos sobre o que estará em causa em termos de tensão entre D. João VI e as Cortes, e ver qual a imagem do rei que ressalta da questão brasileira. De facto, tanto as cortes como D. Pedro tiram a dignidade ao Rei. Por um lado, as Cortes resolvem tudo sem ouvir o Rei, seguindo os princípios estabelecidos. O Rei recebe as cartas do príncipe e leva-as às Cortes - submissão do Rei às Cortes -. Por outro lado, D. Pedro também vem diminuir a imagem do Rei. Porventura, o príncipe

(29) *CARTA (nº 32) Aclamação de D. Pedro I em 12 de Outubro de 1822* - p. 581-582

(30) *Veja-se o Suplemento ao nº 269 da Gazeta de Lisboa, de 15 de Novembro de 1825*

ainda vai mais longe do que as cortes, com a subalternização ao Rei no Brasil. Tira a dignidade que o Rei tinha no Brasil: o seu filho tira-lhe uma parte do seu poder executivo. Conduz a independência à revelia das Cortes e do rei, pondo em causa a dignidade de ambos, e, sobretudo, no nosso caso, a dignidade do Rei: este viu-se desapossado de parte do território que o reconhecia como Rei.

CAPÍTULO VI

O REI E O JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO

As Cortes e a assinatura da constituição

É significativo observarmos os resultados da sessão de 23 de Setembro de 1822, dia em que as Cortes procederam à assinatura da constituição. Significativo, pois, nem todos os deputados assinaram este código político, razão de ser do movimento de 24 de Agosto. A constituição foi, por assim dizer, o coroar de todo o processo revolucionário iniciado em 1820: a novidade fundamental desse processo, foi precisamente o desejo de convocar cortes que elaborassem uma Constituição.⁽¹⁾

A 23 de Setembro, a grandiosa obra, depois de todas as fases conhecidas deste processo (projecto de Bases, Bases aprovadas, Projecto de Constituição e Constituição) está, finalmente terminada, e com ela implantado o sistema constitucional. Contudo, esta obra, trabalho de inúmeras sessões das Cortes, discussões e votações dos deputados, não é, mesmo assim, pacífica! É uma lei polémica, o que mostra as oscilações do processo revolucionário, e justifica a não adesão de todos os deputados. No interior das cortes, houve, desde o início, um clima aceso de tensões, entre revolucionários e moderados, que, não obstante a cedência de todas as partes em questões de princípios fundamentais, mesmo assim, não

(1) Cfr. I Parte, Cap. I deste trabalho: o movimento do PORTO e a consagração de D. João VI.



chegaram a um ponto comum de união, que, proporcionasse por parte de todos, a assinatura da constituição.

Podemos encontrar as razões deste acontecimento na pouca consolidação de princípios em todo este processo revolucionário. Os próprios partidários da revolução de Agosto de 1820, não seguiram da mesma maneira todo este processo que culminou no juramento da constituição. De facto, podemos constatar, lendo as sessões das cortes, as discussões e discordâncias entre si dos adeptos da Revolução, o que mostra que não houve posições partidárias e coerentes ao longo de todo o vintismo, mas antes, posições pessoais assumidas individualmente. Lendo, também, as Memórias do Marquês de Fronteira, vemos, como ele ditou as suas vivências dos acontecimentos, relatando, ao longo de todo este processo, a divisão de ideias dos próprios revolucionários.

A aceitação da ideia de constituição

"O partido constitucional, que, nos primeiros meses da revolução, era forte e tinha fundas raízes em todas as classes da sociedade, ia diminuindo de dia para dia. Os fidalgos das diferentes provincias do norte, que tinham abraçado com entusiasmo o movimento de 24 de Agosto e tomado parte nele, como o General Gaspar Teixeira e António da Silveira, conspiravam abertamente contra o sistema constitucional."⁽²⁾

O Marquês da Fronteira, descreve ainda, as razões do desânimo de alguns partidários da revolução. Pessoas cheias de ideais liberais mas que, agora, depois a efervescência da revolução, tinham tomado consciência de toda esta agitação, e constatado alguns dos seus

⁽²⁾ MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, p. 271. Sublinhados nossos

excessos. Excessos não apenas Nacionais, mas que, pelo contrário, seguiam as pisadas do movimento constitucional em Espanha, fonte do sistema constitucional Português. Ambos tinham agora, uma constituição liberal, que causara a nível das relações políticas internacionais, uma péssima imagem. Imagem de má reputação nos outros países da Europa, ambos acusados de demagogia. Acusação proveniente de uma acção política, talvez, precipitada, em que os ideais liberais de liberdade e "democracia" não tinham tido tempo para amadurecerem. Todo o processo tinha sido gerado em organizações secretas, que, de repente, soltavam esses ideais sem prepararem a sociedade onde os pretendiam instaurar. Daí, a necessidade do recurso a medidas tão pouco liberais, em contradição absurda com os seus princípios, que recorriam à força, à imposição, à adesão forçada a um novo sistema, por parte de uma Nação desorganizada, e, de um Rei sem poder político para reagir. Serão estas algumas das razões, que terão levado à progressiva decepção daqueles que acreditavam nas novas ideias, mas, que agora iam vendo os resultados das suas concretizações, quer a nível interna da Nação, quer a nível da Política Externa.

"O movimento constitucional em Espanha, tinha-se antecipado ao nosso, e nós tínhamos, em tudo, seguido os passos dos nossos vizinhos. A constituição democrática, como a deles, e a má reputação nos países da Europa, tanto a nosso respeito, como a respeito dos nossos vizinhos, era a mesma passávamos por exaltados demagogos. Conquanto as acções dos nossos liberais dessem razão àquela opinião, era ela injusta. A única força de que podiam dispôr os liberais ilustrados das duas nações era a da democracia, e esta, organizada em sociedade secretas, exigia e conseguia toda a qualidade de absurdos, sendo estas sociedades que, no principio do movimento nos dois

países, deram causa a que as classes elevadas da sociedade se indispozessem contra as ideias liberais.”⁽³⁾

O Rei e o juramento da Constituição

A Gazeta de Lisboa, de 1 de Outubro de 1822, relata o processo de toda a sessão Real. Data histórica no processo revolucionário pois é o culminar das ideias liberais. Com o juramento do Rei, é ratificado o sistema constitucional Português, Rei que vai jurar que deixa de ser o soberano, é a aceitação livre, paradoxo das circunstâncias, de que o absolutismo do poder régio morreu.

D. João VI chegou às Cortes, pelas doze horas, acompanhado da deputação das cortes e das pessoas da sua real câmara. Subiu ao trono, e proferiu o seguinte discurso:

"Examinai, senhores, a constituição política da monarquia, que em nome de todos os habitantes do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, me foi oferecida por parte dos seus legítimos representantes, reunidos nestas cortes gerais, extraordinárias e constituintes da Nação portuguesa; e contemplar com escrupulosa atenção as condições deste novo pacto social (...).

Sendo, pois, o novo pacto social a expressão da vontade geral e o produto das vossas sábias meditações, acomodado à ilustração do século, e cimentado sobre a reciprocidade de interesses e sentimentos, que tornam a minha causa inseparável da causa da Nação, eu venho hoje ao seio da representação nacional aceitar a constituição que acabais de fazer, e firmar com o mais solene juramento a inviolável promessa de a guardar e fazer guardar.”⁽⁴⁾

(3) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, p. 271.

(4) *Extractos do Discurso do Rei quando jura a constituição, 1 de Outubro 1822*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 408.

O juramento do Rei, é a única saída possível para o processo em curso. É um discurso de aparências e, certamente, de pouca convicção, à semelhança do anterior juramento das bases. A constituição não poderia agradar ao Rei, pelo simples facto, de lhe ser totalmente alheia, e anular todo o seu poder político decisório. O Rei não tinha sido chamado nem a dar pareceres, nem a intervir, de algum modo, na feitura da constituição. Todo o processo tinha sido à margem do próprio D. João VI, e agora, continuava a estar à margem, pois apenas cumpria as formalidades que não dispensavam a sua pessoa - Rei constitucional.

Poderíamos interrogar-nos se o discurso do Rei não seria ilusório, não correspondendo à sua vontade, ao seu coração e à sua razão. Mas, o Rei aceitou, de facto, a constituição e jurou-a. Mas, tudo teria seguido um processo político inevitável para D. João VI, o qual, seguindo uma lógica política, teria que aceitar e jurar a constituição. E, nessa sequência, o seu discurso teria sido elaborado para agradar às Cortes (o discurso das Bases já tinha sido emendado, e, portanto, não poderia agora expressar a sua vontade, que, também, não seria, certamente, aceite) e não como expressão sincera dos seus sentimentos e ideais políticos. O Rei afirmou ter examinado a Constituição, e aceitá-la, como aceitação da vontade da Nação (não da sua vontade particular). D. João VI declarou que a sua própria vontade se identificava com a vontade geral da Nação, e por isso, respeitava esta obra que *"mostrará à posteridade o exemplo, talvez único, de uma nação regenerada sem perturbação da tranquilidade pública"*⁽⁵⁾, e assumia-se como o primeiro rei constitucional dos Portugueses.

(5) *Discurso do Rei, ibidem.*

O Rei cumpriu, apesar de tudo, o solene juramento, pronunciando alto:

"Aceito e juro guardar e fazer guardar a constituição política da monarquia portuguesa, que acabam de decretar as Cortes Constituintes da mesma nação".⁽⁶⁾

Seguiu-se o discurso do presidente das cortes, Trigo, que enaltece a pessoa do Rei, fazendo crer a toda a nação que fora de livre vontade que o Rei aceitara ser Rei constitucional.

"O juramento das Bases da Constituição não foi mais que uma consequência da confiança sem limites que vossa magestade pôs nas cortes e na nação inteira. Tão livre e espontâneo, como o nobre princípio que o motivara, ele deu aos portugueses um novo argumento das rectas intenções de vossa magestade e da firmeza com que havia de manter a palavra de Rei, que uma vez dera.

Quinze meses têm já decorrido desde aquele juramento, e tem vossa magestade dado tantas provas, tão claras e expressivas de sua constante e sincera adesão ao sistema constitucional, felizmente adoptado pela nação, que não há pessoa alguma que não o reconheça e que não o apregoe; provas que são o resultado da convicção em que está o espirito de vossa magestade, de ser útil aos povos o mesmo sistema; e porque esta convicção está em harmonia com os sentimentos do seu bom coração, não podia vossa magestade deixar de a manifestar, principalmente nos últimos dias que precederam esta solenidade (...) será ainda necessário fazer menção das últimas e generosas expressões que vossa magestade acaba de proferir? Não, senhor: elas contêm verdades, que as cortes e a nação se cansam de ouvir, mas de que já há muito tempo estão perfeitamente convencidas.⁽⁷⁾

Criaram-se, entretanto, vozes discordantes, que as Cortes tinham dificuldade em abafar: discordância no interior das cortes,

(6) *Juramento do Rei*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 408

(7) *Discurso do presidente das Cortes*, CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 409 a 411. Sublinhados nossos.

discordância na Nação, que, não recebera com entusiasmo a Constituição. Discordância, também, na Europa, que não olhavam com bons olhos a nossa constituição. Contudo, nada impediu o Governo e as Cortes, de darem uma grande solenidade ao juramento do Rei e dos Corpos do Estado. Solenidade cheia de fantasia, com pouco realismo político, pois, circunstâncias havia que mostravam as críticas a esta Constituição. E, por mero acaso, também o dia foi cheio de tristeza natural: chuva, relâmpagos e trovões! O tempo, parecia estar em sintonia com o Rei e com todos os que se opunham à glória da constituição.

Mas, apesar disto o REI está no processo constitucional: apoiou a Constituição. Garrett chega mesmo a dizer que o Rei está muito bem inserido em todo o processo revolucionário. Coloca-o como protagonista de toda a mudança: "que as trevas que ante o solio condensavam, teu brilho as dissipou, e entrou risonho o dia da razão nos paços régios".⁽⁸⁾ O Poema - ao Rei jurando a Constituição - enaltece a sua imagem colocando-a como "imagem salvadora" dos males da nação: "Tu gemeste nos males do teu povo, gemeste, e a mão benigna dadivosa outorgou remédio aos males que em ferro acervo sobre nós pesavam ... já te não chamam rei, só pai te chamam, que em corações só reinas".⁽⁹⁾

Concluimos este capítulo, mostrando a importância da imagem do Rei no processo revolucionário de 1820-1823, com o poema ao Rei de Almeida Garrett, um exemplo do tratamento literário que lhe foi dado. Finalmente, o hino da Constituição de 1820, expoente máximo da representação política a nível musical: o hino e a bandeira são os símbolos da Nação.

(8) ALMEIDA GARRETT, "Ao Rei Jurando a Constituição", in *Obras completas*, pp. 1608-1610.

(9) *Idem, ibidem*

Tanto o poema como o hino exultam a vitória do processo revolucionário, e a realidade de um REI CONSTITUCIONAL. A constituição é a obra-prima do novo sistema, e, o Rei, a imagem consagrada deste sistema.

Ao Rei
Jurando a Constituição

Ordinem
Rectum, et vaganti froema licentiae
Injeci, amovitque culpas.
HORAT.

Celeste emanção do ser primeiro,
Verdade oh luz eterna! alfim puderam
Ante olhos regios fulgurar teus raios;
 Pôde tua voz severa
Dos enganados reis soar nos paços;
E o grito da calcada natureza,
Do amesquinhado, miserando povo
 Ao coração bater-lhes.
Nos lábios a sorrir, no seio a morte,
De traidoras perfidias coroadas
A vil adulação, o negro embuste,
 A cavilosa intriga
Já d'ante o solio espavidas fogem,
Tremendo aos brados teus lá vão no abismo
Do averno sepultar crimes e horrores
 Com que o trono infestavam.
De vesgos olhos macilenta inveja
Co'a pálida ambição debalde intentam
Valeu-lhe ainda, sustentar-lhe o império
 De tão compridos séculos
Embalde o manto enganador lhe estende
Falae superstição, que as vestes santas
Á augusta religião, ousou sem pejo
 De trajá-las, roubadas:
Que as trevas que ante o solio condensavam,
Teu brilhos as dissipou, e entrou risonho
O dia da razão nos paços régios
 Co'a aurora da virtude

Fulgiu do amado Rei na frente augusta
O calcado téqui, sacro diadema;
E a que mancharam venerando purpura
 Da tirania as nódoas,
Ei-la de novo nítida se arreia
De oiro puro de lei, de san justiça.
Téqui do vicio escravas fugidias,
 Corridas, insultadas.
Já livre do grillhão, solto dos ferros
Pode o monarca segurar na dextra
O ceptro que mil pérfidos amigos
 A seu sabor moviam.
Sem venda nos olhos, pela vez primeira
Olhou de entorno a si, e viu ... Oh! quantos
De horror, de execração, de atrozes crimes
 Milhares descobristes!
Quantos não viste, ó Rei, junto a teu solio
Monstros de sangue as garras empolgando
Nas miseras entranhas de teu povo,
 Palpitantes ainda?
E não viste esse povo miserando
As lágrimas beber, conter no peito
Contado de amarguras os suspiros
 Que algozes lhe arrancavam?
Deixando-se esvair no sangue a vida
Só porque em nome teu lh'a arrebatavam
Só porque em nome teu lhe agrilhoaram
 Braços, razão e vozes!
Sim, tu os viste; e o coração paterno
Sentiste retalhar-to a piedade:
Tu gemeste nos males do teu povo,
 Gemeste, e a mão benigna
Dadivosa outorgou remédio aos males
Que em ferro acervo sobre nós pesavam.
 Serás eterno e grande.
Maior império que os avós ganhaste:
Sem subditos fiéis, leais e amigos
Já te não chamam rei, só pai te chamam,
 Que em corações só reinas.

Almeida Garrett

No mar - Agosto, 26, 1821.

HYMNO CONSTITUCIONAL DE 1820

CANÇÃO MARCIAL

À Ex.^{ma} Sr.^a D. Amelia Eudoxia de Moraes Mattos e Sa.

Musica de C. Coccia.

89

Maestoso

ff

Ped. * Ped. * Ped. *

Ped.

*

VOZ

p

Che- gou em - - fim o mo-

Ped.

*

men - - to da nos - sa e - man - ci - pa - ção; Che -

gou em, - fim o mo- men - - - to da nos - sa e man - ci - pa-



ção, Vi - - va lu - sos va - lo - - ro - sos, a - - nos-



sa cons - - ti - - tu - i - - ção, vi - - va lu - sos va - - lo



ro-sos a nos - - - sa cons-ti-tu-i-ção, a nos - - - - sa cons-ti-tu-i-



ção, a nos - - sa cons-ti-tu-i-ção. **CORO** *f* Vi-va o nos-so so-be - - ra - - no o a-ma-do, o sex - to Jo -



ã - - - o, vi - a o nos-so so-be - - ra - no, o a - ma-do, o sex-to Jo-



Chegou, enfim, o momento
Da nossa emancipação;
Viva, lusos valorosos,
A nossa Constituição.

Viva o nosso soberano,
O amado, o sexto João,
Que ha de sellar com seu nome
A nossa Constituição.

Reunam-se as lusas côrtes,
E com sacra inspiração
Façam que brilhe no mundo
A nossa Constituição.

Oh tu de um Deus emanada!
Oh santa religião!
Diffunde com tuas azas
A nossa Constituição.

Viva o nosso soberano,
O amado, o sexto João,
Que ha de sellar com seu nome
A nossa Constituição.

Já pouco tarda o momento
Da nossa consolação,
Em que ha de baixar dos ceus
A nossa Constituição.

Composeram-se por esta occasião outros hymnos, para solemnizar a nossa primeira constituição, porem não lograram tanta popularidade como o presente.

CAPÍTULO VII
D. JOÃO VI, REI CONSTITUCIONAL
A RECUSA DA RAINHA. SEU SIGNIFICADO POLÍTICO

A Monarquia Constitucional Hereditária

O Rei na Monarquia Constitucional passa a ter dois tratamentos diferenciados:

1º Enquanto PESSOA;

2º Enquanto MONARCA;

A Constituição aceita e garante a dignidade da sua pessoa, sendo, por isso, inviolável, e não estando sujeito a responsabilidade alguma.⁽¹⁾ Tem, por isso, o tratamento de MAGESTADE FIDELÍSSIMA. Igual dignidade é concedida a toda a família real, sendo-lhes concedidos os títulos tradicionais: o filho do Rei é o príncipe real, o filho primogénito deste será o de Príncipe da Beira e todos os outros o de Infantes. Mantém-se a tradição monárquica, aceitando que "a dinastia reinante é da sereníssima Casa de Bragança. O nosso Rei actual é o Senhor D. João VI".⁽²⁾

Até aqui, como vemos, a constituição não inaugura nada de novo: mantém-se total continuidade com os princípios fundamentais de qualquer monarquia, seja de que tipo for - absoluta ou constitucional -. Outro aspecto de continuidade com a monarquia absoluta é o aspecto da

(1) *Cfr. Artº 127º da CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA PORTUGUESA*, D.C., T. VII, p. 629

(2) Constituição, artº 31º.

sucessão. Também aqui, o sistema constitucional mantém a tradicional linha de sucessão à coroa do reino.

"A sucessão à coroa do Reino-Unido seguirá a ordem regular de primogenitura e representação, entre os legítimos descendentes do Rei actual, o senhor D. João VI, preferindo sempre a linha anterior às posteriores, na mesma linha o grau próximo ao mais remoto; no mesmo grau o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo a pessoa mais velha à mais moça". (3)

O respeito pela pessoa do Rei e família real é intocável para os vintistas, conservando a Dinastia Reinante e a linha de sucessão à coroa do Reino. A grande mudança nesta Monarquia Constitucional é a existência da lei fundamental, superior e que ultrapassa o poder do Rei, que agora, a ela está submetido. Ele representa a vontade superior da Nação.

A constituição e a dignidade política do Rei

O Governo absoluto de D. João VI, esse, muda radicalmente. O poder deixa de ser absoluto, para lhe ser atribuído apenas o exercício do poder executivo, embora, como veremos, tenha, também, uma intervenção, com resultados nada determinantes no processo legislativo. D. João VI, rei constitucional, está obrigado a respeitar a constituição, mesmo, agindo contra a sua anterior dignidade.

(3) Constituição, artº 141º.

Dignidade ofendida em duas grandes vertentes - PODER e EXERCÍCIO DO PODER - cujos fundamentos se encontram nos seguintes princípios:

1º Princípios da Soberania da Nação;

2º Princípio da Representação.

O novo sistema político só mantém o aspecto da manutenção da dinastia de Bragança e da linha de sucessão (como vimos no ponto anterior), ou seja, mantém a dignidade da pessoa real e sua família, aceitando o princípio da hereditariedade. A dignidade política da Monarquia, essa sim, é afectada, e por paradoxo que pareça, afectada com a aceitação do próprio Rei que é obrigado a jurar a sua própria perda de dignidade política. As leis fundamentais recusam, precisamente, dar ao Rei um poder régio determinante nos destinos da Nação. O que se compreende lendo os artigos 29º e 30º da constituição que marcam a nova cadência política e o novo papel atribuído ao Rei. O artigo 29º, que estabelece a nova forma de governo, diz que "o governo da Nação Portuguesa é a monarquia constitucional hereditária, com leis fundamentais, que regulam o exercício dos três poderes políticos".⁽⁴⁾ Fica, portanto, legislado que o poder político está separado no seu exercício em três, que o artigo seguinte, desenvolve dizendo quais são: legislativo, executivo e judicial, residindo o primeiro nas Cortes, com dependência da sanção do Rei, o segundo no Rei e o Terceiro nos juizes.⁽⁵⁾

(4) Constituição, artº 29º.

(5) Veja-se o artº 30º da constituição que diz o seguinte: "Estes três poderes são, legislativo, executivo e judicial. O primeiro reside nas Cortes, com dependência da sanção do Rei (110º, 111º, 112º). O segundo está no Rei, e nos secretários de Estado, que o exercitam debaixo da autoridade do mesmo Rei. O Terceiro está nos juizes.

"A Nação Portuguesa é representada em Cortes, isto é, no ajuntamento dos Deputados, que a mesma Nação para esse fim elege com respeito à população de todo o território português" (6)

Segundo os princípios do regime liberal representativo, o Rei, como Rei constitucional que é, aceita a soberania da Nação, e é obrigado, por essa constituição, a perder a sua dignidade política, ou seja, a sua soberania régia que, fica por aquele anulada. É a Nação que escolhe os seus representantes, que, em Cortes têm o poder de legislar, e é também a Nação que elege os seus próprios juízes.(7)

Retrato do Rei constitucional

Lendo as sessões do Diário das Cortes, facilmente nos apercebemos da tendência dominante em querer esvaziar o poder régio. Na célebre sessão de 4 de Julho de 1821, dia do juramento das Bases, ficará determinado que o exercício do poder político está dividido, e é a boa separação e equilíbrio do poder que dará um bom governo. A Felicidade Pública da Nação reside na conservação do equilíbrio dos Poderes Políticos, que os cidadãos delegaram nos seus representantes, e que, neste momento, já se encontram divididos entre as Cortes e o Rei.

"Toca às Cortes fazer a lei, toca a Vossa Magestade fazê-la executar, as boas leis, as leis justas, e geralmente úteis, as leis que fazem o menor sacrifício do interesse particular e que promovem a maior vantagem do interesse público; a execução pronta, fiel, severa, e indistinta destas leis são o alvo das nossas políticas fadigas; se o conseguirmos está conseguida a felicidade pública (...)

(6) Constituição, artº 32º.

(7) Veja-se o artº 178º da Constituição

Dilata a providência os anos de V. magestade para se diletar entre nós o espectáculo verdadeiramente plausível de um povo, e de um Rei cooperando de mãos dadas para a felicidade comum".⁽⁸⁾

Rei constitucional reduzido a executor das ordens das Cortes, e sem autoridade para decidir, sequer, as linhas políticas dos seus próprios discursos, que as Cortes se arrogam o direito de alterar e corrigir, de acordo com o ministro dos negócios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira. Refira-se a posição do deputado Miranda que pede, mesmo, para riscar todo o parágrafo sobre o Poder legislativo, argumentando que o Poder legislativo reside só na Assembleia, e o Rei não tem qualquer poder de legislar, sendo apenas um executor das leis.⁽⁹⁾ E, dado que estas Cortes são Constituintes, os seus decretos não podem estar sujeitos a veto, e por isso, é absurdo qualquer ideia de dependência dos poderes.

Borges Carneiro defende este ponto de vista, adiantando, ainda que, mesmo nas Cortes futuras, o veto será somente suspensivo. Dai a afirmação que o Rei não tem qualquer poder legislativo com efeitos práticos, dado que, a sua participação no exercício do poder legislativo se resume à possibilidade que tem em não aprovar uma lei, que a nível prático não tem efeito decisivo, pois, para Borges Carneiro, um veto suspensivo não chega a ser um VETO REAL.⁽¹⁰⁾

A política do vintismo está carregada de originalidades, já que há uma mudança no PODER, mudança tão radical, que passamos de um quadro de Poder Régio Absoluto, para um quadro de Poder Régio esvaziado de Poder. E, entre um momento e outro - o Antigo Regime em queda e o vintismo plenamente amadurecido - há um momento de dúvida a

(8) *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Tomo II, p. 1435.

(9) MIRANDA, D.C., T. II, p. 1473.

(10) BORGES CARNEIRO, *Diário das Cortes*, Tomo II, p. 1473

nível doutrinal. Os órgãos de soberania da Nação, nomeadamente o Rei, não conhecem ainda as suas atribuições: é uma época de confusões! É neste clima, que assistimos a uma instituição - as Cortes - que reduz o papel do Rei Constitucional, mas ao mesmo tempo, se proclama liberal nos seus princípios.

O Rei, assumindo-se como Rei constitucional, adere, plenamente e passivamente, ao novo sistema político, mas, ao mesmo tempo, confunde-se com o tipo de discurso doutrinal a usar, acabando por cair em expressões indesejáveis, ainda com vestígios do seu anterior poder absoluto.

"Parece-me que a origem de todo o equívoco que se tem notado em algumas expressões, provém de que o ministro que redigiu o discurso, julgou que as Cortes se compunham não somente dos Deputados eleitos pela Nação, mas também do monarca, e que todos estes reunidos constituem a representação nacional".⁽¹¹⁾

Estamos perante um discurso régio que não é coerente com o poder que, de facto, lhe é atribuído, indiciando ainda uma vontade de poder, ou, um equívoco na compreensão do que lhe é destinado a nível do exercício do poder. É que, a mudança de sistema político é tão rápida e radical, que, não deixa tempo para reflexões, dando origem a discursos desajustados a um Rei Constitucional.

A recusa da rainha. Seu significado político.

Convocada em 3 de Dezembro para jurar a constituição, D. Carlota Joaquina recusa esse juramento. A rainha estava de facto,

(11) GUERREIRO, *Diário das Cortes*, Tomo II, p. 1474.

descontente, com todo o processo revolucionário, descontentamento que não escondia, como salienta bem, o Marquês da Fronteira nas suas memórias:

"A rainha Carlota ameaçava, todos os dias, com a sua partida falando em se ir estabelecer na Corte de França. Os homens da situação, vendo que a chegada da Rainha Carlota a Paris, como emigrada, havia de produzir um terrível efeito e aumentar a indisposição do gabinete de Tullerías para com os liberais portugueses e espanhóis, abandonaram a ideia de exigir o juramento da Rainha, e fizeram com que El-Rei empregasse todos os meios para impedir a saída de sua magestade, o que conseguiram. A rainha nunca comparecia nos repetidos beija-mãos que então havia, nem vinha à capital: passava o tempo entre o Palácio de Queluz e o do Ramalhão, onde reunia todos os adversários do partido constitucional, animando-os à revolta.⁽¹²⁾

Assistimos a um total contraste entre a imagem do Rei e a imagem da Rainha. D. Carlota Joaquina, tinha uma concepção dos seus deveres de soberano e de sua dignidade Real, completamente oposta à do Rei que a perdera, sujeitando-se às sucessivas manobras das cortes, assinando todas as suas decisões. Contudo, o não juramento da rainha, é uma situação que ultrapassa todas as outras submissões do Rei às Cortes. Agora, aceitar a decisão das Cortes, é aceitar a condenação de uma pessoa da família real, no papel de Rainha.

D. João VI, rei constitucional, jurara cumprir a constituição, e, esse juramento era geral; o poder legislativo residia nas Cortes, com dependência da sanção do Rei. Ao Rei pertencia, portanto, assinar a lei pela sua própria fórmula: "sanciono, e publique-se como lei". E, no caso presente da recusa da rainha, as cortes poderiam decretar qualquer decisão para castigar o procedimento da Rainha, que o Rei não poderia recusar,

(12) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, parte II, p. 291

sem cair, ele próprio, no não cumprimento da constituição, porque, esta lei das cortes nem sequer possibilitava ao Rei a suspensão da lei, pois a mesma não dependia da sanção real, segundo o artº 112 da Constituição.

"Não dependem da sanção real:

I - A presente constituição, e as alterações que nela se fizerem para o futuro;

II - Todas as leis ou quais quer outras disposições dos presentes cortes extraordinárias e constituintes".(13)

O Rei não tem, pois, qualquer outra alternativa, senão a de aceitar a decisão das cortes neste assunto da rainha, no qual, mais uma vez, não é sequer ouvindo, mesmo tratando-se de um caso tão especial, como o de decidir o destino da rainha de Portugal. As Cortes, mostrando a sua radicalidade, não dão a este caso um tratamento especial atendendo, pelo menos, que a decisão põe em causa a dignidade, até como pessoa, do seu Rei constitucional.

Perante a recusa da rainha, fortifica-se o confronto entre revolucionários e reaccionários, e, acontece um dado importante para a história de Portugal: a divisão política da própria família real, de que resultam dois grandes movimentos:

1º Movimento Revolucionário com o Rei Constitucional;

2º Movimento Reaccionário com a Rainha D. Carlota Joaquina.

Há, no entanto, uma grande diferença na atitude de ambos, que importa destacar: enquanto o movimento revolucionário consagra D.

(13) Constituição, artº 112º.

João VI, D. Carlota Joaquina lidera o movimento reaccionário, este sim, respeitador da dignidade real, e, por isso, agindo de acordo com ela.

"Estas notícias, que corriam por todo o reino de Portugal, animavam muito os inimigos da liberdade, os quais rodeavam a Rainha Carlota que, logo que percebeu que seu augusto marido queria marchar com as ideias da época, e tratava de inspirar confiança aos chefes do movimento de 24 de Agosto, se colocou à frente dos reaccionários, resistindo a todas as exigências de El-Rei e do Governo para prestar juramento à Constituição, exemplo que foi seguido pelo Patriarca de Lisboa, o que fazia um mal terrível ao sistema constitucional.(14)

Esta situação de perfeita inversão dos papéis, um Rei a obedecer, uma Rainha a sustentar um movimento contra o próprio Rei, reveste-se de um significado político fundamental. D. João VI estava, irremediavelmente preso às ideias liberais, e a Rainha, observando toda a situação em que colocavam o Rei, protesta com uma conduta enérgica, defendendo, ainda, os direitos da Realeza numa nação que sempre respeitara o seu Rei.

Com a recusa de jurar a constituição, a rainha assumiu a sua oposição ao sistema constitucional, o que levou as Cortes a decretarem o fim de todos os seus direitos civis e políticos e a sua expulsão para fora de Portugal, decreto assinado pelo próprio Rei. Uma situação absurda que só não teve o seu termo, devido à doença da rainha, que exigiu uma outra situação: ir para a quinta do Ramalhão sem dignidade real, podendo considerar-se como presa, afastada até da família. Atitude que ofendeu a própria constituição ao declarar o seu respeito à dinastia de Bragança e à sua "serenissima" Casa, que ficou, desta forma dividida. Na aplicação da Constituição ao caso concreto da rainha, D. João VI - rei constitucional - é

(14) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, Parte II, p. 272

obrigado a fazer com que a dignidade da sua própria família seja ofendida, condenando, ele próprio, a Rainha. O despotismo das Cortes conduziu a este tipo de situações-limite, em que a intolerância política foi a característica fundamental, onde, por paradoxo, os acérrimos defensores do sistema constitucional, eles próprios deixam de respeitar uma das leis fundamentais da Monarquia, presente na Constituição: a união da família Real, quando no seu artigo 31º reconhecem a dinastia reinante como sendo a da sereníssima Casa de Bragança. Sucedeu, desta forma, a incongruência do sistema constitucional em que um decreto ultrapassa a própria constituição, esta, a lei fundamental do país, devendo, por isso, ser respeitada na sua totalidade.

CAPÍTULO VIII

A RECUPERAÇÃO DO PODER ABSOLUTO - VILAFRANCADA

Antecedentes da Vilafrancada

a) Conspiração da Rua Formosa em 1822.

Como vimos, a história da Revolução vintista não foi um percurso linear. Ao longo de todo o processo revolucionário existiram posições reaccionárias, e, mesmo contra-revolucionárias, assumidas. Foi um processo que, pelas posições radicais que tomou (veja-se por exemplo a recusa da rainha e o seu significado político), levou a conspirações contra as posições dos que assumem os destinos da Nação. Algumas não conseguiram singrar! Outras passaram, talvez, despercebidas, como a conspiração da Rua Formosa em Abril e Maio de 1822, na sequência da atitude dogmática e despótica das próprias Cortes no seu exercício "absoluto" da soberania. Face à prepotência das Cortes, era inevitável a existência de uma marcha contra a sua existência, através de actividades conspiradoras, como terá sido a da Rua Formosa. Nela estava em causa a contestação da rainha Carlota Joaquina e do infante D. Miguel ao regime constitucional, acompanhados por alguns nobres e membros militares. De facto, na imprensa da Rua Formosa podiam encontrar-se autênticas proclamações contra o regime, pretendendo derrubá-lo com a dissolução das Cortes, a convocação das antigas (com duas câmaras) e, finalmente, a deposição do Rei e a sua substituição pelo infante D. Miguel.

b) A Rebelião do conde de Amarante

Os movimentos contra-revolucionários sucedem-se, e, em 23 de Fevereiro de 1823, inicia-se um movimento de revolta contra o sistema constitucional. Este movimento, chefiado, por Manuel Fonseca Teixeira-conde de Amarante - em Vila Real tem uma grande amplitude, se pensarmos que não se circunscreveu apenas aquela localidade, mas, conseguiu a adesão de Chaves, que, unidos ao conde de Amarante, pretenderam travar o processo liberal em marcha. O que mostra que apesar de todas as tentativas dos revolucionários em dominarem toda a Nação, o peso do anterior regime não tinha, contudo, conseguido ser esmagado, e, os adeptos do absolutismo de uma forma directa iam planeando a sua acção contra-revolucionária. Acção sentida pelos liberais que são obrigados a tomar medidas extremas, como prisões e desterros, ou, mais corajosamente, fazer frente ao movimento contra-revolucionário como aconteceu. E, assim o movimento revolucionário, com o marechal Luis do Rego Barreto à frente das tropas constitucionais, enfrenta o movimento contra-revolucionário, conseguindo travá-lo com a derrota do conde de Amarante.

Todavia, o movimento liberal vai sentindo as tensões e os confrontos mesmo ocultos que se vão sucedendo. São os prenúncios da mudança: o retomar do antigo regime - o triunfo do absolutismo.

A recuperação do poder absoluto

Para encerrarmos um ciclo único na História de Portugal, a vida do primeiro período liberal português, é necessário problematizar as tensões políticas permanentes em todo o vintismo, que explicam a

recuperação do poder absoluto. Poder absoluto recuperado, como veremos, através de uma sublevação militar chefiada pelo próprio D. Miguel, numa atitude contra-revolucionária apoiada pelo regimento de infantaria 23 do Brigadeiro Sampaio, General Pamplona e General Sepúlveda, que levam este último, um dos mentores do processo revolucionário a tornar-se, ele próprio, um contra-revolucionário. Reunindo-se os quatro em Vila Franca, em 29 de Maio de 1823, têm o movimento organizado e, em Lisboa, outro regimento (nº 18) e o próprio Rei João VI, se preparavam para lá chegar no dia seguinte. Sublevação militar que, desta vez, triunfou e gritou vitória com a aclamação de D. João VI - Rei absoluto. Processo que levou à dissolução das Cortes e à Reunião da família real: sem constituição, a Rainha vê de novo a sua dignidade restabelecida, assim como todos aqueles que sofriam das represálias políticas. Veremos, de seguida, como se deu todo este processo contra-revolucionário (aqui sintetizado) que terminou com a promessa de uma nova constituição.

A falta de adesão da Nação à causa constitucional

Segundo a opinião do Marquês da Fronteira, a constituição de 1822 não era nada popular, mesmo para os simpatizantes das ideias liberais. Queriam uma liberdade política regulada por uma lei fundamental que servisse a Nação, e servisse de exemplo à Nação. Ora, a prática política do sistema constitucional parecia mostrar, precisamente, uma grande falta de liberdade, e, mais grave, ainda implicava um tratamento do Rei muito pouco popular, no entender do Marquês. A Nação observaria o procedimento das Cortes para o Rei, evidenciando uma atitude, talvez, contrária aos próprios princípios do liberalismo puro, que daria origem a

pareceres críticos à constituição, considerada causa de tantos males ... A Nação tinha do Rei uma imagem que o mesmo Rei, após ser rei constitucional, não podia manter. E, a nova imagem de Rei constitucional desagradaria, profundamente, aos Portugueses.

As Memórias do Marquês dão-nos inúmeros episódios dos sentimentos negativos das pessoas pela constituição, as mesmas pessoas que não desejavam, porém, o absolutismo. Salientemos a título de exemplo duas passagens desta história das emoções:

"Minha Avó não simpatizava com a Constituição de 20, mas tinha um medo terrível da reacção. Vinte anos de perseguição pelo Governo absoluto, faziam com que ela se não pudesse conformar com a volta daquele sistema (...)

A primeira vez que foi à Câmara, [o Abade Correia da Serra] veio de lá completamente desorientado. Foi então que, pela primeira vez, leu a Constituição e, pelo que ouviu na discussão e leu, concluiu dizendo que estávamos mais democratas do que nos Estados Unidos, que as instituições republicanas com uma monarquia era uma experiência muito arriscada, e que lhe parecia que a reaparição do absolutismo era infalível"⁽¹⁾

Esta última afirmação parece uma profecia que meses mais tarde, veio, de facto, a acontecer. Na manhã de 27 de Maio, sabe-se, em Lisboa, que o regimento de infantaria nº 23 (sob o comando do Brigadeiro Sampaio) fora com D. Miguel para fora de Lisboa. Notícia que despertou a curiosidade pública, levando o povo a dirigir-se às Cortes. Cortes que percebiam que o que estava em causa era a queda do sistema constitucional, e cuja deputação permanente comunica ao governo tal acontecimento. Agora, outro membro da família Real reagia contra as Cortes, tentando a queda da monarquia constitucional. A reacção do Rei,

(1) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, parte II, pp. 298-299

é, desta vez bastante cautelosa: não toma partido contra D. Miguel, mas, de facto, não lhe restava outra alternativa, a não ser delegar na deputação permanente as medidas que ela julgasse adequadas. E, em nome do Rei, José da Silva Carvalho apresenta o seguinte ofício a Agostinho José Freire:

"Sua magestade, com bastante mágoa do seu coração, manda participar a V. Ex^a, para o fazer presente à deputação permanente, a fim de obrar como entender, que o infante D. Miguel fugira esta noite com o regimento nº 23, segundo ele diz, em uma carta que deixou para ser entregue a el-rei.

Sua magestade mandou já pelo seu camarista intimar-lhe que voltasse à sua obediência, e continua o governo a doar todas as providências para que se possa atalhar qualquer mal que tão extraordinário acontecimento possa produzir".⁽²⁾

Saliente-se a imagem do Rei neste processo contra-revolucionário. É um Rei que mantém assumido o seu papel de Rei constitucional, e desta forma, tem mesmo de lamentar todos os movimentos que contra-ataquem o sistema constitucional. Veja-se, no entanto, a mesma linha de comportamento de D. João VI, que, não contrariando as decisões políticas das Cortes em todo o seu processo revolucionário, da mesma forma, delega nas Cortes uma posição sobre os novos acontecimentos, não agindo, da mesma maneira, em favor delas. Agora, que o sistema constitucional está em perigo, o Rei toma a mesma atitude passiva desde a sua chegada a Portugal, apenas lamentando, como era seu dever enquanto Rei constitucional, os factos. Por isso, mantém a coerência, ao estar "magoado" com a desobediência de D. Miguel, mas deixando o exercício da soberania às Cortes, a quem cabe legislar sobre o assunto, como jurara na Constituição de 1822.

(2) *Ofício de ter fugido o infante D. Miguel*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, p 693

As Cortes congratulam-se com a atitude de D. João VI, e manifestam o seu agrado com a exibição do seu retrato, que, mais uma vez, é patenteado circunstancialmente. A imagem do Rei só aparece nas Cortes por interesses políticos. Era útil que D. João VI não se unisse à revolta de D. Miguel, e, por isso, merece ser festejado, ficando incumbido de nomear novo ministério, que o ajudasse a garantir o cumprimento da sua constituição.

O reconhecimento das Cortes a D. João VI

O governo, em nome do Rei, faz uma portaria em 27 de Maio de 1823 que ordena a detenção imediata de D. Miguel por ter conspirado contra o Rei, pedindo que alguém tenha essa coragem, cuja vitória, será premiada. O governo apela à ordem e tranquilidade pública, executando os seus deveres de tal forma, que, envie uma deputação ao Rei com um discurso de reconhecimento pela sua digna atitude política.⁽³⁾ E, pela primeira vez na história do executivo vintista, é-lhe explicitamente reconhecida a liberdade política no exercício do poder executivo:

"As cortes deixam a vossa magestade em toda a plenitude do exercício do poder real que lhe confia a constituição, têm em vossa magestade a mais ilimitada confiança, bem como vossa magestade pode estar segura que as Cortes se acham unidas com vossa magestade em um único centro, que é o bem geral da nação, o que se não pode obter sem a observância da constituição e das leis, (...) sem que as autoridades constituídas conservem a sua dignidade, e sem que, enfim, se restabeleça a disciplina militar".⁽⁴⁾

(3) Veja-se o *Discurso ao Rei da deputação sobre os acontecimentos de 27 de maio de 1823 e a resposta do Rei*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 695-696.

(4) *Idem, ibidem.*

Repare-se no contraste de posições assumidas pelas cortes: antes, esvaziavam o rei de todo o poder régio, convertendo-o em mero executante. Agora, concedem-lhe o pleno exercício do seu poder executivo, pedindo-lhe que governe como achar conveniente e adaptado às circunstâncias. Pela primeira vez, assistimos a uma submissão das Cortes ao Rei, atitude inédita na história do vintismo.

A atitude do General Sepulveda

Encarregado de manter a tranquilidade da capital, Sepulveda, toma todas as medidas militares que julga convenientes, e, proclama aos habitantes de Lisboa que fará tudo o que estiver ao seu alcance para manter a segurança e a defesa de Lisboa.

Note-se, contudo, que a posição do General Sepulveda era difícil, pois, todos os partidários do movimento de 24 de Agosto duvidavam das suas convicções constitucionais. Os militares do regimento nº 18 gritavam mesmo a morte deste traidor. De facto, o General Sepulveda abandona as Cortes e, numa atitude de submissão ao Rei, dirige-se a D. João VI, pedindo-lhe uma nova constituição.

"Foi a última vez que o General subiu as escadas do Congresso das Necessidades, e foi a primeira vez que ele teve a ideia de ir oferecer os seus serviços e a sua espada a El-Rei D. João VI, pedindo-lhe uma constiuição monárquica, decretada por ele, com as condições da Constituição francesa.

Dirigindo-se à Bemposta, onde estava sua magestade, e, entrando nós na grande sala, saía El-Rei da sala do Trono, rodeado dos Ministros e do Conselho de Estado, dando a entender quanto lhe era desagradável a conduta de seu filho e fazendo acreditar que desejava se empregassem todos os meios para combater a revolta".⁽⁵⁾

(5) MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, parte II, p. 307

Vemos como a pouco e pouco, o Rei vai recuperando o seu poder, recebendo manifestações de que se espera dele uma atitude política. É o que espera o General Sepulveda ao trair a confiança das Cortes, pedindo ao Rei uma constituição nova. O Rei reage fazendo crer que é um adepto fiel eternamente das Cortes e da constituição por elas redigida, mostrando-se descontente com D. Miguel, descontentamento próprio da Imagem do Rei Constitucional, e do cumprimento exímio da sua imagem pública enquanto tal.

Por seu lado, o General Sepulveda esperava que o Rei recuperasse o poder régio, e fizesse uma constituição monárquica, abolindo a de 1822.

A atitude política de D. João VI

Os defensores do sistema constitucional esperavam a fidelidade do Rei às Cortes, e, por isso, estavam contentes com a atitude do Rei. D. João VI não anuiu a nenhuma ideia de infidelidade às Cortes, seguindo as suas obrigações de Rei constitucional, nada fazendo contra o sistema representativo. Veja-se aqui a atitude de precaução do Rei ao não aceitar comprometer-se, politicamente, com nenhum movimento contra-revolucionário. Comportamento que D. João VI justificou, sempre, com o seu dever em cumprir um juramento que fizera à constituição. Estratégia que resultou, afinal, na recuperação do seu próprio poder régio absoluto e dignidade como Rei.

Por isso, voltando, um pouco atrás, D. João VI responde negativamente ao pedido que lhe é feito pelo General Sepulveda. Recusa,

com determinação, as suas propostas, alegando, mais uma vez, o juramento que fizera, e que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para a conservar.

Rei que mostra, a nível de imagem pública, obedecer à constituição, e, por isso, em tudo estar solidário com as cortes. Mas, no entanto, a imagem para consigo próprio, não poderia corresponder à primeira, pois, um Rei deseja, por essência, REINAR e não OBEDECER.

Contudo, o Rei estava agora perante um dilema difícil de ser ultrapassado: se não estaria satisfeito com o seu poder régio esvaziado, estar contra os do movimento de 24 de Agosto, era estar a favor dos partidários da rainha D. Carlota Joaquina. Então, sairia da submissão aos revolucionários e passaria a submisso dos contra-revolucionários!

A proclamação de D. Miguel em Vila Franca

Em 27 de Maio, D. Miguel dirige-se aos Portugueses, dizendo-lhes que é necessário a mudança de sistema político, utilizando, como chave do seu discurso a dignidade perdida do Rei.

"Portugueses: É tempo de quebrar o ferreo jugo em que ignominiosamente vivemos em nome do melhor dos reis; assás temos sofrido o mais intolerável despotismo. O meu coração, combatido entre o firme propósito de não faltar à obediência de meu augusto pai e meu senhor, e a dor que me causam os males da nação generosa a que pertenço, hesitou em tomar uma resolução a que por outra me impelia a obrigação de filho sem sua real aprovação

A força dos males nacionais, já sem limites, não me deixou escolher; a honra não me permitiu ver por mais tempo em vergonhosa inércia a magestade real, ultrajada e feita

ludibrio dos facciosos, todas as classes da nação com diabólico estudo deprimidas, e todos nós o desprezo da Europa e do mundo, por um sofrimento que passaria a cobardia; e em lugar dos primitivos direitos nacionais que vos prometeram recobrar em 24 de Agosto de 1820, deram-vos a sua ruína, o rei reduzido a um mero fantasma (...) Libertemos o Rei, e sua magestade livre dê uma constituição a seus povos; (...) Não hesiteis, eclesiásticos e cidadãos de todas as classes, vinde auxiliar a causa da religião, da realeza e de vós todos; e juremos não tornar a beijar a real mão senão depois de sua magestade estar restituído à sua autoridade. Não acrediteis que queremos restaurar o despotismo, operar reacções ou tomar vinganças; juremos pela religião e pela honra que só queremos a união de todos os portugueses e um total esquecimento das opiniões passadas".⁽⁶⁾

A recuperação do poder absoluto segue, afinal, o mesmo percurso, do movimento de 24 de Agosto. Ambos os percursos têm o mesmo objectivo: a mudança de sistema político. Dai que, apesar de ideias políticas opostas, o caminho percorrido é o mesmo; o mesmo desejo de mudança; a ruptura com um governo que é a causa de todos os males; a promessa de restituir a felicidade à Nação. Também o método é igual: o uso das sublevações militares e as proclamações.

A novidade do discurso centra-se na pessoa do Rei. Rei que estava ausente aquando das proclamações de 1820, e que, agora está presente mas sem liberdade nem autoridade. Mas, mesmo em relação ao Rei há uma tónica comum em 1820 e agora, em 1823: a consagração de D. João VI.

(6) *Proclamação de D. Miguel - Vila Franca, em 27 de Maio de 1823*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, pp. 698-699.

A partida do Rei para Vila Franca

Inesperadamente, D. João VI dirige-se a 30 de Maio de 1823 para Vila Franca. Não podemos, por falta de provas documentais, conhecer os motivos de tal atitude. O Rei partiu acompanhado pelo regimento nº 18, o único corpo militar de Lisboa que se conservara firme. Pelo evoluir dos acontecimentos, o movimento contra-revolucionário ganhava adeptos, e, a sua firmeza era insustentável para os liberais. As Cortes tinham perdido o domínio da situação, e, o Rei estaria, concerteza, a ser pressionado para se unir, no fundo, à sua própria causa: a recuperação do seu poder absoluto.

D. João VI, acaba por justificar a sua conduta, na proclamação que em 31 de Maio, dirige, de Vila Franca aos habitantes de Lisboa. Nela garante a todos que a sua principal preocupação é a salvação dos povos. Por isso, "Tomei ontem, com mágua minha, de separar-me de vós por alguns dias, cedendo aos rogos do povo e aos desejos do exército, que ou me acompanha ou me precede".⁽⁷⁾ É um discurso tranquilizante, em que promete a consagração da sua pessoa ao bem do seu povo. Por ele, tomou esta decisão de partir para Vila Franca, para que, em breve, possam ver todas as suas aspirações realizadas.

Reconhece que o sistema constitucional não serviu os interesses e a vontade da Nação, tendo, até, causado a independência do Brasil. Este descontentamento só provocou guerras constantes no país, e, a ameaça de guerra estrangeira. Constata que o estado se encontra numa situação difícil, que exige medidas rápidas, concretas e eficazes que evitem a ruína total.

(7) *Proclamação do rei D. João VI, datada de Vila Franca, aos habitantes de Lisboa sobre a necessidade de modificar a constituição e prometendo outra que dê todas as garantias - 31 de maio de 1823*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *ob. cit.*, p. 712

Finalmente, o Rei volta a assumir os destinos da Nação, responsabilizando-se pela sua acção política no uso do seu poder régio.

" Nesta crise melindrosa cumpre-me, como Rei e como pai dos meus súbditos, salvá-los da anarquia e da invasão, conciliando os partidos que os tornam inimigos.

Para conseguir tão desejado fim é mister modificar a constituição; se ela tivesse feito a ventura da Nação, eu continuaria a ser o seu primeiro garante; mas quando a maioria de um povo se declara tão aberta e hostilmente contra as suas instituições, estas instituições carecem de reforma.⁽⁸⁾

E, desta forma, hábil D. João VI consegue dar a volta à questão, que, para ele, tinha sido sempre sagrada: o seu juramento à constituição. Justifica a sua atitude através da falta da sua eficácia ao serviço da nação: se a constituição não serviu a Nação, então, deve ser modificada.

O Rei assume, de novo, o seu tradicional poder. Promete à Nação reassumi-lo, mas, garantindo-lhe, simultaneamente, a ideia mais veiculada pelo sistema constitucional - a IDEIA DE LIBERDADE. É a herança nova do absolutismo régio, que, não viveu em vão as ideias liberais, integrando o seu melhor, e, por isso, não sendo uma mera repetição do antigo regime, mas antes, a recuperação do poder absoluto que o Rei promete conciliar com a liberdade.

"Eu não desejo, nem desejei nunca o poder absoluto, e hoje mesmo o rejeito; os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e à opressão; desejo sim a paz, a honra e a prosperidade da nação. Habitantes de Lisboa: não receeis por vossas liberdades, elas serão garantidas por um modo, segurando a dignidade da coroa que respeite e mantenha os direitos dos cidadãos.

(8) *Proclamação de D. João VI, ibidem.*

Entretanto, obedeci às autoridades, esqueci vinganças particulares, sufocai o espírito de partido, evitai a guerra civil, e em pouco, vereis as bases de um novo código, que abanando a segurança pessoal, a propriedade e empregos devidamente adquiridos em qualquer época do actual governo, dê todas as garantias que a sociedade exige, una todas as vontades e faça a prosperidade da nação inteira".⁽⁹⁾

(9) *Fim da Proclamação de D. João VI, ibidem.*

CAPÍTULO IX

A DERRADEIRA IMAGEM

A última imagem de D. João VI

Segundo a Gazeta de Lisboa, o rei D. João VI iniciou no dia 4 de Março de 1826 o último percurso da sua vida, adoecendo com uma indigestão e insultos nervosos.⁽¹⁾ A doença veio provocar novas dificuldades no reino, que parecia prestes a entrar num período mais calmo. Calma agora terminada com o aproveitamento da situação precária da vida do rei, que provoca instabilidade no reino, e prospera a novas agitações liberais e respostas absolutistas. Enquanto a 10 de Março, os liberais restabelecem o sistema liberal, os absolutistas lutam renhidamente por reassumirem os destinos da nação. De ambas as partes, o clima, agora instaurado, é propício a dele serem tiradas estratégias políticas num reino, agora sem rei.⁽²⁾

O último Boletim - 27º - anuncia a morte de D. João VI, no Paço da Bemposta, pelas dez horas da noite de 10 de Março de 1826:

"Sua magestade imperial e real, que Deus há em glória, tendo continuado a sofrer repetidos insultos nervosos, sobrevieram amiudamente três, dos quais o primeiro começou às quatro horas da tarde, com grandes ansiedades, o segundo às quatro horas e um quarto e durou quatro minutos, o terceiro principiou às quatro

(1) Cfr. *Gazeta de Lisboa de 5 de Março de 1826 e seguintes. Este diário dá-nos conta da evolução da doença de D. João VI, através de assíduos boletins que publica (27 Boletins).*

(2) *D. João VI, a 6 de março, assina um decreto, em que encarrega o Governo à sua filha infanta D. Isabel Maria, que governará em seu nome durante a sua doença. Veja-se a Gazeta de Lisboa, suplemento à Gazeta, do dia 7 de Março de 1826.*

horas e vinte e cinco minutos, terminando desgraçadamente por uma síncope, à qual se seguiu a morte mais calamitosa para os portugueses (infelizmente verificada até pelas experiências eléctricas), às quatro horas e quarenta minutos.⁽³⁾

A notícia no Brasil

O Diário Fluminense, folha oficial do Brasil, publicou a notícia da sua morte, a 29 de Abril de 1826 da seguinte maneira:

"A seguinte carta, relativa à notícia do senhor D. João VI, é de um dos assistentes, que só o deixou depois de morto [Teodoro Ferreira de Aguiar], e portanto exacta em todos os seus detalhes; ela não poderá ser lida sem interesse por aqueles que respeitaram sempre um monarca que só deixou a memória dos seus benefícios, que foi magnânimo, clemente e incansável pelo bem de seus súbditos".⁽⁴⁾

Este diário transcreve, a seguir, a carta de Lisboa, datada de 10 de Março de 1826 e assinada por Teodoro Ferreira de Aguiar, responsável, portanto, por dar conhecimento da morte de D. João VI ao Brasil. Nela se descreve todo o processo da doença de D. João, com toda a minúcia possível (é uma carta de pormenor e até com informações desnecessárias sobre a própria alimentação diária do rei). Relata, também, a presença das pessoas que assistiram o rei - o próprio, o Barão de Alvaíazere, Loureiro e Abrantes e muitos outros (não mencionados na carta). Esta mensagem termina com o diário da manhã do dia 10, dando conta do estado cada vez pior do rei, anunciando, finalmente, a sua morte pelas cinco horas da tarde.⁽⁵⁾

(3) *Boletim nº 27 - sobre a morte de D. João VI, publicado na Gazeta de 11 de Março.*

(4) CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, II Volume, p. 13 e 14. Sublinhados nossos.

(5) *Teodoro Ferreira de Aguiar foi o cirurgião da casa real, residente no paço, e, segundo consta, muito afeiçoado ao monarca. Note-se que após a morte do*

A notícia oficial do falecimento de D. João VI foi também levada ao Rio de Janeiro, dias antes, a 24 de Abril, pela corveta LEALDADE, que aportou no Rio de Janeiro, no quinto aniversário do embarque de parte da família Real para a Europa. Nesta data, D. PEDRO assumiu os seus poderes como herdeiro da coroa de Portugal, confirmando a regência estabelecida pelo decreto de D. João VI, em 6 de Março. Saliente-se, de todas as medidas que tomou, a amnistia dos políticos da oposição ao regime e a outorga da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa.

O funeral de D. João VI

A cerimónia do funeral de D. João VI realizou-se na sala do paço da Bemposta, onde se reuniram toda a corte, oficiais e criados da casa real, eclesiásticos, civis e militares, que lhe prestaram a última homenagem. No dia seguinte procedeu-se ao ofício e missa pontifical, a que assistiram, todos os presentes, com o mais pesado luto. Em todas as comunidades foram ditas missas de corpo presente, e todos os distritos foram avisados onde passaria o funeral. O acompanhamento saiu do palácio da Bemposta, passando pelo campo de Sant'Anna, Carreira dos Cavalos, Portas de Santo Antão, praça do Rossio até ao Largo de S. Vicente.

Desde a madrugada do dia 11 de Março, que se ouviam as salvas de artilharia, que estavam no Tejo, de cinco em cinco minutos, que continuaram os tiros até à noite do dia 15.⁽⁶⁾

rei, pouco tempo depois morre também este médico, (5 de Maio de 1827?) que entretanto fora para o Brasil, acolhido por D. Pedro, com causa desconhecida (uns referem o suicídio, outros o desgosto, outros ainda, o assassinato) - o que nos leva a pensar nas razões que teriam, de facto, levado à sua morte. Seria para não divulgar a real causa da morte de D. João VI? Factos que não podemos comprovar.

(6) Cfr. *Gazeta de Lisboa*, dia 11 e seguintes - O funeral do rei.

Em toda a Nação se celebraram missa por D. João VI, de que destacamos a do bispo de Bragança que se dirige a todos os diocesanos, apelando à paz e serenidade no Reino:

"Morreu o melhor dos reis, e seu nome augusto lembrará sempre com uma saudade igual à sua doce e eterna memória.(...) Se nós perdessemos só um soberano amante dos seus povos ..., mas perdemos um pai, um benfeitor, um rei (...) Compadeceu-se de nós a providência, concedendo-lhe um intervalo na sua enfermidade, para nos designar em que pessoas devia recair o governo na sua pressentida e lamentável falta (...) Obedeçamos, portanto, ao governo estabelecido pelo imperador e rei, que lamentamos extinto, em sua sereníssima filha, a senhora D. Isabel Maria com os outros membros que a acompanham na direcção dos negócios".⁽⁷⁾

A última homenagem a D. João VI

"Ontem, 10 do corrente, perto das cinco horas da tarde, foi Deus servido chamar à sua santa glória o augustíssimo senhor imperador e rei D. João VI; o que o governo d'estes reinos, criado pelo real decreto de 6 do presente mês, e presidido pela sereníssima senhora infanta D. Isabel Maria, manda participar a todas as câmaras das cidades e vilas, que têm voto em cortes, para que todo o reino tome luto por tempo de um ano, seis meses rigorosos e seis aliviado; e executando-o assim as sobreditas câmaras dos territórios dessa comarca, passará V. m.cê as ordens necessárias às outras câmaras, que não têm voto em cortes, para que mandem fazer as demonstrações que são do costume em semelhantes ocasiões. Pelo que pertence às terras dos donatários se avise aos provedores das comarcas".⁽⁸⁾

(7) *Extractos da Pastoral do Bispo de Bragança*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, II vol., p. 21.

(8) *Aviso de José Joaquim Correia de Lacerda, do Palácio da Bemposta, em 11 de Março, para ser conhecido em todo o reino*, CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, Vol. II, p. 15 e 16.

Através deste aviso, reproduzido para todas as câmaras do reino corregedores e provedores das comarcas, toda a Nação foi convocada para mostrar os seus sentimentos pela morte de D. João VI.

No dia 17 de Março, realizou-se em Lisboa e noutras cidades e vilas a cerimónia da quebra dos escudos, à semelhança dos tempos antigos, quando falecia algum monarca. Cerimónia muito curiosa da última homenagem ao Rei, que passamos a referir pelo seu simbolismo:

"O prestito saiu das casas onde se celebravam as sessões d'aquelle corpo colectivo, às dez horas da manhã, pela ordem seguinte: 1º o procurador da cidade, que ia a cavalo, com a bandeira respectiva, arrastando pesado luto; à direita o meirinho e à esquerda o seu escrivão, a pé, como todos os mais; 2º, os alcaides dos bairros; 3º, os escrivães das almotacerias; 4º, os cidadãos com varas pretas; 5º, os três ministros com os escudos; 6º, o guarda-mór e os continuos; 7º, os oficiais da secretaria e contadoria; 8º, os ministros dos orfãos e do crime; 9º, a mesa do senado, vedor, sindaco e conservador; 10º o juiz do povo e a casa dos vinte e quatro.

Os ministros e cidadãos levavam varas pretas e o cortejo formava duas perfeitas alas.

Cada um dos três ministros repetia no seu lugar: 'Chorai nobres, chorai povo, que é morto o vosso imperador e rei D. João VI'.

O acompanhamento dirigiu-se ao Terreiro do Paço, onde se erigira um tablado coberto de preto, e ali quebraram o primeiro escudo com as cerimónias e lamentações do estilo; seguiu pela rua Aurea à praça do Rossio, da mesma forma preparada para o acto, quebrando-se o segundo escudo; e continuando pela rua Augusta para o largo de Santo António da Sé, neste local se procedeu à quebra do terceiro escudo.

O lúgubre prestito entrou depois na real capela de Santo António, e assistiu à missa solene por alma de sua magestade, o imperador e rei.⁽⁹⁾

(9) *Cerimónia da Quebra dos Escudos*, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, II Volume, p. 17.

Pode concluir-se que a dupla imagem do Rei se converteu agora, numa única imagem, que reflectia o respeito de todos - revolucionários e contra-revolucionários.

Balanço Final da Vida e Morte do Rei

Se toda a vida de D. João VI foi, por circunstâncias várias, atribulada, também a morte decorreu numa época em que as tensões - liberalismo versus absolutismo - eram profundas, e as disputas dessas tensões se faziam sentir na sociedade. Sociedade marcada pelas paixões-actualizadas pelas agitações político-sociais - que afloram com toda a sua força. Foram estas paixões que, porventura, foram responsáveis pelo precipitar da vida de D. João VI, mas que, por falta de documentos não podemos confirmar. A época em que se dá a morte de D. João VI é, por isso, propícia a acontecimentos que contrariam a normalidade da vida...

Em Portugal, os princípios liberais não se apagaram com a restauração do absolutismo na Vilafrancada. A substituição de um rei constitucional por um rei absoluto, não fora aceite pacificamente: o processo revolucionário iniciado em 1820, um sucesso político, terminara com a Vilafrancada, mas não terminaram as ideias liberais que marcaram a primeira fase do nosso liberalismo-vintismo. Por conseguinte, as lutas internas e externas dos portugueses prosseguiram com a conspiração de Elvas, projectado para impôr de novo o liberalismo. E assim em 24 de Agosto de 1823 (dia histórico do movimento revolucionário), sob a chefia de António Figueira de Almeida, projecta-se um novo movimento de características liberais que entra em confronto com o novo governo absolutista saído da Vilafrancada. A conspiração não teve êxito. Descoberta antes de se realizar (pela intercepção de correspondência), mas

importante, para compreendermos que as ideias de cariz liberal não estavam adormecidas. Pelo contrário, esperavam o momento oportuno para irromperem, de novo, e confrontarem com o novo governo absoluto. É uma nova tentativa do movimento revolucionário, que, não desistindo dos seus ideais, e, apesar da queda em Vila Franca, quer, agora, iniciar a sua "segunda revolução", também esta apoiada e inspirada pelo liberalismo Espanhol.

Para traçarmos a derradeira imagem de D. João VI é necessário integrá-lo nestes jogos e confrontos políticos a que assistimos desde 1820. D. João VI era um protagonista fruto das circunstâncias. Circunstâncias que lhe exigiram a "conversão" em Rei Constitucional, deixando, nos monárquicos-absolutistas, uma imagem de fraqueza pouco própria de um soberano. Fragilidade, no entanto, justificada pelo seu tempo, que não permitiria outra atitude política, embora, concerteza, não correspondente às suas convicções e desejos políticos - nenhum rei deseja ver diminuído, ou melhor, esvaziado, o seu poder. Se D. João VI consentiu e assumiu ser rei constitucional, essa decisão foi talvez fruto das circunstâncias já problematizadas, e não a mudança de ideais políticos do próprio rei. Contudo, a Imagem de um rei que aceita as decisões de um movimento revolucionário, ficou, por isso, perturbada e desgastada. Os mais conservadores deixaram de acreditar na sua força política, e, decidem actuar por conta própria.⁽¹⁰⁾ Daí o significado do movimento contra-revolucionário de Vilafranca, que age, pelo rei, mas, sem o rei, para, finalmente, o aclamar rei absoluto. Veja-se a imagem de D. João VI, desde o início do seu reinado: rei absoluto - rei constitucional - rei absoluto. Rei que pouco decidiu mas que tudo aceitou. Aceitou as condições sempre adversas do seu reinado, e, por isso, aceita ir para o Brasil, aceita vir para Portugal como rei constitucional, e, finalmente, aceita, de novo, a restauração do absolutismo. É uma figura que em todos os casos agiu mas

(10) Veja-se o Capítulo "A recuperação do poder absoluto".

não reagiu, isto é, aceitou sempre os factos como consumados e agiu em conformidade.

Essa imagem de um rei que não dirige os destinos do seu reinado, leva à falta de confiança na pessoa do rei enquanto soberano, mesmo por parte dos próprios absolutistas. E, enquanto, os liberais ditaram as decisões do rei, agora, os absolutistas, reconhecem a falta de capacidade política do seu rei. E, se antes, o proclamam rei absoluto, com a Vilafrancada, agora, em 30 de Abril de 1824, temendo a acção política do movimento revolucionário, pretendem substituir o próprio rei D. João VI. A Abrilada, a que nos estamos a referir, foi uma conspiração anti-liberal, e, simultâneamente, diríamos, anti-rei D. João VI, na medida em que a rainha D. Carlota Joaquina, conhecedora na pele da vulnerabilidade e facilidade de manipulação de D. João VI⁽¹¹⁾, deseja, neste movimento militar, colocar no trono o infante D. Miguel, substituindo D. João VI. No decorrer de toda esta conspiração, que evidenciou a pouca confiança política no monarca, mais uma vez, este teve de fugir, desta vez para bordo do navio inglês Windsor Castle, (medida pensada pelo Marquês de Palmela, e apoiada pelo corpo diplomático inglês), onde se redigiu a proclamação à deportação de D. Miguel e à libertação dos presos de 30 de Abril.

D. João VI sofreu, portanto, as tribulações, quer liberais quer absolutistas. Daí que a sua morte, talvez suspeita, seja, no fundo, a solução para iniciar em Portugal, um novo período liberal. Com a crise de sucessão que se sucedeu, e que iria proporcionar, de novo no norte, uma revolução liberal, consequência da aclamação em 1828 de D. Miguel como sucessor do trono e rei absoluto.

(11) Veja-se o capítulo - *D. João VI - rei constitucional. A recusa da rainha e o seu significado político.*

II PARTE

O PODER RÉGIO

CAPÍTULO I

O REI E O EXERCÍCIO DA SOBERANIA

"A soberania é o poder que sobordina o grupo político, que o une e o organiza. A palavra 'soberania' realiza a abstracção do exercício do poder 'soberano'. Quando o poder era totalmente exercido por um monarca, existia predominantemente um soberano concreto e a 'soberania' era uma designação geral do poder de superioridade uma palavra imotivada. Em Portugal, a 'soberania' ganha uma nova dimensão política a partir de 1820 (...) A soberania, como um conceito especializadamente político, torna-se um ponto fulcral da controvérsia vintista. Concepções de soberania diferentes determinaram regimes políticos diversos. Por isso se discutiu a soberania, a sua origem, atribuições e desempenho".⁽¹⁾

A ideia de soberania

O conceito de soberania significa, em sentido lato, o poder de mandar. A Polis, cidade composta de homens que vivem de uma forma organizada, aglutina-se precisamente à volta de um governo que exerce o poder de mandar, dado que a sociedade lhe confiou esse exercício da soberania. Portanto, só uma sociedade politicamente organizada tem em actualização essa ideia de soberania; um simples conjunto de homens não implica a existência de um poder soberano se esses homens não delegaram a sua capacidade de mandar em alguém que detenha a soberania, através de um contrato de associação ou de sujeição em que todos perdem uma parcela de poder para ganharem uma vida em sociedade.

(1) TELMO VERDELHO, *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, p 193

A soberania relaciona-se directamente com o conceito de PODER POLÍTICO: um poder de direito em que existe uma autoridade suprema que pode no entanto, exercer apenas uma parte dessa soberania.⁽²⁾

Para Bodin, a soberania é "o poder de fazer e de anular as leis", ou seja, consiste no poder legislativo. Para Hobbes ela é um poder coagente no momento em que se faz o contrato. Bodin enumera os poderes do soberano identificando soberania e soberano; o soberano decide acerca da guerra e da paz, nomeia os chefes e os magistrados, emite moeda, suspende impostos, concede indultos e amnistias e julga em última instância. Estas decisões são decisões de soberania interna; o soberano exerce também a soberania externa, o que leva a que o soberano seja, em todas as esferas, a autoridade suprema.

Para o Rei ser, de facto, soberano, deve exercer o poder supremo na sociedade política, ou seja, exercer o PODER LEGISLATIVO. Senão, é, apenas, uma figura do estado. É o que sucede no vintismo. O poder do Rei consagrado pela Constituição de 1822 confirma-se à esfera do executivo. Apenas interfere no processo legislativo através do VETO - veto suspensivo -,⁽³⁾ e da iniciativa indirecta das leis.⁽⁴⁾

Desde a idade Moderna que o debate político se centra na ideia de soberania. Durante este período há uma crescente preocupação em definir e legitimar o poder soberano, de forma a garantir a sua permanência, e a dar-lhe a dignidade de plenitudo potestatis. Várias foram então as teorias e doutrinas apresentadas nesse sentido.

(2) Vid. NICOLA MATTEUCCI, "soberania" in Norberto Bobbio, *Dicionário de Política*, T. 2, pp. 1179-1188

(3) Veja-se o artº 110º da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822

(4) Veja-se D.C., T. I, A sessão de 27 de Fevereiro de 1821, p. 170 e segs

A origem divina do poder

Desde a antiguidade que a ideia de soberania existe. Era designada como summa potestas, summum imperium, maiestas e plenitudo potestatis. Todas as anteriores expressões caracterizam o poder político como algo de sublime, grandioso e superior (a suma majestade). Esta superioridade é defendida na doutrina teocrática de Egidio Romano Colona que caracteriza o poder político como uma plenitudo potestatis contra a própria doutrina da Igreja. Este poder supremo e temporal tem todas as características do poder supremo intemporal - o poder divino -: é independente de qualquer instância social (qui nulli subest, superiorem non recognoscens) e, por isso, o Rei impera no seu reino livre de qualquer limitação. Até à Idade Média estavam em embrião todas as características da soberania e do soberano não de forma explícita, dado que tais conceitos ainda não existiam, mas com as ideias expressas desses termos.

Na Idade Média surge o termo SOBERANO para indicar que o Rei é o soberano do seu reino, não se falando, ainda, de soberania. O Rei é superior na sua posição social, e esta situação de preeminência indica a sua posição no sistema hierárquico da sociedade. Assim, o termo soberano indica mais uma posição social relativamente a uma escala de indivíduos (que se organizam hierarquicamente), e soberano é um termo empregue sempre no grau comparativo, e não significa a absolutização de um indivíduo em relação a todos os outros de uma mesma sociedade. Por isso, num reino podia haver vários soberanos, ou seja, vários indivíduos que tinham uma posição de preeminência relativamente a outros que obedeciam às suas ordens. O termo soberano é utilizado no sentido das relações entre o Senhor e os seus súbditos, marcando bem a esfera dos respectivos direitos e deveres. Tratava-se de uma ordem hierárquica que estabelecia na sociedade uma instituição de soberanos e súbditos baseada

nas classes sociais e em status bem definidos, e não de uma ordem em que no cume da hierarquia se encontrava um soberano absoluto. Esta ordem social fundamenta-se na ordem cósmica, não se podendo ainda falar de ordem política ou de Estado soberano.

Na origem da monarquia absoluta encontra-se a cristianização do império. O modelo é a tradição papal, esta de iure divina, que será utilizada paralelamente no poder político, também este fundamentado em Deus, base que justifica o exercício do poder soberano.⁽⁵⁾ É um iure divino que legitima o poder soberano e o seu exercício; temos, assim, três esferas de poder fundamentadas no iure divino: o poder pontifício, o poder imperial e o poder político.

O termo soberano na sua concepção política nasceu no último quartel do século XII, em França. Apareceu a palavra "souverain" que deriva da superanus que significava superior. A chegada do Estado soberano implicava a existência de um indivíduo soberano - o Rei - que devia administrar a justiça com base nas leis consuetudinárias do seu reino.

O Rei tinha, portanto, a que devia submissão duas forças - sub deo e sub lege, quia lex facit regem -.

O advento do estado moderno

Com o advento do Estado Moderno, o Rei é soberano, também, porque faz as leis, e por isso deixa de ser limitado pelo direito consuetudinário que podendo ser por ele respeitado, não o vincula. O Rei é supra legem, teoria de Bodin que defende que uma lei pode ab-rogar um costume, mas o costume nunca ab-roga uma lei, isto é, o soberano é

(5) Veja-se a construção jusdivinista das monarquias ocidentais em contraponto com as teorias curialistas, TRUYOL E SERRA, *História da Filosofia do Direito e do Estado*, 2º Volume

superior a todas as outras fontes, e o direito passa a ser a lei do soberano. Nesta medida, na esfera temporal o Rei é equiparado a Deus na esfera intemporal: Deus é onnipotente no Céu e o Rei é onnipotente na Terra. Surge, nesta altura, finais do século XVI, o termo soberania, significando a vontade do soberano em acção. Soberania e Estado surgem, na mesma altura, para indicarem o poder estatal absoluto do Rei. Esta concepção absolutista impõe-se à anterior organização medieval do poder, fundamentada em duas grandes categorias: o papado e o império. Com o advento do Estado Moderno absoluto dá-se uma unificação e uma concentração do poder, realizando no Estado uma coesão e uma unidade do poder político protagonizado no soberano.

A soberania surge intimamente relacionada com a formação dos grandes Estados territoriais, onde existe a unificação e a concentração do poder na pessoa do soberano que decide a realidade primordial e essencial da política - a paz e a guerra. O soberano exerce, portanto, a soberania exercendo o poder de mando, eliminando todos os poderes feudais e os mediadores políticos entre os indivíduos e o Estado. O soberano tem como obrigação última a conservação da paz interna e externa, ou, decidir como agir externamente em caso de guerra não estando dependente de nenhum outro poder - papal ou imperial -. O soberano é superior no seu estado e igual entre os outros soberanos.

Para Bodin, a soberania consiste no 'poder de fazer e de anular as leis', poder que abarca, no seu entender todos os outros. Para Hobbes, pelo contrário, a essência da soberania reside na execução das leis, ou seja, é o poder de coacção da lei que determina o carácter absoluto da soberania. Assim, enquanto Bodin salienta a soberania absoluta a partir do poder legislativo, Hobbes acentua o carácter coercivo do poder executivo, sendo a soberania a autoridade do direito que só pode fazer leis justas, e, por isso, ordená-las (Bodin), e, um contrato social que garante a

execução das leis (Hobbes). Rousseau prossegue a identificação da soberania com o poder legislativo através do conceito de vontade geral. As leis devem fundamentar-se na vontade "comum" dos cidadãos, e, sendo vontade geral é garantida a sua execução. Mas, como salienta Bodin, uma sociedade política não se pode limitar apenas à determinação das leis e sua execução; é necessário articulá-las com os outros motores da sociedade, como a decisão acerca da guerra e da paz, a nomeação dos militares e magistrados, a emissão de moeda, os impostos, indultos, amnistias e julgamento em última instância. Juntamente com Bodin, também Locke considera o poder legislativo como o poder supremo da política, mas articula-o com a participação no poder executivo, nomeadamente o poder federativo de decisão acerca da paz ou da guerra.

Bodin atribui à soberania as características de ser absoluta, inalienável, indivisível, perpétua e imprescritível. A soberania é, portanto, um poder originário: é absoluta por ser ilimitada - as leis não a limitam de forma alguma -; inalienável e imprescritível porque o poder político pertence, por essência, ao direito público, não podendo, por isso, ser transferido ou caducar com o tempo; é perpétua, na medida em que não se esgota na pessoa que exerce a soberania - o soberano - e, no caso dele deixar de existir, a soberania continua na pessoa que herdar a coroa.

A doutrina jusnaturalista e o contratualismo

A ideia de soberania dos deputados vintistas resultava de uma mutação ideológica expressa na teoria jusnaturalista. O jusnaturalismo pretendia desfundamentar a ordem tradicional e fundamentar o estado moderno, através de uma outra teoria do poder e do seu exercício em sociedade. A soberania relaciona-se, por isso, com a vontade dos

indivíduos de um estado, pois, são eles que determinam a sua constituição. Há uma substituição da unidade divina do jusdivinismo pela pluralidade humana do jusnaturalismo: o princípio teológico que fundamentava o jusdivinismo é substituído, agora, pelo princípio antropológico. É a vontade do Homem quem determina a teoria e a prática política da sociedade, mas, o jusnaturalismo ultrapassa as coordenadas históricas, para procurar um fundamento paralelo a DEUS tal como existia no jusdivinismo, e, que, o leva a procurar aquilo que há de intemporal na natureza humana.

"O poder só seria legítimo, quanto à origem se resultasse de um acto de vontade dos indivíduos pertencentes à comunidade sobre que se iria exercer. Segundo esta doutrina, a essência da soberania e a fundamentação do poder soberano, tinham raízes no conceito de estado natural e no direito pertencentes a cada um em vista da própria natureza. Definir o poder implicava assim caracterizar os indivíduos nos seus atributos naturais e explicar a partir deles, a origem da sociedade".⁽⁶⁾

A este propósito refira-se, por exemplo, a teoria de Burlamaqui⁽⁷⁾ que define o homem como um ser livre, independente e capaz de agir independentemente dos outros homens; a escolha da vida em sociedade implica a renúncia dessa liberdade e a submissão ao bem comum; daí, a existência de um poder aceite pelos membros da sociedade, através de um contrato. Assim, como salientou Pufendorf, o poder existe nos indivíduos que o exercem e, por isso, só está potencialmente na sociedade enquanto renúncia de direitos individuais.⁽⁸⁾

(6) ZILIA OSÓRIO DE CASTRO, "a problemática da soberania", in *Cultura e Política*, pp. 71-72.

(7) J. J. BURLAMAQUI, *Principes du droit politique*, pp. 37-38.

(8) SAMUDI PUFENDORF, *Le droit de la nature et du gens*, p. 230.

Por seu lado, Wolff desenvolve e altera mesmo esta doutrina, dizendo que o poder pertence ao povo, e, é este poder soberano que tem o direito de fazer as leis, entregando o exercício do poder a quem o exerça, e na medida em que o povo desejar, ou seja, lhe transferir.⁽⁹⁾ "O direito de príncipe deve ser medido pela vontade que o povo tenha em lhe transferir".⁽¹⁰⁾ Vattel completa a doutrina Wolffiana ao definir a soberania como inalienável.⁽¹¹⁾ Daqui que a origem da sociedade e do poder político - potestas, imperium, soberania, - resulte de um contrato entre os indivíduos, contrato que põe fim ao estado natural e dá início ao estado social e político (estão nesta linha, Hobbes, Espinosa, Pufendorf, Locke, Rousseau e Kant). Assim, o homem saiu do estado de natureza ao associar-se, mediante um pacto, com os outros homens. O pacto é estabelecido através de um contrato, que, sendo uma relação jurídica, impõe direitos e deveres às pessoas que o realizam. A partir deste contrato, as relações sociais e políticas baseiam-se no direito, e o pacto é a condição formal da existência jurídica do estado. Quanto aos sujeitos, há dois tipos de contrato, como distinguiu PUFENDORF: por um lado, o pacto de associação, estabelecido entre vários indivíduos que decidiram viver juntos, e, por isso, passaram do estado de natureza para o estado social; por outro lado, há o pacto de submissão que "instaura o poder político - e ao qual se promete obedecer. O primeiro cria o direito, o segundo instaura o monopólio da força; com o primeiro nasce o direito privado, com o segundo o direito público. É óbvio que a posição dos contraentes é diversa em cada um dos dois pactos: no primeiro, os contraentes encontram-se em posição paritária, cada um deles comprometendo-se perante os demais e sendo livre, por conseguinte, de aceitar ou não; o segundo cria uma relação de subordinação e o indivíduo

(9) CHRISTIAN WOLFF, *Institutione du droit de la nature et du gens*, pp. 317-319

(10) *Idem, ibidem*.

(11) E. DE VATTEL, *Le droit des gens ou principes de droit naturel*, p. 93

não pode deixar de aceitar, se um dos contraentes é o povo entendido como universitas ou como persona ficta, dado que, em tal caso, vigora a lei da maioria. Por outros termos: no primeiro pacto, temos o princípio fraterno da igualdade e cada um se obriga para com os demais; no segundo, o princípio paterno da dominação e a relação dá-se entre governantes e governados".⁽¹²⁾

Com o advento do liberalismo a unidade da soberania não se altera. Só que nos regimes absolutos a soberania reside numa única pessoa - o Rei - e agora reside num corpo moral - a nação. A Nação deixa de ser uma, o que muda é o titular. A soberania é, por definição, sempre uma, nunca divisível, mas, enquanto no primeiro caso, a soberania pertence exclusivamente ao Rei, no segundo, a soberania pertence exclusivamente à Nação; assim, já não podemos falar de soberania régia mas de poder régio ou autoridade régia, havendo, pois, uma distinção entre a Imagem ou Pessoa do Rei, com o seu prestígio tradicional e o Rei enquanto chefe do executivo.

Leia-se o artº 26º da Constituição Portuguesa de 1822 que diz: "A soberania reside essencialmente na Nação. Não pode porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum individuo ou corporação exerce autoridade pública, que se não derive da mesma Nação".⁽¹³⁾ Relacionando-se este artigo com o artº 121º do mesmo texto - "A autoridade do Rei provém da Nação, e é indivisível e inalienável".⁽¹⁴⁾ - Torna-se visível, em termos constitucionais, o que se acabou de afirmar em termos teóricos.

Consequentemente, ao falar-se de autoridade régia em substituição da soberania régia, pode dizer-se que a ideia de Rei soberano se tornou de tal forma limitada, que, deixa de fazer sentido a associação

(12) NICOLA MATTEUCCI, "contratualismo" in Norberto Bobbio, *Dicionário de política*, pp. 272-283.

(13) Constituição, artº 26º

(14) Constituição, artº 121º.

entre soberania e Rei, devendo antes relacionar-se a soberania com a Nação. Verifica-se, pois, deste modo, uma transferência do centro fulcral da soberania, isto é, muda não só o titular dessa mesma soberania, mas o órgão do seu exercício.⁽¹⁵⁾

"Uma coisa é a soberania e outra coisa é o exercício da soberania por meio da representação nacional. A soberania está na nação, o método de exercer esta soberania é por meio da representação nacional".⁽¹⁶⁾

Distingue-se aqui o Poder e o Exercício do Poder, questão central desta segunda parte do trabalho.⁽¹⁷⁾ Note-se a aceitação geral da unidade da soberania da Nação, sustentada pelos deputados vintistas. Todos aceitam que a soberania reside na Nação, e o poder de mandar pertence aos seus representantes legalmente eleitos. É importante distinguir bem entre PODER e EXERCÍCIO DO PODER nas Cortes vintistas: não há ninguém que diga que o poder está no Rei, (afirmação que seria inconstitucional). Há, sim uma discussão sobre o exercício do PODER pertencente ao Rei, questão onde se detectam várias sensibilidades. Saliente-se, mais uma vez, que nunca é posta em causa a unidade da soberania, substituindo-se apenas o seu titular, que, no absolutismo era o Rei - o Rei era o soberano -, e, com o advento do liberalismo e a consequente separação dos poderes passa a ser, a Nação - a Nação é a soberana -, cabendo o exercício dessa soberania aos vários poderes políticos.

(15) Cfr. *artº 26º e 121º da Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Relacionando os dois artigos, veja-se como a soberania régia é limitada ao atribuir ao Rei uma autoridade, não falando de soberania régia mas de autoridade régia emanada da Nação. Locke observou bem as limitações da soberania, mesmo da Nação, falando antes de supremo poder em vez de soberania, ao referir-se ao parlamento, este limitado pela constituição que, por sua vez, é limitada pelos direitos naturais, e, por outro lado, o parlamento é, ainda, controlado pela Nação já que ele não é mais do que uma representação dela.*

(16) FERREIRA DE MOURA, *Diário das Cortes*, T. III, 22 Agosto de 1821, p. 1988

(17) Saliente-se que nas Cortes vintistas é proclamado o princípio constitucional de que "a soberania reside essencialmente na Nação" (Cfr. artº 26 da Constituição de 1822).

CAPÍTULO II

A MAJESTADE DO REI

Majestade e soberania

No estado absoluto a majestade do rei identificava-se com o facto de ser ele o soberano. O rei actualizava a soberania, como expressa Bodin, no poder de fazer a Lei e dar a lei a todos os súbditos, sem qualquer limitação: "Só os príncipes soberanos podem dar a lei a todos os súbditos, sem excepção, seja em geral, seja a cada um em particular".⁽¹⁾ O poder de fazer a lei dava ao soberano uma majestade única, já que ele era o único que determinava a lei, pois, mesmo quando concedia temporariamente a outros indivíduos esse poder de legislar (como em Sólon, Atenas), essa concessão era fruto da sua vontade expressa. A lei, era, portanto, a actualização máxima da majestade do Rei, pois, todos os outros aspectos da soberania, tais como, fazer a guerra e a paz, decidir sobre a moeda, as apelações dos tribunais, o juramento dos súbditos e a dádiva de mercês, estão relacionados com o poder de fazer leis.⁽²⁾

O poder de fazer as leis, e todos os outros referidos e com ele relacionados, eram as marcas da majestade do príncipe soberano. A majestade era, pois, equivalente ao poder soberano na administração da coisa pública. Era impensável uma república sem um poder soberano, como expressa Bodin: "a República sem poder soberano, que una todos os seus membros e todas as suas partes, e todas as famílias e colégios num só corpo, não é mais uma República".⁽³⁾ A soberania do rei incide sobre aquilo que era público, e a sua majestade consiste no poder de legislar

(1) JEAN BODIN, *La République*, L. I, c. 10, pp. 302-303.

(2) Cfr. *Idem*, pp. 308-309.

(3) *Idem*, p. 41

para a res-pública. Só havia soberania, e, conseqüentemente, expressão de majestade real, quando havia algo de comum e público. E havia expressão da majestade real porque havia uma total identificação entre soberania e soberano. Sempre que Bodin escreve "souveraineté", quer dizer, "puissance souveraine", ou seja, corporiza a soberania na pessoa do príncipe - poder incarnado.

Assim, no Estado Moderno, o Rei enquanto pessoa e o Rei enquanto soberano são ideias associadas, na medida em que todo o poder reside na pessoa do soberano. O Rei, dada a sua natureza absoluta, porque directamente "inspirado" por Deus, é indivisível em pessoa real e poder real, já que todo o poder está concentrado na sua pessoa, e, daí a sua majestade real. O Rei ocupa na terra a função de Deus na eternidade, e, por isso, desprezar a pessoa do Rei seria desprezar a própria imagem de Deus na Terra. A Majestade do Rei consiste, pois, na concentração de todos os poderes na sua pessoa, que o tomam a fonte de toda a autoridade.

A Majestade pessoal do Rei

Com a despersonalização da soberania concretizada no vintismo pela constituição aprovada, põe-se o problema do prestígio da figura do Rei. A Constituição é clara ao manter o seu tradicional prestígio, pelo menos teoricamente. O artigo 127º expressa que "a pessoa do Rei é inviolável, e não está sujeita a responsabilidade alguma", acrescentando, ainda que, "o Rei tem o tratamento de Majestade Fidelíssima".⁽⁴⁾ Saliente-se que este artigo se refere à pessoa do rei e não ao poder do rei, o que na monarquia absoluta era uma questão impensável, pois, a pessoa e o poder régios estavam intimamente relacionados. O que os ideais liberais procuram, agora, é distinguir a pessoa do rei mantendo o seu tradicional

(4) *Constituição Política da Monarquia Portuguesa, artº 127º*

prestígio (necessário ao próprio prestígio e triunfo das ideias liberais), mas, esvaziando o seu poder real, desvinculando-o da habitual soberania que lhe era reconhecida. Agora, não se refere o Rei como soberano, mas como pessoa inviolável, dando-lhe tão-só o tratamento de majestade fidelíssima. Esta é uma ideia original na História de Portugal, que afasta a identificação entre majestade e soberano, dando a estes termos uma aplicação nova: o Rei é reconhecido como majestade, mas a soberania é transferida para a Nação. Há, agora, a distinção entre Monarquia e Nação, Rei e Território, Majestade Real e Majestade Pessoal, consagrando a última. A Nação é um corpo político que tem como cabeça, ou primeira pessoa da Nação, o Rei. mas a soberania cabe à Nação, considerada agora como pessoa jurídica pública.

É importante destacarmos a distinção entre majestade real e majestade pessoal, porque, ao atribuir-se ao Rei o exercício da soberania, a ele se reconhece a titularidade do governo e um exercício concreto de um poder soberano, mas, apenas enquanto pessoa que detém uma parte do exercício dessa mesma soberania, e não, enquanto detentor de um poder político (majestade real) que lhe é totalmente negado. O Rei deixa de ter a majestade da titularidade do poder, para passar a ter apenas, não uma titularidade nominal, mas, um exercício concreto de soberania conferida à sua majestade pessoal. Esta mudança de quadro político inaugurado no vintismo, muda radicalmente o sentido e as funções da majestade do Rei. Agora a sua majestade não lhe permite ultrapassar o poder que lhe é constitucionalmente atribuído, deixando de ser um verdadeiro soberano no sentido tradicional do termo. O Rei é, agora, visto não como uma unidade soberana, mas, numa perspectiva dualista em que, uma coisa é a majestade da sua pessoa, e outra totalmente diferente, é a de titular do exercício de uma parte do poder político, poder que, na sua essência, pertence à Nação. O Rei é, desta forma, um simples órgão do Estado que recebeu da Nação a

capacidade de exercer o poder executivo, e, deste modo, exercer uma parte da soberania em conjunto com a assembleia representativa da Nação, que exerce o poder legislativo, e os juizes a quem cabe o poder judicial. Todos têm funções autónomas mas coordenadas entre si, de forma a exercerem as funções confiadas pela Nação.

A este propósito, veja-se o texto da constituição no título IV - Do Poder Executivo ou do Rei - onde se fala apenas em Autoridade, Juramento e Inviolabilidade do Rei: "a autoridade do Rei provém da Nação ... esta autoridade consiste em fazer executar as leis ... e prover a tudo o que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da constituição. O Rei antes de ser aclamado prestará perante as Cortes na mão do Presidente delas o seguinte juramento: Juro manter a religião católica apostólica romana; ser fiél à Nação Portuguesa; observar e fazer observar a Constituição política decretada pelas Cortes extraordinárias e constituintes de 1821, e as leis da mesma Nação; e prover ao bem geral dela, quanto em mim couber".⁽⁵⁾

Assim, a majestade do Rei nada tem a ver com o exercício do poder do Rei, já que enquanto órgão de poder o Rei é um mero instrumento da Nação. A autoridade régia é uma autoridade extrínseca e atribuída pela Nação, que lhe pertence na sua essência e dela emana. O Rei apenas pode exercer essa soberania nos limites estabelecidos pela constituição, já que o poder soberano pertence essencialmente à Nação representada nas Cortes. Isto é, na concretização desse poder há, entre os vários poderes constituídos, um atribuído ao Rei. A desvinculação da soberania do soberano tradicional - o Rei - torna a soberania impessoal. Por isso, ela não é agora percebida enquanto pessoa física (como na

(5) *Constituição Política da Monarquia Portuguesa, arts. 121º, 122º e 126º, D C T VII, p. 629.*

anterior majestade real) mas, enquanto um ser abstracto próprio de um Estado de direito em construção.

Em conclusão, podemos afirmar que a majestade real desapareceu com o fim do Estado absoluto, e que, a Monarquia constitucional construída, passo a passo, nas cortes vintistas apenas conserva aquilo que é próprio de um sistema monárquico-constitucional: a majestade da pessoa do Rei. A soberania, agora identificada com o supremo poder, está na Nação representada nas cortes. Contudo, como ninguém detém por si próprio a soberania no seu exercício (ela está dividida entre o Rei, as cortes e os tribunais), deixa de poder identificar-se soberania com poder absoluto, fazendo mais sentido, em termos constitucionais falar de um poder supremo pertencendo à Nação.

O Exercício da Majestade do Rei

Foi sempre indiscutível nas cortes vintistas a inviolabilidade da pessoa do Rei.⁽⁶⁾ "O Rei é inviolável na sua pessoa. Os seus Ministros são responsáveis pela falta de observância das Leis, especialmente pelo que obrarem contra a liberdade, segurança, e propriedade dos cidadãos, e por qualquer dissipação ou mau uso dos bens públicos".⁽⁷⁾

O Rei é, portanto, inviolável na sua pessoa em tudo o que toca ao exercício do poder executivo.⁽⁸⁾ É curioso como em toda a discussão do projecto de bases, se divide o poder executivo em dois planos distintos, a que correspondem, também, responsabilidades diferenciadas: por um lado, o plano da autoridade régia, em que se dá à

(6) Cfr. I Parte deste trabalho - A Imagem do Rei no processo revolucionário de 1820-

(7) *Bases da Constituição, artº 31º*

(8) Saliente-se a posição de BORGES CARNEIRO. Este deputado procurou limitar a extensão do poder régio, propondo acrescentar ao artigo 31º das bases, as atribuições e limites do poder do Rei, salvaguardando, no entanto, a sua pessoa.

pessoa do Rei um poder ilimitado; por outro lado, num plano distinto, estão os ministros, estes sim, plenamente responsáveis pelas faltas de observância das leis. A Majestade do Rei consiste, pois, em dar-lhe uma liberdade total no seu exercício enquanto cidadão. A sua pessoa é inviolável, e esta inviolabilidade decorre da tradição histórica, que parece mostrar que os exemplos de abuso do poder são pouco significativos. Pelo contrário, os ministros do Rei, devem ser responsabilizados na observância das leis, pois, no parecer de alguns deputados, são estes os culpados pelos abusos do poder.⁽⁹⁾

Assim, enquanto os ministros do Rei são sujeitos a responsabilidades pessoal e política, o Rei conserva uma parte do seu tradicional poder régio: o exercício da majestade da sua pessoa, perdendo, no entanto, a sua tradicional majestade política. Agora, o Rei está submetido à lei e será punido como transgressor, em todos os casos em que for considerado um simples cidadão, e, por isso, sujeito à lei.

(9) Veja-se, por exemplo a intervenção de FERREIRA DE MOURA, na sessão de 27 de Fevereiro de 1821, D. C., T. I, p. 173 "os Reis nunca abusarão do seu poder, senão pelos maus conselheiros"

CAPÍTULO III

O PODER DO REI E O PODER DAS CORTES

A evolução das cortes portuguesas

Ao ser discutido o preâmbulo da Constituição, os deputados problematizaram o papel das Cortes na história da Nação Portuguesa. Embora as LEIS FUNDAMENTAIS DA NAÇÃO tenham tido a sua origem nas Cortes, as novas CORTES - Cortes vintistas - são diferentes de todas as anteriores, pois, pela primeira vez exercem a SOBERANIA - A soberania reside na Nação representada em Cortes -, e, por isso, cabe-lhe o papel da elaboração da CONSTITUIÇÃO, lei fundamental da Nação, também, a primeira constituição da Nação Portuguesa.

"Quando pela primeira vez se discutiu este preâmbulo, foram muitos e muito variados os pareceres de meus ilustres colegas, mas para me não fazer cargo de tudo o que então ouvi, apontarei somente as objecções que me pareceram mais arrazadoras; e são as seguintes:

1ª que eram duvidosas as Cortes de Lamego, que estipularam o nosso pacto social; (...) 2ª que, com quanto existissem, não era pelo estabelecimento das leis ali ordenadas, que poderíamos acabar a grande obra da nossa regeneração política; porque nelas se não falava de Cortes, nem as Cortes de então gozavam do poder que cumpria para o grande fim da felicidade publica; (...)"⁽¹⁾

Podia dizer-se que a ideia de convocar Cortes chega ao vintismo pelo Direito Consuetudinário: é ao costume que se recorre para justificar a sua existência; o que se pretende agora não são as Cortes tradicionais mas umas novas Cortes, só no nome iguais às anteriores, porque fundamentadas em pressupostos teóricos diferentes. É curioso

(1) PEREIRA DO CARMO, D. C., T II, p. 1526

verificarmos que, também aqui, a ruptura com o antigo regime é visível. Uma antiga instituição é substituída por outra, de nome igual, mas com atribuições totalmente diferentes.

As Cortes antigas não eram nada do ponto de vista da soberania. Existia uma soberania régia, e, ao Rei competia convocar as Cortes sempre que o desejasse: se as Cortes eram reconhecidas como instituição, esse reconhecimento não era enquanto um órgão de exercício da soberania, mas enquanto um órgão ao serviço do poder régio. Reunir Cortes fazia parte das leis fundamentais da Monarquia, mas era o Monarca, que, exercendo a soberania absoluta, as reunia quando e onde queria. A autoridade das Cortes provinha do Poder Régio, enquanto agora, a autoridade das Cortes provém da Nação, porque elas exercem uma parte da soberania que reside nessa mesma nação.

Os deputados vintistas exaltam até ao extremo o papel das CORTES no novo sistema político, justificando o seu poder com a história, poder não reconhecido já que eram subalternas do Poder Régio, mas poder com resultados práticos, já que participavam no exercício da soberania régia, representando a Nação. Esta função das cortes é visível na nomeação dos Reis e nas Cortes de Coimbra de 1385, em que se assiste ao confronto entre o PODER RÉGIO e o PODER das CORTES, quando D. João I aceita e jura não fazer guerra nem paz sem consultar as Cortes.

É muito interessante concluir que os deputados vintistas utilizam uma doutrina de ruptura com o antigo regime, mas, simultaneamente, com argúcia política, procuram em tudo a CONTINUIDADE para efeitos políticos: intitulam-se REGENERADORES e não destruidores do antigo regime.⁽²⁾ Assim,

(2) Isto soa a um autêntico discurso político que deseja ardentemente adeptos, e luta pela mudança, sem cisões tão profundas que ponham em risco a edificação de um novo sistema político.

embora a nível teórico exista uma ruptura clara, a nível prático, procura legitimar-se a mudança procurando elos de continuidade.

No exercício do poder soberano por excelência - o poder legislativo - as Cortes substituem, na verdade, o Rei. E assim se poderá afirmar que o confronto entre o poder régio e o poder da nação, passa pelo confronto entre o Rei e as Cortes. Não é por acaso, que, em 1825, em plena recuperação do regime absoluto, se regressa à antiga conceptualização: Cortes são então definidas como "assembleias ou ajuntamentos das três ordens do Reino (...) o Clero, a Nobreza e o Povo representadas as duas primeiras classes pelas próprias pessoas, e a terceira pelo procurador das cidades e vilas que têm assento nestes actos, convocadas por motivos de urgência pública, em que contudo têm só o voto consultivo".⁽³⁾

As cortes gerais e constituintes da Nação Portuguesa

Apesar dos discursos de cariz historicista e de retorno a um mútuo passado, os deputados vintistas tinham consciência da mudança e explicitamente se demarcaram das antigas Cortes:

"As antigas Cortes eram, como todos os Congressos dos Estados feudais, compostas dos grandes vassallos do Rei, isto é, dos senhores eclesiásticos e leigos; em tempos posteriores foram também admitidos os procuradores de alguns povos; não de todos e esses somente para concederem pedidos, os subsidios extraordinários, pois não tratavam de outros negócios, e apenas tinham o Direito de fazer súplicas às quais o Rei deferia brevemente e como lhe parecia; mas não tinham o Direito de fazer leis, de examinar as operações do governo, ou de exigir a responsabilidade dos prevaricadores".⁽⁴⁾

(3) JOSÉ PEREIRA SOUSA, Dicionário Jurídico de 1825, in ISABEL NOBRE VARGUES, "Estruturas Políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias" in JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal*, Vol. V, pp. 183-212

(4) INÁCIO DA COSTA BRANDÃO, D. C., T. II, 13 de Julho de 1821, p. 1531

Por isso quando as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa se reúnem em 26 de Janeiro de 1821, e, com elas é instalado o primeiro parlamento liberal português, concretiza-se o primeiro e essencial objectivo do movimento de 20 de Agosto, em termos da substituição do princípio da soberania régia pelo princípio da soberania nacional. De facto, o movimento revolucionário ganha forma e estabilidade com a instalação de Cortes, pois elas irão realizar passo a passo os objectivos que levaram à sua eclosão. São, por isso, o órgão político que tem como missão transmitir e prosseguir os referidos objectivos, mediante a delegação do poder fundamental de legislar feito pela nação nos seus representantes juntos em Cortes.

A expressão mais acabada da mutação será o facto de se considerar como tarefa fundamental das Cortes reunidas entre 1821 e 1823 - as Cortes Constituintes - a elaboração de uma Constituição. É a nação que reunida com total independência em relação ao soberano do Antigo Regime, faz por si própria a lei que irá reger toda a sociedade enquanto corpo político.

Não admira, portanto, que a imprensa da época faça muitas referências à instalação das Cortes vintistas, que, são olhadas com toda a atenção. Seguindo-se atentamente o processo de sua constituição desde o local das reuniões, à elaboração do texto constitucional, desde o estabelecimento da lei eleitoral, à escolha dos deputados e as reformas que pretendem estabelecer. Todos os jornais falam dos discursos dos deputados reunidos no convento das Necessidades. Discursos que geram a formação de uma opinião pública em Portugal, que fala da res-pública de uma forma crítica, empenhada e interventiva. Desperta no país uma maior curiosidade e um maior empenhamento nas questões políticas, gerando-se apoios e confrontos. Nasce o desejo de participar na vida da nação, não apenas através do voto, mas, também, através de sugestões e propostas

que os cidadãos enviam às cortes. Se é certo que estas umas vezes ficam no esquecimento, outras, chegam mesmo a ser tema de debate entre os deputados.⁽⁵⁾

Nesta interligação entre a sociedade e as Cortes o Rei fica na sombra. É esquecido, tal como a sua vontade - antiga mola da acção política - é ignorada. Não deixa de ser significativo terem-se iniciado os trabalhos parlamentares em Fevereiro de 1821 com a leitura do Relatório do estado público de Portugal, por Fernandes Tomás, que retrata bem o estado da nação. Retrato necessário para posteriores mudanças no país, através de inovações e reformas, em que os direitos e o bem-estar dos cidadãos e da sociedade constituem o fulcro das decisões. Vejamos, por exemplo, as medidas tomadas ou as intervenções efectuadas acerca da liberdade de imprensa (Soares Franco), da elaboração de um código civil e criminal (Castelo Branco), da extinção dos direitos banais (Soares Franco), da abolição dos privilégios exclusivos (Teixeira Girão) e do Comissariado (Xavier Monteiro), e, da instalação em 1821 da primeira instituição bancária em Portugal - o Banco de Lisboa.

Pode dizer-se que o processo revolucionário vintista no seu aspecto parlamentar e nos seus objectivos constitucionais se encerra como juramento da Constituição em Outubro e Novembro de 1822. Após um novo processo eleitoral, reúnem-se as Cortes Ordinárias que, como o próprio nome indica pareciam representar a efectivação e consolidação das ideias vencedoras depois do pronunciamento do Porto, em 1820. E diz-se parecia porque escassos meses após, a meados de 1823, todo o processo é subvertido pelo processo contra-revolucionário que instala, de novo, o regime absoluto.

(5) Veja-se, por exemplo, a discussão das Memórias para as cortes lusitanas de FREI JOSE POSSIDÔNIO ESTRADA, e, O cidadão lusitano, do abade de MEDRÕES.

O carácter revolucionário das Cortes Extraordinárias e das Cortes Ordinárias - elaboração de uma constituição e governo da sociedade segundo os princípios e leis estabelecidas - advinham, em última análise, de um novo conceito de soberania, dos seus princípios teóricos e das suas consequências.⁽⁶⁾ Com a revolução de 1820 as Cortes passam a ser um órgão de representação nacional; daí a denominação de SOBERANO CONGRESSO para querer exprimir que se tratavam de umas Cortes diferentes das do passado. O seu nome queria significar que as novas Cortes eram soberanas. Já não dependiam da convocação régia, nem tinham um carácter consultivo. No acto de legislar, a sua vontade substituiu a vontade régia.

A situação excepcional das Cortes Constituintes

Não é fácil passar dos princípios e da prática do poder régio absoluto para um poder régio esvaziado ou quase esvaziado de poder. Nem é plausível que a mudança se possa fazer sem tensões. Entre um momento e outro, ou seja, entre o Antigo Regime e a vitória do Regime Vintista, surgem como não podia deixar de ser, confrontos doutrinários e teóricos, expressão das diversas sensibilidades quanto à conjugação possível entre as permanências e as inovações.

No âmbito das tensões entre o Rei e as Cortes, quanto ao acto de legislar, é paradigmático o que sucede com a chegada de D. João VI e a sua primeira ida às Cortes para jurar as Bases. Admitira-se e decretara-se ali que o Rei poderia intervir no futuro, no processo legislativo, mediante o veto suspensivo.

(6) Veja-se ISABEL NOBRE VARGUES, "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820" in JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal*, V-VI, pp. 45-64.

"Guardar-se-á na Constituição uma bem determinada divisão dos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. O Legislativo reside nas Cortes, com a dependência da sanção do Rei, que nunca terá um veto absoluto, mas suspensivo, pelo modo como determinar a Constituição".⁽⁷⁾

Mas, aprova-se, também que nas Cortes Constituintes não o podia fazer.

"Esta disposição porém não compreende as leis feitas nas presentes Cortes, as quais leis não ficarão sujeitas a veto algum".⁽⁸⁾

É em nome do equilíbrio de poderes votado - no qual o veto régio embora apenas suspensivo tinha papel fulcral - que se invoca a independência desses mesmos poderes, para criticar os princípios anunciados no discurso régio, lido por Silvestre Pinheiro Ferreira:

"Esta assembleia reconheceu que a soberania existe na Nação; e no discurso [do Rei ao jurar as bases da Constituição]⁽⁹⁾ acho uma ideia complexa, que julgo diferente algum tanto destes princípios (...)

O poder legislativo tem a atribuição de fazer as leis, e reside nesta Assembleia. Não pode residir nela juntamente com o Rei: isso é contrário ao que temos estabelecido. El Rei é o executor das leis, as Cortes são as que fazem essas mesmas leis; já temos demarcado estes poderes. Além disso, estas cortes são constituintes; os seus decretos não podem estar sujeitos a veto. Pode ser que o estejam para o futuro, mas, há-de ser a um veto suspensivo e limitado (...)⁽¹⁰⁾

Saliente-se, porém, que para além do confronto entre dois regimes políticos liberais - um moderado, o outro radical - está em causa o

(7) *Bases da Constituição, artº 23º*, D. C., T. I, nº 30, 9 de março de 1821, p. 233

(8) *Idem, ibidem*.

(9) Cfr. I Parte do nosso trabalho, a Imagem do Rei, cap. "O Rei e o juramento da Constituição".

(10) GONÇALVES MIRANDA, D. C., T. II, sessão de 9 de Julho, p. 1473
Sublinhados nossos.

maior ou menor esvaziamento do poder régio face ao poder da nação, portanto, o maior ou menor domínio das Cortes na vida da nação.

Borges Carneiro tem razão quando afirma que o Rei não tem qualquer poder legislativo com efeitos práticos, dado que, o seu exercício relacionado com o poder legislativo, se resume à possibilidade, futura, de não aprovar uma lei, usando o seu direito de veto. Acentua, contudo, que a nível prático, esta reprovação da lei não tem efeito decisivo, pois, trata-se de um veto suspensivo. Ora, este, na opinião deste deputado, não chega a ser realmente um veto.

"Parece-me que deve voltar à Comissão [o discurso do Rei ao jurar as bases] para que trabalhe sobre estes princípios, e os faça presentes a El Rei, dizendo-lhe as bases sobre que devem assentar estas doutrinas, declarando-lhe que as Cortes Constituintes não estão sujeitas a veto em suas deliberações, e que as ordinárias o tem somente suspensivo, o que não vem a ser veto; e que, além disso, há certas atribuições nas Cortes, em que não há nada de copulativo a fim de que El Rei, conformando-se com esta doutrina, mande emendar o seu discurso" (11)

Saliente-se, ainda, que a rejeição dos princípios expressos por Pinheiro Ferreira corresponde ao afastamento total do Rei do poder legislativo, numa radicalização de princípios, apenas matizado, pela aceitação da sua intervenção, no processo legislativo, pelo veto. Sendo assim, as Cortes nunca alteraram a sua posição radical neste aspecto, e o Rei viu-se obrigado a aceitar a rejeição da sua proposta, e, com ela, o tradicionalismo ou a moderação que se pretendia fazer vigorar. O menos que se disse foi considerar o discurso como um "equivoco":

"Parece-me que a origem de todo o equivoco que se tem notado em algumas expressões, provém de que o ministro que redigiu o discurso, julgou que as Cortes se compunham não somente dos deputados eleitos pela Nação, mas também do Monarca; e que todos estes reunidos constituem a representação nacional" (12)

(11) BORGES CARNEIRO, D. C., Tomo II, sessão de 9 de Julho, p. 1473
Sublinhados nossos.

(12) JOSÉ ANTONIO GUERREIRO, D. C., T. II, sessão de 9 de Julho, p. 1474

Outro ponto importante discutido foi o artº 23º do Projecto de Bases, artigo que dizia que a iniciativa directa das leis só competia aos representantes da Nação juntos em Cortes. A discussão deste artigo suscitou um debate muito vivo entre os deputados, já que se tomaram posições diferentes nas Cortes: uma posição que pretendia dar mais poder ao Rei, concedendo-lhe a iniciativa indirecta das leis, e outra que pretendia dar-lhe menos poder não lhe dando tal iniciativa.

Annes de Carvalho figura entre aqueles que queriam dar mais poder ao Rei, expressando as seguintes palavras:

"Concedeu-se ao Rei tal, ou tal veto, tal ou qual suspensão porque se supõe o Rei com conhecimento dos bens e males da sociedade, e por consequência, que com a sua sabedoria poderia auxiliar o corpo legislativo para aplicar aos males o remédio. Suponhamos que os Representantes não se lembram de apresentar, e discutir algumas leis convenientes à Nação e então o Rei, e os seus ministros, que podem conhecer as necessidades da mesma nação, serão privadas de propôr, e simplesmente propôr, ao Congresso as leis que lhes pareçam convenientes? Parece-me que não deve ser. Além disto: já se disse, que em todoo governo representativo convém muito que todos os cidadãos concorram para a formação das leis: o Rei é o primeiro dos cidadãos, e será talvez o mais instruido das necessidades dos outros: com que assim deve ser também quem concorra para a sua formação. Em terceiro lugar, convém muito dar ao Rei a iniciativa das leis; porque ele se interessará mais por aquelas que ele iniciar, e as fará executar melhor". (13)

Em contraposição encontra-se Borges Carneiro que pretende que a iniciativa das leis seja de competência exclusiva de qualquer dos representantes da Nação. Assim, é contrário à concessão da iniciativa das leis ao Rei, considerando que isto seria muito perigoso, anti-liberal e anti-constitucional. Argumenta, dizendo que nenhum deputado, na prática, se atreveria a ir contra as propostas e pareceres do Rei, e, assim, estaria

(13) ANNES DE CARVALHO, D. C. T. I, p. 170.

comprometida a soberania da Nação, que entraria em desequilíbrio com os abusos do poder executivo.

"Ficaria ofendido o esplendor da Majestade, se o Rei (ou os seus ministros que é o mesmo, pois todos sabem que quando fala um ministro não fala em seu nome, se não em nome do Rei) se declarando a sua vontade em um negócio, não se acedesse a ela ?... Pelo que pertence à iniciativa directa ou indirecta é uma divisão viciosa, que eu julgo se deveria desterrar, substituindo em vez da palavra - iniciativa - o direito de propôr leis".⁽¹⁴⁾

De facto, embora a questão da iniciativa indirecta das leis tenha sido muito discutida, acabou por verificar-se que o peso social do Rei não tinha correspondência no peso político, tendo ficado o artigo aprovado tal como estava antes da discussão: "A iniciativa directa das leis somente compete aos representantes da Nação juntos em Cortes".⁽¹⁵⁾

E é neste quadro ambiguo de equívocos e confrontos que o novo sistema ganha adeptos para singrar. Daí, a estratégia política de reconhecer implicitamente que nascem umas NOVAS CORTES, e, ao nível do discurso, fundamentar a sua existência nas Cortes do passado, procurando encontrar pontos de identidade, artificiais sem dúvida, entre as antigas e as actuais cortes, com um objectivo político de conveniência, de um sistema que quer dar os primeiros passos com segurança e sem razões para contestações por parte dos mais tradicionalistas da sociedade.⁽¹⁶⁾

"O certo é que as Cortes foram reconhecidas sempre pelos senhores Reis destes reinos, que muitas vezes as convocaram, chegando a fixar certos períodos para a sua convocação. Acrescento mais, que até foram reconhecidas por aquele mesmo monarca, em cujo reinado morreram falo do senhor D. João V, que nos primeiros anos de seu governo continuou a exigir tributos, esperando os povos de que chamaria as Cortes logo que a

(14) BORGES CARNEIRO, D. C., T. I, p. 171.

(15) Bases da Constituição, artº 25

(16) Veja-se a Sessão de 13 de Julho de 1821, no Diário das Cortes, Tomo II, p. 1526 e seguintes.

urgência das circunstâncias o permitisse; porque não era da sua real intenção violar nossos usos e costumes. Do que levo dito tenho direito a tirar a seguinte conclusão: As Cortes sempre foram olhadas pela Nação, e pelos senhores Reis deste reino como formando parte das leis fundamentais da Monarquia."⁽¹⁷⁾

Ora, se o discurso de "conveniência" pode justificar a reunião de Cortes, não justifica o "esvaziamento do poder régio" e mesmo a sua anulação em termos de poder legislativo. E esta era a questão fundamental.

(17) PEREIRA DO CARMO, D. C., T. II, p. 1526.

CAPÍTULO IV

O REI E A IDEIA DE REPRESENTAÇÃO

O conceito de representação política é um conceito original da história política moderna. Funciona como um elemento chave da política, pelas suas implicações teóricas e pelas suas aplicações práticas. Em Portugal, com o vintismo surge, pela primeira vez, a teorização desta ideia e a sua aplicação prática com a constituição de cortes. É a primeira vez que as cortes portuguesas são a expressão da soberania nacional; as cortes representam, efectivamente, a Nação, e não algumas classes dessa Nação. Tanto os deputados das Cortes extraordinárias como os das Cortes ordinárias foram eleitos pela Nação. As primeiras eleições seguiram o modelo aprovado pelas Cortes de Cádiz, adaptado à realidade portuguesa; as segundas, seguiram o método eleitoral entretanto decretado pelas Cortes constituintes. A partir desse momento todas as assembleias (liberais e republicanas) passaram a ser periodicamente eleitas e são a expressão concreta da representação política.

O que torna diferente a representação política vintista das outras experiências políticas é o facto desta dar origem a um novo regime: o regime representativo. Este último, opõe-se ao regime absolutista e autocrático. Para haver representação política tem que existir um vínculo entre os governantes e os governados que os elegeram. Há, portanto, um controlo político por parte destes últimos, que, à partida e teoricamente, estão num plano de igualdade em relação àquele que são os seus representantes. "O sentido da representação política, está, portanto, na possibilidade de controlar o poder político, atribuído a quem não pode exercer pessoalmente o poder. Assim, pode ser satisfeito a exigência

fundamental que desde as primeiras e incertas origens fez surgir a instituição da representação, exigência expressa na Idade Média no axioma *quod omnes tangit ab omnibus probari debet*. Com base em suas finalidades, poderíamos portanto definir a representação como um mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes".⁽¹⁾

Como afirma Maraval, "um dos limites ao absolutismo do poder, nos estados dos séculos XVI e XVII, encontrava-se na participação dos corpos considerados organicamente como membros do reino e que em sua representação tinham o seu papel no governo".⁽²⁾

Foram as Cortes ou Assembleias, o órgão que assegurou constitucionalmente a contenção do poder absoluto do monarca no Estado. Elas amenizavam o absolutismo régio, e intervêm, sempre que necessário, no exercício de soberania régia. Refira-se, por exemplo, o papel das Cortes de Valladolid em 1442 quando protestaram contra o poder absoluto, e quiseram intervir na derrogação ou modificação de leis, em situações limite. Desta conjugação entre Rei e Cortes é que os teorizadores julgavam sair a legislação o mais perfeita possível.

Em todo o absolutismo temperado, as Cortes se reuniram para "aprovar" e reconhecer as leis do governo, ou então para as criticar. Lembremo-nos, por exemplo, das Cortes de Madrid de 1587-88 e de 1593, que não concordando com o governo, condenaram a política belicista do Rei e a sua intolerância religiosa.⁽³⁾ Segundo conhecemos pelo estudo de Paulo Merêa o mesmo sucedeu em Portugal.⁽⁴⁾ No século XVII, as Cortes

(1) MAURIZIO COTTA, "Representação política" in NORBERTO BOBBIO, *Dicionário de Política*, Brasília, Editora Univ. de Brasília, 1991, pp. 1101-1107.

(2) JOSÉ ANTÓNIO MARAVAL, *Estado Moderno y Mentalidad social*, Tomo 1, p. 356.

(3) Veja-se também KEITH MICHAEL BAKER, *The political culture of the old regime*, pp. 469-492.

(4) Cfr. PAULO MERÊA, *O poder real e as cortes*.

reunem 14 vezes, sem contar as de 1619 e as contestadas de 1633, apesar da restauração pretender, de início, assentar a sua legitimidade na vontade do reino. As de 1641 são de uma importância fundamental: define-se a origem popular do poder, elaboram-se as leis fundamentais do reino e votam-se os recursos financeiros para sustentar a guerra.

Comparando um regime baseado no princípio da soberania régia com outro assente no princípio da soberania nacional, pode afirmar-se que as Cortes, embora existentes em ambas, são diferentes na sua representatividade. Nas primeiras, estavam representadas os três estados, e estes "deputados" exerciam um mandato imperativo. Nas segundas, a representatividade é alargada a "todos" os cidadãos, e, os seus deputados exercem um mandato livre.

A discussão em cortes da ideia da representação

Entre Agosto e Outubro de 1820 é discutida em Cortes a ideia de representação nacional. Os conservadores aproximam-se do modelo das antigas Cortes enquanto os liberais propõem que as cortes sejam uma verdadeira representação nacional. Os próprios jornais veiculavam esta ideia:

"Só uma representação nacional pode regular invariavelmente os primeiros destinos do povo e fixar para sempre a constância da sua felicidade: o cidadão indiferente neste grande objecto desconhece sua dignidade natural e sua importância civil; e todo o cidadão inimigo de uma constituição é justamente reputado um inimigo da humanidade".⁽⁵⁾

As Cortes são concebidas como uma assembleia parlamentar, assembleia eleita e cujos deputados representam a vontade da Nação, à

(5) GÊNIO CONSTITUCIONAL, nº 1, 2 de Outubro de 1820

semelhança de outras práticas constitucionais, consignadas na constituição francesa de 1791 e na espanhola de 1812.

Os deputados vintistas representam toda a Nação, e, a aprovação da sua constituição vinculará todos os elementos da Nação, e, como tal, o próprio Rei que deixará de ter o PODER soberano, para passar a ter o exercício do poder que lhe cabe de direito na constituição.

Refira-se a influência das ideias liberais europeias na elaboração da constituição. Os deputados representam a Nação, e, sem representação de cidadãos não há liberdade nem sistema constitucional. A representatividade política, típica do liberalismo, é defendido doutrinalmente pelos ingleses - de Locke a Burke - e pelos franceses - de Montesquieu e Sieyès a B. Constant -. Burke expressa claramente o significado da ideia de representação política ao afirmar que "o Parlamento não é um congresso de embaixadores de interesses diferentes e hostis, interesses que cada um tem de sustentar como representante e advogado contra outros representantes e advogados. O Parlamento é, sim, uma assembleia deliberativa de uma única nação, com um só interesse, o do todo, e que deve guiar-se não pelos interesses locais, mas pelo bem geral, resultado da razão geral do todo".⁽⁶⁾

As Cortes vintistas funcionam nestes moldes ao discutirem a elaboração da constituição: desde o Projecto de Bases até à aprovação da Constituição, todas as questões fundamentais são discutidas, defendidas, e, finalmente votadas. São estas votações que dão expressão à vontade da nação conhecida pelo voto dos seus representantes e expressa no texto constitucional.

Também Montesquieu conhecido pela teorização da divisão dos poderes, essencial à liberdade dos cidadãos, defende o princípio da soberania da Nação, e a necessidade da representação política. Esta deve

(6) BURKE, *Discurso aos eleitores de Bristol*, em 1777.

abranger todos os cidadãos, pois, são eles que devem decidir as leis que os hão-de reger. Diz Montesquieu que "como, num Estado livre, qualquer homem que se repute dotado de uma alma livre deve ser governado por si mesmo, o povo deveria ter em si mesmo o poder legislativo". Mas, como isso é impossível nos grandes Estados e oferece muitos inconvenientes nos pequenos, é preciso que o "povo faça pelos seus representantes tudo aquilo que não pode fazer por si próprio".⁽⁷⁾

Sieyès, por seu lado, chama a atenção para a necessidade da representação política numa assembleia constituinte em que os procuradores do povo encontram a vontade comum representativa.⁽⁸⁾ No fundo, é esta vontade comum que acaba por aprovar a constituição vintista, através do sistema representativo, em que a Nação confia a um conjunto de indivíduos o que ela em massa não poderia realizar.

As cortes vintistas concretizam, de facto, em Portugal, a ideia de um governo representativo da Nação, em que a soberania é nacional e não régia e, onde o poder reside potencialmente no povo. Dado que essa Nação é incapaz de exercer o poder, delega-o nos seus representantes que, por isso, são "soberanos".

As Cortes assumem essa "soberania" e exercem-na, segundo o princípio da separação dos poderes, subsistindo a monarquia, mas, enquanto constitucional ou representativa, isto é, enquanto mantém o governo de um só - o Rei - apenas porque lhe é dado o exercício de um poder soberano - o poder executivo. Saliente-se que no Projecto de Constituição se propunha um considerável alargamento do poder régio se tivermos em consideração o que depois foi aprovado. Dizia-se ali: "O Governo da Nação Portuguesa é a Monarquia Constitucional hereditária,

(7) MONTESQUIEU, ob. cit., p. 279.

(8) Cfr. SIEYES, *Qu'est-ce que le tiers état?*, pp. 27-93.

com leis fundamentais, que regulem o exercício dos quatro poderes políticos".⁽⁹⁾

Na discussão do artigo 29º do Projecto da Constituição, problematiza-se a separação dos poderes, de forma a que nenhum deles saia da sua esfera. Para que nenhum ultrapasse os seus limites é necessário que haja um poder isento, que o deputado Bastos, defende que seja o poder REAL.⁽¹⁰⁾ E porquê? Porque no seu entender que o poder real é neutro e intermediário, pois, o Rei não tem interesse em fomentar o desequilíbrio dos poderes, mas sim, em conservá-lo.

Neste sentido, ao Rei cabe, como a ninguém mais a função de zelar pelo bem da Nação vigiando o exercício dos três poderes políticos. Se o poder executivo sair da sua esfera o Rei deve demitir os ministros. Se é o poder legislativo que faz leis injustas, o Rei, através do veto, embora suspensivo, avisa a Nação daquela injustiça. Se o poder judicial abusa da vida e liberdade dos homens com um exercício demasiado rigoroso do seu poder, o Rei pode também intervir. O Rei seria assim, um elemento moderador com direito de se pronunciar sobre a vida da nação. Este poder Moderador seria um poder passivo e neutro, mas extremamente útil para arbitrar todos os outros. Teríamos, portanto o poder executivo subdividido em poder ministerial e em poder real.⁽¹¹⁾

"Eu quisera pois que nesta conformidade os poderes constitucionais se dividissem em legislativo, ministerial, judicial, administrativo e real: o primeiro residindo nas Cortes, o segundo nos Ministros, o terceiro nos juizes, o quarto nas juntas respectivas, e o quinto no Rei. Os quatro primeiros são activos, o último é neutro. Aquele devem concorrer todos por diversas veredas para o mesmo fim. Mas se eles se chocarem entre si, ou saírem das suas esferas, é necessário que haja uma força, que restabeleça a ordem. Esta não pode estar em algum deles, pois lhe poderia servir para esmagar os

(9) Projecto da Constituição, artigo 29º.

(10) BASTOS, D.C., t. II, p. 1873.

(11) Note-se a influência da teoria de Benjamin Constant na defesa desta posição.

outros. Deve estar num poder muito diferente, cuja influência apareça em toda a parte onde for necessária, como preservadora e reparadora, e nunca como hostil: um tal poder é o real. O Rei está em meio dos outros poderes como uma autoridade neutra, e intermediária, sem algum interesse, bem entendido em desarranjar o equilíbrio, tendo, ao contrário, o maior interesse em conservá-lo (...) O vício de quase todas as constituições consiste em não terem criado um poder neutro;⁽¹²⁾

Seja como for, e apesar da corrente de opinião encabeçada pelo deputado Bastos, a Constituição de 1822 apenas viria a considerar três poderes, "tirando" deste modo ao Rei, uma preeminência que alguns lhe queriam então dar e que o cartismo viria consagrar.

A Constituição vintista ao consagrar a Monarquia Constitucional Representativa, proclama, o princípio fundamental do liberalismo: a Soberania Nacional. E, tira deste princípio, as consequências mais radicais relativamente ao que poderia ser ainda considerado como resquícios de soberania régia. O triunfo da Soberania da Nação, torna como o mais legítimo fim do Governo, o princípio de Jeremias Bentham, consagrado na célebre máxima "a maior felicidade do maior número". A expressão constitui uma mensagem do próprio J. Bentham às Cortes Gerais da Nação Portuguesa, dirigida em carta ao seu deputado secretário, João baptista Felgueiras, de Londres, a 5 de Junho de 1821.

"Os Representantes da nação Portuguesa levados de uma magnanimidade totalmente desconhecida de outros corpos soberanos, julgaram conveniente identificar a tão alto grau as minhas obras com as suas opiniões, e a minha reputação com a sua glória (...) Pela adopção dos artigos 4º e 13º do Código constitucional de Espanha, seguindo a regra da acção, a qual no meio de todas as reclamações que se fazem pela reforma, vós tão sabiamente haveis abraçado, tendes já proclamado a maior felicidade do maior número como o único legítimo e seguro fim do Governo. Adoptando as obras, que haveis selado com a vossa aprovação, tendes posto fora de dúvida que esta máxima

(12) BASTOS, D. C., T. II, p. 1948.

não é no vosso conceito um vão simulacro levantado para mera ostentação, porém um principio eficiente, e decisivamente prático, o qual circulando por todos os canais, comunica o movimento a todas as fibras do corpo politico: uma regra á qual tudo deve obedecer, e que vos há-de dirigir inteiramente em todas as ocasiões, depois de haverdes observado em grande escala o curso que ele prescreve.⁽¹³⁾

Outra carta, dirigida às Cortes pelo jurisconsulto Bonnim, mostra a influência destes autores na formação das doutrinas vintistas. Bonnim autor da obra *Doutrina Social, ou princípios universais das leis, e relações de Povo a Povo*, enviada às Cortes, escreve-lhes felicitando-as pela independência relativamente ao domínio de Inglaterra. Bonnin proclama as ideias de liberdade e felicidade, adoptadas pelas cortes portuguesas, que viriam a ser concretizadas na e pela constituição.

"Portugueses. fazendo uma Constituição, ides fixar vossos destinos: nas vossas mãos está a vossa sorte: e de vós que vai depender a vossa salvação Os amigos da liberdade aplaudirão a vossa prudência em ter rejeitado na formação das leis, a instituição das duas câmaras: porque isto seria dar uma existência legal à aristocracia da nobreza: e em não admitir o veto absoluto: porque seria fazer imperativamente a vontade de um homem superior á vontade pública. Tendes porém que defender-vos de dois inimigos. que hão-de perder-vos, se não tiverdes a coragem de vos elevardes acima das preocupações servis, que até aqui tem feito toda a força dos Reis, e dado consistência ao arbitrário da monarquia: e se não tiverdes a prudência de enjeitar os serviços da punica Inglaterra.

Recebei, representantes, os votos que faz um francês, pela liberdade. e felicidade de Portugal.⁽¹⁴⁾

(13) Carta de JEREMIAS BENTHAM a João Baptista Felgueiras, secretário das cortes, publicado na *Gazeta de Lisboa*, nº 175, sessão de 13 de Setembro de 1821.

(14) Carta de BONNIN às Cortes de Portugal, in *Gazeta de Lisboa*, nº 175, 13 de Setembro de 1821.

A lei eleitoral, o eleitor, o deputado

Ao longo da história do pensamento político, incluindo Hobbes, o soberano absoluto foi entendido como o representante da Nação; o soberano era o responsável por vigiar e defender os interesses desta última. Com o advento da modernidade, a ideia de representação deixa de ser personalizada para passar a pertencer a uma assembleia eleita. O mecanismo que garante a efectividade da representação é o sistema eleitoral: são as eleições que vão traduzir quem representa a nação. O processo eleitoral tem que oferecer garantias de liberdade que dê a expressão verdadeira da vontade dos membros da Nação, de modo a que a representação política seja uma REPRESENTAÇÃO ELECTIVA.

Existe uma relação intrínseca entre representação e sistema político que "permite realizar a distinção entre regimes políticos representativos e regimes políticos não-representativos, e verificar, consequentemente, a validade do critério de discriminação entre o que é e o que não é representação".⁽¹⁵⁾ Na cultura ocidental, o que caracteriza a representação são as eleições. A representação é, assim "um processo de escolha dos governantes e de controle sobre a sua acção através de eleições competitivas".⁽¹⁶⁾

É importante referir a lei eleitoral, porque ela reforça a ideia de representação da Nação. É a lei que diz o que é a nação.

Não admira, pois, que os debates sobre ela tenham sido acesos e demorados nas Cortes vintistas. Foram particularmente debatidos, para além das questões relativas ao perfil do eleitor, as referentes à forma de eleição, à qualidade do escrutínio e ao critério da maioria. Em todas se confrontaram posições opostas. É de notar a firmeza com que a ala radical

(15) *Idem*, p. 1102.

(16) Vid. também, JORGE MIRANDA, "Representação Política" in *Enciclopédia Polis*, Vol V, p. 398.

defendeu o "voto para todos os cidadãos", contra quem pretendia um sem número de restrições. Por outro lado, tanto a eleição directa ou imediata como a eleição indirecta ou mediata, tiveram os seus adeptos. Quanto ao escrutínio, discutia-se se devia ser secreto ou público. Finalmente, punha-se a questão da pluralidade absoluta ou da pluralidade relativa dos votos para a escolha dos deputados.⁽¹⁷⁾

Na eleição dos deputados às cortes constituintes, seguiu-se, de início, o estabelecido nas primeiras instruções. Entretanto e na sequência dos acontecimentos conhecidos pela *martinhada*, veio a adoptar-se nessas eleições, o estabelecimento pela Constituição de Cádiz: os deputados eram nomeados pela assembleia paroquial, que escolhia os compromissários, estes últimos nomeariam os eleitores paroquiais que, por sua vez, constituíam as juntas eleitorais de comarca às quais competia a escolha dos eleitores de comarca; estes últimos formavam as juntas eleitorais de província que elegiam os deputados às cortes.

O segundo aspecto da lei eleitoral, prende-se com a qualidade do escrutínio, ou seja, o modo de exercício do direito de voto - público ou secreto -. Ficou determinado que seria por voto secreto. Este último garante melhor a liberdade, a expressão da vontade sem estar sujeita a manipulações ou pressões externas, e, por isso, é defendido pela maioria dos deputados. O voto secreto era o mais indicado para a votação, e relacionava-se com a forma das eleições directas. Era o tipo de voto escolhido, também, pela Constituição Espanhola e dos Estados Unidos da América, por Junius e por Bentham.

Por último, quanto ao critério de avaliação de resultados, contemplou-se a pluralidade relativa. Embora se dissesse que não traduzia a vontade geral, e pudesse dar origem a subornos, concordou-se ser a

(17) Cfr. ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO, *Cultura e Política - Manuel Borges Carneiro e o vintismo*, 2º volume, pp. 193-242.

maioria absoluta impossível de se conseguir, e, por isso, a única alternativa viável seria aquela.

Pode dizer-se que entre outras questões o direito de voto constitui o ponto primordial fundamental para a definição de representação política. De facto, só sabendo quem podia votar, é possível saber quem participa da representação. Ora, aprovar e, em 1821, reconhecer o direito de voto a todos os portugueses no exercício dos seus direitos de cidadão, com 25 anos, que residissem há seis meses no concelho onde se realizassem as eleições era muito inovador. Embora se introduzissem algumas excepções a este princípio geral, a lei eleitoral portuguesa é notavelmente avançada e, neste aspecto, diferente da lei de Espanha ou de França. Vota quem tem 25 anos e quem é cidadão português, o que é radical na época. O exercício da soberania da sociedade é muito alargada; quase toda a sociedade é levada a escolher os seus representantes - há uma representatividade muito alargada.

Quanto à elegibilidade, foram estabelecidas as condições pela negativa. Não podiam ser eleitos os cidadãos sem renda suficiente para a sua sustentação, os bispos nas respectivas dioceses, os magistrados nos distritos da própria jurisdição, os secretários e conselheiros de Estado, os empregados da Casa Real, e os estrangeiros embora com carta de cidadão. Os deputados eleitos, sendo considerados representantes da nação, e não do "circulo" que os elegeu, deveriam ser o mais independentes possível. Dai as restrições. Estamos perante uma representatividade universal e isenta.

Podemos concluir que enquanto no Antigo Regime o Rei representava o poder, com o vintismo o Rei deixa de representar o poder, embora continue a ser a Imagem do poder. Há, portanto, uma alteração na representação política, o que leva a que em si mesmo o poder executivo seja igual ao legislativo. Mas, de facto, o poder soberano é, por

excelência, o poder legislativo, que na Constituição vintista se pretende que seja o mais representativo possível. Dai a "universalidade" do voto aprovada. Daí, também, a expressão "o Rei reina mas não governa", do teórico do liberalismo Benjamim Constant, aplicável ao Rei constitucional do vintismo.

CAPÍTULO V

O REI E A LIBERDADE DA NAÇÃO

A essência da Monarquia

É comum definir a Monarquia como um sistema político que se centraliza numa só pessoa, a qual tem um conjunto de poderes que lhe permitem dirigir a *res publica*, e colocar-se acima de todos os governados. A Monarquia distingue-as de um Governo monocrático e da posse da totalidade dos poderes do Estado: um chefe de um Estado republicano de regime presidencial não é um monarca; por outro lado, pode haver monarquia desprovida da efectividade dos poderes do monarca - a Monarquia Constitucional.

A Monarquia é um regime, geralmente, hereditário. O monarca está no topo do estado desde o momento de sua elevação ao trono até à sua morte (ou abdicação); só uma verdadeira revolução pode destitui-lo do poder. Uma Monarquia constitucional é uma monarquia com prerrogativas. O Rei constitucional, reconhecido pelo Estado, torna-se, assim, um simples representante desse mesmo Estado, dando-lhe unidade e personalização, mas com funções cada vez mais reduzidas à medida que se passa de um sistema constitucional puro para um sistema constitucional parlamentar. E, nesta mudança de sistema, muda, também, o poder régio: "as funções de chefe do executivo e de órgão legislativo que ainda pertenciam à Monarquia foram, de facto, absorvidas in toto pela Câmara electiva, processando-se rapidamente um esvaziamento das prerrogativas que a Monarquia tinha reservado para si, em favor do chamado Governo parlamentar. Em suma, tornava-se essencial para a gestão do poder, o consenso do Parlamento, mais do que o do soberano, para quem ficava substancialmente e só uma função certificatória e

ratificadora das decisões tomadas em sede parlamentar e partidária".⁽¹⁾ Neste sistema monárquico-constitucional, são poucas as diferenças em relação a uma república, onde o chefe de Estado é eleito pela Nação. O monarca, chefe do executivo, está, de facto, nas mãos do poder legislativo pertencente às Cortes. É esta Câmara electiva que conduz os destinos da Nação, e, consequentemente, o poder do rei.

Para os vintistas as ideias de soberania e de liberdade estão associadas. O artigo 20º das Bases diz que "a soberania reside na Nação. Esta é livre e independente, e não pode ser património de ninguém".⁽²⁾ Na discussão deste artigo, fundamental para o nosso tema, estão supostas duas questões fundamentais. Como salientou Trigoso, na sessão de 21 de Fevereiro,⁽³⁾ o artigo contém duas partes: a primeira, a soberania reside na Nação, a segunda, a Nação é livre e independente, e não pode ser património de ninguém. Diz Trigoso, que este princípio - a soberania reside na Nação - não estará concebido com toda a clareza possível. Para ele, é claro que, na sua origem, a soberania reside na Nação. Para este deputado, a constituição da sociedade resulta de um acto de liberdade; por isso, também o povo deve escolher a forma de governo, e delegar numa ou mais pessoas, o exercício da soberania. Interroga-se, porém, sobre a possibilidade da Nação conservar a soberania ao escolher a melhor forma de governo quer este seja monárquico, democrático ou aristocrático, pois desta forma parece que a aliena. No entanto, é ponto assente entre os deputados, que, a Nação é a única com competência para fazer as leis constitucionais e fundamentais, o que significa que a consideram soberana. Distingue, várias formas de soberania: soberania

(1) Cfr. PAOLO COLLIVA, "Monarquia", in NORBERTO BOBBIO, *Dicionário de política*, p. 780.

(2) *Bases da Constituição*, artigo 20º.

(3) Veja-se a este propósito a discussão do artigo 18º do *Projecto das Bases*. *Diário das Cortes*, sessão de 21 de Fevereiro de 1821, Tomo I, p. 124 e seguintes.

ordinária, radical, habitual e actual. Sobre a soberania actual afirma: "a Nação parece que não a pode ter uma vez que delega os seus poderes".⁽⁴⁾

É evidente, por outro lado, que tanto a Constituição espanhola de 1812 como e, na sua sequência, a portuguesa, ao afirmar que a soberania reside essencialmente na nação, se referem à soberania radical e habitual, e não à actual. Esta seria delegada nos órgãos de soberania quando da constituição do governo e, por estes, seria exercida.

Também a Constituição Francesa proclama o princípio de que toda a soberania, reside na Nação e tem nela a sua origem. Assim, nenhum corpo social, nem nenhum indivíduo, pode exercer qualquer autoridade que não emane directamente da Nação.⁽⁵⁾

A soberania reside na Nação. Mas, a grande questão, é a de que a soberania delegou os seus poderes. Os radicais, afirmam, mesmo, que várias vezes a Nação chamou a si o exercício da soberania quando estavam em causa interesses públicos.⁽⁶⁾ Esta é a posição daqueles que continuam a defender o PODER RÉGIO, procurando demonstrar como ele se articula, indissoluvelmente, com o poder da Nação. Esta tese salienta como o poder do Rei não põe em causa a soberania da Nação, ou seja, a soberania régia, entendida enquanto apenas exercício de soberania articula-se, perfeitamente, com a soberania da Nação. Por isso, isso acontece, agora, na conjugação das

(4) TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, D.C., T. I, sessão de 21 de Fevereiro de 1821, p. 124.

(5) Saliente-se a posição conservadora do deputado TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, em contraposição com os radicais que, entendem que a antiga monarquia pura e absoluta deve mudar. Diz Trigoso:

"Não duvidava do principio geral de que a soberania reside em a Nação, mas então desejava... que se reconhecesse o principio de que a soberania reside em a Nação, e depois se tratasse das pessoas em que ela delegou os seus poderes; mas, depois que a Monarquia Constitucional é o Governo da Nação, que a sua Dinastia é a da serenissima Casa de Bragança, que o seu Rei actual é o senhor D. João VI, estabeleceu o principio de que a soberania reside em a Nação, parece dar a entender que, depois de feito um Monarca, a soberania actual reside na Nação D.C., V. I, p. 125.

(6) Refira-se, a titulo de exemplo, a aclamação de D. João I e D. João V. e o momento presente, quando as cortes e o rei se unem para elaborar a Constituição.

Cortes com o Rei, na medida em que, este último, não põe, de modo nenhum, em causa, a elaboração da Constituição: ambos aceitam um fim comum!

Por seu lado, os conservadores, nomeadamente Trigoso, consideram que a Monarquia Portuguesa foi, sempre, temperada: significa que a Nação depositou os seus poderes nas Cortes e no Rei. No entanto, alguns reis, no século XV, começaram a esboçar uma Monarquia PURA e ILIMITADA, ao transferirem os poderes, que a Nação delegou desde o início no Rei e Cortes, apenas para o REI, sendo este o único soberano, dando origem a um Governo absoluto e ao desuso das Cortes. Agora, em 1821, a Nação reassumiu a soberania.

Durante a discussão do artigo 18º do Projecto de Bases, Trigoso propõe a alteração do texto do artigo que ficaria assim: "a soberania reside originariamente na Nação, e esta Nação tem delegado os seus poderes no soberano actual, ou no Rei".⁽⁷⁾

Nesta matéria há uma coincidência de posições. Todos entendem que somente à Nação pertence fazer a sua constituição, porque só ela é soberana. A lei fundamental, será a expressão da vontade da nação, declarada pelos seus representantes em cortes.

"Somente à Nação pertence fazer a sua Constituição ou Lei fundamental, por meio de seus representantes legitimamente eleitos. Esta lei fundamental obrigará por ora somente aos Portugueses residentes nos reinos de Portugal e Algarves que estão legalmente representados nas presentes Cortes. Quanto aos que residem nas outras três partes do Mundo, ela se lhes tornará comum, logo que pelos seus representantes declarem ser esta a sua vontade".⁽⁸⁾

O que está em discussão é a alteração ou não do artº 18º, que no entender de Trigoso deve ser mudado, porque, é indiscutível que a soberania reside originariamente na Nação. Mas, no artº 18º do Projecto de Bases, a

(7) TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, D C., T. 1, 21 de Fevereiro, p. 125.

(8) *Bases da Constituição*, artº 21º.

Nação já não tinha a soberania actual, e o artigo não explica que a Nação não tem a soberania actual porque a legou. Embora originariamente a Nação tivesse a soberania actual, delegou-a sempre. A actual só existia antes da constituição do monarca; depois passa a ter a soberania habitual. A Nação delegou no Rei e nas Cortes o poder soberano: ambos têm um poder delegado pela Nação, que perdeu, assim, a soberania actual e ficou com a habitual. Por isso, segundo Trigo, é necessário acrescentar qualquer coisa, que viria a ser o advérbio "essencialmente".⁽⁹⁾

A este propósito, o deputado Brandão disse o seguinte:

"É evidente que no estado anterior ao estabelecimento do Governo, a soberania reside em toda a Nação, porque neste estado ainda ela não transferiu os poderes; mas parece que no artigo 18º se não considera a Nação neste estado, mas num estado subsequente ao estabelecimento do Governo, pois que nos artigos 17º e 16º se diz qual é o Governo que é a Monarquia Constitucional; qual é a Dinastia reinante, e qual é o Rei da Nação Portuguesa. Neste estado não tem a Nação a soberania, que tinha antes de constituir o Governo para que transferiu os poderes constitutivos da soberania. Ficou porém com o direito essencial de reassumir estes mesmos poderes quando lhe forem necessários; e, este direito, que a autoriza para entrar na soberania, constitui uma soberania, a que os juris-consultos do século XVII chamam habitual, a qual reside sempre em a Nação".⁽¹⁰⁾

Não há confronto nesta questão. A origem da soberania, tanto numa Monarquia pura como temperada, está sempre na Nação. O poder da Nação foi sempre delegado pela Nação. Constituído o governo, a Nação está submetida ao exercício do poder do Rei e das Cortes. Estes, têm ambos poderes delegados. Por isso, o poder do rei enquanto delegado, ou seja quanto à origem, é igual ao das cortes. Nenhum tem o poder por Direito Próprio mas por delegação. Apenas a Nação tem a soberania por direito

(9) Artº 20º das *Bases*: "A soberania reside essencialmente na Nação. Esta é livre e independente, e não pode ser património de ninguém".

(10) BRANDÃO, D.C., T. 1, p. 125.

próprio. Esta transmitiu o poder actual e ficou com o habitual que poderá reassumir em posições extremas.

O princípio fundamental da soberania da Nação, tão proclamado pelos deputados vintistas, segue, na sua essência, o pensamento de MIRABEAU, que expressa na sua célebre máxima que "la nation est le tout, et tout".⁽¹¹⁾

Acima do Poder Régio, está o poder da Nação: a assembleia é soberana. A Nação é o TODO E TUDO. E, nesta perspectiva, só é possível dar ao Rei um veto suspensivo, pois, quem faz a lei é a vontade geral da Nação que o Rei não pode recusar. O poder régio limita-se a vetar uma lei, mas sem carácter absoluto, pois, o Rei não pode recusar, em última instância, o seu consentimento aos actos do Poder Legislativo.

Mirabeau propõe a actuação dos dois poderes em conjunto. Em casos de paz ou de guerra e em actos de soberania o Rei não deve ter o exercício deste poder de decretar uma ou outra situação. Mas este direito também não deve pertencer exclusivamente ao corpo legislativo. O corpo executivo notifica o estado de guerra e faz conhecer as causas. O corpo legislativo examina a situação, decide da necessidade de guerra, pede ao Rei que negocie a paz. Os poderes são distintos, mas actuam em sintonia só assim, o interesse nacional estará conservado. Este interesse nacional é representado pela assembleia nacional. A base de toda a constituição é esse princípio da representação nacional.

Na discussão do projecto de Bases, Borges Carneiro, salienta a forma de exercício da soberania, defendendo que uma parte reside nas cortes, outra, no poder executivo, e, uma última, no poder judicial. A separação dos poderes é uma teoria indiscutível para os liberais: "Estes poderes nunca podem estar numa só pessoa, estão repartidos; a potência está na Nação, o

(11) MIRABEAU, *Discours et opinions de Mirabeau*, Paris, p. 340

exercício nas diferentes autoridades".⁽¹²⁾ De facto, a questão da separação dos poderes não provoca confronto nos debates das cortes: todos a assumem como um princípio indiscutível, mesmo os mais conservadores, pois, a sua própria intervenção nas cortes é uma prova da aceitação do novo sistema constitucional. O que interessa é pensar como se articulam os diferentes poderes, partindo da premissa de que a soberania está na Nação, e não, como no regime absoluto, no Rei, que agora recebe da Nação o seu poder régio. Há uma total transferência de planos políticos - poder régio vs. poder nacional. No sistema monárquico-constitucional, o poder régio passa de poder único, superior e absoluto a poder delegado e delegado pela Nação.

Assim, o poder soberano está, agora, na Nação. Mas, e esta é a maior curiosidade na nova ideia de soberania, nascente com o vintismo, a soberania da Nação não é absoluta no seu exercício. A Nação ao delegar o exercício da soberania aos diversos poderes políticos, transfere a sua soberania originária que tinha antes de constituir o Governo. Ao constitui-lo, transferiu para este último os poderes constitutivos da soberania: pode dizer-se que a Nação sofreu, neste acto, uma transferência da sua soberania; mas, como a soberania habitual reside sempre na Nação, esta, mantém, sempre, a possibilidade de recuperar todo o exercício da soberania. Daí que, o poder pertença sempre à Nação, que a pode sempre reassumir.

A separação dos poderes, acto de vontade da Nação, está contemplada, desde logo, no projecto das bases, artigo 21º:

"Guardar-se-á na Constituição uma bem determinada divisão dos três poderes, Legislativo, Executivo, e Judiciário. O Legislativo reside nas Cortes, com a dependência da sanção do Rei, o qual nunca terá um voto absoluto. O Executivo está no Rei e seus Ministros, que o exercem debaixo da autoridade do mesmo Rei. O Judiciário está nos

(12) BORGES CARNEIRO, *Diário das Cortes*, sessão de 21 de Fevereiro, Vol. I, p. 125
Sublinhados nossos

Juizes. Cada um destes poderes será respectivamente exercido de modo, que nenhum se possa arrogar as atribuições do outro".⁽¹³⁾

Este artigo refere-se ao exercício do poder, distinguindo-se dos anteriores que tratam do poder em si mesmo - poder da Nação -. O deputado Brandão adopta uma atitude singular ao designar os três poderes em conjunto como o "SUMO PODER", constituindo, este último, na prática, a soberania. O poder da Nação tendo como essência essa soberania, só ganha sentido se considerado para esse sumo poder. E, se, originariamente, a soberania actual residia na Nação, a soberania expressa no artigo 18º do projecto de Bases, é a soberania habitual. É importante, salientar essa soberania originária da Nação, já que ela é o fundamento do sistema constitucional, com o advento da ideia de representação: as cortes representam essa soberania originária da Nação. É esta aliás, a ideia de soberania da Constituição Francesa, ideia seguida pelas nossas cortes, ao defenderem que a Nação tendo originariamente a soberania, pode também ela, chamar a si essa soberania, mudando a forma do governo (é o reassumir da soberania originária que, já atrás, abordámos). O que importa é ter presente que o PRINCÍPIO e a ORIGEM da soberania reside na Nação, ideia que justificou a alteração do artigo 18º do Projecto de Bases, acrescentando o advérbio essencialmente: "A soberania reside essencialmente na Nação".

O problema que surge ao pensar-se na soberania e seu exercício, é o de que, a separação dos poderes, que constituem a actualização da soberania, não deixa de relacionar-se com a fonte dessa separação: as cortes constituintes. Estas, por sua vez, representam a Nação. Assim, o exercício da soberania, embora dividido em partes de soberania, tem, no entanto, um pólo aglutinador, e, diríamos mesmo, dominador, já que, são as Cortes - titulares do poder constitutivo - que determinam o peso do próprio poder régio.

(13) *Projecto de Bases*, artº 21º.

O deputado Carmelo Fortes leva mesmo ao extremo esta posição do papel preponderante das cortes na vida política da Nação, considerando que a Nação, reunida em cortes é a soberania com todas as partes.⁽¹⁴⁾ Esta posição mostra o papel específico das cortes extraordinárias que, ao terem como finalidade a edificação de um novo sistema político, têm, por isso, uma natureza especial: "Estas cortes, extraordinárias, são de outra natureza; além de remediar os abusos, são também para fundar o edifício político, e fazer uma Constituição que dure até à consumação dos séculos se possível fosse".⁽¹⁵⁾

A natureza especial das primeiras cortes liberais justificam a supremacia das Cortes em relação aos outros órgãos de poder. É a Nação, representada pelas Cortes, que irá definir o ritmo que pautará o andamento das diversas instituições políticas, e o tipo de relações institucionais e dependência recíprocas.

Os Fundamentos das bases da Constituição: a Liberdade, a Felicidade, a Segurança e a Propriedade

Na sessão de 12 de Fevereiro de 1821, o deputado Pereira do Carmo, advogou a tese de que as bases da Constituição, em discussão são inspiradas no antigo Direito Público, agora reutilizado como fonte. Note-se a preocupação, sempre presente, em mostrar que a obra que se estava a edificar, não era um corte com o passado histórico, mas, pelo contrário, a regeneração de um passado que desaparecera com a monarquia absoluta. No parecer das cortes, o absolutismo e os seus ministros despóticos, haviam posto em desuso a fonte fundamental da vida em sociedade. Com uma vida de

(14) CARMELO FORTES, *Diário das Cortes*, sessão de 21 de Fevereiro, p. 126

(15) BORGES CARNEIRO, *ibidem*. Sublinhados nossos

felicidade, e para contrariar as teorias dos modernos, os quais deixaram de pensar no bem comum da Nação, sacrificando o povo para lisongear até às últimas consequências a figura do Rei. Com o vintismo, o regresso ao antigo Direito Público, é expresso na proclamação da soberania da Nação, enunciada pelo artigo 18º das Bases da Constituição. Sendo assim, o liberalismo vintista, apenas vem recuperar a história da Nação Portuguesa, como acontecera nas Cortes de Lamego com a defesa da soberania da Nação, com a aclamação de D. João I em Coimbra, e com a preocupação de escutar a Nação em todas as Cortes de 1668, 1679 e 1697.

O que os deputados pretendem nesta discussão do princípio fundamental da soberania da Nação, é mostrar que, ao longo de toda a história de Portugal, excepto no tempo em que o absolutismo foi levado às últimas consequências, sempre houve a preocupação de ouvir os interesses da Nação e conjugá-los com o governo monárquico. A Monarquia absoluta estava de tal forma desvirtuada que ignorara a Nação, e, convertera-se num despotismo exarcebado. A figura do Rei para estes considerado como Todopoderosa, não dando qualquer participação no poder ao povo.

Assim, o vintismo assumiu como característica fundamental da sua doutrina, a regeneração entre o passado e o presente, ideia lapidar da discussão das Bases da Constituição. Como foi dito, os princípios fundamentais das bases, na tese dos deputados, foram retirados do antigo direito público, onde se proclamava o princípio fundamental da soberania da Nação: só à Nação compete modificar as Leis Fundamentais do Estado, fundamentado no exemplo seguido em toda a tradição histórica, e, portanto, o peso desse passado, converte o princípio de soberania da Nação, na expressão do deputado Pereira do Carmo, num "princípio do nosso evangelho político",⁽¹⁶⁾ na medida em que vigora há seiscentos anos. E, bem convictos

(16) PEREIRA DO CARMO, *Diário das Cortes*, Sessão de 12 de Fevereiro de 1821, Tomo I, p. 79.

da necessidade de edificar uma constituição que salve a pátria dos males que a apoquentam, os liberais, com a Revolução, pretendem reassumir os antigos Direitos, enquanto vozes da Nação, com a proclamação da soberania da Nação, imprescindível à liberdade, motor das bases propostas à discussão pela Comissão às Cortes Constituintes. Na discussão das Bases, o deputado Castello Branco, membro da Comissão, evoca os valores fundamentais da vida - a LIBERDADE, a FELICIDADE, a SEGURANÇA e a PROPRIEDADE. A Constituição deve preservar estes valores, de forma a defender os Direitos Fundamentais do Homem e o Bem Comum da Nação.

Na sociedade portuguesa estão teoricamente em confronto duas ideias fundamentais - Soberania da Nação versus Soberania do Rei que são defendidos por dois grandes grupos (não propriamente "partidos"): o grupo liberal com a ideia da soberania da Nação, e, o grupo anti-liberal com a ideia da continuidade da soberania do Rei. Enquanto para uns a soberania do Rei se fundamenta num poder que lhe advém directamente de Deus - ideia absurda para Pereira do Carmo -, a soberania da Nação fundamenta-se, segundo os liberais, radicais ou moderados no "evangelho político" da história de Portugal, agora reassumido, porque, imprescindível à LIBERDADE - ideia fundamental e motor da Revolução de 1820.

Por fim, a discussão das Bases pondo em evidência o princípio da soberania da nação, fundamenta-se na ideia do PACTO SOCIAL, garantia da LIBERDADE, SEGURANÇA e PROPRIEDADE, agora concretizada na edificação de uma Constituição, cujas Bases têm como ideias principais, o valor da FELICIDADE, os Direitos fundamentais do Homem e o Bem Comum da Nação.

A concepção de poder trazida pelo vintismo fundamenta-se na ideia de liberdade condenando o princípio da autoridade própria do absolutismo.⁽¹⁷⁾ E esta liberdade é consagrada na Constituição:

"a liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exacta observância das leis".⁽¹⁸⁾

O artigo 1º proclamara as ideias de liberdade, segurança e propriedade:

"A constituição política da nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança e propriedade de todos os Portugueses".⁽¹⁹⁾

Ideia que triunfa em parte devido à "crise da consciência europeia", de que fala Paul Hazard. Crise, também, política e que provoca o aparecimento de alternativas, tais como a proposta de Voltaire, sobre a liberdade de consciência e a tolerância, a tese da separação dos poderes de Montesquieu, a ideia de soberania nacional e pacto social de Rousseau, a defesa da liberdade individual por Locke, entre muitas outras respostas para a crise que se fazia sentir.

A nível política, deve salientar-se os princípios fundamentais, LIBERDADE, IGUALDADE e PROPRIEDADE. John Locke, em 1690, na obra, Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil, propõe como regime político o regime representativo, e uma soberania limitada pela liberdade individual. Refira-se, também, Jeremias Bentham, no século XIX, com a Táctica das assembleias legislativas, Royer-Collard com a teoria do juste-milieu, Benjamim Constant na obra Princípios de Política e

(17) Esta ideia é inspirada na mesma ideia do liberalismo aristocrático de Montesquieu, no liberalismo económico dos fisiocratas e no utilitarismo político de Voltaire, Diderot, Locke, Bentham, Smith, entre outros.

(18) *Constituição*, artº 2º.

(19) *Constituição*, artº 1º.

Curso de política constitucional, Guizot no Governo representativo, Tocqueville na obra O antigo regime e a revolução, e Stuart Mill com o Ensaio sobre a liberdade, liberdade social.⁽²⁰⁾

O liberalismo político irá definir-se pela formação de uma democracia parlamentar, que, em Portugal dará os primeiros passos no vintismo, e seguirá os teóricos europeus atrás citados. Os discursos dos deputados e as ideias que apregoam são veiculadas pela imprensa periódica e panfletária, contribuindo para a sua divulgação cite-se, a título de exemplo, a notícia dada pelo jornal Português Constitucional:

"A Aurora da Liberdade, que com o ano de 1820 começou a reinar nos faustos horizontes da Espanha, chegou enfim a esclarecer os céus da nossa querida Pátria! (...) Portugal, por um daqueles seus briosos arrojos em que já em outros casos difíceis tem sido o assombro das Nações, está hoje outra vez em plena marcha pela estrada da glória, arvorando o Estandarte da Liberdade e derrubando as góticas edificações do Despotismo".⁽²¹⁾

A Restauração da Liberdade da Nação

Num discurso agora centrado no antigo Direito Público, é notória a habilidade política dos deputados que, antes proclamavam o regresso ao "passado", fonte de felicidade, para agora, abandonarem essas antigas leis, perfeitas para justificarem o movimento de 1820, tendo como razão de ser a continuidade com esse passado glorioso, abalado com o governo despótico, mas, imperfeitas para edificarem o novo sistema constitucional. Veja-se como uma mesma fonte - o antigo direito público - é, simultâneamente, assumida como continuidade e como ruptura. Continuidade

(20) Veja-se ISABEL NOBRE VARGUES, "Ideologias e práticas políticas", in JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993

(21) *Português Constitucional*, 22 de setembro de 1820.

para dar credibilidade à Revolução, e, ruptura, agora, que, o sistema Monárquico-constitucional não se coaduna com a "antiga constituição".

"Mas seria em vão que se trabalharia por pôr em toda a evidência os direitos do pacto social ... uma vez que se não emendassem os defeitos da nossa antiga Constituição. Nossos maiores ou por demasiada sinceridade, ou por excessiva confiança nas brilhantes qualidades dos nossos antigos Reis, não acautelaram o abuso que um dia poderiam vir a fazer do Poder".(22)

Agora, a mudança de posição de continuidade com o passado, é justificada por razões de falibilidade dos homens que, nem sempre, souberam encontrar os meios de equilíbrio do poder, e, por isso, a ruptura com o passado é, agora, assumida como uma necessidade de reparar os erros que os próprios não souberam avaliar, e que, as Cortes, com a distância crítica que permite avaliar e melhorar as antigas leis, querem modificar. Justificam, assim, a ruptura com o passado, pela falta de equilíbrio do poder, em que o poder político, com autoridade de fazer as leis e impôr os tributos, servia o interesse das classes e não a vontade geral da nação. Esse congresso sofria de imparcialidade por não ser regulado na sua convocação e dissolução, e, por isso, não servia para manter o equilíbrio entre o poder legislativo - que lhe competia - e o poder executivo - confiado ao Rei.

Por outro lado, outra vertente da ruptura prende-se com a influência das Cortes na vida política do passado. A sua existência carecia de consistência, já que, o seu funcionamento era tão circunstancial que se tornava precário: as Cortes só influenciavam o poder político em determinadas circunstâncias, e, o seu poder, tão pouco definido, acabava por se resumir, na possibilidade de fazer súplicas. Poder que se foi esvaziando, pouco a pouco, até se transferir, na totalidade, para o Rei, reunindo este em si

(22) PEREIRA DO CARMO, *Diário das Cortes*, Tomo I, p. 81.

mesmo todos os poderes, origem de um governo sem equilíbrio de poderes dando origem ao abismo de 1820.

A ruptura assumida pelas Cortes vintistas fundamenta-se na ideia de LIBERDADE. O objectivo dos liberais é restabelecer a LIBERDADE DA NAÇÃO, uma liberdade com raízes intemporais, e, por isso, a Comissão, encarregada de fazer e propôr a discussão das Bases da Constituição, encontra na SEPARAÇÃO e INDEPENDÊNCIA DOS TRÊS PODERES, a forma de restaurar a Liberdade. A ideia de liberdade é a ideia fundamental a concretizar pelo vintismo, e esta ideia exige a separação e a independência dos três poderes, e estabelecer com eles o equilíbrio necessário, medida indispensável à restauração da liberdade.

CAPÍTULO VI

A SUBMISSÃO DO PODER RÉGIO AO PODER DA NAÇÃO

Os limites do poder régio

Em toda a discussão das Bases é central a ideia de que o poder régio está submetido ao poder da nação. É esta ideia fundamental que procuraremos demonstrar em seguida. É uma ideia própria da nova mentalidade nascente, que procura, agora, elaborar a "melhor e mais liberal Constituição que possa haver no Mundo"⁽¹⁾, seguindo, passo a passo, as pisadas dos liberais mais radicais, para se conseguir ser e viver como eles.⁽²⁾ Assim, quando o poder régio se define através do poder que a Nação lhe atribui, perde o seu tradicional atributo, mantendo, no entanto, o prestígio da tradição. Encara-se a pessoa do Rei a dois níveis distintos:

- a) figura de Rei;
- b) o poder do Rei.

Problematizando todas as discussões das cortes vintistas, chegamos a uma interrogação fundamental: na prática, não ficará o poder régio resumido, de facto, ao exercício da soberania enquanto poder executivo, mas apenas nas Relações Externas? A nível interno, não há dúvida que, politicamente, o Rei está, também, à frente do executivo. Mas, a nível de poder, de facto, assiste-se à supremacia da soberania nacional. Quem tem a autoridade máxima é a Nação; o Rei tem uma certa autoridade ao exercer uma parte da soberania. No entanto, a Nação detém um

(1) GYRÃO, D. C., Sessão de 22 de Fevereiro, Tomo I, p. 133; Cfr. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS - Documentos para a história das cortes gerais, p. 83

(2) Saliente-se o liberalismo americano.

PODER: o Poder soberano. E, a soberania é UNA, embora no seu exercício se distingam três áreas em equilíbrio, uma das quais pertence ao Rei. Como já se referiu, a soberania, sendo una, encontra-se na Nação; o Rei como titular da soberania desaparece, passando essa titularidade para a Nação - em que reside essencialmente; Passa-se, assim, de uma SOBERANIA PERSONALIZADA (pessoa do Rei) para uma SOBERANIA ABSTRACTA (na Nação). O Rei deixa de ser a face do poder. Tem apenas que garantir que as leis são executadas. Os vintistas, num exercício de retórica, assumem uma "continuidade" com o antigo direito público. Embora não assumindo claramente a ruptura, chamam-se a si mesmos de regeneradores e justificam a legitimidade da ruptura recorrendo a discursos historicistas! De facto, nada é igual ao passado: as CORTES, o REI e a CONSTITUIÇÃO. Contudo, paradoxalmente, os vintistas não legitimam a mudança com a apresentação de doutrinas revolucionárias, mas, com a HISTÓRIA; Servem-se de um argumento histórico para defenderem um princípio não histórico. Manipulam a história para mascarar a sua proposta jusnaturalista que não tem nada a ver com a história.

O poder régio, é, sem dúvida, esvaziado, mas, paralelamente, dão à FIGURA DO REI o tradicional prestígio, que, sempre lhe deu a história, e afinal, o não dão à monarquia electiva que não tem qualquer cabimento no sistema liberal enquanto figura política. Pela primeira vez, o Rei é distinguido enquanto imagem social e enquanto figura: o rei tem prestígio social mas não tem preeminência política. Politicamente, o Poder só está na Nação, a qual, por sua vontade, atribui o excesso de cada um dos poderes soberanos aos vários órgãos de soberania. Um deles é o Rei; o outro as Cortes; e o último os tribunais, como se sabe. Existe, no entanto, uma ambiguidade nesta divisão, tal como foi enunciada pelo vintismo. Se é verdade que as Cortes, enquanto órgão de soberania, são

teoricamente equiparadas ao rei, na prática elas e só elas, exercem o poder soberano por excelência que é o poder legislativo. Pretende-se, afinal, um equilíbrio de poderes qualitativamente diferentes, sem conceder a cada um as "compensações" que lhe seriam devidas. Deste modo, ao Rei, como chefe do executivo e apenas com intervenção no processo legislativo, é-lhe dado um poder quase nulo, para não dizer que ao Rei nada é dado ...

Ora, nas Cortes vintistas, não foi possível definir com clareza o lugar político do Rei, com os deputados receosos tanto do perigo do poder tradicional, como do perigo de ausência de poder revolucionário. E assim, por exemplo, na discussão das Bases da Constituição, foi considerado sinal de pouco liberalismo o facto de algumas leis dependerem da sanção do Rei, embora ela fosse relativa, já que, desde início, os ideais liberais não eram conciliáveis com a ideia de uma sanção absoluta do Rei. Mas, por outro lado, outros liberais, como, Pinheiro de Azevedo, propõe uma forma de poder legislativo mais liberal do que a das Bases. E, ser mais liberal, significava para este deputado ser melhor, ou seja:

- 1 - Dar boas leis;
- 2 - Só as necessárias;
- 3 - Dar segurança;
- 4 - Assegurar a LIBERDADE.

Para Pinheiro de Azevedo, as Bases não propunham uma forma conveniente do exercício do poder legislativo porque, nem dava segurança necessária nem a possibilidade de fazer as melhores leis. segundo julgava, a segurança que caracteriza a liberdade não estava contemplada nas bases, pois, o artº 21º, admite a possibilidade do despotismo. Por seu lado, o veto, mesmo limitado, não travava os

eventuais abusos de poder, pois, iria depender do Rei em causa: se fosse amado pelo povo, ao vetar iria contra a acção da Assembleia Legislativa; se não fosse popular, teria medo e aprovaria todos os projectos. O Projecto de Bases tal como estava, podia permitir a aprovação de interesses particulares e um certo despotismo, que só seria evitado se toda a nação já tivesse costumes bons, amor da justiça, instrução, sabedoria e zelo pelo Bem Público. Não sendo este o uso, só o Conselho de Estado e as Cortes poderiam garantir a liberdade.

Em posição contrária está Camelo Fortes, ao considerar que o poder legislativo já prepondera sobre o executivo. Salaria o perigo das CORTES tomarem decisões precipitadas, e, os representantes da nação, quererem legislar sobre tudo, graças ao seu poder "ilimitado". Este poder dado ao legislativo é, afinal, contra a própria liberdade política, já que, ao poder executivo apenas cabe executar a lei. Propõe o estabelecimento de um corpo intermédio que impeça o poder legislativo de ser despótico.⁽³⁾

Os mais radicais, julgam que o Rei continua a ter demasiadas funções, e funções tão importantes como por exemplo, dispôr dos dinheiros públicos e das relações públicas da Nação com as Nações estrangeiras. Paralelamente, o poder legislativo só pode legislar, e, mesmo assim, pela existência do veto dado ao Rei, as Cortes acabam por ficar dependentes dele, ou seja, com demasiadas barreiras, que seriam acrescidas se se votasse a existência de duas câmaras. Elas seriam contrárias à liberdade da Nação; provocariam a rivalidade e a desunião; facilitariam a arbitrariedade se uma delas funcionasse como um contrapoder a favor do poder régio. Mesmo o Conselho de Estado, daria ao Rei uma excessiva acumulação de funções: a acumulação do veto com a intervenção na legislação daria ao Rei uma influência demasiado forte

(3) Vejam-se estas posições políticas sobre dar maior ou menor poder ao poder legislativo na Sessão de 22 de Fevereiro, D. C., Tomo I, pp. 133 e seguintes

nas Cortes, e essa influência no poder legislativo anularia a liberdade.

Pelo contrário, os mais conservadores criticavam a existência de uma só câmara prevista no artigo 21º das bases. O Rei, para esses, tinha poderes muito limitados: não pode impedir uma lei injusta, com o veto suspensivo, e não tem a iniciativa de fazer leis (cfr. artº 23º das Bases); O Rei acaba por ser um mandatário das Cortes e do Poder Legislativo, tendo como única arma a força de uma revolução, situação limite numa Nação. O Poder régio só existiria, de facto, com o estabelecimento de uma segunda câmara e com a concessão ao Rei do veto absoluto.

Podemos concluir, que a mentalidade dos liberais é uma mentalidade inovadora e precursora de mudanças rápidas. Os seus objectivos regeneradores não se coadunam com meios que façam perder tempo! E, se alguma razão houvesse para estabelecer uma 2ª Câmara, seria a de evitar leis desnecessárias. Mas, esta intenção é totalmente inútil num tempo em que não está em causa o excesso de leis, mas pelo contrário, a falta de leis elementares que não dão oportunidade a discussões inúteis: o país precisa tanto de leis e de reformas que as Cortes não terão tempo para inutilidades. O mesmo se diga do veto absoluto, que, nestas circunstâncias seria absurdo, pelas mesmas razões. Este daria ao Rei a capacidade de anular as decisões das Cortes, que, entretanto, haviam discutido e aprovado leis consideradas boas e justas. Essa discussão nas Cortes, compostas por muitos elementos, é já uma garantia da não passagem arbitrária de leis injustas. Mesmo o veto suspensivo deveria ser restrito e aplicável em casos bem determinados, numa altura em que a Nação passa do despotismo para a liberdade.

"Concluo portanto que o veto mesmo suspensivo, que tiver lugar na Constituição, deverá ser muito restrito, e só aplicável em casos determinados, antes da formação dos Códigos: decretados os quais poderá, e deverá então

ser dada maior ampliação ao veto, ou ser estabelecido qualquer outro embaraço à produção imoderada de novas leis, as quais depois de promulgados os Códigos eu contemplo como perniciosas" (4)

Refira-se a posição de Pereira do Carmo quando diz que "a Nação é uma, e, por analogia a REPRESENTAÇÃO NACIONAL deve ser uma".(5) O seu discurso é inovador quando afirma que o despotismo anda aliado à perpetuidade do cargo, sendo, por isso, de recear dar ao poder régio mais poder, enquanto, a câmara legislativa tem apenas a duração de três meses e se renova de dois ou três em três anos. Dar ao Rei a possibilidade de anular uma lei com o veto absoluto - seria uma monstruosidade política, que serviria, apenas, para embaraçar a acção do poder legislativo, e a regeneração da Nação. O Rei já tem, nas bases, a possibilidade de participar, de alguma forma, no poder legislativo, e, essa intervenção, serve, principalmente, para melhor executar as leis, ao conhecê-las melhor.

No fundo, o que está em causa é a discussão da forma de ser do governo representativo. Todas as Constituições têm um aspecto fundamental: os governos são representativos e, por conseguinte, têm uma separação dos poderes políticos, com regras fixas que os regulam. No que diferem é na maior ou menor autoridade do Rei, e, no estabelecimento ou não de uma segunda câmara. Todos os vintistas são unânimes em querer evitar o despotismo. No entanto, enquanto os radicais tentam a todo o custo evitar o despotismo régio, os conservadores temem aquilo que, de facto, embora de uma forma subtil, está a ser insinuado: é uma incongruência dos radicais manterem a figura do Rei, quando, o edifício constitucional conduz eventualmente ao despotismo das Cortes. O soberano não tem qualquer poder determinante na vida da nação, e, por

(4) XAVIER MONTEIRO, *Diário das Cortes*, Sessão de 22 de Fevereiro, p. 137.

(5) PEREIRA DO CARMO, *Diário das Cortes*, Sessão de 23 de Fevereiro, p. 140.

isso, não lhe sobra sequer a possibilidade de abusar do seu poder. O Poder régio é de tal maneira reduzido na prática política, que efectivamente, a dignidade do Rei está perdida. Perdida a favor das Cortes que são a emanação da vontade da Nação, e são elas que conhecem os interesses dos cidadãos, e, por isso, legislam em função da vontade geral dos cidadãos. A lei, numa nação, como expressão dessa vontade, deve ser feita pelos seus representantes.⁽⁶⁾ E, o Rei não é mais conhecedor da Nação do que as Cortes que a representam. Daí, a justificação para a submissão do Poder régio ao Poder das Cortes.

"Os Povos não são feitos para o Rei. os Reis são feitos para os Povos. O Rei que é bom Rei não pode querer outra coisa, senão a felicidade dos seus povos. E nessa circunstância o Rei não precisa de veto, porque ele não deve proibir o que é para a felicidade dos povos. Se ele impede esta vontade do seu povo, então não é Rei, é o inimigo da Nação. Assim eu me oponho ao veto absoluto, e não quereria nenhum VETO, se não fosse por contentar essas consciências que são ou fingem ser escrupulosas. O que é justo, e a Nação quer, o Rei tem obrigação de o querer, porque o Rei deve querer a vontade e a felicidade da Nação, senão não é Rei Constitucional!"⁽⁷⁾

Veja-se mais uma vez a supremacia da princípio da soberania da Nação sobre o anterior princípio da soberania régia: há uma absoluta substituição de uma pela outra em todos os seus aspectos; o Rei, agora, está submisso à Nação, e, por isso, deve escutar e seguir a vontade da nação, como é próprio de um Rei constitucional.

A Monarquia, constitucional, é um novo regime, intermédio entre a Monarquia Absoluta e a Democracia. Por isso, têm razão de ser as posições que temem o excesso de poder das cortes, vendo nele, uma

(6) Este assunto prende-se com a questão de uma verdadeira representação nacional, ou seja, os critérios eleitorais. As eleições devem eleger deputados que representem, efectivamente, a vontade geral da Nação. Assim, um bom sistema eleitoral equivale a uma boa representação da nação.

(7) MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHO, Sessão de 23 de Fevereiro, D. C., Tomo I, p. 145. Sublinhados nossos.

contradição com a essência de uma Monarquia. Enquanto o poder legislativo tem a sua força na faculdade de legislar, o poder régio fica sem uma força paralela - por exemplo, o veto absoluto - que, o torna, por isso, mais fraco, e essa fragilidade coloca-o numa posição de subordinação em relação ao poder das Cortes.

Assim, o poder régio embora exista teoricamente em paralelo com o poder legislativo, na prática está-lhe submetido. Há dois tipos de discursos - o doutrinal e o real. A ideia de soberania Nacional e a ideia de autoridade régia existem no plano da doutrina, mas, na aplicação política não conseguem equilibrar-se, triunfando o poder da Nação - una e indivisível - sobre o poder do Rei. O Rei como Rei constitucional deve submeter-se à soberania - una e indivisível - da Nação. Assim, antes era o Rei quem dava unidade à Nação; no vintismo é a Nação que dá unidade ao sistema constitucional. Mas, o titular da soberania, num e noutro é sempre só um.

Tensões internas do vintismo

Os longos debates nas Cortes vintistas giram à volta de um confronto entre o poder legislativo e o poder executivo. Estamos perante uma sociedade em mudança, e, conseqüentemente, assiste-se a uma mudança de mentalidades e de valores. Surgem novos valores socio-políticos emergentes do Congresso Nacional constituído por representantes da nação detentores de uma parcela de soberania: o Poder Legislativo. Por outro lado, há sinais de permanência de valores do Antigo Regime. Esta herança, confere à pessoa do Rei o expoente máximo de privilégios e de prestígio. Este poder, que lhe vem da tradição, torna o soberano inviolável na sua pessoa. Temos, pois, duas realidades em tensão

- a Nação e o Rei. À primeira, emergente da revolução de 1820, fica a pertencer a SOBERANIA; à segunda, cabe apenas a mutação profunda que mudou a sua essência, passando de soberano incontestado a chefe do executivo mantendo, tão-só, a inviolabilidade da sua pessoa.

É esta a substancial diferença em relação ao antigo regime: temos agora, um confronto e uma tensão de poderes - o poder legislativo versus o poder executivo -. A questão que agora se coloca incide sobre o modo de conciliar estes dois poderes. É necessário relacionar os valores políticos tradicionais com os valores revolucionários agora nascentes e, ao mesmo tempo, pôr fim ao confronto inevitável entre as diversas forças sociais e políticas existentes. Nestes valores em confronto, a solução desejável seria a de evitar o despotismo de qualquer um dos poderes: o despotismo do poder executivo e o despotismo do poder legislativo. Para isso recorreu-se ao princípio da separação de poderes. Ele foi enunciado de forma indiscutível em toda a preparação da constituição, desde a discussão das bases até à discussão do projecto da constituição, mas, discutível seria o seu real equilíbrio conseguido. Em todas as sessões esteve presente a máxima da soberania da Nação. Esta por seu lado está representada em Cortes, que, implicitamente, são a representação máxima da soberania, pois, são as Cortes, e não o Rei, que representam os interesses da Nação. A ideia aglutinadora unia, portanto, a ideia de nação que, enquanto sujeito moral, representaria a conjugação de todas as forças e interesses. No entanto, legislou-se de forma a que o poder régio ficou à sombra do poder das Cortes, consagrando-se assim o desequilíbrio derivado da nítida valorização do poder legislativo.

Ao agir deste modo, os deputados vintistas, pondo eventualmente em causa a estabilidade política por que lutavam, não deixaram de marcar a sua adesão à concepção clássica de que a função política fundamental é a função legislativa. É a lei que regula e determina a

estrutura da sociedade política: toda a sua actividade é consequência da lei que a possibilita. Por isso, a lei é a expressão do PODER. O poder legislativo tem um papel preeminente, pois, governar é decidir que ordens dar, que directivas estabelecer, ou seja, fazer a lei. Mas, há outra esfera na governação que consiste em impedir a lei, vetando-a. Assim, governar - orientar e dirigir a sociedade política - é o conjunto da participação e da intervenção na prática legislativa. O poder político é, então, a actividade destinada a estabelecer e promover o funcionamento da sociedade política, traçando normas que prossigam os fins em vista. Para concluir, pode pois dizer-se que, em política, uma ideia só é aglutinadora quando objectivada por um poder com o sentido das forças e interesses aglutinadores ...

CAPÍTULO VII

TIRAR TUDO AO REI É DAR-LHE TUDO

O poder régio absoluto é o aspecto fundamental das discussões sobre o equilíbrio do poder, convertendo-o, numa atitude de mudança, sempre propícia aos excessos, num poder régio tão relativo, que, não sendo nada, é tudo⁽¹⁾. Perante uma ocupação excessiva dos deputados radcais com o poder do Rei, este converteu-se no centro das discussões, discussões que se ocuparam em tirar todos os poderes ao Rei, mas, "tirar tudo ao Rei, tem o mesmo resultado que dar-lhe tudo..."⁽²⁾. Ou seja, segundo o parecer do deputado Vaz velho, há exemplos na História que mostram como os excessos provocam, sempre, outros excessos. Refere, como exemplo, a História da Suécia, que teve uma constituição liberal semelhante à portuguesa, agora em discussão, e que teve como consequência uma REVOLUÇÃO: o Rei Gustavo III deitou abaixo a constituição e erigiu uma Monarquia Absoluta, sem qualquer guerra...

"As colunas da constituição são a instrução da Nação, o amor à Constituição e o entusiasmo para a defender... são estas colunas que faltam a uma Nação que não tem a instrução necessária para conhecer a bondade de uma Constituição, não a tem gozado para a poder amar, e não tem entusiasmo porque não sabe porque o há-de ter" ⁽³⁾.

(1) Como salientou Vaz Velho, o equilíbrio de poderes está em perigo quando se dá apenas ao Rei o veto suspensivo; não havendo igualdade de forças não há equilíbrio. Este desequilíbrio final resultou, na opinião dos mais conservadores, da atitude dos radcais: desejosos de construir um novo regime, centraram as suas preocupações fundamentais na ruptura com o antigo regime.

(2) VAZ VELHO, *Diário das Cortes*, Tomo I, sessão da 23 de Fevereiro, p. 148.

(3) VAZ VELHO, *idem, ibidem*. Sublinhados nossos.

Tirar tudo ao Rei é dar-lhe tudo, na medida em que, esvaziar o poder régio e transferi-lo para a Nação equivale, na conjuntura histórica do vintismo, a deixar entregue o poder a um corpo político que não foi preparado para tal. Por isso, não sabe usar aquilo que lhe é dado, acabando por tomar posições extremas, próprias da falta de equilíbrio de uma Nação que se encontra a dar os primeiros passos num duro caminho, o caminho do liberalismo. Querendo libertar-se tanto do anterior absolutismo que, acaba por se escravizar. A Nação ao usurpar todo o poder político, conservando a figura do Rei, mostra que tem dificuldade em articular as características de uma monarquia com um novo sistema - o constitucional -, acabando por criar uma Monarquia Constitucional desvirtuada, pois, nem a Nação nem o Rei, conciliam os poderes de uma forma congruente.

O novo sistema constitucional agora delineado é consequência das circunstâncias em que se dá a revolução: confronto de interesses e mentalidades que discutem um novo governo. É um governo monárquico, logo, centraliza-se na pessoa do Rei - o Monarca -, mas, apenas teoricamente e idealmente, pois, a prática política discutida na elaboração da constituição, aproxima-se, na realidade, mais de uma democracia, em que o poder está no povo e é exercido por ele. São estas inconsistências do vintismo que levam à constatação de que tirar tudo ao Rei, equivale a dar-lhe tudo, já que, o poder régio fica tão limitado que quase desaparece. Mas, paradoxalmente, existe. Logo, pela negativa, concede ao Rei a possibilidade de ele próprio não aceitar uma situação politicamente ineficiente. Por conseguinte, a não existência de poder régio, mas a existência da figura de Rei, permitem que o Rei passe de cooperador do sistema a contestatário do mesmo, já que, será ele próprio a assumir-se como contra-poder.

O Poder do Rei e o Equilíbrio de Poderes

A problemática anterior foi sentida pelos deputados conservadores, quando constataam a impossibilidade de uma Nação dirigir o seu próprio destino quando tudo lhe falta: instrução, amor pela Constituição e entusiasmo para a defender. Daí, as suas tentativas (falhadas) em reconhecer ao Rei uma autoridade que, de facto, as Bases lhe tiram totalmente. Para dar dignidade ao Rei, no parecer de Soares Franco, seria necessário que ele entrasse, de algum modo, na formação das leis. No entanto, a sua posição, é de salientar, já que, adopta uma atitude moderada, nem querendo tirar nem dar-lhe tudo. Duas câmaras, em seu entender, seriam prejudiciais à liberdade dos povos e inútil para dar dignidade ao Rei.

"Quem confiar tudo à justiça e à bondade do Rei é o mesmo que dizer, que não queremos regular-nos por leis fixas e determinadas (...). Tem-se atribuído a uma câmara só os vícios que são gerais a todos os homens; isto é, a sua inconstância, a precipitação em fazer as leis, os partidos e paixões, que os agitam; isto pode ter lugar numa Câmara, em duas ou em duzentas. É necessário examinar os vícios da Instituição, e não os dos homens. No nosso actual estado, em que é preciso reformar muitos abusos introduzidos por lei ou por costume, tudo o que fosse complicar as molas da máquina administrativa, entorpeceria e paralisava os seus felizes resultados"(4).

O Rei tem, funções em que o corpo legislativo não tem qualquer intervenção, como por exemplo, chefe do executivo. Na questão do corpo legislativo, considera essencial, pelo menos, inicialmente, a sua

(4) SOARES FRANCO, *Diário das Cortes*, Tomo I, sessão de 23 de Fevereiro, p. 148 e 149. Sublinhados nossos. Veja-se, a este propósito, também a posição de XAVIER DE ARAÚJO, p. 150.

UNIDADE, necessária ao estabelecimento do sistema constitucional. Uma segunda câmara, se electiva, é tirada entre as várias classes de cidadãos, e, por isso, de resultados imprevisíveis; se é perpétua, poderá tornar-se um corpo perigoso, e juntar-se rapidamente ao Rei.

Saliente-se, também, a posição do deputado Barreto Feio, quando considera incompatíveis a soberania da Nação com a existência de uma segunda câmara. É impossível dividir a soberania: o povo português, e só ele, é soberano, e não se lhe pode tirar a soberania que lhe pertence. É do mesmo modo impossível, conciliar a ideia de soberania do povo com a ideia de veto do Rei. Se a Nação é soberana, nunca pode o Rei obstar a esta soberania com o veto, pois, tornar-se-ia uma soberania dependente, o que é uma ideia completamente contraditória. Se o povo é soberano, então, o Rei não deveria ter veto de qualidade alguma⁽⁵⁾.

Seria um perigo, no entender dos vintistas, que a soberania fosse exercida por um só indivíduo: as paixões, próprias da natureza humana, acabam por influenciar o exercício da soberania, conduzindo a um abuso do poder, ou seja, ao despotismo, inconciliável com a conservação da liberdade dos cidadãos. A soberania da Nação exerce-se através da limitação da liberdade natural dos cidadãos, que, escolhendo os seus representantes, consegue, por isso, a sua LIBERDADE POLÍTICA.

A divisão dos poderes é, portanto, a base da Constituição liberal; o modo como se processa essa divisão deveria ser tal que garantisse o equilíbrio dos poderes, evitando uma tirania provocada pelo abuso de alguns deles.

(5) Refira-se, apenas a título de curiosidade a mudança de voto do deputado Guerreiro, que tinha votado inicialmente na discussão do artigo 21º do projecto de bases, pelo veto absoluto, e, que através da discussão alterou a sua opinião " . Porém, a sábia discussão que se seguiu me convenceu, e obriga a me retratar com a mesma franqueza com que opinei. Voto pois que não, e requeiro que disto se faça no Diário expressa menção". D C . Tomo I, 26 de fevereiro, p 165.

Em toda a discussão da Constituição é evidente a supremacia do corpo legislativo; este, não só detém a parte mais importante da soberania, como ainda, condiciona o exercício do poder régio. A partir da feitura das leis, o corpo executivo confiado ao Rei e seus ministros, tem a função de garantir a sua aplicabilidade, e portanto, dar às leis um carácter durável e permanente. Mas, se apenas fosse este o poder régio, o Rei seria um mero executante da vontade do legislativo, e, por isso, seria desadequado falar de poder régio. Mas, mesmo dadas tantas limitações, o poder régio embora esvaziado, mantém o que os vintistas não lhe poderiam tirar, sem pôr em risco a sua própria credibilidade e o reconhecimento da Nação.

O Poder do Rei e a Iniciativa das Leis

É neste contexto que se situa a discussão do artigo 23º do Projecto de bases⁽⁶⁾. Estava em causa o problema de dar ou não, também, a iniciativa directa das leis, ao Rei. O deputado Pimentel Maldonado considerou a iniciativa das leis como um processo igual ao Direito de Petição: por meio dele, qualquer cidadão pode pedir e propôr o que julgar conveniente. Se todo o cidadão tem o DIREITO DE PETIÇÃO, então, o Rei como primeiro magistrado da Nação, também, deve ter este direito. Por isso propôs a alteração do artigo⁽⁷⁾. Na mesma linha está Annes de Carvalho que diz mesmo, que, pelo contrário, na Carta Francesa de 1814, só o Rei tem o direito de propôr leis, e os representantes apenas têm a iniciativa indirecta, ou seja, o direito de propôr às Cortes um Projecto de

(6) O artigo 23º do Projecto de Bases diz o seguinte: "A iniciativa directa das leis somente compete aos representantes da Nação juntos em Cortes".

(7) PIMENTEL MALDONADO, D.C., T. 1, p. 170: "Considero esta iniciativa como se pode considerar o Direito de Petição: por meio dele pode qualquer um pedir, e propôr o que julga conveniente para si, ou para a sociedade. Ora se damos a todo o cidadão este direito, porque o havemos de negar ao primeiro magistrado da Nação, que é El Rei? Por tanto sou de parecer que o artigo se reforme"

Lei. Assim como se dá ao Rei um determinado veto, também se lhe deve dar o direito de propôr leis.

"Concedeu-se ao Rei tal, ou tal veto, tal ou qual suspensão: porque se supõe o Rei com conhecimento dos bens e males da sociedade, e por consequência, que com a sua sabedoria poderia auxiliar o corpo legislativo para aplicar aos males o remédio. Suponhamos que os representantes não se lembram de apresentar, e discutir algumas leis convenientes à Nação: e então o Rei, e os seus Ministros, que podem conhecer as necessidades da mesma Nação, serão privados de propôr, e simplesmente propôr, ao congresso as leis que lhes pareçam convenientes? Parece-me que não deve ser. Além disto: já se disse, que em todo o Governo Representativo convém muito que todos os cidadãos concorram para a formação das leis: o Rei é o primeiro dos cidadãos, e será talvez o mais instruído das necessidades dos outros: com que assim deve ser também quem concorre para a sua formação. Em terceiro lugar, convém muito dar ao Rei a iniciativa das leis, porque ele se interessará mais por aquelas que ele enunciar e as fará executar melhor(8).

É esta a base fundamental da argumentação a favor de dar ao Rei a iniciativa legislativa. Na discussão desta matéria as principais razões estão enunciadas na citação anterior, onde se defende a concessão ao Rei da participação no processo legislativo, que se sintetizam nos seguintes aspectos:

- 1º O Rei conhece bem a Nação e as suas necessidades;
- 2º O Rei é o primeiro dos cidadãos, logo, deve ter os direitos comuns a qualquer cidadão;
- 3º O Rei executará melhor as leis se ele próprio tiver concorrido para a sua formação;

(8) ANNES DE CARVALHO, D.C., T. 1, sessão de 27 de Fevereiro, p. 170. Sublinhados nossos.

4º O Rei tem uma dignidade moral irrepreensível;

5º O Rei tem um poder tradicional que deve ser aproveitado.

Está em causa a conciliação do poder régio com a edificação de uma Constituição liberal. Para alguns, mais liberalismo significa menos poder régio. Para outros, é possível conciliar o liberalismo com o poder régio sem que nenhum sofra demasiadas limitações. No fundo, uma constituição liberal, por princípio, seria aquela que deixaria aos cidadãos o maior número possível dos seus direitos. Assim, apenas lhe seriam coarctados aqueles que, efectivamente, prejudicassem o bem comum. O Rei, como primeiro cidadão da Nação, em conjunto com os seus representantes, é capaz de auxiliar o processo legislativo, pois, conhece bem a sociedade e quais os direitos naturais do cidadão que poderão ser sacrificados. O Rei, com a sua intervenção não prejudicaria, de modo algum, os Direitos do Cidadão, podendo, isso sim, enquadrá-los no sistema constitucional com maior conhecimento de causa.

Numa posição diferente está Borges Carneiro que considera "anti-constitucional, anti-liberal e muito perigoso" dar ao Rei a iniciativa das leis, porque seria dar-lhe um poder excessivo, já que nenhum deputado se atreveria a ir contra as suas propostas. Se não se permite a presença do Rei nas Cortes, pela sua influência poder determinar a posição dos deputados, menos se deve permitir ao Rei a iniciativa das leis⁽⁹⁾. E, Ferreira Moura mostra, também, o inconveniente de tal concessão, dizendo que:

"o Rei tem sempre a iniciativa indirecta, a qual consiste em declarar a urgência de tais, e tais circunstâncias, que reclamam tais e tais medidas. Em segundo lugar se se concedesse ao Rei o direito de propôr uma lei, como se havia de submeter ao mesmo Rei o juízo

(9) BORGES CARNEIRO, D. C., T. I, p. 170-171.

da Assembleia sobre a lei que ele propôs? Como podia ser o Rei juiz e parte ao mesmo tempo? Pois essa parte quando propunha, e era juiz quando sancionava... Demais, há outro inconveniente o esplendor da Majestade é muito grande, isto tem muita influência, e a Assembleia deve obrar com toda a liberdade, o que não sucederia tendo o Rei a iniciativa das leis; porque nem esta, nem outra Assembleia se pode considerar inteiramente livre do prestígio desse esplendor. Não faço diferença de que a proposição viesse feita pelo Rei, ou pelos Ministros, porque sempre vinha envolvida no mesmo prestígio da Majestade, o que prenderia igualmente a liberdade da assembleia. Por conseguinte, eu julgo não deve ter o Rei a iniciativa directa, não ficando privado da indirecta"(10).

Para os liberais, os deputados têm, por natureza, a iniciativa de propôr leis, caso contrário, o poder das cortes seria nulo e a liberdade política uma ilusão. Contudo, estes dividem-se com a exclusividade ou não de conceder iniciativa legislativa às Cortes. A favor da não exclusividade está, por exemplo, Pereira da Silva, reconhecendo que o poder executivo tem a seu favor conhecer a (in)aplicabilidade das leis(11).

O conhecimento da (in)aplicabilidade da lei é o factor mais relevante para votar a favor da atribuição ao Rei da iniciativa legislativa. Essa experiência na aplicação da lei dá ao Rei a capacidade de propôr reformas necessárias, e planos que sejam do interesse da Nação. Experiência não vivida pelos deputados, que, desconhecem a prática do exercício de soberania ao nível da sua aplicabilidade prática. Desconhecem como diariamente surgem dificuldades na aplicação das leis, que as cortes legislam. Esta limitação no conhecimento da realidade, é a razão mais forte para dar a iniciativa legislativa ao poder régio: só as Cortes e o Rei, em conjunto, é que poderiam prestar o melhor serviço à

(10) FERREIRA DE MOURA, D. C., T. I, p. 172.

(11) Vejam-se as posições sobre este assunto de BORGES CARNEIRO e de PEREIRA DA SILVA, D. C., T. I, Sessão de 27 de Fevereiro, p. 170 e seguintes.

Nação. Refira-se que, a intervenção no processo legislativo não tem só a ver com o poder de legislar, mas também, com o poder de propôr leis, que seria uma considerada intervenção indirecta no processo legislativo.

"Eu considero como iniciativa indirecta, o direito de propôr à Assembleia qualquer artigo de legislação, sem pôr a este a necessidade de entrar na discussão dele; e como iniciativa directa, a necessidade em que se põe a Assembleia de discutir o projecto de uma lei apresentada".(12)

Assim, a iniciativa directa só pertenceria à Assembleia, podendo a indirecta pertencer também aos Ministros do Rei, dado que seriam anuladas todas as propostas desnecessárias, não obrigando a adoptá-las nem a discuti-las. E, uma Comissão Permanente das cortes receberia todas as propostas de lei e daria o seu parecer sobre as mesmas.

Mas, de facto, dar aos ministros a capacidade de propôr leis, é, de facto, como salienta Borges Carneiro, o mesmo que dá-la ao Rei; os ministros são os seus representantes e falam em seu nome. Por outro lado, a não aceitação de alguma iniciativa legislativa apresentada em nome do Rei, é ofender o esplendor da majestade do Rei. Por isso, propõe a alteração da iniciativa das leis por direito de propôr leis, não dando ao Rei a iniciativa directa das leis, mas, uma intervenção indirecta no processo legislativo. Como viu claramente o deputado Moura:

"o Rei tem sempre a iniciativa indirecta, a qual consiste em declarar a urgência de tais, e tais circunstâncias, que reclamam tais, e tais medidas. Em segundo lugar, se se concedesse ao Rei o direito de propôr uma lei, como se havia de submeter ao mesmo Rei o juízo da Assembleia sobre a lei que ele propôs? Como podia ser o Rei juiz, e parte ao mesmo tempo? Pois era parte quando propunha, e era juiz quando sancionava. Para evitar esta incoerência, foi

(12) SERPA MACHADO, D. C., T. I, sessão de 27 de Fevereiro, p. 171.

também que se julgou conveniente não dar ao rei a iniciativa das leis. Demais, há outro inconveniente: o esplendor da Majestade é muito grande, isto tem muita influência, e a Assembleia deve obrar com toda a liberdade, o que não sucederia tendo o Rei a iniciativa das leis"(13);

Em conclusão, o Rei poderia ter a iniciativa indirecta no processo legislativo, se se considerasse que tinha direito de fazer exposição das circunstâncias que exigissem, no seu parecer, a urgência de certas medidas. A iniciativa directa pertencia às Cortes, e, só estas tinham o direito de fazer propostas de lei. Apesar de tudo não se lhe concedem a discutida iniciativa indirecta, a muita vezes a directa.

O Rei e a concessão do direito de cidadania

Borges Carneiro, na sessão de 3 de Dezembro de 1821, propõe um aditamento ao artigo 105º, que trata das atribuições do Rei(14), acrescentando aos privilégios exclusivos do Rei a concessão de CARTAS DE CIDADÃO. Note-se a originalidade da proposta de Borges Carneiro, que a fundamenta no facto da Constituição declarar os requisitos necessários para elas se concederem: ter feito serviços relevantes à Nação, uma invenção útil, estabelecimento atendível, entre outras; é o poder executivo que deve verificar se existem estes requisitos, e não as Cortes(15). Trata-se de uma questão relacionada com o direito já concedido ao Rei de conceder os privilégios exclusivos. Ora, o reconhecimento de

(13) MOURA, D. C., T. I, sessão de 27 de Fevereiro, p. 172

(14) "105. VIII Conceder títulos, honras e distinções em recompensa de serviços e na conformidade das leis. Quanto às tenças, pensões e quaisquer grartificações pecuniárias... somente o fará com anterior aprovação das Cortes " (Projecto de Constituição, D. C , V. 5, p. 10-11).

(15) Cfr BORGES CARNEIRO, D. C , T V, p. 711-712

prestação de serviços relevantes à Nação é um poder que, também, deve ser dado ao Rei, concretizado na atribuição de cartas de cidadão. Embora a Constituição Espanhola, paradigma da Portuguesa, dê essa concessão às Cortes, no caso Português, isso seria uma incoerência já que, a mesma, ao conceder ao Rei os privilégios exclusivos deva, também, conceder-lhe este outro poder.

Veja-se a diferença em relação à Constituição de Cádiz, que dá às Cortes a concessão das cartas de cidadão. Mas, Borges Carneiro defende que deve ser o Rei, da mesma forma em que é o Rei que concede os outros privilégios exclusivos. Saliente-se que no projecto de constituição, a concessão de cartas de cidadão deve ser da competência das cortes. A proposta contrariada pela maioria das intervenções dos deputados⁽¹⁶⁾, mas que, curiosamente acabou por vencer, foi o aditamento de Borges Carneiro de que devia ser o rei a concedê-las⁽¹⁷⁾.

A Proposta triunfou embora tenha causado grande polémica no seio das cortes. Por exemplo, Lino Coutinho contrapôs a tese de que as cartas de cidadão era um assunto que se prendera com a Nação, porque um cidadão ao naturalizar-se português entra para a Nação e, quem a representa são as cortes.

"Esta concessão deve pertencer ao Congresso. O que faz um estrangeiro, quando se naturaliza, é entrar para o seio de uma nação; quem representa a Nação é o Congresso, e por isso, quem pode conhecer se o estrangeiro está nos termos de entrar para a sociedade são as Cortes".⁽¹⁸⁾

(16) Veja-se a posição de LINO COUTINHO, CASTELO BRANCO, PEIXOTO, D. C., T. V, p. 712-714.

(17) Cfr. CONSTITUIÇÃO POLITICA da MONARQUIA PORTUGUESA, artº 123 - IX: "Conceder cartas de naturalização e privilégios exclusivos a favor da indústria, em conformidade com as leis, D. C., T. VII, p. 632

(18) LINO COUTINHO, D. C., T. V, p. 712.

Mais uma vez o poder régio e o poder das Cortes estão em confronto, confronto agora decidido o favor do rei.

O Poder do Rei e o Conselho de Estado

A discussão do artigo 30º do Projecto de bases⁽¹⁹⁾ põe em evidência uma questão comum a todos os grupos políticos representados em cortes: o problema do equilíbrio de poderes. E, é neste contexto que compreendemos o papel moderador que todas as posições, das mais conservadoras às mais radicais, vêem na existência do Conselho de Estado.

Este terá uma função consultiva: aconselhar o Rei nas dificuldades que podem ter, na prática, a aplicação dos projectos de lei. Em conjunto com o Rei, num outro domínio - externo - cabe ao Conselho examinar as relações com as potências estrangeiras, os tratados de paz, de guerra ou de alianças. O Conselho de Estado, tendo como principal atribuição o aconselhamento do Rei nos negócios da Monarquia, é uma voz activa do Poder Executivo. O poder régio teria um poder de facto, por exemplo, na proposta de nomeação dos empregados públicos, se esta atribuição pertencesse apenas ao Poder Executivo - Rei e Ministros -: a sua influência seria decisiva na organização do sistema constitucional. Contudo, esta atribuição divide-se com o Conselho de Estado. Este órgão tem, por isso, um poder político na organização de um governo constitucional e representativo.

O Conselho de Estado não sendo um órgão representativo, já que nada representa, também não é governativo, pois, o poder executivo

(19) 30. "Haverá um Conselho de Estado composto pelo modo que determinar a Constituição. Este Conselho proporá ao Rei por listas triplicadas as pessoas que ele haja de nomear para os empregos civis e militares, e terá as demais atribuições que a mesma Constituição declarar" (Projecto de Bases, D. C., nº 10, 9 de Fevereiro de 1821, p. 60)

cabe ao Rei. No entanto, interfere no poder régio ao cumprir a sua função de aconselhar. Se, à primeira vista, este órgão teria como função coadjuvar os poderes políticos sempre que solicitado, os radicais vêem como sua principal utilidade, servir de travão aos abusos do poder régio, exercendo, de forma subtil, uma vigilância disfarçada. Ora, sendo um Conselho do Rei, teria como função essencial servir o Rei, e não limitar o Rei no exercício das suas funções. É interessante salientar como as diversas posições políticas se aproveitam de um órgão, procurando servir-se dele, uns para darem mais poder ao rei, outros por procurarem a todo o custo encontrarem meios que travem o poder régio.

Saliente-se a posição do deputado Moura que vê neste Conselho, um Conselho do Rei, e que, por isso, deve apenas ter os poderes que lhe competem e nada mais; se o Rei tem todas as atribuições do Poder Executivo, então ao Conselho de Estado, apenas compete aconselhar o Rei no exercício dessas atribuições, quando chamado a esse aconselhamento. Sempre que não é chamado nem solicitado o seu parecer, o Conselho é por natureza, um órgão sem actividade, em inércia. O Rei deve pedir conselho, nos casos determinados pela constituição, e são estas as únicas atribuições do Conselho de Estado. Por seu lado, Borges Carneiro salienta os inconvenientes do Conselho ser nomeado pelo Rei, vendo nesta formação um excesso de poder régio.

O deputado Gouveia Durão tem uma posição particularizada quanto ao Conselho de Estado que importa destacar. Considera este órgão como uma espécie de segunda câmara, enquanto influencia o Rei nas suas posições. Ou seja, os conselhos deste órgão podem levar o Rei a opôr-se aos decretos das Cortes usando da faculdade de os vetar suspensivamente. Por outro lado, o Conselho de Estado funciona também como uma espécie de senado conservador, ao influenciar o Poder executivo, apresentando-lhe propostas dos que podem ser eleitos para os empregos públicos, "podendo por isso ser considerado o referido conselho como um poder intermédio

em que o poder legislativo, e executivo tem parte, aquele propondo-o, e este escolhendo entre as propostas"(20).

Os defensores da ideia de um poder régio fortalecido votam para que o Conselho, sendo do Rei, deva ser escolhido por ele, pois destina-se a coadjuvar e dirigir o exercício do poder executivo. Por outro lado, os mais radicais, querem ver no Conselho um órgão que controle o poder régio, vendo na sua criação um ideal muito liberal, cabendo ao Conselho sustentar a liberdade, porque o Poder Régio é demasiado extenso, e temem que o Rei, levado pelas paixões, se tome despótico. O Conselho de Estado permitiria o equilíbrio do princípio passional da natureza do Homem (e, por conseguinte, do próprio Rei), menos arbitrariedade e mais liberdade política.

Há a convicção comum aos radicais de que, o Conselho é necessário para travar as paixões do Rei, e, por consequência, a tentação do despotismo do poder régio. Veja-se, por exemplo, a posição de Castello Branco que, com boa argúcia política, não vê, na apresentação de listas triplicadas propostas pelo poder legislativo ao poder executivo, qualquer atentado à dignidade do poder régio:

"O Poder legislativo não é a meu ver nem inferior nem superior ao poder executivo, porque nós consideramos a pessoa do Rei como uma parte da soberania, que ele exercita; e as Cortes exercitam a outra parte essencial da soberania, que é o Poder legislativo. Nestes termos haverá indecência para o Corpo legislativo em propôr ao rei as listas triplicadas para a nomeação de um Conselho? Limitar-se-á a outra parte da soberania, não deixando ao Rei a escolha arbitrária, mas propondo três, dos quais deve escolher um? Acho que não há indecência alguma"(21).

(20) GOUVEIA DURÃO, D. C., T. III, p. 3434

(21) CASTELLO BRANCO, D. C., T. I, p. 186

Sendo o exercício da soberania o conjunto dos três poderes, juntos é que formam a soberania absoluta, embora, reconheça que o legislativo é o principal poder. É curiosa a sua argumentação, quando põe em plano de igualdade de importância os dois poderes - legislativo e executivo - já que em dignidade, reconhece a desigualdade de funções e atribuições de ambos.

A soberania da Nação exige que os três poderes políticos estejam em sintonia com os princípios e ideais liberais, de modo a que exerçam o seu poder tendo em vista a construção de uma sociedade fundada a partir dos alicerces característicos de uma Monarquia Constitucional. E, é esta constituição que UNE o exercício dos três poderes, pois, é nela, que estão definidas as suas atribuições específicas.

O Conselho de Estado serve como um freio aos abusos do poder executivo, procurando evitar os seus excessos, através do aconselhamento em matérias graves e na proposta dos cidadãos a nomear para os empregos públicos. Por outro lado, o Conselho de Estado não será um órgão totalmente isento de poder, já que, existe pela vontade do poder legislativo que propõe quais os elementos que o podem compôr. Assim, também nesta pequena particularidade, se vê como o poder régio é esvaziado de poder de formas tão subtis architectadas pelos deputados vintistas... que põem o Conselho de Estado como um órgão consultivo do Rei, e, portanto, ao serviço do poder régio, mas, os membros que o compõem, embora escolhidos pelo Rei, não o foram arbitrariamente, mas, sim, sob proposta do poder legislativo.

Na prática, o Conselho de Estado é da confiança da Nação - indirectamente seja dito - embora, teoricamente, seja um órgão para servir o Rei, e, por isso, deva ser da sua confiança! São as incongruências ou habilidades do sistema vintista que, também aqui, dá explicitamente

PODER ao REI, mas, nas entrelinhas, o limita em benefício da Nação representado pelas Cortes.

Os que votam contra a própria existência do Conselho de Estado, como, por exemplo, os deputados MARGIOCHI, MIRANDA, FERRÃO E GYRÃO, advogam que ele é prejudicial à liberdade da Nação, e actua, no fundo, como uma segunda câmara. Nesta última perspectiva, o Conselho de Estado não seria nem necessário nem útil, na medida em que não tem influência legal e directa no Poder executivo: os decretos são sempre assinados pelo Rei e ministros; o conselho de Estado só serviria para retardar a regularidade do exercício do poder executivo.

Leia-se a argumentação do deputado Guerreiro:

"O Conselho de Estado não pode ser barreira contra o despotismo, porque não tem resistência, pois o Rei não tem obrigação de se conformar com o seu parecer... não pode servir de barreira à arbitrariedade. (...) Um Conselho de Estado, criado pelas cortes, e oferecido ao Rei, de nada serve, porque ninguém se pode aconselhar senão com pessoas da sua confiança, e raras vezes sucederá que o Rei tenha confiança em uma das três pessoas oferecidas pelas Cortes (...) (22).

É curioso vermos os antagonismos de posições dentro de um mesmo grupo - o grupo liberal - o que mostra como todas as novas ideias antes de se projectarem na realidade, não são claras nos seus efeitos, e, por isso, provocam discussão. Enquanto uns consideram o Conselho de Estado como um órgão que favorece a liberdade e o liberalismo, outros votam contra o Conselho de Estado, *quando este se apresenta, à partida, como um travão ao despotismo do poder régio*. São as contradições

(22) GERREIRO, D. C , sessão de 2 de Março, p. 199.

internas de um grupo que proclama tão radicalmente a soberania da Nação, que, à custa da vontade de esvaziar o poder régio, não sabe bem qual o melhor caminho a seguir para melhor conseguir dirigir o poder régio.

Assim, enquanto alguns deputados não admitem sequer a existência do Conselho, outros vêem nele um órgão de vigilância junto do Rei, e nunca uma segunda câmara, porque aquele não faz parte do poder legislativo, nem oferece o perigo da divisão com objectivos políticos - DIVIDIR PARA IMPERAR -, porque, o que se procura é uma divisão do poder com vista ao equilíbrio de cada parte do poder político.

"Imaginava, e imaginei, que nos Governos Representativos todo o segredo estava em prevenir a acumulação dos poderes: da acumulação resulta o despotismo, da divisão resulta a sabedoria; logo que estejam bem divididos os poderes, segue-se a boa organização do sistema constitucional. Fundado nestes princípios imaginei que o Conselho de Estado servia de contrapeso ao Poder Executivo. Tem-se observado, que ele é que tem o maior poder e que podia abusar dele, e que por consequência se lhe deveria pôr uma barreira. Imaginava que a única barreira para o conter nos seus limites, era o estabelecimento do Conselho de Estado, que punha o Rei na dependência deste Conselho para o ouvir nas matérias árduas da Administração Pública, e o punha nas circunstâncias de não abusar tanto do Poder Executivo (...) O Conselho... é só para o Rei, e para aconselhar este a que não abuse do seu poder, e não se entregue arbitrariamente aos abusos das suas paixões".(23)

(23) FERREIRA DE MOURA, D. C., T. I, 28 Fev. 1821, p. 179; Veja-se, também, a votação em relação à existência ou não do Conselho de Estado, em que 42 deputados votam a favor e 41 votam contra, o que mostra a falta de unidade no seio dos próprios radicais nesta questão, Cfr. D. C. T. I, sessão de 2 de Março, p. 201.

Seria participação no poder legislativo, as cortes legislarem conjuntamente com o Rei. A intervenção no processo legislativo consiste em vetar as leis e em propôr as leis.

"Admiro-me muito de que os maiores fautores da liberdade e do liberalismo se oponham à existência do Conselho de Estado, quando eu supunha que a sua existência se opõe aos princípios dos que favorecem o despotismo. O objecto mais principal dos Governos Representativos é a divisão dos poderes; porque da acumulação dos mesmos poderes, quer seja na parte legislativa quer seja na executiva, é que resulta o despotismo. Se o Poder legislativo usurpa parte do Executivo, ou se o executivo usurpa parte do legislativo, resulta que essa perigosa acumulação dos poderes é a base e princípio do despotismo. Tem-se observado que o equilíbrio político é muito necessário entre os três poderes... Se todos os dias se tem chamado, que o Poder Executivo é o mais capaz de se deslizar dos princípios em que se acha estabelecido, então pergunto: se este risco tão eminente se não poderá evitar e prevenir, estabelecendo as Cortes um Conselho de vigilância ao pé do Rei, para que o avise e o aconselhe no exercício das suas funções?... Consequentemente parece-me que não deve haver perigo em estabelecer semelhante Conselho de Estado, e que por isso ele não pode fazer mal, e pode fazer bem. se deve estabelecer como Lei Constitucional"(24).

(24) FERREIRA DE MOURA, D. C., T. I, p. 198

SÍNTESE CONCLUSIVA

O vintismo precisa da figura do Rei para se tornar credível social e politicamente. Mas esta necessidade é uma necessidade meramente formal. O rei é necessário como figura que, admitida pelo vintismo, lhe dá uma certa IMAGEM que passa na sociedade. Pode-se dizer que é como uma imagem de marca: sem Rei o vintismo seria um poder desacreditado à partida. Os vintistas sabiam, e isto sente-se a cada passo nos discursos, que o rei transmitia segurança, quer a nível interno - as pessoas acreditavam e respeitavam a pessoa do Rei - quer a nível externo - a EUROPA sabia da existência de um Rei.

Daí a justificação encontrada para manter algo - a permanência da pessoa do REI - num momento de clara ruptura. RUPTURA com o passado em muitas das suas dimensões e o desejo ardente de MUDANÇA; ruptura total com o antigo regime para formar uma nova sociedade sem vícios nem males como a que existia anteriormente. Chamam-se a si mesmos, os vintistas, de REGENERADORES. Regenerar é por natureza NASCER DE NOVO, ou seja, os vintistas desejam a morte da antiga sociedade para formarem uma totalmente nova, e por isso, pura e cheia de potencialidades.

Então, para quê a permanência de algo do Antigo Regime? - podemos perguntar se teoricamente, o Rei não tem justificação na prática e, paradoxalmente é elemento indispensável e extremamente útil. Diríamos que é um elemento de estratégia política, quase de "venda" de um novo sistema político que precisa de algo que lhe dê, à partida, uma garantia: o vintismo implanta-se porque tem um certificado de garantia. Para a maior parte das pessoas de entre as potencialidades do sistema nascente eram praticamente

desconhecidas. Ninguém "compraria" nada sem a garantia de ser bom. O vintismo consegue a adesão da sociedade, até dos elementos mais conservadores, porque embora desconhecido, apresenta como cartão de visita a figura mais prestigiada da NAÇÃO - o REI. Este, por seu lado, declaradamente, aceita a nova ordem política. Não só adere a ele, como também emprestando-lhe o nome, isto é, colaborando com ele.

A figura do Rei tem um carácter fundamental: se o Rei consente na nova ordem político-social, então é porque ela merece confiança. Em todo este momento de RUPTURA, o REI é expressão de permanência. Assegura a continuidade ao país. A sua imagem é uma imagem emblemática, quase diríamos sagrada, sem dúvida, pela nação, e considerada vital para a Nação, de tal modo, que a sua ausência tão demorada no Brasil, se fazia sentir.

Contudo, a figura do Rei para que todos apelam, está cercada de ambiguidades. Todos admitem o seu prestígio na Nação. Todos, mesmo os mais radicais, têm consciência da necessidade da sua presença, e, fazem uma declaração explícita de fidelidade à dinastia de Bragança. Mas essa figura unanimemente desejada, não é unívoca na mente de quantos a aclamam. Tal como a fidelidade por todos expressa não tem o mesmo sentido. A divergência expressa, afinal, o confronto entre o Antigo e o Novo Regime, e o consenso não ultrapassa ainda a formalidade de uma imagem.

No início do século XIX, antes da era constitucional, existe em Portugal uma monarquia pura, o soberano de Bragança reinou por direito próprio de sucessão. Exerce o poder supremo; as leis são a expressão da sua vontade; cabem-lhe todas as últimas decisões sobre os assuntos do Governo e da Administração do Reino. Os limites do poder estão na RELIGIÃO, na MORAL e na CONSTITUIÇÃO NATURAL DO REINO, ou seja, no equilíbrio entre as forças "sociais" e espirituais.

O Poder Régio não tem limitações jurídicas, ou confronto com qualquer outro poder: é ABSOLUTO (solto, desvinculado e livre) - PRINCEPS SOLUTUS A LEGIBUS -. Reflectindo sobre os limites possíveis deste poder absoluto, vemos como ele é ilimitado na esfera do Direito POSITIVO - poder ilimitado por natureza - circunscrito na esfera do DIREITO NATURAL e na esfera do DIREITO DIVINO. De facto, o Rei, embora exercendo um Poder supremo, isto é, superior a todas as instâncias sociais, fica limitado pelo poder intemporal. O poder absoluto do Rei limitado, apenas, pela Religião e pela Moral, e pela lei natural é que o condicionam. Assim, o Rei é absolutus: desvinculado de todas as limitações jurídicas de qualquer instância de poder na sociedade; mas, o Rei já não é livre de ignorar a constituição natural do Reino, expressa quer na lei fundamental da "Dedução" quer nas leis fundamentais "enunciadas" nas Cortes de Lamego.

"Por mais augusto que seja o poder dos reis, só não é contudo superior à lei fundamental do Estado. São juizes soberanos das riquezas e da fortuna dos seus vassallos, dispensados da justiça e distribuidores das mercês, mas por isso não devem observar menos uma lei primitiva à qual são devedores das suas coroas".⁽¹⁾

O poder régio, antes dos acontecimentos de Agosto de 1820, era um poder com todas as características atribuídas, normalmente, ao poder: uma capacidade de, por direito próprio, ordenar, de determinar a ordem das coisas e a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Com a primeira invasão Francesa, que obriga à transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1807, através de um acto político combinado

(1) ACTAS DAS CORTES DE LAMEGO, Parº 602. São leis fundamentais: as actas das Cortes de Lamego, as leis das Cortes de 1674 (regência e tutorias na menoridade dos reis), leis de 1679 (casamento dos príncipes) e de 1698 (sucessão da coroa)

com a Inglaterra (convenção secreta de 22 de Outubro de 1807), dá-se a saída do Rei e Corte da metrópole para outra parte do território - Brasil. Após a guerra, D. João VI não regressa de imediato à metrópole, criando um clima de ressentimento nos Portugueses. Sente-se a urgência da reconstrução material e moral do Reino, entretanto entregue ao Conselho de Regência. Cria-se, assim, o espaço próprio à "revolução".

Em todo o vintismo, assiste-se não só a uma mudança de VALORES, como à concretização de projectos e reformas que tinham sido constantemente adiados, numa sociedade que muitos entendiam degenerado pelos vícios do poder. É precisamente esta última característica aquela que irá sendo a tónica fundamental de todos os discursos do período liberal: é urgente a regeneração da sociedade! Consequentemente, é necessário a REGENERAÇÃO DO PODER. E, em todos os conflitos de poder, presentes nesta época rica de tensões, está centralizada a IDEIA de SOBERANIA.

O constitucionalismo português foi, de facto, um corte com o absolutismo Monárquico. Teve origem num movimento por RUPTURA: o constitucionalismo surge por via revolucionária. A primeira constituição portuguesa é diferente das anteriores leis fundamentais. Traz algo de original e é produto das circunstâncias históricas e da situação política, económica, social e cultural. Há um corte com o passado, o que traduz os problemas e as contradições da época. É uma época que precisa de um PROJECTO - veículo do desenvolvimento.

A constituição segue o modelo de Cádiz de 1812, e as ideias liberais de França, interpretadas na linha do utilitarismo de Bentham. O processo constituinte, dividido em duas fases - bases e constituição - é único na história das Assembleias Constituintes.

Do ponto de vista político, há uma incoerência lógica no sistema constitucional: um Rei esvaziado de competências, é um Rei artificial, que existe por conveniência do sistema: existe porque é útil socialmente, e, porque faz parte da essência do sistema; o Rei é a cabeça do sistema monárquico. Os vintistas constróiem um sistema perfeito na sua estrutura teórica, mas, sem correspondência na sua funcionalidade: o sistema não serve o Rei, o Rei existe para servir o novo regime político.

São estas as ambiguidades do vintismo. A prática governativa não corresponde ao sistema de governo: na prática, tudo o que se passou corresponde às características de uma monarquia - "democrática - representativa", em que o Rei apenas conserva a IMAGEM de prestígio como pessoa. A prática política não segue a teoria política.

Mas, podemos interrogar-nos se o poder régio não é uma realidade indiscutível na constituição de 1822. De facto, o PODER RÉGIO existe na constituição, mas, na prática política ele é limitado. Assistimos a um confronto - não assumido - entre o Rei e as Cortes, em que as Cortes querem, implicitamente, absorver todo o poder político. Teoricamente, um Governo Monárquico-Representativo supõe um equilíbrio entre o Rei e as Cortes; na prática, o exercício do poder conseguiu que a Soberania Nacional absorvesse toda a Soberania Régia.

A constituição acaba por ser uma constituição "democrática-representativa", em que o Rei é um elemento esvaziado de poder, e em que o poder régio é concebido para dar prestígio e credibilidade ao sistema, mas não deve travar a marcha do Poder da Nação.

Na parte legislativa, a soberania do Rei é praticamente anulada. As Bases da Constituição são claras ao determinarem que as leis estão dependentes da sanção do Rei. Pretende-se que o Rei seja um freio ao poder

legislativo, mas, o Rei apenas pode retardar o processo legislativo dando-lhe o seu veto, sempre suspensivo, o que, na prática, equivale a obrigar o Rei a conformar-se com uma lei se as Cortes assim o entenderem. Desde a discussão das bases da constituição que se nota uma grande cautela em relação ao poder executivo: quer transformar-se este poder num aliado, de uma forma quase manipuladora.

O Rei adere de tal forma ao sistema constitucional, que aguarda a constituição com agrado. A Constituição é-lhe apresentada como o culminar dos acontecimentos de 24 de Agosto de 1820, quando a Nação proclamou a sua liberdade e independência. Ela reconheceu, também, nesse dia, os direitos da casa de Bragança, jurando obedecer a D. João VI, como herdeiro das virtudes de João IV e sucessor do trono do primeiro Afonso. Mas, as Cortes, depositárias da soberania da Nação, adoptaram o sistema do Governo Representativo, que implicou a alteração das antigas instituições. Aqui, o Poder Régio é ultrapassado pelo Poder da Nação, com o argumento de que é a Nação que dá vida à Monarquia. O Rei é o chefe do Estado, sendo a sua pessoa inviolável, e a sua autoridade proveniente da Nação. Estamos perante um sistema fundamentado no princípio da Soberania Nacional, em que o poder supremo pertence às Cortes. O Rei é subalternizado pelo poder das Cortes, que possui, efectivamente, uma grande margem de manobra, dando ao Rei apenas o veto suspensivo, e, concentrando o poder das Cortes numa só câmara, que, conjuntamente dão às Cortes um exercício efectivo de poder. Na prática, a política vintista não consegue um autêntico equilíbrio, nem isso terá pretendido, prevalecendo o poder legislativo sobre o poder executivo.

Como salientou Marcello Caetano, a Constituição de 1822 instaura em Portugal um regime liberal democrata, que as circunstâncias não deram tempo a ser posto em prática. "A prática da constituição teria

certamente conduzido, com o tempo, a um sistema parlamentar de assembleia".⁽²⁾

Citando Jorge Miranda podemos dizer que "se a constituição tivesse podido aplicar-se, de duas uma: ou a separação rígida de poderes instituída teria tornado inviável o governo, ou o Governo ter-se-ia convertido em governo parlamentar, por a responsabilidade ministerial passar a ser responsabilidade política".⁽³⁾

A questão da soberania é o ponto fulcral do movimento de ideias nascentes a partir da proclamação de 24 de Agosto de 1820. No vintismo, o conceito de soberania adquire um novo significado: a soberania fundamenta-se no direito natural e expressa-se na constituição. O exercício da soberania legitima-se através da vontade da Nação: é a Nação que delega nos seus representantes o exercício do poder.

Note-se a influência do jusnaturalismo na origem de uma nova ideia de soberania (Burlamaqui, Pufendorf, Wolff). A soberania tem origem num contrato entre os Homens, deixando de residir em Deus a fundamentação e a legitimidade do poder político (jusdivinismo). Os vintistas combatem a ideia de um poder absoluto concentrado numa só pessoa: um absolutismo com tendência natural para o despotismo. Defendem a Monarquia Representativa como a forma de exercício do poder, distinguindo Soberania e Exercício da Soberania. Deixa de haver uma personalização do poder (no Rei) para passar a haver um Rei com uma parte desse poder - chefe do executivo -, e uma maior autoridade da Nação. O Rei insere-se no corpo social cabendo-lhe uma função política ao serviço da nação. O Rei, supremo

(2) M. Caetano, *História breve da Constituição Portuguesa*. Ed. Verbo, 1965, p. 21

(3) Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 1985

magistrado da Nação, tem como obrigação servi-la, e não o contrário: o Rei deve contribuir para a felicidade da nação.

"Já não se aceita que os povos são feitos para regalo e grandeza dos reis, senão, pelo contrário, que os reis são feitos para o bem e felicidade dos povos".⁽⁴⁾

D. João VI é um Rei que aceitou e jurou TUDO, o que equivale a dizer, que não tomou posições políticas sobre nada. Poderia questionar-se que tipo de PODER RÉGIO existe quando o Rei ao jurar as bases, jurou, também, a futura constituição. Esta antecipação, longe de revelar confiança nas cortes, revela, sim, a aceitação, por motivos políticos, da transferência do poder régio para as cortes, que, têm, à partida, a certeza de que o poder régio não será um obstáculo à acção política.

O Rei aceitou um esvaziamento do seu poder. As Cortes aceitaram como princípio fundamental, o princípio da separação e equilíbrio dos poderes. Ora, na prática política, um poder régio fictício, é um poder legislativo com forças redobradas. São estas algumas das incongruências do vintismo, que não faz corresponder a prática à teoria governativa. O poder régio fica, de forma muito hábil, dependente das cortes, na medida em que o Rei é a pessoa superior da Nação, e, como delegado desta, deve agir em conformidade com os interesses da Nação, seguindo as directivas das Cortes, não tendo, na prática, poderes efectivos.

O poder régio mantém um poder de tradição histórica, mas perde a sua importância, a nível interno, porque, com base na pseudo-ideia de equilíbrio dos poderes, de facto, o poder régio fica esvaziado de poder, com a

(4) ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO, "A Problemática da Soberania" in *Cultura e Política - Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*, Lisboa, INIC, 1990

proclamação da soberania nacional, embora como podemos ver, os liberais sustentem a tese do equilíbrio dos poderes.

Há um confronto entre a tradição e a revolução para tentar encontrar o equilíbrio que não se veio a verificar. No entanto, o peso da tradição era tão forte que há um confronto do poder - o PODER RÉGIO - que acaba por ceder. Interessa ver quem cede e o que é que cede: cede o poder mais moderado; aperta-se a tradição - a tradição vence-se com a revolução. Mas, saliente-se que a Nação ainda tinha um apoio tão forte no Rei que todas as PROCLAMAÇÕES mantinham não só o regime como a pessoa.⁽⁵⁾ Veja-se portanto o prestígio que o Rei ainda tinha na sociedade. O peso do Rei na sociedade é evidente: mas esvaziado o PODER fica só a PESSOA DO REI.

Em conclusão, pode dizer-se que num discurso unívoco de exaltação da imagem de Rei, há, duas imagens de Rei. Duas imagens que se reflectem em tensões quanto ao poder régio: não há unidade de poder do Rei. Há, portanto duas figuras de Rei Constitucional, uma com mais poder e uma com menos poder. como na dupla imagem do Rei. Quando se discute o poder vê-se que há tensões, mas a exaltação de uma única imagem: um único discurso oculta as tensões de poder que existem, ou seja, os confrontos de poder.

(5) Lembremo-nos do teor das Proclamações – Vid. CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Documentos para a história das Cortes Gerais*, p. 13 e segs

1. FONTES PRINCIPAIS

Actas das Sessões das Cortes Gerais, Extr. e Constituintes, Imprensa Nacional, 1820-1823.

BOTTADO, Duarte Gorjão da Cunha Coimbra, *Memória sobre o procedimento havido com sua majestade a rainha, analisado em frente da constituição*, Lisboa, Typographia, Maigrense, 1823.

Cancioneiro de Músicas Populares, Porto, Typographia Occidental, 1893.

CARNEIRO, Manuel Borges, *Portugal regenerado em 1820*, Lisboa, Typographia La Cerdina, 1820.

CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo, *Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil*, Lisboa, Impressão de João Nunes Esteves, 1822.

Cartas dir. a S. M. El-Rey D. João VI desde 1817, Londres, Mess. Cox e Baylis, 1821.

Collecção de constituições antigas e modernas com o projecto d'outros, seguidas de hum exame comparativo de todas ellas, 4 tomos, Lisboa, 5 Typographia Roll Andiana, 1820.

Collecção das Cartas de Lei, Decretos das Cortes Gerais, Extr. e Const., Coimbra, 1822, p. 56.

Constituição Política da Monarquia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1822.

Correio Braziliense ou Armazém Literário, 29 Volumes, Londres, 1808-1822.

Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, Lisboa Imprensa Nacional, 1821-1822, 7 vol.

Diário das Cortes Gerais. Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, Lisboa Imprensa Nacional, 1822. Discursos.

ANNES DE CARVALHO, D.C. T. I, sessão de 27 de Fevereiro de 1821, p. 170.

BASTOS, D.C., T. II, p. 1873 e 1948.

BORGES CARNEIRO, D.C., T. I, sessão de 21 e 27 de Fevereiro de 1821, p. 125 e 171; T. II, p. 1473; sessão de 9 de Julho, p. 1473.

BRANDÃO, D.C., T. I, sessão de 21 de Fevereiro de 1821, p. 125; T. II, sessão de 13 de Julho de 1821, p. 1531.

CARMELO FORTES, D.C., T. I, sessão de 21 de Fevereiro de 1821, p. 126.

CARVALHO, M. A., D.C., T. I, 23 de Fevereiro, p. 145.

CASTELO BRANCO, D.C., T. I, sessão de 3 de Fevereiro de 1821, p. 125.

FERREIRA DE MOURA, D.C., T. II, sessão de 4 de Julho, p. 1434-1435; T. I, 27 e 28 de Fevereiro de 1821, p. 173-179; T. III, 22 de Agosto de 1821, p. 1988.

GOUVEIA DURÃO, D.C., T. III, p. 3434.

GUERREIRO, D.C., T. I, sessão de 26 de Fevereiro, p. 165; sessão de 2 de Março de 1821, p. 199, e T. II, 9 de Julho, p. 1474.

GYRÃO, D.C., T. I, 22 de Fevereiro, p. 133.

MIRANDA, G., D.C., T. II, sessão de 9 de Julho, p. 1473.

PEREIRA DO CARMO, D.C., T. I, 23 de Fevereiro, p. 140, T. II, sessão de 13 de Julho, p. 1526.

PIMENTEL MALDONADO, D.C., T. I, 25 de Fevereiro, p. 170.

SOARES FRANCO, D.C., T. I, 23 de Fevereiro, p. 148.

TRIGOSO, D.C., T. I, 21 de Fevereiro, p. 125.

VAZ VELHO, D.C., T. I, sessão de 23 de Fevereiro, p. 148.

XAVIER MONTEIRO, D.C., T. I, sessão de 22 de Fevereiro, p. 137.

Diário das Cortes da Nação Portuguesa - Segunda Legislatura, Lisboa
Imprensa Nacional, 1822-1823.

Diário do governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1823.

Documentos para a história das Cortes Gerais da Nação Portuguesa,
editado por CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, Lisboa, Imprensa
Nacional, 1823.

Proclamações do conselho militar do Porto á tropa da mesma cidade -
24 de agosto de 1820, in CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS,
supracitado, p. 6.

Manifesto da junta provisional aos portuguezes - 24 de agosto de 1820,
idem, p. 9.

Proclamação do tenente general Filippe de Sousa Canavarro aos
portuguezes - 25 de agosto de 1820, idem, p. 11.

Proclamação do coronel Bernardo Correia de Castro e Sepulveda aos
portuguezes - 26 de agosto de 1820, idem, p. 12.

Proclamação do conde de Amarante, general governador das armas da
provincia de Traz os Montes, recommendando aos seus
subordinados que se conservem fieis ás antigas instituições - 26 de
agosto de 1820, idem, ibidem.

Officio de Francisco Gomes da Silva, secretario da junta provisional,
dirigido a Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira,
commandante em chefe da força armada, para que faça participar
aos officiaes inglezes que estavam occupando postos no exercito, a
necessidade de suspendel-os, conservando-se-lhes porém todas as

- honras e privilegios, assim como os respectivos soldos, até à instalação das côrtes - 26 de agosto de 1820, *idem*, p. 13.
- Proclamação da junta provisional do Porto aos habitantes de Lisboa - 28 de agosto de 1820, *idem*, p. 14.
- Proclamação do coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira aos portuenses - 28 de agosto de 1820, *idem*, p. 15
- Proclamação dos governadores do reino constituídos em Lisboa, aos portuguezes, contra os factos revolucionarios ocorridos no Porto - 29 de agosto de 1820, *idem*, p. 16.
- Proclamação do tenente general Antonio Marcellino da Victoria, encarregado do governo das armas da provincia da Beira, contra as idéias liberaes - 29 de agosto de 1820, *idem*, p. 17.
- Proclamação dos portuenses aos soldados da provincia de Traz os Montes - 31 de agosto de 1820, *idem*, p. 18.
- Proclamação dos portuenses aos habitantes do Alto Douro - 31 de agosto de 1820, *idem*, *ibidem*.
- Proclamação dos governadores do reino aos portuguezes, declarando-lhes que, em nome de el-rei D. João VI, iam convocar a côrtes os tres estados - 1 de setembro de 1820, *idem*, p. 19
- Proclamação dos officiaes dos corpos militares do Porto aos officiaes de todo o exercito - 1 de setembro de 1820, *idem*, p. 20.
- Proclamação dos portuenses aos habitantes da Beira - 2 de setembro de 1820, *idem*, p. 21.
- Proclamação dos governadores do reino aos militares que entraram no movimento revolucionario - 2 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.
- Proclamação dos governadores do reino aos habitantes do Porto - 2 de setembro de 1820, *idem*, p. 22.

Proclamação da junta provisional aos portuenses - 2 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Carta dos governadores do reino a el-rei D. João VI, relatando-lhe os acontecimentos revolucionários e as providencias tomadas - 2 de setembro de 1820, *idem*, p. 23.

Relatorio a que se refere a carta supra, *idem*, p. 25

Carta da junta provisional aos governadores do reino, fazendo-lhes sentir o estado lastimoso a que chegára o paiz nos ultimos tempos do regimen absoluto - 3 de setembro de 1820, *idem*, p. 28.

Portaria dos governadores do reino com respeito ao pessoal da comissão incumbida dos trabalhos preparatórios para se reunirem em cortes os tres estados - 4 de setembro de 1820, *idem*, p. 30.

Proclamação do coronel Bernardo Correia de Castro e Sepulveda aos habitantes da Beira - 4 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Proclamação do marechal de campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda aos transmontanos - 5 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Carta dos officiaes e soldados da guarnição do Porto aos governadores do reino - 6 de setembro de 1820, *idem*, p. 31.

Carta dos officiaes da guarnição do Porto aos governadores do reino - 6 de setembro de 1820, *idem*, p. 32.

Proclamação dos governadores do reino aos chefes, officiaes e soldados do exercito, aconselhando-os a que se conservassem fieis - 6 de setembro de 1820, *idem*, p. 38.

Proclamação do conde de Barbacena (Francisco) aos portuguezes - 7 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Portaria da junta provisional do governo supremo do reino, declarando que toma o commando em chefe do exercito - 7 de setembro de 1820, *idem*, p. 39.

Carta de convocação dos tres estados, promulgada em Lisboa pelos governadores do reino - 9 de setembro de 1820, *idem*, p. 40.

Proclamação da junta provisional ao povo portuguez - setembro de 1820, *idem*, p. 41.

Proclamação do coronel José de Mello e Castro de Abreu, encarregado interinamente do governo das armas da provincia da Beira, aos habitantes da mesma - setembro de 1820, *idem*, p. 44.

Proclamação do conde de Barbacena (Francisco), commandante do corpo do exercito formado na provincia da Extremadura, aos seus soldados - 9 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Proclamação do coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, commandante em chefe do exercito do sul, aos seus subordinados - 10 de setembro de 1820, *idem*, p. 45.

Partida da junta provisional do governo supremo do reino com parte da tropa, em direcção a Lisboa, ficando uma delegação da mesma junta na cidade do Porto, *idem*, p. 46.

Proclamação da junta provisional aos habitantes do Porto - 10 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Proclamação do coronel José Augusto Leite Pereira de Mello, ajudante general do governo das armas do partido do Porto, aos portuguezes - 13 de setembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Pronunciamento em Lisboa, a favor das idéas liberaes, no dia 15 de setembro de 1820, e nomeação das pessoas que deviam formar o governo interino, *idem*, p. 50.

Proclamação do governo interino de Lisboa aos portuguezes - 17 de setembro de 1820, *idem*, p. 51.

Proclamação da junta provisional aos habitantes do Porto - 17 de setembro de 1820, *idem*, p. 52.

Portaria da junta provisional, em que se declara a junção dos dois governos, formando duas secções uma das quaes se denomina "junta provisional do governo supremo do reino" e outra "junta provisional preparatoria das côrtes", e individuos que as compõem - 27 de setembro de 1820, *idem*, p. 57.

Officio do governo interino de Lisboa, accusando a recepção dos dois documentos antecedentes - 28 de setembro de 1820, *idem*, p. 58.

Chegada da junta provisional do Porto á cidade de Lisboa - 1 de outubro de 1820, *idem*, p. 59.

Officio de João Alves, juiz do povo, aos membros da junta provisional, felicitando-os pelos seus actos - 1 de outubro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Proclamação do governo interino á tropa e ao povo de Lisboa, agradecendo-lhes o seu comportamento - 1 de outubro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Proclamação da junta provisional aos habitantes da primeira cidade do reino - 2 de outubro de 1820, *idem*, *idem*, p. 60

Officio circular de José Joaquim de Almeida e Araujo Correia de Lacerda, intendente da policia do Porto e provincias do norte, aos corregedores sob a sua alçada - 19 de setembro de 1820, *idem*, p. 61.

Proclamação da delegação do governo supremo do reino aos portuenses - 25 de setembro de 1820, *idem*, p. 63.

Carta (1ª) do governo interino de Lisboa a el-rei D. João VI - 26 de setembro de 1820, *idem*, p. 64.

Carta (2ª) do governo interino de Lisboa a el-rei D. João VI - 1 de outubro de 1820, *idem*, p. 68.

Cartas de Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira a el-rei D. João VI e ao principe real D. Pedro - 10 de outubro de 1820, *idem*, p. 71.

Carta do novo governo do reino a el-rei D. João VI - 6 de outubro de 1820, *idem*, p. 72.

Instrucções para regular as eleições de deputados das câortes extraordinarias e constituintes - 31 de outubro de 1820, *idem*, p. 84.

Officio circular de Manuel Fernandes Thomaz, encarregado da repartição dos negocios do reino, aos presidentes das eleições, remettendo-lhes as instrucções antecedentes - 8 de novembro de 1820, *idem*, p. 95.

Proclamação de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, commandante em chefe do exercito do norte, aos habitantes de Lisboa - 13 de novembro de 1820, *idem*, p. 98.

Proclamação de Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, commandante do exercito nacional do sul, aos habitantes de Lisboa - 13 de novembro de 1820, *idem*, p. 99.

Proclamação de Filippe Ferreira de Araujo e Castro, intendente geral da policia, aos portuguezes - 18 de novembro de 1820, *idem*, p. 104.

Proclamação da junta provisional do governo supremo do reino aos habitantes de Lisboa - 18 de novembro de 1820, *idem*, p. 105.

Officio de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda a Mathias José Diaz Azedo, encarregado da repartição dos negocios da guerra, resignando o commando em chefe do exercito do norte - 18 de novembro de 1820, *idem*, p. 106.

Officio de Manuel Fernandes Thomaz a Antonio Da Silveira Pinto da Fonseca, ordenando-lhe, em nome do governo, que saia de Lisboa para a sua quinta de Canellas no praso de duas horas - 20 de novembro de 1820, *idem*, *ibidem*.

Officio de Manuel Fernandes Thomaz a Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, para que convoque sem demora a junta preparatoria

das côrtes, a fim de prosseguirem os seus trabalhos com actividade
- 20 de novembro de 1820, idem, p. 107.

Instrucções eleitoraes, idem, p. 108.

Artigos addicionaes para as eleições de Lisboa e seu termo, idem, p.
115.

Portaria da junta provisional do supremo governo do reino, declarando a
verdadeira interpretação do artigo 97º das instrucções eleitoraes - 4
de dezembro de 1820, idem, p. 116.

Edital do senado da camara de Lisboa aos habitantes da dita cidade,
sobre a escolha dos individuos para deputados - 9 de dezembro de
1820, idem, p. 117.

Manifesto da nação portugueza aos soberanos e povos da Europa - 15
de dezembro de 1820, idem, p. 118.

Portaria do governo supremo do reino, ordenando que, em attenção aos
serviços dos habitantes do Porto, o campo de Santo Ovidio se
chame para o futuro "campo da Regeneração", e que a nova praça
onde se reuniram os bravos para estabelecerem a junta provisional
se denomine "praça da Constituição" - 23 de dezembro de 1820,
idem, p. 126.

Deputados e substitutos eleitos para o congresso constituinte, idem.
ibidem.

Aviso de Manuel Fernandes Thomaz a José Joaquim Barba Alardo de
Menezes, presidente da basilica patriarchal de Santa Maria Maior,
a respeito da cerimonia de igreja e escolha do orador sagrado para
o acto de convocação das côrtes - 29 de dezembro de 1820, idem,
p. 130.

Installação das côrtes e juramento dos deputados, idem, p. 133.

Discurso do padre Vicente de Santa Rita Lisboa, prégado no templo da sé em 26 de janeiro de 1821, quando os deputados ali prestaram juramento, *idem*, *ibidem*.

Discurso do conde de Sampaio, presidente do governo, perante as côrtes - 26 de janeiro de 1821, *idem*, p. 138.

Decreto das côrtes, ordenando que a junta provisional do governo supremo do reino continue no exercicio das suas funcções - 26 de janeiro de 1821, *idem*, p. 140.

Projecto de regimento para o governo interior das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes, *idem*, *ibidem*.

Decreto das côrtes, creando uma regencia que, em nome de el-rei D. João VI, exerça o poder executivo - 30 de janeiro de 1821, *idem*, p. 150.

Decreto das côrtes, nomeando o pessoal da regência e seus secretarios - 30 de janeiro de 1821, *idem*, *ibidem*.

Juramento prestado perante o soberano congresso pelos membros do governo - 30 de janeiro de 1821, *idem*, p. 151.

Discurso do arcebispo da bahia, presidente das côrtes, depois do juramento supra - 30 de janeiro de 1821, *idem*, *ibidem*.

Resposta do conde de Sampaio, como presidente da regencia - 30 de janeiro de 1821, *idem*, p. 152.

Carta (1ª) dirigida pelas côrtes a el-rei D. João VI, relatando-lhe a installação das mesmas côrtes e mais actos concernentes ao systema representativo - 15 de fevereiro de 1821, *idem*, p. 156.

Carta (2ª) das côrtes a el-rei D. João VI, participando-lhe a chegada dos deputados da provincia da Madeira e alludindo aos successos ali occorridos - 19 de fevereiro de 1821, *idem*, p. 160.

O povo e tropa da capital do Brazil pedem uma constituição a el-rei D. João VI, e este, annuindo, nomeia novo ministerio, *idem*, p. 162.

Decreto approvando a constituição tal qual a fizerem as côrtes reunidas em Lisboa, 24 de fevereiro de 1821, *idem*, *ibidem*.

Auto do juramento de el-rei D. João VI, principe D. pedro, infante D. Miguel, povo e tropa do Rio de Janeiro á alludida constituição - 26 de fevereiro de 1821, *idem*, *ibidem*.

Officio de Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros na côrte do Rio de Janeiro, ao governo do reino de Portugal, participando-lhe o proximo regresso de el-rei e outras pessoas da familia real para Lisboa - 28 de fevereiro de 1821, *idem*, p. 163.

Decreto, datado do Rio de Janeiro, pelo qual el-rei D. João VI declara que resolveu transferir de novo a côrte para a cidade de Lisboa - 7 de março de 1821, *idem*, p. 164.

Bases da constituição politica da monarchia portugueza - 9 de março de 1823, *idem*, p. 165.

Discurso (2º) pronunciado nas côrtes pelo brigadeiro Palhares, quando a deputação da ilha da Madeira se foi despedir em 22 de março de 1821, *idem*, p. 174.

Resposta do vice-presidente do congresso, *idem*, *ibidem*.

Portaria da regencia, mandando cumprir o decreto das côrtes em que se declaram legitimos e necessarios os gloriosos feitos de 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, e benemeritos da patria seus auctores - 24 de março de 1821, *idem*, p. 175.

Juramento prestado ás bases da constituição pelos deputados, no templo de S. Domingos de Lisboa, a 29 de março de 1821, *idem*, p. 180.

Recusa do cardeal patriarcha a prestar o alludido juramento sem restricções, e debate que este facto suscita nas côrtes, idem, ibidem.

Portaria da regencia, mandando cumprir o decreto das côrtes em que se declara a pena imposta a qualquer portuguez quando se recuse a jurar a constituição ou as suas bases - 5 de abril de 1821, idem, p. 181.

Portaria da regencia, mandando cumprir o decreto das côrtes pelo qual são extintos o santo officio, inquisições e juizos do fisco - 5 de abril de 1821, idem, ibidem.

Procedimento contra o bispo de Olbã D. Vasco José Lobo, por ter jurado a constituição com restricções, idem, p. 188.

Modo como o congresso recebeu a noticia de adherencia de el-rei D. João VI á causa liberal, idem, ibidem.

Carta (3^a) das côrtes a el-rei D. João VI, enviando-lhe as bases da constituição politica que foram juradas - 9 de maio de 1821, idem, p. 189.

Decreto das côrtes, determinando que nenhum emprego publico possa ser conferido a estrangeiros sem seu consentimento, nem el-rei remova do exercicio dos respectivos postos os commandantes das forças estacionadas em Lisboa e Porto, enquanto não estiver sancionada a constituição - 3 de julho de 1821, idem, p. 204.

Chegada de el-rei D. João VI ao porto de Lisboa, e relatorio da deputação das côrtes que foi comprimental-o, idem, p. 205.

Discurso do presidente das côrtes (José Joaquim Ferreira de Moura), depois de el-rei prestar juramento - 4 de julho de 1821, idem, p. 208.

Resposta de el-rei D. João VI, idem, p. 210.

Discurso de Manuel Fernandes Thomaz, orador da deputação incumbida pelas côrtes de ir a Queluz comprimentar el-rei D. João VI e a familia real - 7 de julho de 1821, idem, p. 212.

Aviso de João Baptista Felgueiras, secretario das côrtes, a Joaquim José Monteiro Torres, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, relativo ao destino que deve dar-se ás pessoas que acompanharam el-rei, e comprehendidas na ordem de 3 de julho - 9 de julho de 1821, idem, p. 213.

Carta de lei sobre a liberdade de imprensa - 12 de julho de 1821, idem, p. 218.

Carta (nº 1) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando-lhe os successos do Rio de Janeiro ácerca do juramento da constituição, e accusando de insubordinada a tropa auxiliadora - 8 de junho de 1821, idem, p. 231.

Carta (nº 2) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, informando-o do estado da fazenda publica no Brazil, e das occorrencias mais graves n'algumas das suas provincias - 17 de julho de 1821, idem, p. 243.

Discurso proferido por José Joaquim Ferreira de Moura, como orador da deputação encarregada pelas côrtes de ir comprimentar el-rei no anniversario da installação das mesmas - 26 de janeiro de 1882, idem, p. 266.

Resposta de sua magestade, idem, p. 267

Carta de lei ampliando o artigo 7º do decreto de 4 de julho de 1821 sobre liberdade de imprensa - 30 de janeiro de 1822, idem, p. 268.

Carta (nº 10) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, accusando a recepção dos decretos para se eleger a junta do governo e sua alteza real partir para a Europa - 10 de dezembro de 1821, idem, p. 272.

- Carta (nº 11) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando-lhe a má impressão causada pelo decreto relativo á sua saída do Brazil - 14 de dezembro de 1821, *idem*, *ibidem*.
- Carta (nº 12) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, informando-o de que as províncias do Brazil pretendem representar contra a sua saída ou declarar independente aquelle reino - 15 de dezembro de 1821, *idem*, p. 273.
- Carta (nº 13) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, declarando que subsistem no Brazil as mesmas opiniões politicas expostas na anterior correspondencia - 30 de dezembro de 1821, *idem*, p. 276.
- Carta (nº 14) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, remetendo o officio em seguida transcrito, para se conhecer quaes são as firmes tenções dos paulistas - 2 de janeiro de 1822, *idem*, p. 277.
- Officio ou representação do governo da provincia de S. Paulo ao príncipe real, mostrando o descontentamento dos brasileiros pelos decretos das côrtes de 29 de setembro de 1821, a que se refere a carta nº 14 - 24 de dezembro de 1821, *idem*, *ibidem*.
- Carta (nº 15) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando-lhe a audiencia que dera ao senado da camara e remetendo o respectivo auto - 9 de janeiro de 1822, *idem*, p. 282.
- Carta (nº 16) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, informando-o dos ultimos acontecimentos politicos do Brasil que o obrigaram a mudar de ministros - 23 de janeiro de 1822, *idem*, *ibidem*.
- Carta (nº 17) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, communicando ter recebido uma deputação da provincia de S. Paulo, que lhe pediu não saísse do Brazil - 29 de janeiro de 1822, *idem*, p. 285.
- Carta (nº 18) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando que intimára o comandante da divisão auxiliadora para partir do Brazil - 2 de fevereiro de 1822, *idem*, *ibidem*.

Proclamação do príncipe D. Pedro, regente do Brasil, aos habitantes do Rio de Janeiro e à divisão auxiliadora de Portugal, *idem*, p. 286.

Manifesto do povo do Rio de Janeiro, dirigido ao senado da mesma cidade - 2 de janeiro de 1822, *idem*, p. 287.

Carta (nº 19) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, acerca da partida da divisão auxiliadora - 12 de fevereiro de 1822, *idem*, p. 304

Carta (nº 20) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, remetendo a falla que lhe dirigira a deputação da provincia de Minas Gerais - 15 de fevereiro de 1822, *idem*, *ibidem*.

Carta (nº 21) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando que, por annuir a diversas representações, creára um conselho de estado no Brazil - 16 de janeiro de 1822, *idem*, p. 306.

Carta (nº 22) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando que tudo está tranquillo e affecto a Portugal desde a saída da divisão auxiliadora, e que Montevideu quiz voluntariamente unir-se ao Brazil - 14 de março de 1822, *idem*, p. 308.

Carta (nº 23) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, communicando que parte dos soldados do regimento provisório passára de livre vontade para os corpos do exercito do Brazil, mas elle não consentira, por conveniencia da disciplina, que os officiaes fizessem o mesmo - 19 de março de 1822, *idem*, p. 309.

Discurso dirigido a el-rei pelo arcebispo da Bahia, como orador da deputação que foi felicitá-lo em nome das côrtes no dia 4 de julho de 1822, anniversario do regresso de sua magestade á antiga séde da monarchia e da ratificação do juramento ás bases do código politico, *idem*, p. 329

Resposta de el-rei D. João VI, *idem*, p. 331.

Carta (nº 24) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando que o governo de Minas Geraes quizera mostrar-se superior a elle e às

côrtes, e por isso fora ali e mandára convocar os eleitores para elegerem outros individuos - 26 de abril de 1822, *idem*, p. 348.

Carta (nº 25) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, mostrando a necessidade de haver côrtes geraes do Brazil e particulares relativamente ao reino unido - 28 de abril de 1822, *idem*, p. 349.

Carta de lei permitindo que o principe real continue a residir no Rio de Janeiro até ser promulgada a constituição politica da monarchia portugueza, governando porém sujeito a el-rei e às côrtes - 24 de julho de 1822, *idem*, p. 350.

Carta de lei considerando irritó e nullo o decreto promulgado no Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1822 sobre a convocação de procuradores das provincias do Brazil - 24 de julho de 1822, *idem*, *ibidem*.

Carta de lei mandando processar alguns membros da junta provisional do governo da provincia de S. Pulo - 27 de julho de 1822, *idem*, p. 351.

Proclamação das côrtes ao povo do Brazil - 17 de agosto de 1822, *idem*, p. 356.

Officio de José da Silva Carvalho, ministro dos negocios de justiça, a João Baptista Felgueiras, secretario das côrtes, remettendo, em nome de el-rei, para serem presentes ao soberano congresso, todas as cartas recebidas na vespera, escriptas pelo principe real, e respectivos documentos - 26 de agosto de 1822, *idem*, p. 358.

Carta (nº 26) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, ácerca das criticas circumstancias politicas do Brazil - 19 de junho de 1822, *idem*, *ibidem*.

Representação dirigida ao principe regente do Brazil pelo povo do Rio de Janeiro, pedindo-lhe que acceite o titulo de defensor constitucional e perpetuo do Brazil - 20 de maio de 1822, *idem*, p. 360.

Parecer da comissão de constituição sobre o decreto assignado pelo principe regente do Brazil em 3 de junho de 1822 tomando aquelle reino independente - 11 de setembro de 1822, *idem*, p. 387.

Carta (nº 28) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando que recebêra uma deputação de Pernambuco, reconhecendo-o regente sem restricções no poder executivo - 26 de julho de 1822, *idem*, p. 388.

Carta (nº 29) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, remetendo dois decretos que mandará promulgar, para assim sua magestade conhecer a marcha politica do Brazil - 4 de agosto de 1822, *idem*, p. 389.

Carta (nº 30) do principe D. Pedro a el-rei D. João VI, enviando o manifesto que dirigira aos povos do Brazil - 6 de agosto de 1822, *idem*, p. 391.

Manifesto do principe regente do Brazil aos povos d'aquelle reino - 1 de agosto de 1822, *idem*, *ibidem*.

Manifesto do mesmo regente aos governos e nações amigas - 6 de agosto de 1822, *idem*, p. 395.

Nomes dos deputados que não assignaram a constituição politica, *idem*, p. 403.

Discurso proferido por el-rei D. João VI perante as côrtes quando jurou a constituição em 1 de outubro de 1822, *idem*, p. 408.

Discurso do presidente das côrtes (Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato) depois do juramento de sua magestade, *idem*, p. 409.

Constituição politica da monarchia portugueza - 4 de outubro de 1822, *idem*, p. 411.

Decreto mandando suspender as demonstrações que, segundo o costume, deveriam ter lugar no dia do anniversario natalicio do principe real D. Pedro - 8 de outubro de 1822, *idem*, p. 438.

Discurso recitado por el-rei D. João VI, perante as côrtes no dia do encerramento - 4 de novembro de 1822, *idem*, p. 479.

Discurso do presidente (Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato), *idem*, p. 480.

Discurso de Hermano José Braamcamp do Sobral, presidente da deputação permanente, no acto de abrir a primeira sessão preparatoria das côrtes ordinarias, em 15 de novembro de 1822, *idem*, p. 483.

Discurso dirigido a el-rei D. João VI por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, na qualidade de orador da deputação encarregada de lhe participar acharem-se constituídas as côrtes ordinarias - 22 de novembro de 1822, *idem*, p. 488.

Resposta de el-rei, *idem*, p. 489

Participação official das causas por que el-rei não podia assistir á abertura das côrtes - 1 de dezembro de 1822, *idem*, *ibidem*.

Discurso de el-rei, lido nas côrtes pelo ministro dos negocios do reino, na sessão de 1 de dezembro de 1822, *idem*, *ibidem*.

Discurso do presidente do congresso, *idem*, p. 490.

Officio de Filippe Ferreira de Araujo e Castro, ministro dos negocios do reino, a João Baptista Felgueiras, secretario das côrtes, participando que a rainha D. Carlota Joaquina se recusa a prestar juramento á constituição, e remettendo um relatório sobre todo o processo - 4 de dezembro de 1822, *idem*, p. 503.

Carta da rainha D. Carlota Joaquina a el-rei D. João VI ácerca do decreto que a mandava sair do reino, *idem*, p. 510.

Indicação apresentada por José Accursio das Neves, com as assignaturas de mais quatro deputados, contra o procedimento havido com a rainha - 11 de dezembro de 1822, *idem*, p. 511.

Parecer da comissão especial sobre o processo - 9 de dezembro de 1822, *idem*, p. 512.

Post-scriptum ao dito parecer - 13 de dezembro de 1822, *idem*, p. 513

Discussão (na íntegra) do parecer relativo à recusa da rainha D. Carlota Joaquina a prestar juramento - sessões de 24 e 27 de dezembro de 1822, *idem*, p. 516.

Carta (nº 31) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, respondendo à que este lhe dirigira em 3 de agosto de 1822 e justificando-se do seu procedimento político - 22 de setembro de 1822, *idem*, p. 573.

Carta (nº 32) do príncipe D. Pedro a el-rei D. João VI, participando-lhe a alta dignidade a que fôra elevado por unânime aclamação dos povos de Brazil, e remetendo os documentos comprovativos - 23 de outubro de 1822, *idem*, p. 581.

Auto de aclamação de D. Pedro I, imperador constitucional do Brazil e seu defensor perpetuo - 12 de outubro de 1822, *idem*, p. 583.

Proclamações de D. Pedro, como imperador, ao exército do Brazil e aos portugueses - 21 de outubro de 1822, *idem*, p. 584.

Proclamação do conde de Amarante aos soldados e mais habitantes do Minho - (sem data), *idem*, p. 649.

Proclamação do conde de Amarante aos portugueses - 2 de março de 1823, *idem*, p. 650.

Manifesto do conde de Amarante aos portugueses - 2 de março de 1823, *idem*, p. 651.

Proclamação do conde de Amarante aos soldados - 3 de março de 1823, *idem*, p. 655.

Proclamação do conde de Amarante aos portugueses - 3 de março de 1823, *idem*, *ibidem*.

Proclamação do conde de Amarante aos habitantes de Lamego - (sem data), idem, p. 656.

Proclamação do conde de Amarante aos soldados transmontanos - 11 de março de 1823, idem, p. 657.

Proclamação do conde de Amarante aos soldados - 14 de março de 1823, idem, p. 658.

Proclamação de el-rei D. João VI aos transmontanos -22 de março de 1823, idem, p. 664.

Proclamação do marechal de campo Luiz do Rego Barreto, commandante das forças pacificadoras da provincia de Traz os Montes, aos soldados que seguem as bandeiras rebeldes - 24 de março de 1823, idem, p. 672.

Proclamação de Antonio Lobo Teixeira de Barros, governador das armas do partido do Porto, aos habitantes da mesma cidade - 25 de março de 1823, idem, p. 673.

Proclamação de Antonio Lobo Teixeira de Barros, governador das armas do partido do Porto, aos cidadãos portuenses - 28 de março de 1823, idem, p. 676.

Proclamação da camara constitucional do Porto aos cidadãos de Lisboa - 29 de março de 1823, idem, p. 677.

Proclamação de Antonio José Claudino de Oliveira Pimentel, segundo commandante do exercito de operações e governador interino da provincia de Traz os Montes, aos povos da dita provincia - 31 de março de 1823, idem, ibidem.

Discurso lido por el-rei D. João VI, na sessão de encerramento das côrtes ordinarias a 31 de março de 1823, idem, p. 678.

Officio da deputação permanente das côrtes, convocando os deputados a reunirem-se - 22 de abril de 1823. idem, p. 687.

Discurso de José Maximo Pinto da Fonseca Rangel, na qualidade de orador da deputação incumbida pelas côrtes de participar a el-rei a instalação e abertura das mesmas, *idem*, p. 688.

Officio de Agostinho José Freire, secretario da deputação permanente, a Antonio Vicente de Carvalho e Sousa, secretario das côrtes, participando que por um officio do ministro dos negocios de justiça constava ter fugido o infante D. Miguel com o regimento de infantaria nº 23, do commando de José de Sousa Pereira e Sampaio - 27 de maio de 1823, *idem*, p. 692.

Officio a que se refere o anterior - 27 de maio de 1823, *idem*, p. 693.

Discurso pronunciado perante el-rei por Manuel de Serpa Machado, na qualidade de orador da deputação das côrtes, quando lhe agradeceu a comunicação mandada fazer a respeito dos acontecimentos da noite de 24 de maio de 1823, *idem*, p. 695.

Resposta de el-rei, *idem*, p. 696.

Officio do brigadeiro Bernardo Correia de Castro e Sepulveda, encarregado da segurança e defeza da capital, a Antonio Vicente de Carvalho e Sousa, secretario das côrtes, expondo-lhe as providencias que tomara em desempenho do seu cargo, e remetendo uma proclamação dirigida aos habitantes de Lisboa - 28 de maio de 1823, *idem*, *ibidem*.

Proclamação a que se refere o officio supra - 27 de maio de 1823, *idem*, p. 697.

Carta do infante D. Miguel a el-rei D. João VI, ácerca do seu procedimento, quando se retirou para Villa Franca, em 27 de maio de 1823, o. 698.

Proclamação do infante D. Miguel aos portuguezes, m datada de Villa franca de Xira - 27 de maio de 1823, *idem*, p. 699.

Proclamação de el-rei D. João VI aos portuguezes, ácerca do infante D. Miguel ter fugido do paço - 30 de maio de 1823, *idem*, p. 706.

Partida de el-rei D. João VI para Vila Franca de xira com o regimento de infantaria nº 18, na tarde de 30 de maio de 1823, idem, ibidem.

Proclamações (3) da camara constitucional de Lisboa aos portuguezes - 31 de maio e 1 de junho de 1823, idem, p. 710.

Proclamação do general Jorge de Avillez Juzarte de Sousa Tavares aos soldados da segunda linha e guardas nacionaes - 1 de junho de 1823, idem, p. 711.

Proclamação do general Jorge de Avillez Juzarte de Sousa Tavares aos habitantes de Lisboa - 2 de junho de 1823, idem, ibidem.

Proclamação de el-rei D. João VI, datada de Villa Franca de Xira, aos habitantes de Lisboa, sobre a necessidade de modificar a constituição, e promettendo outra que dê todas as garantias - 31 de maio de 1823, idem, p. 712.

Proclamação das autoridades constituídas do Porto, congregadas em sessão nos paços do concelho, aos habitantes da cidade regeneradora - 31 de maio de 1823, idem, p. 714.

Nomeação de ministerio em Villa Franca de Xira - 1 de junho de 1823, idem, p. 746.

Decreto nomeando o infante D. Miguel commandante em chefe do exercito - 1 de junho de 1823, idem, ibidem.

Proclamação de el-rei D. João VI, fazendo considerações aos portuguezes sobre a politica seguida pelas côrtes e dissolvendo-as de direito - 3 de junho de 1823, idem, p. 748.

Proclamação do marechal de campo Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, commandante das forças da provincia da Extremadura, aos habitantes de Lisboa - 4 de junho de 1823, idem, p. 750.

Cartas dirigidas a el-rei D. João VI e ao infante D. Miguel pelos membros da referida regencia - 8 de junho de 1823, idem, p. 762.

Proclamação da camara constitucional do Porto aos habitantes da mesma cidade e em particular á guarda nacional - 3 de junho de 1823, idem, p. 763.

Proclamação do brigadeiro Antonio Lobo Teixeira de Barros, governador das armas do partido do Porto, aos habitantes da dita cidade - 4 de junho de 1823, idem, p. 764.

Auto da vereação extraordinaria do Porto em que se acclamou D. João VI rei absoluto - 4 de junho de 1823, idem, ibidem.

Proclamação aos soldados, publicada no Porto a 4 de junho de 1823, idem, p. 766.

Proclamação da dita junta aos habitantes do Porto - 4 de junho de 1823, idem, p. 767.

Bando da camara do Porto fazendo publico que na sé cathedral haverá *Te Deum* para solemnisar a restauração do governo de D. João VI - 5 de junho de 1823, idem, p. 768.

Gazeta de Lisboa, 1821, 1822, 1823.

Marquês da Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, *Memórias do ...*, Parte I e II (1820-24), Coimbra, Imprensa Universidade, 1928.

O Independente, Ano I, nº 6, Supl. de 30-XI-1821, pp. 2-4.

O Patriota - (jornais) - 1820-1821

O Português - (jornais) - 1826

Projecto das Bases da Constituição Portuguesa para ser discutido, in D. C., Tomo I, nº 10, 9 de Fevereiro de 1821, pp. 60-61.

Projecto de constituição da Monarquia Portuguesa, in D. C., Tomo 5, pp. 3-18.

2. Outras fontes e obras de consulta

ALEXANDRE, Valentim, "O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política", in *O Liberalismo na Península Ibérica na 1ª metade do século XIX*, vol. 1º, Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 287-307.

ALVES, José Augusto dos Santos, *Temas e problemas ideológico-políticos veiculados por "O Português"*, Tese

ARAÚJO, José Maria Xavier de, *Revelações e memórias para a história da revolução de 24 de Agosto de 1820 e de 15 de Setembro do mesmo ano*, Lisboa, Typographia Roll Andiana, 1846.

ARRIAGA, José de, *História da revolução portuguesa de 1820*, 4 volumes, Porto, 1886-1889.

ASTUTI, Guido, *Poder e instituições na Europa do antigo regime*, Lisboa, F. C. G., 1984, V. o abs. esclarecidos em Itália e o estado de policia, pp. 249-306.

AZEVEDO, João Lúcio de, *Épocas do Portugal económico*, Lisboa, 1929.

BAKER, Keith Michael (Ed.), *The political culture of the old regime*, Oxford, Pergamon Press, 1987.

Bases da constituição política da monarquia portuguesa, D. C., Tomo 1, nº 30, 9 de Março de 1821, pp. 232-233.

BOBBIO, Norberto, V.V. Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino, *Dicionário de política*, 2 vols., Lisboa, Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1991.

BURDEAU, Georges, *O Liberalismo*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

- BURKE, Edmond, *Reflexions sur la revolution de France et sur les procédés de certains sociétés a Londres relatifs a cet événement*, Londres, 1790.
- CAETANO, Marcello, *Constituições Portuguesas*, 3ª ed., Lisboa Editorial Verbo, 1971.
- CAETANO, Marcello, *Manual de ciência política e direito constitucional*, Almedina, Coimbra, 1986
- CAETANO, Marcello, *História breve das constituições portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1971.
- CALMON, Pedro, *O rei do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1935.
- CAMPOS, Fernando, *O pensamento contra-revolucionário em Portugal*, Lisboa, 1931.
- CARVALHO, Joaquim de, "Irradiação do movimento revolucionário", in *História de Portugal* (Dir. Damião Peres), Volume VII. Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- CARVALHO, Joaquim de, "A obra legislativa das cortes", in *História de Portugal* (Dir. Damião Peres), Vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- CARVALHO, Joaquim de, "A contra-revolução", in *História de Portugal* (Dir. Damião Peres), Volume VII, Barcelos, Portucalense Editora, s.d.
- CASTRO, Zília Maria Brandão Osório de, "A sociedade e a soberania - doutrina de um vintista", in *Revista de História das Ideias*, Vol. II, Coimbra, Univ. de Coimbra, 1978-1979, pp. 171-230.
- CASTRO, Zília Maria Brandão Osório de, *Cultura e política - Manuel Borges Carneiro e o vintismo*, 2 vols., Lisboa, INIC, 1990.
- CASTRO, Zília Maria Brandão Osório de, "Manuel Borges Carneiro e a teoria do estado liberal", in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1976.

- CASTRO, Zília Maria Brandão Osório de, "Const. vintista.- antec. e pressupostos", in *Cultura - História e Filosofia*, Coimbra, T. 5, 1986, pp. 597-651.
- CHATELET, François (Dir), *Histoire des idéologies . Volum III - Savoir e Pouvoir des XVIII e au XX e. siècle*, Paris, Hachette, 1978.
- Choix des rapports, *Opinions et discours prononcés à la tribune nationale depuis 1789 jusqu'à ce jour*, Recueillis dans un ordre chronologique et historique, 23 tomos, Paris, Alexis Eymery, 1818-1825
- CINTRA, Assis, *O rei fujão*, Livraria Record Editora, São Paulo, s.d.
- CONSTANT, Benjamin, *Cours de politique constitutionnelle*, Bruxelas, 1987.
- CONSTITUIÇÃO DA GRÃ-BRETANHA, OU PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SEU GOVERNO ACTUAL, Lisboa, Oficina de J. F. M. de Campos, 1821.
- CONSTITUCION POLITICA DE LA MONARQUIA ESPAÑOLA PROMULGADA EN CADIZ A 19 DE MARZO DE 1812, Madrid. Imprenta Nacional, 1813.
- COSTA, Jaime Raposo, *A teoria da liberdade*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976.
- DIAS, Graça e José Sebastião da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 4 tomos, INIC, 1980.
- FERREIRA, João Pedro Rosa, *Temas probl. críticas ou propostas de alcance ideológico ou político veiculados pelo Correio Braziliense*, Tese policopiada.
- FURET, François, *Penser la révolution française*, Paris, Gallimard, 1978.
- GARRETT, Almeida, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

- GARRETT, Almeida, *Obras de Almeida Garrett*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1963.
- GODECHOT, Jacques, *Arquivos do centro cultural português*, Vol. VII, Paris, F.C.G., 1973, "Le Portugal et la révolution" (1789-1814) pp. 279-297.
- GODECHOT, Jacques, *Les révolutions (1770-1799)*, Paris, P.U.F., 1970.
- GOYARD, Fabre, Simone, *Philosophie Politique - XVIe.-XXe. siècle*, Paris PUF, 1987.
- GUEDES, Armando Marques, *Teoria geral do Estado*, Associação Académica da Fac. de Direito de Lisboa, 1979.
- HAZARD, Paul, *O pensamento europeu no século XVIII*, 2 volumes, Lisboa, Presença, 1974.
- HAZARD, Paul, *A crise da consciência europeia*, Lisboa, Cosmos, 1961.
- HESPANHA, António Manuel, *Poder e instituições na Europa do antigo regime*, Lisboa, F.C.G., 1984.
- HESPANHA, António Manuel, *Poder e instituições na Europa do antigo regime (Colectânea de textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HESPANHA, António Manuel, *Prática social - ideologia e direito nos séc XVII a XIX*, Coimbra, 1972.
- HESPANHA, António Manuel, "O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823)" in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do séc. XIX*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, pp. 63 - 90.
- LANJUINAIS, Conde de, *Considerações políticas sobre as mudanças que conviria fazer na constituição espanhola a fim de a consolidar especialmente em o reino das duas Sicílias*, Lisboa, 1821.

- LASKI, Harold, *The rise of european liberalism an essey in interpretation*, Londres, George Allen e Urwin Lta., 1947.
- LASKI, Harold, *Le libèralisme européen du moyen âge a nos jours*, Paris, Editions Emile-Paul Frères, 1950.
- LASKI, Melrim J., *Utopia and revolution*, Londres, Macmillon, 1977.
- LEFEBRE, Georges, *La revolution française*, 6ª edição, Paris, P.U.F., 1968.
- LIMA, Manuel de Oliveria, *D. João VI e a corte no Brasil*, 3 volumes, Rio de Janeiro / São Paulo, 1945.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa, 1820-1836*, Coimbra, Instituto História Económica e social, 1979.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O aparecimento em Portugal do conceito de programa político*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1931.
- MAISTRE, Joseph de, *Essai sur le principe générateur des constitutions politiques et des autres institutions humaines*, Lyon, Paris, 1822.
- MARAVAl, José António, *Estado moderno y mentalidad social*, Madrid, Ed. Revista de Occidente, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 2 volumes. 4ª edição. Lisboa, Pallas Editores, 1977.
- MERêA, Paulo, *O poder real e as cortes*, Coimbra, 1933.
- MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Política moral e direito na constituição do conceito de estado em Portugal*, Estudos de Cultura Portuguesa, T. 1, Lisboa, INCM, 1983, pp. 150-153.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal contemporâneo*, 2 volumes, Lisboa, Publicações Europa-Amércia, s.d.

- MATTOSO, J. (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993.
- MIRANDA, Jorge, *As constituições portuguesas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1976.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1985.
- MOGARRO, Maria João, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MONTESQUIEU, *De l'esprit des loix*, 2 vols., Paris, Leroy, 1805.
- MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão, *Memórias ... (1777 a 1826)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- NORTON, Luiz, *A Corte de Portugal no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d.
- Obras de Filosofia Política: Período da Revolução Francesa*, Artº Soveramite - Dicionário Critique, Cahiers.
- OWEN, Robert, *Uma Nova Conceção de Sociedade*, Braga, 1976.
- PEREIRA, Ângelo, *D. João VI, Príncipe e Rei*, 3 volumes, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953-56.
- PEREIRA, José Esteves, *O Pensamento Político em Portugal no Séc. XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa, INCM, 1983.
- PEREIRA, José Esteves, *Silvestre Pinheiro Ferreira, o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974.
- PEREIRA, José Esteves, *"Vintismo e Setembrismo" in 150 anos da Revolução de Setembro*, Santarém, 1988.
- PEREIRA, Miriam Halpern (coordenação), *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2 volumes, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

- PEREIRA, Miriam Halpern, "*O Estado vintista e os conflitos no meio industrial*" in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 31-63.
- PERES, Damião (Dir), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, s.d.
- PERES, Damião, "*A Revolução de 1820 e os seus antecedentes*", in *História de Portugal*, Dir. Damião Peres, Vol. VIII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- PINA, Ana Maria Ferreira, *De Rousseau ao imaginário da revolução de 1820, no discurso constitucional das cortes de 1821-1822*, Lisboa, INIC, 1988.
- PINHEIRO-FERREIRA, Silvestre, *Breves observações sobre a constituição política da monarquia portuguesa*, Paris, 1837.
- REIS, Jaime (coord.) *O século XIX em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.
- Revoltas e Revoluções - Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1985.
- SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1975.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, "A maior felicidade do maior número. Bentham e a Constituição Portuguesa de 1822", in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, *O século XIX em Portugal - análise social*, Lisboa, GIS, nº 61/62, 1980.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 12 vols., Lisboa, Verbo, 1984.

- SERRÃO, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.
- Dicionário de História de Portugal*, SERRÃO, Joel (Dir.), Mirandela, Iniciativa Editorial, 1975.
- SERRÃO, Joel, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- SIEYÈS, Emmanuel, *Qu'est-ce que le tiens etat?* Paris, PUF, s.d.
- SILVA, António Joaquim Pereira da, "Tradicionalismo vintista" in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1983.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.
- TORGAL, Luís Manuel dos Reis, *A contra-revolução durante o período vintista. Notas para uma investigação*, Coimbra, 1973.
- TORGAL, Luís Manuel dos Reis, "A contra-revolução no período vintista 1820-23 - notas sobre a sua imprensa", in *Studium Generale, Estudos Contemporâneos*, nº 1, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, 1980.
- TORGAL, Luís Manuel dos Reis, "A imprensa estudantil de Coimbra e o radicalismo vintista", in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.
- TORGAL, Luís Manuel dos Reis VARGUES, Isabel Nobre, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984.
- TORGAL, Luís Manuel dos Reis, *Tradicionalismo e contra-revolução - o pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.
- VACHET, André, *L'idéologie libérale - L'individu et sa propriété*, Paris, Anthropos, s.d.

- VARGUES, Isabel Nobre, "Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma cronologia e bibliografia" in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1985.
- VARGUES, Isabel Nobre, "Vintismo e Radicalismo liberal - João Maria Soares de Castelo Branco" in *Revista de História das Ideias*, vol. VII, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1981.
- VERDELHO, Telmo, *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra, INIC, 1981.
- VIANA, António, *Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea*, Lisboa, Livraria Ferin, 1901.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	6
I PARTE - A IMAGEM DO REI NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DE 1820-1823	
CAPÍTULO I - O MOVIMENTO DO PORTO E A CONSAGRAÇÃO DE D. JOÃO VI	9
1. Incidências político-militares. - Proclamações militares-revolucionárias. - Proclamações contra-revolucionárias.	
2. Incidências político-governativas. - Programa de acção da Junta Provisional do Porto. - Programa de acção dos governadores do reino.	
3. Incidências reflexas. - As respostas dos militares do Porto às proclamações contra-revolucionárias. - As intervenções da junta e dos governadores.	
CAPÍTULO II - A "FIDELIDADE" DA JUNTA PROVISIONAL DO SUPREMO GOVERNO DO REINO	36
A Fidelidade ao Rei. - Confronto com a Carta dos Governadores do Reino. - O desejo do regresso do Rei. - A Fidelidade do novo governo do reino a D. João VI.	
CAPÍTULO III - O RESPEITO DAS CORTES	46
Instalação das Cortes e juramento dos deputados. - A Liberdade - Poema de Almeida Garrett. - A Primeira sessão ordinária das Cortes Constituintes. - Carta ao Rei a comunicar a instalação das Cortes. - As relações das Cortes com o Rei. - A chegada do rei e a Deputação que o vai cumprimentar. - A Deputação no juramento da Constituição. - Encerramento das Cortes Constituintes e das Cortes Ordinárias.	
CAPÍTULO IV - A CHEGADA DO REI E O JURAMENTO DAS BASES. REGOZILHO E TENSÕES	62
Ambiente de Lisboa antes da chegada do Rei. - Antecedentes da chegada do Rei. - Disputas de tensões. - Notícia da adesão do rei à causa liberal. - As medidas das Cortes à chegada do Rei. - O Desembarque do Rei. - A entrada solene do Rei na capital. - O juramento das bases. - A resposta do Rei.	
CAPÍTULO V - O REI PERANTE A QUESTÃO BRASILEIRA	80
O Procedimento das Cortes Cnstituintes. - O procedimento de D. João VI no Brasil face à actuação das Cortes vintistas. - A Política vintista face à questão brasileira. - O Regresso do Rei a Portugal e a questão do Brasil. O Processo da Independência do Brasil. - Correspondência de D. Pedro a D. João VI. - O Processo Revolucionário no Brasil. - A Contestação do Brasil à Constituição Portuguesa. - Manifesto contra a saída de D. Pedro do Brasil. - A Imagem de D. Pedro em Portugal. - O Procedimento Político de D. Pedro. - A Aclamação de D. Pedro I.	
CAPÍTULO VI - O REI E O JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO	106
As cortes e a assinatura da constituição. - A aceitação da ideia de constituição. - O Rei e o juramento da constituição. - Ao Rei - jurando a Constituição: Poema de Almeida Garrett. - Hino Constitucional de 1820.	
CAPÍTULO VII - D. JOÃO VI, REI CONSTITUCIONAL. A RECUSA DA RAINHA. SEU SIGNIFICADO POLÍTICO	118
A Monarquia Constitucional Hereditária. - A Constituição e a Dignidade Política do Rei. - Retrato do Rei Constitucional. - A recusa da rainha. Seu significado político.	

CAPÍTULO VIII - A RECUPERAÇÃO DO PODER ABSOLUTO-VILA-RANCADA	128
Antecedentes da Vila-rancada. - a) Conspiração da Rua Formosa em 1822. - b) A Rebelião do Conde de Amarante. - A Recuperação do poder absoluto. - A Falta de adesão da Nação à Constituição. - O reconhecimento das Cortes a D. João VI. - A atitude do General Sepulveda. - A atitude política de D. João VI. - A Proclamação de D. Miguel em VilaFranca. - A Partida do rei para VilaFranca.	
CAPÍTULO IX - A DERRADEIRA IMAGEM	141
A última imagem de D. João VI. - A notícia no Brasil. - O funeral de D. João VI. - A última homenagem a D. João VI. - Balanço final da vida e Morte do rei.	
II PARTE - O PODER RÉGIO	
CAPÍTULO I - O REI E O EXERCÍCIO DA SOBERANIA	150
A ideia de soberania. - A origem divina do poder. - O advento do estado Moderno. - A doutrina jusnaturalista e o contratualismo.	
CAPÍTULO II - A MAJESTADE DO REI	160
A Majestade pessoal do Rei. - Majestade e soberania. - O exercício de Majestade do Rei.	
CAPÍTULO III - O PODER RÉGIO E AS CORTES	166
A evolução das cortes portuguesas. - As cortes gerais e constituintes da Nação Portuguesa. - A situação excepcional das cortes constituintes.	
CAPÍTULO IV - O REI E A IDEIA DE REPRESENTAÇÃO	177
A discussão em cortes da ideia de representação. - A lei eleitoral, o eleitor, o deputado.	
CAPÍTULO V - O REI E A LIBERDADE DA NAÇÃO	189
A essência da monarquia. - Os fundamentos das bases da Constituição: a Liberdade, a Felicidade, a Segurança e a Propriedade. - A restauração da Liberdade da Nação.	
CAPÍTULO VI - A SUBMISSÃO DO PODER RÉGIO AO PODER DA NAÇÃO	204
Os limites do Poder Régio. - Tensões internas do vintismo.	
CAPÍTULO VII - TIRAR TUDO AO REI É DAR-LHE TUDO	214
O Poder do Rei e o equilíbrio de poderes. - O Poder do Rei e a iniciativa das leis. - O Rei e a concessão do direito de cidadania. - O poder do Rei e o Conselho de Estado.	
SÍNTESE CONCLUSIVA	232
FONTES PRINCIPAIS	241
OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA	264
ÍNDICE	273

